

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS FELIPE GODOY

DOS HOMENS, DAS LEIS E DA CIDADE: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
PAULISTANO (1709-1828)

CURITIBA
2016

MARCOS FELIPE GODOY

DOS HOMENS, DAS LEIS E DA CIDADE: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
PAULISTANO (1709-1828)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História – Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades.

Orientador: Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira.

CURITIBA
2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Godoy, Marcos Felipe

Dos homens, das leis e da cidade: a produção do espaço urbano paulistano (1709-1828) / Marcos Felipe Godoy – Curitiba, 2016.
187 f.

Orientador: Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Brasil – História – Período colonial, 1500-1822. 2. Espaços públicos. 3. Planejamento urbano – São Paulo (SP). 4. Cidades – Brasil – História e crítica. I. Título.

CDD 981.03



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA


Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

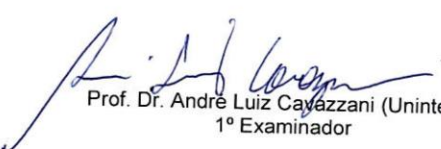
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MARCOS FELIPE GODOY**, intitulada: **DOS HOMENS, DAS LEIS E DA CIDADE: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PAULISTANO (1709-1828)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e cinco de agosto de dois mil e dezesseis.


Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira (orientador)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. André Luiz Cayazzo (Uninter)
1º Examinador


Prof. Dr. Antonio César de Almeida Santos (UFPR)
2º Examinador



AGRADECIMENTOS

É grande minha dívida para com dezenas, talvez centenas de pessoas que me ajudaram ao longo de toda minha vida acadêmica, através de ensinamentos, orientações e esclarecimentos, mas também por meio de carinho, incentivo e apoio emocional. No entanto, para que esta seção de agradecimentos não fique maior do que a própria dissertação, me limitarei a nomear apenas aqueles que estiveram mais diretamente envolvidos com meu mestrado e com a escrita da dissertação.

Agradeço primeiramente à minha família. Minha mãe, meu porto seguro em quem busco refúgio durante as piores tempestades. Meu pai, meu norte, que me orienta nos caminhos a seguir. Meu irmão, meu imediato, companheiro de bordo que me instiga a continuar navegando. Sem a formação humana que me concederam e seu apoio incondicional eu não seria nem metade da pessoa que sou hoje, por isso lhes sou eternamente grato.

Agradeço também a Magnus Pereira, meu orientador, amigo e senhorio, com quem tanto aprendi nos últimos anos e que, talvez mesmo sem saber, ajudou a evitar mais de um ataque de pânico, sempre apontando a direção mais segura e indicando a luz no fim do túnel. Agradeço a Magnus e Ana pela confiança depositada em mim, ao abrirem as portas de seu lar e me permitirem compartilhar um ano de minha vida com dois pequenos anjos.

Aos professores Antonio Cesar e Maria Luiza agradeço imensamente pelas leituras cuidadosas de projeto, relatórios, planos, esboços, e principalmente pelas puxadas de orelha, críticas e incentivos. Acima de tudo, agradeço pelo profissionalismo e dedicação em cobrar de mim sempre o melhor possível. Ao professor André Cavazzani, que compôs a mesa do exame de qualificação juntamente com a professora Maria Luiza, agradeço pela simpatia e gentileza, pelas excelentes observações e sugestões de bibliografia e organização do texto.

Aos colegas das aulas de Seminário I e II, Yuri Sócrates Hichmeh, Tiago Bonato, Odair Geller, Angela Szychowski, Amanda Kapp, Aldina da Silva e Marta Fiorentin, agradeço pelas leituras, críticas e sugestões acerca de meu projeto e primeiros relatórios.

Agradeço ainda pelos cafés, pelas conversas e pelo compartilhamento de experiências de vida e do meio acadêmico, enfim, pelo contato humano tão importante, ainda mais para um paulista perdido na terra do pinhão.

Ainda no quesito “contato humano”, não poderia deixar de agradecer a Danilo Gazzotti, amigo querido desde os tempos de PET - História da UNESP Franca, que me acolheu em Curitiba e me ajudou a lidar com os mais diversos aspectos burocráticos, desde o processo seletivo até os “finalmentes” da dissertação. Igualmente devo muito a Vanessa Fronza, pessoa maravilhosa que tive o prazer de conhecer ainda durante o processo seletivo e que veio a se tornar uma grande amiga e me ajudar com vários perrengues. Pessoa generosa como Vanessa ainda está pra nascer. Agradeço a Felipe Henrico e Thiago Luiz, colegas de república em 2014, e especialmente a Leonardo Campos, amigo verdadeiro que me ajudou a encarar e superar momentos difíceis, tanto de minha vida pessoal quanto acadêmica. Certa vez me foi dito que eu encontraria pessoas especiais, das quais receberia muita ajuda durante minha jornada no mestrado. Sem dúvida Danilo, Vanessa e Léo foram as principais delas. Devo ainda minha gratidão a Vivian Fernandes, companheira fiel que esteve ao meu lado nos momentos de insegurança, frustração, desespero, insanidade, aguentando firme e me ajudando a segurar a barra. Foi também responsável pelos momentos mais felizes e agradáveis, cúmplice nos passeios, piqueniques, noitadas, gulosidades veganas e viagens no tempo e espaço para a Terra Média, Hogwarts, Westeros e para o universo Viking no medievo. Vivian, obrigado.

Impossível deixar passar um agradecimento especial à pessoa que salvou minha pele mais de uma vez. Maria Cristina, sempre resolvendo os pepinos, me alertando dos prazos, me lembrando dos detalhes, explicando os trâmites burocráticos; se não fosse pela Cris eu teria perdido minha matrícula por bobeira. Cris, muito obrigado.

Agradeço também a todos os funcionários e funcionárias da biblioteca da UFPR, do Arquivo Municipal Washington Luís e da biblioteca do Museu Paranaense, em especial à Márcia, incansável em subir e descer as escadinhas e me abastecer com volumes e mais volumes de documentação.

Finalmente, agradeço à CAPES, cujo fomento tornou possível a realização da pesquisa.

RESUMO

O objeto deste trabalho é a produção do espaço urbano da cidade de São Paulo, no período de 1709 a 1828, tendo como foco da análise as ações encetadas pelo órgão de governo local, a sua câmara municipal. Para tanto, fazemos uso de documentação produzida diretamente por este órgão, nomeadamente as atas de suas reuniões e seu livro de registro, bem como documentação referente a correspondências e ordens expedidas por outras instâncias do governo. Esperamos poder oferecer uma pequena contribuição ao estudo de nossas cidades coloniais e do universo urbanístico português, ao privilegiarmos o estudo dos aspectos mais imediatos do viver em cidade no período.

Palavras-chave: São Paulo; colônia; produção do espaço; agendas urbanas; câmara municipal.

ABSTRACT

This work deals with the production of urban space of São Paulo between 1709 and 1822, focusing on the analysis of the actions undertaken by the local government body, its municipal council. Therefore, we make use of documents produced directly by this body, namely the minutes of their meetings and their record book, as well as documentation regarding correspondence and orders issued by other government bodies. We hope to offer a small contribution to the study of our colonial cities and the Portuguese urban universe, privileging the study of the most immediate aspects of living in the city in the period.

Key-words: São Paulo; colonial period; production of urban space; urban agendas; municipal council.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Características do sítio inicial da vila de São Paulo, com destaque da área urbanizada entre 1560 e 1580	28
Figura 2 – São Paulo 1809 – Usos	36
Figura 3 – Planta da Imperial Cidade de São Paulo (ou “Planta da Restauração”)	38
Figura 4 – Planta da Cidade de São Paulo, Rufino José Felizardo e Costa – 1810	40
Figura 5 – Território da cidade de São Paulo em 1750	69
Figura 6 – As pontes no rossio da cidade de São Paulo	92
Figura 7 – Ponte de Santa Ifigênia, São Paulo, 1827	95
Figura 8 – Entrada de São Paulo pelo caminho do Rio de Janeiro	95
Figura 9 – Estradas de comunicação interior da província de S. Paulo, das quaes é inspector geral o coronel Daniel Pedro Muller	112-13
Figura 10 – Os caminhos das águas das chuvas e o traçado dos muros	159

LISTA DE ABREVIATURAS

ACMSP	-	Atas da câmara municipal de São Paulo
RGCMSP	-	Registro geral da câmara municipal de São Paulo
DIHCSP	-	Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO 1 – A cidade de São Paulo e o poder municipal na América portuguesa	25
1.1. São Paulo: a cidade e a capitania	25
1.2. A instituição municipal e a estrutura das câmaras municipais	42
1.3. A inserção das câmaras na estrutura político administrativa portuguesa e o direito de almotaxaria	50
 CAPÍTULO 2 – Terras havidas por título deste Senado	63
2.1. A demarcação do termo municipal de São Paulo	63
2.2. A demarcação do rossio	70
2.3. Concessão de terras pela câmara municipal	76
 CAPÍTULO 3 – Que os caminhos se conservem sempre francos, e desembaraçados para o giro do negocio, e viagem dos viandantes	85
3.1. Pontes e caminhos custeados pelos moradores	85
3.2. Pontes e caminhos financiados pela câmara municipal e a noção dos limites da cidade	93
3.3. O governo da capitania e a manutenção das vias de comunicação	103
 CAPÍTULO 4 – Pelo asseio e ornato desta capital	115
4.1. Males a serem extirpados do quadro urbano	115
4.2. A ação dos almotacés e as posturas municipais	125
4.3. Câmara municipal como provedora de serviços	139
4.3.1. Prédios públicos financiados pela câmara municipal	139
4.3.2. Calçamento das vias públicas	150
4.3.3. Escoamento das águas e erosão	157

4.3.4. Fontes e chafarizes: o fornecimento de água potável	163
4.4. Abertura de novas ruas e as preocupações concernentes ao alinhamento	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
FONTES	179
REFERÊNCIAS	181

INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta dissertação é investigar como se deu a produção do espaço urbano paulistano ao longo do século XVIII e início do XIX: quais foram as agendas urbanas no período – ou, em outras palavras, quais as questões de cunho urbanístico foram entendidas como prementes e encaradas por moradores e autoridades régias e municipais. Partimos da premissa de que a construção da cidade não se dá apenas através de grandes projetos e intervenções urbanísticas, mas que apresenta também a dimensão do fazer cotidiano. Não se trata de negar o fato de que as medidas encetadas pela Coroa portuguesa e pelas autoridades por ela instituídas tiveram grande impacto na configuração do espaço citadino colonial. Entretanto, o que se busca evidenciar é a existência de uma série de questões muito mais imediatas do viver em cidade, cuja resolução era de responsabilidade do órgão de governo local. Portanto, nossa investigação tem como foco principal a atuação da câmara municipal, instituição encarregada, dentre outras atribuições, da gestão do espaço físico da cidade, funcionando como uma espécie de mediadora entre as determinações régias e as demandas e iniciativas de seus moradores.

A perspectiva proposta se baseia nas reflexões do historiador Magnus de Mello Pereira acerca da competência das câmaras municipais relativa ao espaço urbano, através do exercício da almotaçaria, a qual consiste em um direito adquirido historicamente pelo município português de se auto administrar e gerir os assuntos mais imediatos do viver em cidade. Esses assuntos dizem respeito às condições básicas para a existência de qualquer aglomeração urbana, tais como a ocupação do solo e a construção de edifícios para abrigo, moradia e proteção; a garantia de um ambiente salubre para a manutenção da vida; e a subsistência de sua população através da produção de gêneros e do mercado, o que implica no domínio e organização do território adjacente e de rotas comerciais mais distantes. Todas essas imposições constituiriam aquilo que Pereira chamou de as três grandes agendas da cidade de origem portuguesa, relativas ao construtivo, o sanitário e o mercado. Lidar com essas questões requer a existência de toda uma organização, uma iniciativa de ordenamento do espaço da cidade, cujo responsável imediato é o poder municipal.¹

¹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná.

A nosso ver, este nível de ordenamento da cidade tem sido muito pouco explorado pela historiografia. Durante muito tempo o estudo da cidade colonial portuguesa na América esteve pautado por uma interpretação um tanto problemática. Em sua obra *Raízes do Brasil*, de 1936, Sérgio Buarque de Holanda estabeleceu uma comparação entre as cidades fundadas pelos espanhóis e pelos portugueses na América, concluindo que enquanto os primeiros, imbuídos de um espírito de uniformidade e simetria, erigiram cidades dotadas de rigoroso traçado geométrico, os segundos se contentaram em se acomodar aos acidentes da topografia, construindo cidades de ruas tortuosas e desordenadas. De acordo com essa perspectiva, a ausência de planejamento e o capricho do colono é que dariam o tom às nossas primeiras cidades, sendo estas encaradas como expressões do próprio padrão da colonização lusa, muito mais interessada em auferir resultados rápidos por meio da exploração comercial do que em estabelecer uma ocupação efetiva do território pautada pelo trabalho disciplinado.² Assim, “dir-se-ia que, aqui, a colônia é simples lugar de passagem, para o governo quanto para os súditos”.³ Daí a analogia criada por Holanda, segundo a qual as cidades fundadas pelos portugueses seriam como que obra de semeadores, “com desleixo e certa liberdade”, em contraste com a ação metódica e obstinada do ladrilhador espanhol.⁴

O parágrafo a seguir pode ser considerado como uma síntese da interpretação elaborada por Sérgio Buarque de Holanda:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’ – palavra que o escritor Audrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como ‘saudade’ e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que ‘não vale a pena...’.⁵

Apesar de seu caráter ensaístico, uma vez que *Raízes do Brasil* não se trata de um estudo pormenorizado de nossas cidades coloniais, as imagens ali cunhadas passaram a influenciar

² “Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão”. HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.95.

³ *Ibid.* p. 99

⁴ *Ibid.* p.116.

⁵ HOLANDA, Sérgio B. de. *Op. cit.* p.110.

praticamente todos os estudos posteriores sobre o tema, adquirindo estatuto de um verdadeiro clássico historiográfico.⁶

O historiador da arte Robert Chester Smith foi um dos que, após ter contato com a segunda edição de *Raízes do Brasil*, passou a corroborar a posição assumida na obra, atestando a inexistência de qualquer tipo de projeto, uma vez que “a ordem era ignorada pelos portugueses” e que “nada inventaram os portugueses no planejamento de cidades em países novos”.⁷

Em importante obra publicada em 1956,⁸ o historiador e geógrafo Aroldo de Azevedo se propôs a fazer um inventário das vilas e cidades existentes nos três primeiros séculos de colonização, apresentando alguns aspectos de ordem topográfica e populacional dos principais núcleos, mas foi além. Ao considerar os diferentes momentos da colonização, Azevedo pôde estabelecer relações entre as datas e locais de fundação de novos núcleos e o Bandeirantismo, a descoberta de metais preciosos no interior do continente, a expansão pastoril no nordeste, a ação militar no extremo sul, dentre outros movimentos, entendendo cada nova fundação como estando articulada às demais e desempenhando funções específicas no interior de uma rede. O autor evidenciou assim como a criação de vilas e cidades esteve ligada ora ao desenvolvimento econômico de determinadas regiões, ora a uma política de consolidação do território por parte da Coroa.

No entanto, apesar de intuir que “tudo parece indicar que os aglomerados ‘criados’, que resultaram de um propósito deliberado das autoridades coloniais obedeciam, em suas origens, a um plano regular e geométrico, se bem que adaptado às características topográficas”, Azevedo endossou a posição de Sérgio Buarque, autor ao qual coube “demonstrar, de maneira muito exata, as diferenças existentes, no que se refere ao plano, entre os centros urbanos da América

⁶ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Caminhos da história da urbanização no Brasil colônia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.20, n.1, p. 11-40, jan.- jun. 2012. p.16. Ver também: PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2000.

⁷ SMITH, R.C. A Cidade. In: *As Artes na Bahia, 1. Arquitetura Colonial*. Salvador: Progresso, 1955. *Apud*: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Op. cit.* p.17.

⁸ AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e Cidades do Brasil colonial: Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva*. Boletim da FFCL n. 208, Geografia n. 11. São Paulo, 1956.

espanhola e os da América portuguesa”. Deste modo, conclui que se entre nós houve algum tipo de legislação a respeito do planejamento urbano, esta não passou de letra morta.⁹

A tese da inexistência de um planejamento, e da consequente ausência de traçados geométricos nas cidades coloniais brasileiras, só veio a ser frontalmente contestada a partir de 1968, data da publicação da tese de livre docência de Nestor Goulart Reis Filho.¹⁰ Nesta obra, o autor reuniu vasto material empírico, principalmente cartográfico e iconográfico, a fim de demonstrar a existência de projetos e plantas baixas, bem como a atuação de engenheiros militares na implantação das cidades mais importantes da colônia, desde os primeiros anos da colonização. Analisando os mapas de cidades como Salvador, São Luís do Maranhão, Rio de Janeiro e Belém, identificou a clara presença de uma preocupação em estabelecer traçados regulares tendendo ao xadrez.

Um de seus objetivos foi demonstrar a existência de uma política urbanizadora da metrópole e que esta esteve condicionada aos rumos tomados pelo próprio processo de colonização. Enquanto em um primeiro momento a tarefa de colonização – bem como a de urbanização – foi delegada aos donatários, reservando-se a Coroa à mera fiscalização, gradativamente esta vai incorporando algumas capitanias, nomeando funcionários com cada vez mais poderes, e com isso, tomando as rédeas da colonização. As cidades subordinadas diretamente ao governo geral funcionavam como centros regionais, contando com a presença de engenheiros e grande mobilização de recursos e planejamento, sendo o número de engenheiros mobilizados em cada região do império usado pelo autor como um índice do interesse da Coroa e da importância relativa de cada uma dessas regiões. A importância crescente do Brasil em relação à Índia e África seria verificada pela crescente presença destes profissionais ao longo do século XVII, se consolidando no século XVIII.

Uma série de outros trabalhos passou a seguir mesma linha traçada por Reis Filho, como o da brasilianista Roberta Marx Delson.¹¹ Em *New towns for colonial Brazil*, a autora norte americana identificou a emergência de um elaborado código para a construção de novas vilas no interior da América portuguesa, instituindo um padrão de ruas retilíneas, praças cuidadosamente

⁹ *Ibid.* p.72-5.

¹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira EDUSP, 1968.

¹¹ DELSON, Roberta Marx. *New Towns for Colonial Brazil: Spatial and social planning of the eighteenth century*. Department of Geography, Syracuse University, 1979.

demarcadas e fachadas uniformes para as casas. Essa política oficial levada a cabo pela Coroa ao longo do século XVIII seria consequência do recrudescimento do controle sobre sua colônia, uma continuidade do processo de centralização identificado por Reis Filho no período imediatamente anterior.

Trabalhos como esses tiveram o mérito de demonstrar a existência de uma lógica inerente à urbanização portuguesa na América, dotada de planejamento e projetos muitas vezes minuciosos para a implantação de vilas e cidades. Entretanto, continuaram a sustentar uma premissa que a nosso ver é um tanto problemática.

A partir do texto fundador de Sérgio Buarque de Holanda, a cidade colonial portuguesa foi encarada por muito tempo como símbolo da desordem e do desleixo, ausência de planejamento e de racionalidade. Nessa interpretação, a ausência de um traçado geométrico das ruas e a desordem urbana são encaradas como sinônimos. Mesmo após cair por terra a premissa da ausência de planejamento, essa associação direta persiste. Os autores mencionados não buscam romper com essa associação, mas a endossam, ao buscar uma série de projetos e plantas baixas elaboradas para guiar a fundação de povoações desde os primeiros tempos da colonização, indícios da presença de uma preocupação em estabelecer um traçado geométrico, portanto ordenado, para nossas cidades.

Raízes do Brasil funcionou como uma espécie de provocação aos futuros pesquisadores que se dedicaram ao estudo da cidade colonial brasileira, ao afirmar a ausência de qualquer tipo de planejamento e ordem em nossas urbes. O peso dessa obra fundadora pode ser sentido até hoje, na medida em que historiadores e urbanistas continuam a buscar e reunir cada vez mais elementos que demonstram a insustentabilidade de sua tese. Mas no processo, seguem associando *traçado regular* a *ordem urbana*, como que buscando demonstrar a existência de uma ordem apenas onde houve a implantação de traçados geométricos. Assim, o maior ou menor alinhamento das ruas, a presença ou não de profissionais qualificados – notadamente engenheiros militares – e a existência ou não de uma planta baixa elaborada com antecedência, e seguida rigorosamente na implantação do arruamento, seriam as variáveis que determinariam se uma vila ou cidade cresceu de maneira controlada, ou, ao contrário, de maneira desordenada.

Mesmo autores que partiram de uma perspectiva distinta, ao atribuírem uma valoração positiva à cidade de origem portuguesa justamente em função de seu desalinhamento dominante, de caráter “orgânico” e melhor adaptado às necessidades da vida cotidiana, não escaparam à

associação direta entre ordem urbana e traçado geométrico. Ao contrário, deram continuidade a ela, apenas invertendo o polo a ser valorizado: ao invés do reconhecimento do traçado rígido, do planejamento, da regra imposta como uma meta a ser alcançada, é o elogio às soluções específicas, à espontaneidade e organicidade de um traçado que se entrelaça de maneira mais suave ao terreno.¹²

Apenas em uma historiografia mais recente é possível observar uma opção em privilegiar outras questões além da forma e da oposição linear-orgânica dos traçados de nossas cidades, abrindo novas perspectivas para o estudo do urbano.

Murillo Marx, em uma série de obras publicadas desde o final da década de 1980, procurou entender como o patrimônio territorial no interior de uma vila ou cidade respondia a certas normas e podia influir decisivamente no condicionamento do tecido urbano.¹³ O autor destaca que para cada nova fundação, pressupunha-se a reorientação de determinada parcela de terra, seja como patrimônio de uma capela nas localidades menores, seja como terra concedida à câmara municipal no caso de vilas e cidades. Além disso, demonstra a importância dos diferentes tipos de divisão territorial que se estabeleciam no interior das próprias fundações, como as grandes propriedades dos mosteiros, as chácaras de leigos, os diminutos lotes concedidos para a construção de casas e quintais, além do rossio, terreno sob a administração direta da câmara municipal. Estas divisões obedeciam a regras e procedimentos relativamente bem estabelecidos, sem o entendimento dos quais se torna difícil compreender a ‘evolução urbana’, ou o crescimento da aglomeração, apenas aparentemente desordenado.¹⁴

¹² Ver por exemplo: SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. Em 2001 é editado na forma de livro o texto originalmente publicado em 1968, nos anais do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Coimbra no ano de 1963; ROSSA, Walter; CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata. (Org). *Colóquio internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 2001; ROSSA, Walter. *A urbe e o traço*. Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina, 2002; TEIXEIRA, Manoel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012; LOBO, Manuel Leal da Costa; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo (Org). *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2012.

¹³ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991. “A formação de nossos primeiros núcleos, e dos milhares que se seguiram, deve ser observada também através de outro aspecto basilar: o fundiário, e de sua consequência física, o parcelamento da terra”. p.13. Ver também: MARX, Murillo. *Nosso chão*. Do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 2003; MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1990.

¹⁴ Para outros estudos acerca do parcelamento de terras citadinas, ver também: FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei*. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999; GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

Assim, a lógica de apropriação do solo surge como importante elemento definidor do espaço da cidade, respeitando tanto princípios de escolha de terrenos mais adequados para determinados tipos de construção, facilidades no escoamento de águas servidas, preferências várias daqueles que requeriam parcelas de terras, como respeitando também as determinações da instância responsável pela doação. A apropriação do solo, portanto, era mediada pelo sistema de concessões de datas de chão sob a responsabilidade da câmara municipal.

Nas palavras do autor, essa é uma

lógica que talvez não seja ‘racional’, mas é a mais forte dos interesses, das conveniências associadas de concessionário de datas de terra e de governo municipal concedente; lógica da tensão entre o solicitante de chão na vila ou cidade e as necessidades e cuidados desta, através do seu concelho municipal, perante o chão que se delineava, demarcava e abria efetivamente como área de todos para todos.¹⁵

A partir da primeira década do século XXI, cada vez mais estudos passaram a eleger a dimensão do intraurbano como objeto de estudo, transferindo o foco “para tensões, conflitos e para outros atores, além da coroa portuguesa, até então menos explorados”.¹⁶ Exemplo dessa nova orientação dos estudos relativos à cidade são as pesquisas de Cláudia Damasceno Fonseca sobre as vilas mineiras no século XVIII. Embora as questões fundiárias também tenham sido alvo de seus trabalhos, a autora está mais preocupada em compreender o sentido dos centros urbanos no processo de colonização – como instrumentos de agregação, controle e civilização da população dispersa, bem como centros de justiça e coleta de tributos –, evidenciando outras dimensões da cidade colonial, para além da questão do traçado de suas ruas.¹⁷ Ao analisar os critérios que permitiam classificar as povoações em arraiais, freguesias, vilas e cidades, a autora buscou entender como os núcleos eram hierarquizados pelos próprios contemporâneos, revelando a articulação entre as estratégias dos poderes locais e a atuação de diversas instâncias administrativas do Império.

¹⁵ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991. pp.94-5.

¹⁶ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Caminhos da história da urbanização no Brasil colônia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.20, n.1, p. 11-40, jan.- jun. 2012. p.23.

¹⁷ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Abordagem semelhante é a de Caio Boschi, que entende os núcleos da região mineradora como “local e instrumento de poder e de dominação política”. BOSCHI, Caio C. Colonialismo, poder e urbanização no Brasil setecentista. In: *Anais do I Colóquio de estudos históricos Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: PUC/MG, 1994. v.1. pp.101-106. p.101.

Ainda mais importante, a nosso ver, é a ênfase dada pela autora à atuação das instâncias de poder local, as câmaras municipais, na condução do processo de urbanização. De acordo com Fonseca, uma vez que, na região mineira, a Coroa priorizou a organização do sistema fiscal e o estabelecimento de um maior controle sobre a população local, a intervenção régia sobre os aspectos relativos ao desenvolvimento físico das povoações foi menos explícita e sistemática do que em outras regiões. Assim, apenas com a instituição do poder municipal os problemas dessa ordem seriam enfrentados de maneira mais cuidadosa: “a câmara assumia os papéis que lhe cabiam, legislando sobre os espaços públicos e procurando aplicar os regulamentos existentes, a fim de alargar e endireitar ruas e praças, demolir edifícios mal implantados e determinar os alinhamentos das novas construções”.¹⁸

Entendemos que esse papel de proeminência no que se refere ao urbanismo não foi uma exclusividade das câmaras mineiras. Buscaremos evidenciar ao longo desta dissertação que o papel exercido pela câmara municipal de São Paulo nos assuntos de cunho urbanístico não foi de menor importância, mas sim o que possibilitou o atendimento das demandas mais imediatas da população, bem como a implantação de projetos aventados em outras esferas governativas. Tanto por meio da fiscalização exercida sobre as iniciativas dos habitantes, quanto através da legislação constantemente elaborada, na forma de posturas e editais, visando à gestão do espaço físico da cidade, a instituição municipal esteve apta a regulamentar a apropriação e os usos da terra, a circulação de indivíduos e bens, as práticas construtivas e as condições de salubridade, enfim, toda uma série de aspectos concernentes ao ordenamento urbano.

Partindo dessa perspectiva, entende-se que a cidade não se faz apenas por meio de grandes planos e projetos, mas também, e principalmente, no cotidiano, pela ação de uma pluralidade de atores. Defendemos que a ordem urbana não se resume ao traçado das ruas, e que a Coroa, as autoridades régias e os engenheiros responsáveis pelos projetos urbanísticos não são as únicas fontes do ordenamento da cidade. As câmaras municipais, por meio do exercício do direito de almotaçaria, desempenharam também um importante papel no desenvolvimento de nossas cidades coloniais.

¹⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Urbs e civitas: a Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n. Sér. v.20. n.1. p. 77-108 jan.- jun. 2012. p.96.

É importante destacar que o foco na ação da câmara municipal não implica em negligenciar a atuação de governadores, engenheiros e ouvidores¹⁹ no que toca à intervenção no espaço construído ou a construir. Muito pelo contrário, pois é justamente através da documentação camarária que se torna possível contemplar como diversas autoridades puderam interferir nos assuntos urbanísticos, algumas vezes em acordo, e outras em conflito com os moradores. Sendo a instância administrativa mais próxima da realidade local – uma vez que seus membros eram recrutados dentre as elites do próprio município –, a câmara pôde funcionar como uma mediadora entre as demandas da população e as imposições externas à cidade.

Assim, a abordagem adotada nesta pesquisa buscou identificar outras maneiras de se entender o ordenamento urbano, que não reproduzam a associação direta entre ordem e traçado retilíneo das ruas. Ao longo desta dissertação, esperamos demonstrar que o alinhamento das ruas era apenas uma das preocupações encaradas por moradores e autoridades, evidenciando outras formas de organização da vida cidadina. Uma série de medidas foi adotada visando um melhor funcionamento da urbe, revelando prioridades que na maioria das vezes se impunham às do simples alinhamento viário. Buscamos, portanto, identificar justamente quais as prioridades que se impuseram aos oficiais camarários, governadores, ouvidores e moradores, no que se refere à organização da vida na cidade de São Paulo, por meio do acompanhamento de seu cotidiano administrativo no decorrer do século XVIII e início do XIX.

Para tanto, utilizamos como principais fontes documentais a coleção das Atas da câmara municipal de São Paulo e o Registro Geral da mesma, que nos permitem o acompanhamento do cotidiano da administração local. Essas coleções consistem em documentação transcrita, impressa e publicada a partir de 1914, por iniciativa do então prefeito de São Paulo, Washington Luís. A coleção completa das Atas da câmara se encontra organizada em 85 volumes, abarcando o período de 1562 a 1903, mas nos concentramos nos volumes de número 8 a 24, que cobrem o período de 1701 a 1829. A coleção do Registro Geral está organizada em 38 volumes, que cobrem o período de 1583 a 1863. Os volumes referentes ao período de nossa pesquisa são os de número 4 a 19. A escolha da cidade de São Paulo como objeto desta pesquisa se deu justamente em razão da riqueza de fontes preservadas e transcritas acerca do período colonial paulista.

¹⁹ Sabe-se que muitos ouvidores enviados à América interferiram de maneira significativa nos assuntos urbanísticos. Cf. SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Para o bom regime da república: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. *Revista Monumenta*, vol. 3, n° 10. Curitiba, inverno/ 2000. pp. 1-19.

Os assuntos tratados nas Atas e no Registro Geral são os mais variados, mas os que nos interessam mais de perto no contexto desta pesquisa incluem medidas relativas à apropriação de lotes urbanos, abertura de caminhos e construção de pontes para acesso à cidade, detalhamento de plantas e materiais a serem utilizados em prédios públicos, calçamento das ruas, obras de saneamento, bem como o registro dos editais e posturas baixados pela edilidade, além de petições enviadas por moradores e correspondência trocada com outras câmaras e demais instâncias administrativas – ouvidores, governadores de capitania, Conselho Ultramarino, etc.

De maneira complementar, fizemos uso da coleção dos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, a fim de acompanhar a correspondência oficial entre as demais autoridades da capitania. Essa série consiste em uma coleção de cartas, escritos e documentos oficiais pertencentes ao Arquivo do Estado de São Paulo e a particulares, transcrita e publicada gradualmente desde o início do século XX, em um total de 95 volumes. A coleção não apresenta a documentação em ordem cronológica, mas conta com índices que permitem identificar o conteúdo de cada documento previamente.²⁰

Alguns esclarecimentos são necessários acerca do recorte cronológico da pesquisa e dos termos utilizados no título. Sobre o recorte temporal, 1709 é a data em que a capitania de São Paulo se torna uma capitania régia, através da compra efetuada pela Coroa portuguesa ao Marquês de Cascais. A partir deste momento, o governo metropolitano passou a exercer, pouco a pouco, um controle cada vez maior sobre os assuntos da capitania e da vila de São Paulo, elevada oficialmente à sede da capitania no mesmo ano, e à categoria de cidade em 1711. A pesquisa se estende até 1828, ano em que as câmaras municipais sofrem uma drástica reformulação em sua estrutura, agregando novas funções e se tornando ainda mais dependentes das determinações do governo provincial, já no contexto do Brasil independente.

Sobre o uso do termo “Produção do espaço”. Entendemos que o espaço de uma cidade é produzido, construído, reconstruído, transformado ao longo do tempo. Os agentes dessa produção são vários: o poder central, que envia à colônia diretrizes a serem observadas sobre o aspecto e o funcionamento municipal; o governador da capitania, que incentiva algumas melhorias a serem implementadas no espaço da cidade; o engenheiro, que efetivamente projeta e supervisiona as obras de maior vulto; a câmara municipal, principal órgão responsável pela gestão do espaço

²⁰ Em todas as citações de fontes feitas ao longo deste trabalho, optamos por manter a grafia fixada nas transcrições utilizadas.

citadino; o ouvidor, que supervisiona a atuação camarária, visando ajustar seu funcionamento às diretrizes do Reino; e também cada um dos moradores da cidade, que se apropriam da terra, constroem suas casas e quintais, solicitam às autoridades providências sobre o melhor funcionamento da urbe, e são frequentemente convocados a concorrer para a realização de certos trabalhos, como entupimento de buracos, limpeza e calçamento das ruas, feitura de aterros, abertura de caminhos, etc.

Optamos por acompanhar a atuação da câmara municipal por ser essa a instituição que desempenha de maneira mais direta a mediação dessa produção. É pela câmara que passam os pedidos de concessão de terras no interior da cidade e seus arredores; é ela a responsável por arregimentar moradores e profissionais – carpinteiros, pedreiros, mestres de obra – para a consecução das obras necessárias; é a ela que os moradores recorrem, por meio de petições, quando sentem a necessidade de melhorias na cidade; é a câmara que exerce a fiscalização das infrações e irregularidades cometidas pelos moradores; é também a câmara municipal que se comunica diretamente com os órgãos superiores de governo no Reino, e com governadores e ouvidores, com os quais atua de maneira conjunta na consecução de intervenções no espaço da cidade.

No que se refere ao termo “urbano”, o mesmo é utilizado em sua acepção de relativo à cidade, daquilo que se refere ou pertence à cidade. A princípio, não procuramos fazer uma delimitação muito rígida entre os espaços do campo e da cidade, mas ao longo do texto serão desenvolvidas algumas considerações acerca do que a documentação nos permite identificar sobre o que os contemporâneos entendiam por ‘dentro e fora da cidade’. O recorte espacial sobre o qual nos dedicamos é aquele que os contemporâneos consideravam como “a cidade e seus arredores”, isso é, a área mais densamente ocupada – o núcleo central –, e os seus arredores imediatos, permeados por pequenas chácaras e por áreas de uso comum. De maneira mais específica, o que levaremos em conta é o campo da atuação administrativa da câmara municipal. Essa decisão se baseia na premissa desenvolvida por Magnus de Mello Pereira em sua tese de doutorado: “Se atentarmos para aquilo que é administrado, saberemos muito sobre o que é entendido como urbano num dado momento, sem a necessidade de recorrer a definições prévias”.²¹

²¹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná. p.109.

Optamos por dividir a presente dissertação em 4 capítulos. No primeiro deles, procuramos traçar um breve histórico desde a fundação da vila e sua posterior elevação à categoria de cidade, tocando em questões como a escolha do sítio que serviu como base para sua implantação e traçando um paralelo com a tradição urbana portuguesa. Além disso, apresentamos alguns dados preliminares relativos à população da cidade, sua configuração viária e edificatória durante o período abordado pela pesquisa. Paralelamente, tratamos das mudanças de cunho administrativo pelas quais passou a capitania de São Paulo – desde sua incorporação ao patrimônio da Coroa, passando por uma série de desmembramentos e perda de autonomia, até ser restaurada em 1765 e contar com uma cada vez maior ingerência de funcionários régios. Em um segundo momento, descrevemos a estrutura das câmaras municipais, abordando algumas características específicas do Senado paulistano, tais como sua composição, formas de eleição, fontes de obtenção de renda e principais despesas, bem como discutimos a questão da inserção das câmaras no quadro político administrativo português, tendo em vista especialmente as características e o exercício do direito de almotaçaria.

No segundo capítulo, discutimos as noções de termo e rossio e verificamos como ocorreu a definição desses espaços em São Paulo. Passamos então a analisar a maneira como a câmara municipal atuou no sentido de organizar a distribuição do solo no interior da cidade e em seus arredores imediatos, reservando algumas áreas para o uso comum ao mesmo tempo em que determinava outras áreas para o aforamento e construção de edificações. Através do lançamento de editais e posturas, e da fiscalização das construções e dos direitos de propriedade dos moradores, os oficiais camarários buscaram fazer valer as suas prerrogativas e sua jurisdição, exercendo um controle mais efetivo sobre os usos e a apropriação do solo.

O terceiro capítulo trata do esforço despendido pela municipalidade, moradores e pelo governo da capitania para manter transitáveis os caminhos, pontes e aterros que permitiam o acesso à cidade. Da consecução desses serviços dependiam o abastecimento da cidade – garantido majoritariamente pelos moradores dos bairros e freguesias vizinhas que cultivavam alimentos em suas roças e fazendas e os conduziam à cidade para serem vendidos – e o comércio com outras capitanias e o litoral. A partir da segunda metade do século XVIII, e com a administração cada vez mais ativa dos funcionários a serviço da Coroa, estes passaram a promover uma maior cooperação entre as câmaras do planalto e aplicar rendas da Fazenda Real, viabilizando obras de maior porte, as quais visavam a melhoria do sistema de comunicações da

capitania, a movimentação mais eficiente de tropas e material bélico, e o escoamento de produtos de exportação para o porto de Santos.

O quarto capítulo analisa a ação camarária no sentido de organização da área mais densamente ocupada, ação que até meados do século XVIII consistia basicamente na fiscalização das obras de particulares, seguida de multas e mandatos para que os transgressores das posturas municipais regularizassem a situação de suas casas e quintais. Com o aumento da população da cidade e o adensamento de sua área edificada, principalmente a partir do último quartel do século XVIII, tornam-se urgentes uma série de melhorias no interior da cidade, como o calçamento das ruas, a construção de fontes e chafarizes para o fornecimento de água, a construção de casas de aluguel destinadas a aumentar os rendimentos municipais, construção de uma cadeia mais segura, a implantação de um mercado e um hospital militar. A municipalidade passa então a assumir o papel de provedora de serviços e a dividir a responsabilidade pelas obras de maior envergadura com o governo da capitania.

CAPÍTULO 1 – A cidade de São Paulo e o poder municipal na América portuguesa

Neste capítulo, nosso objetivo é traçar um breve histórico desde a fundação de São Paulo, tendo como foco o local onde a cidade foi construída e a maneira como se desenvolveu em termos de espaço urbanizado e população, especialmente durante o recorte da pesquisa: o século XVIII e o primeiro quarto do XIX. Em um primeiro momento, trataremos tanto das questões de ordem física de seu desenvolvimento, quanto das transformações ocorridas a nível administrativo na cidade e na capitania como um todo. Em um segundo momento, exploraremos a configuração das câmaras municipais no contexto da colonização portuguesa, apontando algumas características e especificidades do Senado paulistano. Assim, pretende-se fornecer os elementos necessários ao entendimento de sua ação sobre o espaço, a qual será analisada nos capítulos posteriores.

1.1. São Paulo: a cidade e a capitania

Aos 25 dias do mês de janeiro do ano de 1554, era celebrada uma missa pelo padre Manuel de Paiva no planalto piratiningano, região distante cerca de 12 léguas da vila de São Vicente, na capitania de mesmo nome. Os padres jesuítas haviam construído uma pequena estrutura que servia de dormitório, refeitório e de escola para a catequização dos índios. A celebração dessa missa se deu no dia da conversão do Apóstolo São Paulo, de quem a localidade herdou o nome, e foi por muito tempo considerada o ato fundacional da vila de São Paulo, que se tornaria cidade nos primeiros anos do século XVIII e a grande metrópole contemporânea.

Entretanto, é preciso esclarecer que, na tradição portuguesa, a designação de vila pressupunha a existência de um estatuto político. Uma vila era necessariamente a sede de um concelho, ou câmara municipal, dotada de jurisdição e território concedidos pelo senhor das terras ou por um delegado do poder régio e com a competência de exercer a justiça em primeira instância. A vila, por meio de sua câmara municipal, constituía-se em município, uma entidade

coletiva autônoma – embora submetida ao poder do senhor e do monarca – cujo símbolo maior era o pelourinho.²²

Por meio das cartas de doação das capitanias hereditárias, o monarca concedia aos donatários a faculdade de criação de vilas em seus senhorios. Pela carta de doação da capitania de São Vicente a Martim Afonso de Sousa fica clara a diferença existente entre uma vila e um povoado, simples agregação de indivíduos.

Outrossim me praz que o dito capitão e governador, e todos os seus sucessores possam por si fazer vilas todas e quais quer povoações, que se na dita terra fizerem e lhe a eles parecer que o devem ser, as quais se chamarão Vilas, e terão termos e jurisdição, liberdade e insígnias de Vilas, segundo foro e costumes dos meus Reinos, e isto, porém, se entenderá, que poderão fazer todas las Vilas, que quizerem das povoações, que estiverem ao longo da costa da terra, e dos rios que se navegarem...²³

Assim sendo, São Paulo apenas se tornaria vila em 1560, ano em que o terceiro governador geral, Mem de Sá (1558-1572), ordenou a transferência da vila de Santo André da Borda do Campo para junto do assentamento jesuítico.²⁴

A vila de Santo André havia sido criada em 1553 pelo primeiro governador geral, Tomé de Sousa (1549-1553), mas era assolada constantemente por ataques dos indígenas rivais. Situada numa região de mata, à ‘borda’ dos campos de Piratininga, Santo André estava vulnerável a ataques surpresa dos nativos, que se aproximavam pela mata sem serem percebidos. Já o assentamento dos padres jesuítas, distante duas léguas de Santo André, situava-se em um platô elevado entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, próximo ao rio Tietê, com amplas qualidades defensivas e que permitia dominar com a vista toda a região circundante.²⁵ Atendendo aos pedidos tanto dos padres quanto dos moradores da vila andreense, Mem de Sá entendeu por bem

²² FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. pp.26 e ss.; TEIXEIRA, Rubenilson Brasão. Os nomes da cidade no Brasil colonial. Considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte. *Mercator*, Revista de Geografia da UFC. Fortaleza. Ano 02, número 03, 2003.

²³ Carta de Doação de 20 de janeiro de 1535 a Martim Afonso de Sousa. *Apud*. SOUSA, Washington Luís de. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p.97-8.

²⁴ Nesse sentido, conforme afirma Maria Beatriz Nizza da Silva: “O que caracteriza a fundação de uma vila, quer em Portugal, quer no Brasil, é a existência do poder municipal, simbolizado pelo pelourinho e pela Câmara, e não um colégio de padres, por muitos índios que tivessem à sua volta”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Ed.UNESP, 2009. p.35.

²⁵ TAUNAY, A. d’E. *São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

concentrar os povoadores residentes no planalto numa única localidade, conforme atesta uma carta de 1561, assinada por dois oficiais da câmara de São Paulo, e que já haviam exercido funções municipais em Santo André:

Este ano de 1560 veio a esta capitania Mem de Sá, governador Geral, e mandou que a vila de Santo André, em que antes estávamos, se passasse para junto da casa de S. Paulo, que é dos padres de Jesus, por que nós todos lh'o pedimos por uma petição, assim por ser o lugar mais forte e defensável assim dos contrários como dos nossos índios, como por muitas cousas que a ele se movera.²⁶

A escolha do local pelos jesuítas para estabelecer sua missão e depois por Mem de Sá para a fundação de uma vila é bastante coerente com outras fundações portuguesas na América e nas demais áreas coloniais. Várias pesquisas têm demonstrado a existência de um padrão de urbanização de matriz luso-brasileira, no qual a escolha do local de implantação desempenhava um papel decisivo. As necessidades de defesa e de comunicação com regiões distantes levaram ao estabelecimento dos núcleos coloniais em sítios preferencialmente elevados e próximos ao mar – em baías abrigadas – ou à margem de rios navegáveis. Combinavam-se assim duas condições aparentemente antagônicas: proteção e acessibilidade.²⁷

O melhor aproveitamento desse tipo de configuração se dava em locais onde a colina terminava em uma encosta abrupta sobre o curso d'água, situação verificada no sítio escolhido para a implantação do núcleo jesuítico e da vila de São Paulo (Figura 1). Com base em registros cartográficos, Reis Filho elaborou a seguinte descrição:

A borda da colina, sobre a qual foi fundada a vila, formava como um arco, principiando na Tabatinguera e terminando no ponto em que o Anhangabaú desemboca no Tamanduateí. Esse arco não era regular mas recortado em dois pontos pela erosão, com pequenos cursos d'água, como já foi mencionado: junto ao Colégio (Ladeira General Carneiro) e junto à igreja do Carmo. Entre elas se destacava um trecho isolado de colina, que era portanto recortado por fortes desníveis em três de seus lados. Nesse trecho foi construída a vila de São Paulo.²⁸

²⁶ Apud. SOUSA, Washington Luís de. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p.137.

²⁷ CAMPOS, Cândido Malta. Acrópole introvertida: São Paulo e sua colina histórica. In: *Anais do IX SHCU - Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Paulo: FAUUSP, 2006. v. 1. p.6.

²⁸ REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo. Vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Bank Boston, 2004. p.25.



Figura 1: Características do sítio inicial da vila de São Paulo, com destaque da área urbanizada entre 1560 e 1580. Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo. Vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Bank Boston, 2004. p.22.

São Paulo se desenvolveu lentamente sem extravar os limites da colina de formato triangular que se eleva entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú. O arruamento se deu em função dos caminhos que demandavam os pontos de interesse da população: as propriedades rurais nos arredores, fontes de água, locais utilizados para a lavagem de roupas e principalmente os edifícios religiosos. Ao findar o século XVI, além da igreja dos inicianos, havia sido completada a construção da primitiva igreja do Carmo e do convento dos Carmelitas, bem como a igreja e o convento de São Bento; no século seguinte se deu a fixação em São Paulo dos frades da Ordem Franciscana. Todos os edifícios foram instalados em locais privilegiados, à beira das encostas, contando com amplas áreas para hortas e pomares e com acesso direto aos rios. Os caminhos de ligação entre esses templos, instalados nos três vértices do triângulo, viriam a definir a ocupação predial, e consequentemente o traçado das ruas.²⁹

Na última década do século XVII, a descoberta de ouro em grande quantidade na região conhecida como sertão dos Cataguazes, nas Minas Gerais, viria a trazer uma série de transformações econômicas, sociais e administrativas. A necessidade de pacificar a região mineradora, organizar a sua exploração e garantir o escoamento das riquezas para o erário régio fez com que, em 1709, D. João V (1706-1750) entendesse por bem incorporar a área, até então pertencente à capitania hereditária de São Vicente, ao patrimônio régio. Em carta registrada nos livros da câmara municipal de São Paulo, o rei informava que

²⁹ BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953-54. p.149-52.

por muitas razões que se offereceram do meu serviço fui servido resolver se comprasse por conta da minha real fazenda cincoenta leguas de costa que o marquez de Cascaes possuia no estado do Brasil em a capitania de Santos e São Vicente de que era donatário por preço de quarenta mil cruzados incorporando-se na corôa as jurisdições senhoriais e rendas que tinha o dito donatario.³⁰

A nova capitania régia, denominada Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, tinha como sede a vila de São Paulo, e englobava uma extensa área que ia desde o rio Uruguai, ao sul, e fazia divisa com as capitanias da Bahia e Pernambuco a norte. A oeste, seu domínio se estendia até onde chegava a soberania portuguesa. De acordo com Beatriz Bueno, “a nova capital passara a ser ponto-chave de um território superior a três e meio milhões de quilômetros quadrados, quase metade do Brasil”.³¹

Dois anos depois, a então vila de São Paulo, sede da nova capitania régia, seria elevada à categoria de cidade, atendendo a uma petição dos moradores, reforçada por autoridades seculares e eclesiásticas. O pedido fundava-se na necessidade sentida pelos paulistanos de se criar uma diocese, “e ter Bispo separado da do R.º de Janeyro por nam ser possível a este acudir as obrigaçoens de bom Pastor de Ovelhas tam distantes da sua presença”.³²

Ora, sendo os bispos nobres de primeira grandeza, estes não poderiam residir em vilas.³³ Uma localidade, para se tornar sede de um bispado, deveria primeiro adquirir o estatuto de cidade. Embora esta qualificação não significasse o ganho de nenhuma prerrogativa econômica ou política que a diferenciasses das vilas, adquirir o estatuto de cidade conferia certo prestígio aos seus cidadãos. Exemplo disso é a disputa travada desde a segunda década do século XVIII entre

³⁰ *Registro geral da câmara municipal de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.4, p.75. Para um histórico do litígio envolvendo as casas de Monsanto e Vimieiro em torno da posse das capitanias de São Vicente e Santo Amaro, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Ed.UNESP, 2009. A autora chama a atenção para a enorme confusão sobre os limites entre as capitanias e a quem elas pertenceriam por direito. “O que importa aqui acentuar é que, na prática, as duas capitanias se confundiram e suas denominações foram sendo alteradas com o tempo. Já nada era como em 1534: a Capitania do Rio de Janeiro existia em terras que tinham sido doadas a Martim Afonso de Sousa; para o sul tudo se misturava. E assim, só com a constituição da capitania de São Paulo e Minas de Ouro a parte administrativa começou a ser clarificada com o abandono da figura dos donatários, mais jurídica do que real, sobretudo na segunda metade do século XVII”. p.19.

³¹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, Dec. 2009. p.272.

³² *Ibid.* pp.269-70.

³³ ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1948. p.24.

Vila Rica e Vila do Carmo (atuais cidades de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais) em torno do privilégio de adquirir o estatuto de cidade.³⁴ Lembre-se, ademais, que os donatários estavam autorizados a promover a criação de vilas em suas capitanias, mas não cidades, sendo esta uma prerrogativa régia. Uma vez incorporada a capitania de São Paulo e Minas de Ouro à Coroa, abria-se a possibilidade da promoção dos antigos núcleos à categoria mais elevada na hierarquia das aglomerações.³⁵

Em pouco tempo a administração de uma capitania com tão largas proporções se mostrou ineficiente, de modo que em 1720 a região das Minas Gerais foi desligada da capitania de São Paulo, passando a constituir uma capitania autônoma.³⁶ Era preciso estabelecer uma estrutura administrativa mais rígida nas zonas de mineração, a fim de exercer maior vigilância sobre a cobrança dos quintos, evitar o contrabando do ouro, bem como garantir o funcionamento da justiça, numa região marcada pelo constante afluxo de pessoas atraídas pelas possibilidades de enriquecimento rápido.

Entrementes, achados auríferos nas regiões de Cuiabá e Goiás passaram a exigir a atenção da Coroa, tanto do ponto de vista do fisco, quanto da defesa de seus domínios americanos frente a uma possível ameaça castelhana. A ainda bastante extensa capitania de São Paulo passaria a ser sucessivamente desmembrada, perdendo a ilha de Santa Catarina e o território do Rio Grande em 1738 e Laguna em 1740, anexadas à jurisdição do Rio de Janeiro. A estratégia era submeter todo o sul da colônia a um só comando, visando uma melhor organização militar. Em 1748, um alvará régio promoveu a criação das capitanias de Goiás e Mato Grosso, e, no mesmo ato, submeteu a capitania de São Paulo ao governador da praça de Santos, que por sua vez, era subordinado ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada (1733 – 1763). Destarte, perdia a capitania de São Paulo sua autonomia política e o governador então em exercício, D. Luiz de Mascarenhas (1739 – 1748), se via desobrigado do cargo, devendo retornar ao reino.³⁷

Uma historiografia mais tradicional tendeu a associar a descoberta das minas com o início de um período de decadência social e econômica da região paulista, que culminaria em sua

³⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.pp.340-7.

³⁵ Apesar de o pedido de elevação ter sido atendido prontamente, a cidade de São Paulo ainda teria que esperar até 1745 para ser contemplada com a criação do bispado.

³⁶ *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. v.4, p.7-9.

³⁷ *Registro geral da câmara municipal de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.9, p.284-6.

subordinação ao governador do Rio de Janeiro. O fluxo de pessoas para a região mineradora, perseguindo o sonho do enriquecimento rápido, teria sido responsável pelo esvaziamento populacional da capitania e uma crise da produção de gêneros de primeira necessidade.³⁸

De fato, na documentação camarária consultada ao longo desta pesquisa, encontramos recorrentes referências à escassez de alimentos. Em 1695, o procurador da câmara requeria que “mandasem fazer hu quartel p.^a q’ nenhua pessoa de qualquer calidade e comdisão q’ seja sendo Criador de gado não vendão gado fora da terra pella m.^{ta} falta q’ ha delle com pena de pagar seis mil Reis quem o comtrario fizer tanto o q’ vender como o q’ comprar”.³⁹ Em 1704, o problema eram “os exorbitantes preços em q’ estavam de presente os mantim.^{tos}”, principalmente a farinha de guerra, o milho e o feijão, “q’ he o mantim.^{to} mais vial de q’ se allimentão os povos”. Requeria então o procurador que se estabelecesse um preço fixo para esses mantimentos, o qual não poderia ser excedido “nesta v.^a nem fora della”.⁴⁰

Poucos meses depois, o mesmo procurador requereu aos demais oficiais

sejam servidos mandar convocar o povo assi parte dos lavradores que costumão vender mantim.tos como tão bem homens~ de neg.^{co}, e outros m.^{tos} que não tem meio de mercancia, nem de lavoura a mínima conviniencia, e he bem comum deste povo, e se ajustará o q’ for mais conveniente a conservação delle na exorbitancia q’ padessem nos preços dos mantim.^{tos}, e pello damno que resulta a este povo o levarsse gerenos comestiveis p.^a fora da terra.⁴¹

Pedia ainda para que se passassem “quarteis assi nesta v.^a como no seu termo, q’ nenhuma peça venda farinha assi de guerra como de trigo, milho feijão, toucinho, e gado p.^a fora da terra”, sob multa de seis mil reis.⁴²

Através desses termos de vereação, é possível perceber que o problema enfrentado pelos edis não era o da baixa produção de alimentos, e sim o da insistente presença de atravessadores, os quais compravam os mantimentos diretamente do produtor rural e os encaminhavam para

³⁸ Sobre as imagens a respeito da decadência paulista a partir da descoberta das minas, ver: BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

³⁹ *Actas da câmara municipal de São Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga. v.7, p.468. (Doravante citado como *ACMSP*).

⁴⁰ *ACMSP*. v.8, p.76.

⁴¹ *ACMSP*. pp.77-8.

⁴² *Ibid*.

serem vendidos em outras localidades. O destino dessas mercadorias eram as regiões mineradoras, que em razão do grande fluxo de pessoas engajadas nos promissores trabalhos de cata do ouro de aluvião, e mais tarde na exploração das minas, desde cedo enfrentaram um quadro de desabastecimento crônico.

A escassez de alimentos, associada à relativa facilidade de obtenção do ouro, levou ao aumento desenfreado dos preços na região mineira. Tal circunstância foi explorada pelos comerciantes de outras áreas produtoras de gêneros básicos, que canalizavam toda a produção para o mercado mineiro, gerando séria crise inflacionária e de abastecimento também nas demais áreas da colônia.

Enquanto a especulação reinava nas zonas mineradoras, na área sob a jurisdição da câmara de São Paulo, esta promovia o tabelamento dos preços pelos quais deveriam ser vendidos os produtos, baseada na lógica do preço justo, sendo, portanto, muito mais interessante aos produtores venderem suas mercadorias no aquecido mercado mineiro. Explica-se desta maneira a carestia na cidade de gêneros que abundavam nos seus entornos, bem como a reação da câmara municipal, baixando uma série de proibições ao encaminhamento de alimentos para serem vendidos em outras localidades antes que a cidade estivesse devidamente abastecida.

Com efeito, pesquisas mais recentes têm demonstrado que ao invés do isolamento e decadência outrora imputados à cidade no período, São Paulo esteve completamente articulada a outras regiões coloniais, e que a produção de gêneros, arrematação de rendas reais, e principalmente a comercialização do gado trazido dos campos de Curitiba e do Viamão e revendido no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, elevou os agentes comerciais paulistas a uma posição de destaque econômico e político.⁴³

Nesse sentido, a privilegiada posição geográfica da cidade foi de grande valia. Conforme apontado por Caio Prado Júnior, São Paulo era o ponto de confluência de vários caminhos, os quais permitiram a integração econômica do sul do Estado do Brasil com as zonas mineradoras em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Localizada no centro da bacia hidrográfica do Tietê, de onde partiam rios em todas as direções, constituía-se no ponto natural de articulação tanto do

⁴³ Ver por exemplo: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial. (1711-1765)*. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo. (1765-1822)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

litoral com o planalto, quanto de penetração ao sul: “todos os caminhos, fluviais ou terrestres que cortam o território paulista vão dar nele e nele se articulam. O contato entre as diferentes regiões povoadas e colonizadas se faz necessariamente pela capital. O intercâmbio direto é impossível”. Além disso, este era “o ponto intermediário, a escala necessária das comunicações entre o planalto e o litoral”.⁴⁴ Daí a importância do caminho do mar em toda a história de São Paulo e o constante empenho das autoridades em mantê-lo transitável.

A região paulista, na qualidade de comarca subordinada ao Rio de Janeiro desde 1748, viria a ser reorganizada como uma unidade administrativa autônoma em 1765. O nomeado para desempenhar o cargo de governador e capitão general da capitania restaurada foi D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão (1765 – 1775), o quarto morgado de Mateus. Militar de carreira, que havia se destacado na resistência portuguesa à invasão franco-espanhola durante a Guerra dos Sete Anos, governou a capitania de São Paulo durante dez anos, de acordo com a estratégia pombalina de escolher governadores a dedo e mantê-los em função por longos períodos. A partir de então a capitania não deixaria de contar com um governador geral residente.

Constituindo-se a cidade de São Paulo como o local de residência permanente de seus governadores⁴⁵, desde D. Luis Antonio, até o final do período colonial, é possível observar investimentos cada vez maiores do erário régio no território paulista, bem como em melhorias na cidade de São Paulo. Paralelamente a esse maior investimento, verifica-se uma maior ingerência de governadores e ouvidores nos assuntos que até então eram resolvidos quase que exclusivamente pela câmara.

A primeira medida levada a cabo pelo morgado de Mateus foi a realização do levantamento populacional da capitania, seguida pela solicitação de uma série de informações sobre fatores geográficos, disponibilidade de munições e artilharia, e condições da lavoura na capitania. Assim, procurava conhecer melhor o território e a população que tinha a seu dispor, quantos homens estariam aptos a pegar em armas e quais gêneros eram produzidos em cada vila e

⁴⁴ PRADO JUNIOR, Caio. A Cidade de São Paulo: geografia e história. In. _____. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012. pp.111-2.

⁴⁵ Mesmo antes da subordinação ao governo do Rio de Janeiro, os governadores passavam a maior parte de seus mandatos nas regiões mineradoras.

freguesia. Com base nessas informações, D. Luís Antonio esperava poder exercer um controle mais efetivo sobre todas as atividades dentro de sua área de jurisdição.⁴⁶

A partir de 1765, até o final do século XVIII, houve um considerável aumento populacional na capitania, coincidente com os bons resultados da produção de açúcar, incentivada pelo morgado de Mateus e pelos demais governadores que lhe sucederam. De acordo com Nizza da Silva, “em consonância com o vigor econômico, a população cresceu acima dos índices usuais”, principalmente pela atração de imigrantes de outras regiões da colônia. Nos primeiros anos do século XIX, a capitania já apresentava uma população três vezes maior do que a verificada em 1765.⁴⁷ Crescimento semelhante pode ser observado na população da cidade de São Paulo. Segundo os estudos de Maria Luiza Marcílio a partir dos recenseamentos elaborados desde o governo do morgado de Mateus, a população da área edificada de São Paulo no ano de 1765 – paróquia da Sé – era de 1.516 habitantes livres, distribuídos em 392 fogos.⁴⁸

Já em 1809, de acordo com o estudo feito por Beatriz Bueno a partir do levantamento populacional efetuado em razão da cobrança do imposto predial da Décima Urbana, a população do núcleo urbano chegava a cerca de 7.000 habitantes. A Décima Urbana, implementada em 1809, foi o primeiro imposto predial estabelecido – inicialmente para a cidade do Rio de Janeiro e principais vilas do litoral, mas logo estendido a todas as povoações do continente –, que consistia na cobrança de 10% do rendimento líquido de todos os bens imóveis. A Décima implicou na necessidade de se estabelecer em cada povoação a área sobre a qual o imposto incidiria, bem como registrar todos os prédios, proprietários e inquilinos circunscritos nessa área.⁴⁹ Foi no contexto do estabelecimento da Décima Urbana que pela primeira vez foram providenciados a numeração das casas e a delimitação do perímetro urbano da cidade de São Paulo. Bueno pôde ainda identificar algumas características físicas da cidade em 1809. Segundo a autora, a área

⁴⁶ Segundo Nizza da Silva, os maços de população e listas nominativas, que tiveram início nesse período e se estenderam, apesar das dificuldades logísticas, até 1836, consistiam em “poderoso instrumento administrativo e estratégico para a tomada de decisões no âmbito da economia e da população local”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Ed.UNESP, 2009. p.158.

⁴⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Ed.UNESP, 2009. p.158. p.159.

⁴⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. São Paulo: EDUSP, 2014. p.146.

⁴⁹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1.p. 59-97. jan. - jun. 2005. p.61.

urbana contava à época com 1.211 imóveis, sendo em sua grande maioria casas térreas de taipa de pilão em meio a apenas 161 sobrados. Conforme mostrado na Figura 2, o perímetro urbano se restringia à colina entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, apresentando uma alta densidade de ocupação.

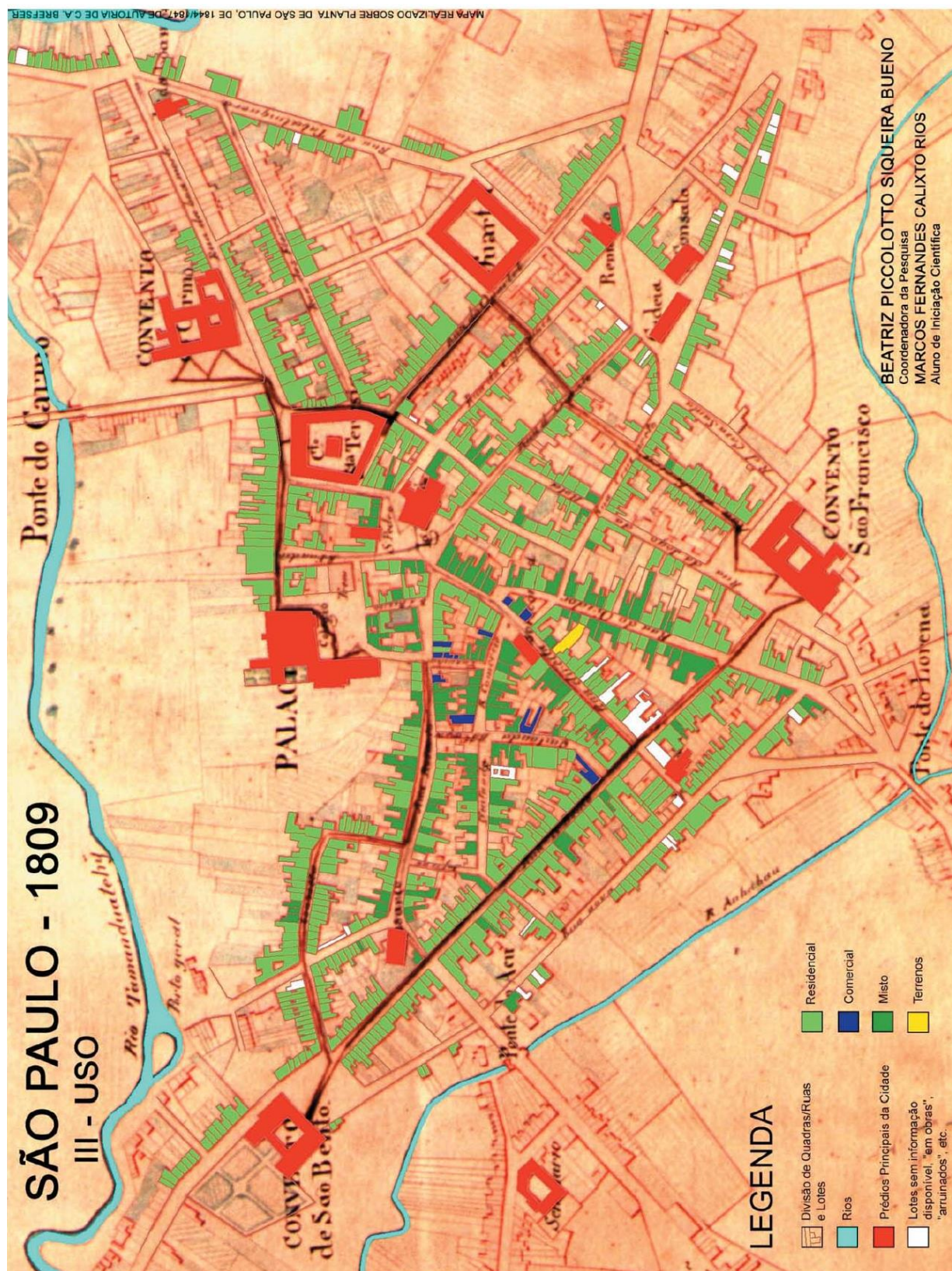


Figura 2: São Paulo 1809 - Usos. Fonte: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O velho tecido urbano de São Paulo. Proprietários e 'mercado imobiliário' rentista em 1809. *Varia História*, nº32. Julho, 2004, p.123.

No mapa elaborado por Bueno sobre a Planta de São Paulo de 1844/1847, destacam-se em vermelho os principais edifícios – de baixo para cima e da esquerda para a direita: Convento de São Bento; Seminário; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; Palácio do Governo/Colégio dos jesuítas; Igreja da Misericórdia; Igreja de Santo António; Convento de Santa Thereza; Igreja de São Pedro; Igreja da Sé; Convento de São Francisco; Convento do Carmo; Quartel; Igreja de Nossa Senhora dos Remédios; Igreja de São Gonçalo; Cadeia; Igreja da Boa Morte –, em verde os prédios de uso residencial e misto, em azul os de uso estritamente comercial, em branco os lotes sem informação disponível ou em obras e em amarelo o único terreno vazio.

Percebe-se, portanto, o predomínio de imóveis de uso estritamente residencial e de prédios utilizados simultaneamente como loja e residência. Fica evidente também que na primeira década do século XIX quase todos os terrenos da cidade haviam sido ocupados – apenas 33 lotes não contam com informações ou foram registrados como estando em obras, e um único terreno foi registrado como não edificado – situação que levou nessa mesma época à expansão do arruamento para a colina a oeste do córrego Anhangabaú e a criação da chamada “cidade nova”.

Felizmente, dispomos de dois mapas elaborados no interior do recorte cronológico estabelecido para esta pesquisa, os quais nos permitem fornecer uma noção bastante aproximada de como se constituía o espaço físico da cidade em dois momentos.

O primeiro deles é a chamada “Planta da Restauração” (Figura 3), que ao que tudo indica, foi elaborada durante o governo do morgado de Mateus ou de seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775 – 1782), mas acabou recebendo acréscimos posteriores, como a inclusão de prédios construídos apenas no final do século XVIII: o quartel, a Casa da Câmara e Cadeia e a igreja da Ordem Terceira de São Francisco. Não obstante esses acréscimos, estima-se que o traçado geral da planta corresponde ao período entre 1765 e 1780.⁵⁰

⁵⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo. Vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Bank Boston, 2004. p.67-8.



Figura 3: Planta da Imperial Cidade de São Paulo (ou “Planta da Restauração”). Reproduzido de: REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo. Vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Bank Boston, 2004. p.66-7. Original pertencente ao Arquivo Histórico Militar – Rio de Janeiro.

O arruamento alcançava quase a mesma área ocupada em 1809 – com exceção de algumas ruas que seriam abertas no período entre um e outro registro: a Rua da Casa Santa, por trás da Igreja de São Gonçalo (atual Rua Riachuelo); a Rua do Miguel Carlos (1784) que começava no Largo de São Bento e estabelecia uma ligação mais curta com o Convento da Luz (atual Rua Florêncio de Abreu); a Rua nova de São José (1786), entre a Rua de São Bento e o córrego Anhangabaú (atual Rua Libero Badaró). Entretanto, a densidade da ocupação predial era muito mais baixa, conforme sugerem as representações de árvores e canteiros nos vastos quintais e as partes não edificadas junto às ruas – especialmente as ruas mais periféricas a sul e sudoeste da cidade.

A outra representação gráfica do arruamento da cidade de São Paulo elaborada no interior do período abordado por esta pesquisa data do ano de 1810. É a planta levantada pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa, que mostra como se configurava a sede da capitania ao findar da primeira década do século XIX (Figura 4).

Por essa representação, pode-se afirmar que em 1810 toda a área da colina histórica havia sido ocupada e foi dado início à ocupação da cidade nova, por meio do arruamento delineado nas terras do coronel José Arouche de Toledo, caídas em comisso. O delineamento dessas ruas, cuja responsabilidade foi delegada pela câmara municipal ao próprio coronel Arouche, viria a guiar a expansão futura da cidade ao longo de todo o século XIX. Na imagem destaca-se a chácara do coronel Francisco Xavier dos Santos, uma enorme área rural que só viria a ser desapropriada e arruada a partir da segunda metade do oitocentos.

Estima-se que até 1828, ano que se encerra o período abrangido por esta pesquisa, a configuração da cidade não seria muito diferente da apresentada até agora. Não obstante a existência de amplo arruamento aberto a oeste do Anhangabaú, a documentação por nós compulsada sugere que a cidade nova permaneceria por algum tempo parcamente ocupada – com exceção de uma pequena área entre a Igreja de Santa Ifigênia e o núcleo original. Desde que se iniciaram as concessões de terras na região a câmara expediu vários mandados insistindo para que os proprietários dessem início às construções e cuidassem da limpeza de suas testadas.⁵¹ Entretanto, essas medidas parecem não ter surtido muito efeito, já que em 1825 os edis receberam uma carta do Conselho do Governo da Província na qual consta a informação de que “tendo-se repartido ha muitos annos os terrenos da cidade nova os respectivos proprietarios apenas cercaram as datas que obtiveram e até o presente não edificaram como são obrigados, achando-se as ruas de suas testadas cheias de pantanos, matto e formigueiros”.⁵²

⁵¹ Ver por exemplo: *ACMSP*. v.21, pp.86-7; p.94; *Registro geral da câmara municipal de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.14, p.190; p.485-6.

⁵² *Registro geral da câmara municipal de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.18, p.316.

1.2. A instituição municipal e a estrutura das câmaras municipais

Como vimos, São Paulo foi oficialmente fundada como um município, tendo recebido o predicativo de vila no ano de 1560. A criação de municípios foi a maneira encontrada pelos portugueses, e também pelos espanhóis, para ocupar as terras que encontraram no continente americano. Ao passo que a instalação de um município pela Coroa consistia em um ato simbólico de tomada de posse, que explicitava a pretensão de domínio sobre um vasto território ainda desconhecido, a ocupação de fato era realizada pelos colonos, que se radicaram em pequenos núcleos fortificados e gradualmente puderam estabelecer unidades de produção agrária voltadas à subsistência e ao comércio.⁵³ Os municípios, que poderiam ter o designativo de vila ou cidade, eram a divisão básica da organização político-territorial portuguesa. Agrupavam-se em circunscrições maiores denominadas comarcas – as quais correspondiam à jurisdição dos ouvidores – que por sua vez estavam inclusas na delimitação de uma capitania.

Instituição fundamental de um município era a câmara municipal, indispensável para a administração e o controle institucional de seu território. Segundo a célebre definição de Charles R. Boxer, as câmaras municipais podem ser consideradas – juntamente com as irmandades religiosas – um dos pilares gêmeos da sociedade portuguesa no ultramar. Como uma instituição transplantada do reino para as colônias, elas seriam o elo entre a tradição portuguesa e as terras conquistadas, garantindo a continuidade na administração local, que bispos, governadores e magistrados passageiros não poderiam assegurar.⁵⁴

Em princípio, as câmaras criadas na América deveriam funcionar segundo o modelo daquelas existentes em Portugal, afinal, tanto estas quanto as câmaras coloniais eram regulamentadas pelos capítulos das Ordenações do Reino. Entretanto, é preciso destacar que apesar da regulamentação comum, tanto a composição quanto o funcionamento destas instituições – sejam reinóis, sejam coloniais – variaram consideravelmente em função de diversos fatores, como o porte, riqueza e importância de sua sede. Seu grau de autonomia em relação aos agentes da Coroa também variou bastante. De acordo com Magnus Pereira,

⁵³ PEREIRA, Magnus Roberto Mello de; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. O poder local e a cidade: a Câmara municipal de Curitiba, séculos XVII a XX. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p.20.

⁵⁴ BOXER, C. R. *O Império Colonial Português* (1415-1825). Lisboa, Edições 70, 1969.

Neste aspecto há uma regra básica, que repete o que ocorria em Portugal. Quanto mais importante a cidade, maiores eram os seus privilégios e autonomias formais. Todavia, maiores ainda eram as dificuldades encontradas para fazer valer tais privilégios. Na prática, as localidades desimportantes e isoladas tiveram uma autonomia bem maior que os principais centros urbanos coloniais. A obtenção, ou perda, dos poderes de cada câmara era decorrência de sua importância e riqueza mas, também, de sua inserção no quadro das intrigas administrativas”.⁵⁵

Os membros que compunham a câmara municipal eram em regra dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador. Aos juízes ordinários cabia a aplicação da justiça em primeira instância, com apelação para o ouvidor, bem como zelar pelo bom cumprimento das atribuições dos demais funcionários. Deveriam exercer suas funções alternadamente, em cada semana ou mês do ano, e presidir as sessões da câmara.⁵⁶

Os vereadores eram os responsáveis em prover tudo o que fosse para o “bem comum” dos moradores e o “bom regimento da terra”. Deveriam colocar em pregão e proceder à arrematação dos contratos de venda providos pela câmara, zelar pelo patrimônio municipal e pelas benfeitorias necessárias no interior da cidade. Eram eles que discutiam e elaboravam as posturas, leis municipais que estabeleciam os costumes a serem observados na localidade, cuja aprovação deveria ser votada em conjunto com os demais oficiais. O texto das Ordenações previa que:

E bem assi saberão como os caminhos, fontes, chafarizes, pontes, calçadas, poços, casas e quaesquer outras cousas do Conselhos são reparadas. E as que se deverem fazer adubar e concertar, manda-las-hão fazer e reparar, e abrir os caminhos e testadas, de maneira que se possam bem servir per elles, fazendo-o de modo, que por falta suas as ditas cousas não recebam danificação.⁵⁷

⁵⁵ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese(doutorado) - Universidade Federal do Paraná. p.57. Conforme pudemos observar na documentação referente à câmara de São Paulo, seus oficiais desempenharam suas funções com certa liberdade pelo menos até a restauração da capitania como uma unidade administrativa autônoma, em 1765. A partir daí, a edilidade paulistana passou a conviver com a constante ingerência de governadores nos assuntos pertencentes à esfera municipal, conforme veremos de maneira mais aprofundada nos capítulos seguintes.

⁵⁶ *Codigo Philipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Typographia do instituto philomathico, 1870. Livro 1, Título 65.

⁵⁷ *Ibid.* Livro I, Título 66, §24.

Já o cargo de procurador foi o que, talvez, tenha encontrado maior variação na prática administrativa municipal. Em princípio, deveria cuidar das finanças e do patrimônio da municipalidade, numa atribuição aparentemente cumulativa com a dos vereadores.

E requererá bem todos os adubios e concertos, que cumprirem às casas, fontes, chafarizes, poços, calçadas, caminhos, e todos os outros bens do Concelho; e assi procurará todos seus feitos, em tal maneira, que se não percam nem danifiquem por sua falta.⁵⁸

A grande diferença estava em sua função de requerer aos demais oficiais ordens específicas para os consertos e melhorias a serem feitas na cidade. Na prática, era ele o responsável por ditar as pautas a serem discutidas nas reuniões, e garantir que as decisões tomadas em câmara fossem efetivadas, adquirindo, ao menos no universo colonial, uma importância imprevista em seu pequeno regimento contido nas Ordenações.⁵⁹

A partir da análise da documentação camarária paulistana, que contava com apenas dois juízes, um procurador e três vereadores, pudemos observar que suas reuniões geralmente eram guiadas pelos requerimentos do procurador, sendo prontamente encerradas quando este nada tinha a requerer. As reuniões ocorriam ordinariamente uma ou duas vezes por semana, às quartas e sábados, mas podiam ser convocadas sessões extraordinárias em caso de assuntos urgentes. Em ocasiões de maior importância, realizavam-se sessões abertas contando com a presença dos principais moradores para deliberação em conjunto.

A escolha dos oficiais se dava por meio de um processo eleitoral indireto, que poderia ocorrer de duas maneiras – eram as chamadas eleições de pelouro e de barrete.⁶⁰ A cada três anos eram convocados os “homens bons” para votarem em seis indivíduos, os eleitores, que seriam aqueles que de fato escolheriam os futuros oficiais. Uma vez escolhidos os eleitores, estes eram separados em duplas e cada dupla elaborava três listas com os nomes daqueles que consideravam como os mais aptos a exercer os cargos da governança.

⁵⁸ *Op.cit.* Livro I, Título 69, §1.

⁵⁹ Cf. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese(doutorado) - Universidade Federal do Paraná. pp.86 e ss.

⁶⁰ Toda a descrição do processo eleitoral a seguir se baseia no texto: SANTOS, António Cesar de Almeida; SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. *Eleitores e eleições no Brasil Colonial (Curitiba, 1749-1827)*. In: _____; _____ (orgs). *Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

A eleição deveria ser presidida pelo ouvidor da comarca, que apurava as listas e redistribuía os nomes mais votados, evitando que parentes de até quarto grau servissem em um mesmo ano, e mesclando os nomes daqueles que ainda não haviam servido com os dos mais experientes. Elaborava então três listas para juízes, três listas para vereadores e três listas para procuradores, as quais eram encerradas em pelouros⁶¹ e colocadas dentro de um saco, com repartições específicas para cada cargo. O saco era guardado no cofre da câmara juntamente com a pauta assinada e lacrada, na qual o juiz da eleição anotava todos os nomes e respectivos cargos para a verificação de eventuais tentativas de fraude.

Ao final de cada ano, procedia-se ao sorteio dos oficiais que deveriam servir no ano seguinte. Eram convocados todos os cidadãos a assistirem à cerimônia, na qual uma criança de até sete anos de idade retirava um pelouro de cada repartimento do saco, revelando os nomes dos eleitos. No caso de impedimento de qualquer um dos eleitos por esse sistema, seja por estar a algum tempo fora da cidade, por enfermidade, óbito ou dispensa expedida por alguma autoridade, procedia-se de maneira mais sumária: os próprios oficiais empossados, às vezes com a participação dos demais homens bons, votavam para a escolha de um substituto. Essa era a chamada eleição de barrete.⁶²

Nas eleições para a câmara paulistana havia uma alteração bastante significativa em relação ao que era prescrito pelas Ordenações e pelos demais regimentos que regulavam o processo eleitoral. Trata-se do acordo estabelecido em 1655 pelo então governador geral Jerónimo de Ataíde (1654 – 1657), sexto Conde de Autogüia, visando por um fim ao conflito deflagrado entre as famílias Pires e Camargo. O governador decidiu dividir igualmente os cargos camarários entre os membros das duas facções, “para que com a esta igualdade cessem as inquietações que de a não haver se acenderão naquele Povo”. Segundo o estabelecido por Autogüia, a partir daquele ano, as eleições dos oficiais municipais deveriam transcorrer da seguinte maneira: o Ouvidor convocaria, “na forma da Ordenação os homens bons, e Povo della [da vila] ao Conselho, e lhe requererá que nomeye cada hum seis homens para Eleitores, tres do bando dos Pires, e tres do dos Camargos”. Os eleitores nomeados não deveriam ser os “Cabessas

⁶¹ “Pelouro” era uma bola de cera na qual eram inseridos os nomes dos escolhidos para os cargos camarários.

⁶² “O termo ‘barrete’ designa um pequeno gorro de tecido flexível, dentro do qual eram depositados os votos”. SANTOS, António Cesar de Almeida; SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. Eleitores e eleições no Brasil Colonial (Curitiba, 1749-1827). In: _____; _____ (orgs). *Eleições da Câmara Municipal de Curitiba* (1748 a 1827). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p.2.

dos Bandos, antes os mais zelosos, e timoratos”.⁶³ Indicados os eleitores, e por eles elaboradas as listas, o ouvidor deveria organizá-las de modo que a cada ano saíssem nos pelouros três representantes de cada família, sempre um juiz Pires e um Camargo, dois vereadores de uma família, o terceiro vereador e o procurador de outra. A portaria emitida pelo Conde de Autoguaia que regulamentava o novo procedimento eleitoral permaneceria em vigência no século seguinte, conforme atestam algumas atas setecentistas.⁶⁴

Os oficiais eleitos tinham direito de voto nos assuntos de maior relevância para a municipalidade e eram quem de fato tomavam as decisões. Além deles, havia ainda vários outros funcionários nomeados pela própria câmara, ou diretamente providos pelo governador, pelo rei ou pelo capitão donatário, os quais a auxiliavam “nas diversas atribuições atinentes às câmaras: administrar os bens da municipalidade, aplicar a lei na instância do município, fazer o policiamento, cobrar as multas e arrecadar as rendas locais, entre outras”.⁶⁵ Alguns deles eram o escrivão, tesoureiro, alcaide, porteiro, carcereiro, juiz de órfãos, juízes de vintena e o almotacé, a quem voltaremos mais adiante.⁶⁶

As rendas da câmara provinham de uma diversidade de taxas impostas aos bens comercializados na cidade, dos foros pagos pelos concessionários de terras municipais, direitos de passagem de rios, além de multas aplicadas aos transgressores das posturas municipais. Outra importante fonte de renda da câmara paulistana eram os estancos, espécie de licenças concedidas a certos indivíduos, as quais lhes garantiam o monopólio do comércio de alguns gêneros, tanto na cidade, quanto nos bairros e freguesias mais afastados. Estes contratos de exclusividade eram arrematados no início de cada ano por aqueles que oferecessem os maiores valores.⁶⁷ A partir de

⁶³ *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*.v.32, p.219.

⁶⁴ Ver por exemplo: *ACMSP*, v.15. p.353. “E na mesma vereança mandou o novo juiz presidente o alferes Domingos Luiz Cabral intimasse, e lêsse aos vereadores actuaes e procurador do concelho o alvará e privilegio das familias dos Pires, e Camargos, a respeito das eleições que se costumam fazer neste Senado de que eu escrivão lhes intimei e li e declarei, e a elle não puzeram duvida alguma os ditos vereadores em observancia do dito alvará”.

⁶⁵ SALGADO, Graça (coord). *Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro, 1985. p.71.

⁶⁶ Algumas câmaras contavam ainda com a representação dos ofícios baseada no sistema de corporações. Cf. BOXER, C. R. *O Império Colonial Português* (1415-1825). Lisboa, Edições 70, 1969. p.264-5. BICALHO, Maria Fernanda B. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maris Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa* (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.192.

⁶⁷ Para um estudo mais aprofundado sobre a arrematação dos estancos em São Paulo, ver: BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial* (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP:

1774, os edis passaram a contar também com as rendas provenientes do aluguel das ‘casinhas’, construídas para abrigar os produtores rurais que desejassem comercializar seus mantimentos e aumentar assim os rendimentos do conselho.⁶⁸

Entretanto, muitos autores apontam para a insuficiência das rendas municipais para dar conta das grandes despesas que estavam a seu encargo, configurando um quadro geral de penúria. São Paulo não parece ter sido uma exceção. Alguns documentos nos permitem ter uma ideia de como eram investidos os seus fundos. Em 1746, respondendo ao pedido do então governador general D. Luiz Mascarenhas, os oficiais da câmara de São Paulo lhe remeteram um sucinto relatório, discriminando a maneira como os rendimentos municipais foram gastos naquele ano. Os gastos foram com o ordenado dos ouvidores – despesa dividida com as demais câmaras da comarca –, com as quatro festas reais organizadas anualmente, o pagamento dos salários dos funcionários a serviço da câmara, especificamente o carcereiro, o alcaide e o escrivão, o conserto de pontes, além de outras despesas menores.⁶⁹

Além desses gastos ordinários, em várias ocasiões as câmaras foram convocadas pela Coroa a arrecadar donativos e contribuições para fins diversos, como dotes para casamentos reais, acordos diplomáticos, e a reconstrução da cidade de Lisboa, arrasada pelo grande terremoto de 1755. Como no dia 15 de agosto de 1728, quando se reuniam na casa da câmara os oficiais, o ouvidor e os demais homens bons para discutirem a melhor forma de arrecadar os 10 mil cruzados anuais para os “dotes dos Príncipes nossos Senhores”, em razão do casamento entre D. João V e a arquiduquesa Dona Mariana de Áustria. Decidiram pelo estabelecimento de um novo imposto sobre as cargas que viessem do litoral, exceto milho, feijão e farinha e sobre o gado que se mandasse para Santos. Acordaram também que a cobrança seria feita por um morador da cidade a ser indicado, e um escrivão, postados em um registro na serra do Cubatão. Mesmo após uma série de esforços para efetuar a arrecadação, ao término dos seis anos previstos para a contribuição, o montante total de 60 mil cruzados não pôde ser atingido, de modo que em carta de 6 de agosto de 1734, o rei lhes escrevia perdoando os 20 mil cruzados que ainda faltavam.⁷⁰

Fapesp, 2002. Ver também: MOURA, Denise A. Soares de. Região, Relações de Poder e Circuitos Mercantis em São Paulo (1765-1822). *Saeculum* n° 14 - jan./ jun. 2006. p.39-56. p.43 e ss.

⁶⁸ Cf. *ACMSP*. v.16, p.361-71. Termo de entrega das casinhas fabricadas “a rogos do illustrissimo e excellentissimo senhor dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão...”.

⁶⁹ *Registro geral da câmara municipal de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.8, pp.190-3.

⁷⁰ *ACMSP*. v.9, p.593-8. Outros termos nos quais se discute a arrecadação do donativo: v.10, p.39; p.50-1; p.69-71; p.343-5.

São constantes na documentação camarária as menções à falta de recursos, e em algumas situações nos é permitido contemplar a limitação dos bens a sua disposição. Em 1768, o provedor da Fazenda Real efetuou a penhora dos bens da câmara paulistana, já que esta devia à Fazenda os ordenados dos ouvidores da comarca. Os edis recorreram então, sem sucesso, ao ouvidor geral e ao governador da capitania, se queixando da atitude do provedor,

de forma que com a dita penhora que mandou fazer o dito provedor da Real Fazenda ficou este Senado sem rendimentos alguns com que pudesse fazer não só as festas reais que Sua Magestade Fidelíssima mandou se façam mas também inhabil de poder fazer reparos públicos de pontes, fontes, e calçadas.⁷¹

Na ocasião, tiveram que elaborar um rol contendo todos os bens do concelho, que consistiam em:

uma dúzia de cadeiras, e a mesa do tribunal com o docel de seda, e o retrato de Sua Magestade Fidelíssima; como também o mesmo retrato de El-Rei nosso Senhor Dom João Quarto que Deus Nosso Senhor tem na glória; e o mesmo painel do Senhor São Paulo padroeiro desta capitania; e o estandarte real e os livros do Senado da Câmara, e o cofre dos pelouros, e uma caixa que se acha na mesma Câmara aonde o escrivão guarda os seus papéis, e os bancos e os ferros da cadeia que tudo declarou o dito procurador deste concelho Manuel de Faria Couto tinha dado á penhora.⁷²

Entre as maiores despesas das câmaras estava a organização das festas e procissões religiosas. Charles Boxer entende essa prática como um desperdício de dinheiro, uma vez que “frequentemente as deixava com fundos insuficientes para a manutenção das estradas, pontes e outras obras públicas”.⁷³ Mas não se pode esquecer que arcar com as festividades era uma atribuição presente no regimento dos juizes e vereadores nas Ordenações, que previam a realização anual de pelo menos três festas religiosas, a da visitação de Nossa Senhora, do Anjo da Guarda e a do Corpo de Cristo, sendo que em algumas cidades outras festas poderiam ser acrescentadas, como a em homenagem a São Sebastião.⁷⁴ Os gastos com cera para velas, encomenda

⁷¹ *Id.* v.15, p.407.

⁷² *Ibid.* p.408.

⁷³ BOXER, C. R. *O Império Colonial Português* (1415-1825). Lisboa, Edições 70, 1969. pp.271-2.

⁷⁴ “Item, mandamos aos Juizes e Vereadores, que em cada hum anno aos dous dias do mez de Julho ordenem huma procissão solemne á honra da Visitação de Nossa Senhora. E assi mesmo farão [...] outra procissão solemne, por commemoração do Anjo da Guarda [...] As quaes Procissões se ordenarão e farão com aquella festa e solenidade,

de missas, contratação de músicos e construção de arcos comemorativos consumiam os poucos recursos municipais, e não era fácil se abster destas despesas.

Em 1748, o procurador informou aos demais oficiais que a câmara estava “gravemente empenhada”, devendo 350 mil reis a particulares, e que há muitos anos não pagava “as pensões reais que está obrigada a contribuir”. E como os rendimentos eram muito diminutos, requereu que naquele ano não se fizesse mais do que duas festas, a de São Sebastião e do Corpo de Deus “que assim era o costume antigo, e que as outras duas se não façam pela excessiva despesa pela falta de rendimento”.⁷⁵ Os vereadores e juiz aprovaram o requerimento do procurador, mas quando a abstenção chegou ao conhecimento do ouvidor, este se viu obrigado a lembrar aos oficiais a obrigatoriedade da realização das festividades:

Consta-me que a requerimento do procurador do concelho deixam vossas mercês de celebrar a real festa da visitação de Nossa Senhora, sendo uma das incluídas na Ordenação incorporada no regimento de vossas mercês, em que só Sua Magestade podia dispensar como legislador de suas leis, e não vossas mercês sem ordem expressa do mesmo senhor e como por resolução do mesmo senhor de dois de setembro de 1746 me ordena proceda contra vossas mercês faltando alguma festa real, vossas mercês logo ordenarão ao procurador ponha tudo pronto para amanhã se fazer a dita festividade aliás proceder como Sua Magestade me ordena. Deus guarde vossas mercês.⁷⁶

Na sessão seguinte, os oficiais sumariamente ordenaram ao procurador efetuar o pagamento das despesas referentes à festividade, bem como da que deveria ser realizada dentro de poucos dias, em homenagem ao Anjo da Guarda.⁷⁷

com que se faz a do Corpo de Deos [e] quaisquer outras, que de antigo se costumaram fazer”. *Código Philipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Typographia do instituto philomathico, 1870. Livro I, Título 66, §48.

⁷⁵ *ACMSP*. v.12, pp.527-8.

⁷⁶ *Registro geral da câmara municipal de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.9, p.150.

⁷⁷ *ACMSP*. v.12, p.533.

1.3. A inserção das câmaras na estrutura político administrativa portuguesa e o direito de almotaxaria.

As câmaras municipais eram as instituições administrativas mais próximas da realidade local. Relacionavam-se hierarquicamente com diversas outras instâncias sediadas na colônia e na metrópole, de modo que sua importância relativa e sua inserção no contexto mais amplo da estrutura administrativa do império português foram encaradas de maneira bastante diversa pela historiografia. A atuação das câmaras municipais tem sido estudada, já há algum tempo, do ponto de vista de sua dimensão político institucional, e de sua inserção com maior ou menor grau de autonomia ou subordinação ao estado central português. Este tipo de abordagem corresponde, naturalmente, a investigações de âmbito mais abrangente, as quais buscam entender o funcionamento da estrutura administrativa colonial como um todo.

Grande parte da historiografia brasileira do século XX que tratou do problema da administração colonial foi marcada por duas linhas interpretativas, representadas pelas obras clássicas de Caio Prado Junior e Raymundo Faoro.⁷⁸

Para o primeiro, a tônica da administração colonial teria sido dada por uma grande confusão hierárquica e pelo excesso de burocracia, que fazia com que todos os assuntos, mesmo os de menor importância, convergissem para Lisboa. Neste sistema, as câmaras municipais desempenhariam funções puramente administrativas, cujas competências eram frequentemente invadidas por outras autoridades: “a câmara funciona aí como simples departamento executivo, subordinado à autoridade do governador”.⁷⁹

Raymundo Faoro, por sua vez, enfatiza o êxito centralizador da Coroa portuguesa, cuja marcada racionalidade e força se estenderiam às colônias por meio da “palavra rígida, inviolável e hierática das Ordenações”.⁸⁰ A vontade do rei, indiferente aos interesses coloniais, teria condições de modelar a realidade e se impor opressivamente através de seus agentes locais.

⁷⁸ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. Política e administração colonial: problemas e perspectivas. In: _____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Ver também BICALHO, Maria Fernanda B. História e memória da colonização portuguesa: o acervo do Centro de Referência Luso-Brasileira e novas perspectivas historiográficas sobre a História Colonial. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.40, p.283-302, 2008.

⁷⁹ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1953. p.316.

⁸⁰ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro*. 3.ed. São Paulo, SP: Globo, 2001. p.173.

Entretanto, o papel desempenhado pelas câmaras, segundo a perspectiva de Faoro, não difere muito daquilo que havia sido enunciado por Caio Prado Júnior. De acordo com Faoro, “salvo um fugaz momento de estímulo régio de um século, estímulo que não busca a autonomia mas a subordinação, por meio do compromisso, o município se submete ao papel de braço administrativo da centralização monárquica”.⁸¹

Não obstante, ao menos desde a década de 1990, a discussão em torno dessa dicotomia tem sido superada pelos historiadores, a partir das análises efetuadas pelo historiador e jurista português António Manuel Hespanha. Ao estudar as fontes do direito português no período moderno, Hespanha identificou uma lógica inerente àquela sociedade, superando assim a visão anacrônica que até então havia se perpetuado na historiografia.

Em sua tese de doutoramento, o autor demonstrou como a ideia corrente do Estado moderno como uma organização fortemente centralizada e dependente do arbítrio do rei não se sustenta após análises empíricas, consistindo numa visão retrospectiva que aplica a todo o período moderno as intenções centralizadoras que só vão se efetivar no século XIX.⁸²

Nesta e em outras obras, o autor enfatiza os inconvenientes decorrentes de se aplicar uma concepção bastante atual de Estado ao Antigo Regime, pressupondo uma separação demasiado nítida entre o próprio Estado e a sociedade civil, ou delimitações muito precisas entre as noções de interesse público e interesse privado, bem como a concentração do poder em um único polo decisório. Ao contrário, o estudo cuidadoso da lógica do sistema político então em vigência evidencia que o poder na monarquia portuguesa de Antigo Regime se encontrava partilhado entre os diversos corpos que compunham a sociedade, devendo o rei respeitar as jurisdições e prerrogativas inerentes a cada um desses demais polos de autoridade.

Ao contrário do que acontece hoje, o poder político estava muito repartido nas sociedades modernas. Com o poder da coroa coexistiam o poder da Igreja, o poder dos concelhos ou comunas, o poder dos senhores, o poder de instituições como as universidades ou as corporações de artífices, o poder das famílias. Embora o rei dispusesse de prerrogativas políticas de que outros poderes normalmente não dispunham [...], o certo é que os restantes poderes também tinham atribuições de que o rei não dispunha. [...] a universidade julgava e punia os seus estudantes e professores; as

⁸¹ *Ibid.* pp.211-2.

⁸² HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan – Instituições e poder político em Portugal – séc.XVII*. Lisboa, Almedina, 1994.

corporações regulavam os respectivos ofícios; as câmaras editavam as normas (posturas) relativas à vida comunitária.⁸³

Vemos, portanto, que a própria legislação do reino não consistia na única fonte de direito, devendo respeitar, no limite, os usos e costumes locais, bem como as prerrogativas dos diferentes estados, dotados de esferas próprias de autoridade e autonomia, configurando uma estrutura jurídica de carácter pluralista.

O sistema político assim delineado não seria mais compatível com a noção de absolutismo, preferindo o autor denominar o modelo de Estado vigente entre os séculos XVI e meados do XVIII de ‘monarquias corporativas’, nas quais o monarca contava com uma superioridade, mas não a exclusividade do poder, desempenhando um papel de mantenedor dos equilíbrios estabelecidos entre os diversos corpos da sociedade e garantindo assim a salvaguarda de uma organização tida como natural.⁸⁴ Assim sendo, a relação estabelecida entre a Coroa e as demais unidades políticas se baseava na superioridade da primeira, mas não na exclusividade de seu poder, uma vez que o poder político se radicava em diversos sujeitos ou polos sociais.⁸⁵

O desmantelamento desse sistema corporativo, e a consequente consolidação do Estado como uma entidade capaz de monopolizar o poder político, só ocorreria a partir de meados do século XVIII, de maneira gradativa, por meio da progressiva expropriação dos poderes políticos dos senhorios, corporações, famílias e cidades.⁸⁶

o sistema corporativo soçobra face ao geometrismo do racionalismo setecentista, com algumas raízes teóricas ainda anteriores. A partir de então, paulatinamente e segundo perfis cronológicos variáveis, vai-se implantando a ideia de que o bom governo obedecia a máximas racionais e universais, que decorriam da natureza racional dos consócios, mas que convinha que o centro político impusesse de uma forma racionalmente despótica. [...] Só que isto chega tarde a Portugal e aos seus domínios [...] é mesmo só com Pombal

⁸³ HESPANHA, António Manuel. O debate acerca do “Estado Moderno”. In: TENGARRINHA, José (coord.). *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999. p.142.

⁸⁴ HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan – Instituições e poder político em Portugal – séc.XVII*. Lisboa, Almedina, 1994.

⁸⁵ HESPANHA, António Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p.35.)

⁸⁶ HESPANHA, António Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p.28.

e com os ministros ilustrados de D. Maria que planos particulares e gerais de uma organização política do Ultramar ganham forma.⁸⁷

Do ponto de vista da administração, além desse partilhamento decorrente da própria lógica política do período, Hespanha verifica a divisão do poder em diversas instâncias decisórias também em função da relativa ineficácia da “máquina administrativa da coroa”, que contava com um “magro aparelho burocrático” devido à escassez de funcionários a seu serviço direto.⁸⁸ Se a limitação dos meios técnicos e financeiros ao alcance do monarca era uma realidade no reino, esse quadro se agravava no contexto colonial, contribuindo ainda mais para a relativa autonomia de várias instâncias da estrutura administrativa, e o esvaziamento do poder ‘absoluto’ do rei.⁸⁹ O autor destaca, para o caso do Brasil, a importância de novos estudos que matizem os meandros da administração colonial, superando a dualidade metrópole-colônia, e apontando para a existência de uma estrutura administrativa centrífuga, marcada pela autonomia dos poderes na hierarquia política imperial.⁹⁰

Partindo desta concepção acerca da natureza da estrutura administrativa portuguesa de Antigo Regime, o estudo das câmaras municipais brasileiras ganhou novo fôlego desde fins da década de 1990. Têm sido realizados trabalhos que privilegiam a câmara municipal como uma instituição que permitia a agregação das elites locais e sua inserção nas relações de poder mais amplas no interior do império. Revisitando temas para os quais autores como Russel-Wood e Charles Boxer já haviam chamado a atenção,⁹¹ estes novos estudos passaram a abordar as câmaras como “elementos de unidade e de continuidade entre o Reino e seus domínios, pilares da sociedade colonial portuguesa nos quatro cantos do mundo, [...] órgãos fundamentais de representação dos interesses e das demandas dos colonos”⁹² e a buscar a caracterização da

⁸⁷ HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. *Almanack braziliense*, nº5, pp.55-66. maio de 2007. p.63.

⁸⁸ HESPANHA, António Manuel. O debate acerca do “Estado Moderno”. In: TENGARRINHA, José (coord.). *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999. p.140 e ss.

⁸⁹ HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. *Almanack braziliense*, nº5, pp.55-66. maio de 2007. p.61.

⁹⁰ HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo, UNESP, 2001. pp.131 e ss.

⁹¹ Cf. BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. 2.ed. Lisboa, Edições 70, 1969; RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, v. LV, n. 109, ano XXVIII, p. 25-79, 1977.

⁹² BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v.18, n.36,1998, pp.251-280. p.252.

natureza do poder exercido pelas câmaras frente às demais instâncias administrativas, destacando-se, portanto, “a atenção dada ao estudo da dinâmica das relações de poder travadas entre os diferentes grupos e espaços presentes no império”.⁹³

Nesse sentido, tem se discutido a autonomia administrativa desfrutada pelas câmaras coloniais nos primeiros anos da expansão marítima portuguesa, algo bastante coerente com a ideia de estado corporativo, e acentuada desde a separação das duas Coroas ibéricas em 1640 em razão das dificuldades financeiras e de organização da Coroa portuguesa frente à conturbada conjuntura do movimento de Restauração e da subsequente guerra com os holandeses em territórios coloniais.

Entretanto, conforme chama atenção o historiador Magnus de Mello Pereira, não se deve exagerar essa suposta independência, ou mesmo “tendência ao auto-governo”⁹⁴ alcançada pelas municipalidades nesse período.

Fala-se muito de uma autonomia das câmaras nos primeiros séculos da expansão ultramarina, pela distância e dificuldade de comunicação com o reino. Porém, se as câmaras estavam longe do rei, estavam muito próximas de agentes com os quais a convivência era cheia de conflitos. Nas colônias, imperavam, por um lado, capitães-donatários e seus agentes locais e, por outro, os emissários da coroa, desde ouvidores e desembargadores, capitães e governadores, até os vice-reis. Foi neste cenário adverso que as câmaras construíram uma relativa autonomia, de resto ainda minada pela presença dos corregedores e juizes de fora.⁹⁵

Foi exatamente a maior presença na colônia desses funcionários a serviço direto da Coroa que marcou o novo direcionamento assumido pela metrópole a partir do final do século XVII.

Desde os últimos anos dos seiscentos, a consolidação da monarquia portuguesa e o influxo de novos recursos provenientes das recém-descobertas minas de ouro no interior do continente americano exigiram, e ao mesmo tempo, viabilizaram um maior controle da Coroa em relação aos poderes locais. Ao longo do século seguinte, as câmaras teriam suas fontes de renda

⁹³ GOUVEA, Maria de Fátima Silva. Poder, autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ca. 1780-1820. *Tempo*, Niterói, nº 13 Vol. 7 - Jul. 2002. p.112-3.

⁹⁴ BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v.18, n.36,1998, pp.251-280.

⁹⁵ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná. p.51.

gradativamente drenadas e encaminhadas para a gestão da Fazenda Real mediante a expropriação dos fundos angariados de impostos, contratos e foros, outrora sob sua administração.

Além disso, a criação do cargo de juiz de fora na América tem sido considerada como importante fator da centralização da estrutura administrativa portuguesa no período. O cargo era ocupado por indivíduos com formação universitária e viria a substituir os juízes ordinários, oficiais que, como vimos, eram eleitos entre os ‘homens bons’ da localidade. A gradual implantação de juízes de fora nas principais câmaras da colônia deveria contribuir para a difusão da justiça oficial e do direito régio em detrimento dos usos e costumes locais, amplamente predominantes até então.⁹⁶

Porém, é preciso lembrar que foram pouquíssimas as vilas e cidades que contaram com esse magistrado nomeado pelo rei.⁹⁷ Além disso, conforme aponta Nuno Gonçalo Monteiro em estudo específico sobre os concelhos do reino, a existência de juízes de fora não consiste em um indicador seguro da consolidação das tendências centralistas da Coroa. Mesmo nos municípios que contavam com este magistrado, o autor aponta para estudos que demonstram como, em alguns casos, os juízes acabavam por se integrar de tal forma nos concelhos, a ponto de se configurarem mais como representantes da localidade perante a Coroa, do que como limitadores de possíveis abusos municipais.⁹⁸ Além disso, nos casos de ausência ou impedimento destes oficiais, o prosseguimento dos trabalhos e processos, bem como a presidência das vereações, poderia ser assumido pelo vereador mais velho em exercício. Apesar de o estudo de Monteiro se referir apenas aos concelhos reinóis, tudo indica que suas considerações possam ser estendidas ao contexto colonial. Afinal, conforme constatamos na documentação por nós compulsada, a cidade de São Paulo só passou a contar com um juiz de fora em 1811, e já em seu primeiro ano de mandato a maioria das sessões foi conduzida por um dos vereadores, estando o bacharel nomeado para o cargo, Estevão Riberio de Rezende, afastado em razão de doença.⁹⁹

Papel mais significativo no enquadramento político administrativo das câmaras municipais da colônia parece ter sido exercido pelos ouvidores. Com efeito, verifica-se ao longo

⁹⁶ SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. Governo e administração. In: HESPAÑA, António Manuel. (Coord.). *História de Portugal*. Volume 4: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998. p.163.

⁹⁷ Cf. CAMARINHAS, Nuno. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). Almanack brasileiro, nº09. pp.84-102. maio de 2009.

⁹⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. In: HESPAÑA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). Editorial Estampa, 1993, v.4. p.312.

⁹⁹ *ACMSP*. v.21, p.189 e ss.

do século XVIII o aumento do número de ouvidores nas capitanias, os quais deveriam supervisionar as atividades concelhias sob o pretexto de agilizar a aplicação da justiça. Além de suas atribuições no âmbito judicial, os ouvidores na América desempenhavam também uma importante função de corregedoria, contando com amplos poderes de intervenção nos assuntos camarários, com vistas a assegurar o bom funcionamento da administração a nível local.¹⁰⁰ Antonio de Almeida Santos e Magnus de Mello Pereira apontam a vasta gama de atribuições exercidas por esses magistrados no território colonial: além de compor a instância de recurso às sentenças dos juízes no plano judicial, apuravam os livros das câmaras em busca de irregularidades, presidiam as eleições dos oficiais municipais, e atuavam inclusive no sentido de promover a consecução de obras públicas e fomentar o povoamento em áreas específicas de sua comarca. Além dessas atribuições, “é comum encontrarmos ouvidores gerais presidindo a fundação de novas vilas, bem como exercendo seus poderes contra os desmandos de governadores e outros funcionários régios”.¹⁰¹

Em 1699 foi criada a ouvidoria régia na capitania de São Paulo, sendo o desembargador Antonio Luiz Peleja (1699 - 1706) nomeado para o cargo. A criação desta ouvidoria deve ser compreendida no interior do contexto de maior importância assumida pela região centro-sul da colônia, principalmente em decorrência da descoberta das minas de ouro no interior do continente, e pela consequente necessidade sentida pela Coroa em impor o seu poderio na região.¹⁰²

¹⁰⁰ Como já havia notado Dauril Alden, “como inspetor administrativo, [o ouvidor] examinava os arquivos das câmaras de sua comarca para verificar a legalidade de suas posturas e para avaliar a eficiência com que administravam as propriedades municipais”. ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1968. p.432.

¹⁰¹ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Para o bom regime da república: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. *Revista Monumenta*, vol. 3, nº 10. Curitiba, inverno/ 2000. pp. 01-19. p.2. Para um estudo mais aprofundado acerca das atribuições dos ouvidores na América portuguesa para além da alçada judicial, inclusive indicando o papel de colaboradores nos assuntos de administração e governo, ver: PEGORARO, Jonas Wilson. *Zelo pelo serviço real: ações de Ouvidores Régios nas Comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII)*. 2015. 247f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. p.35 e ss.

¹⁰² Cf. PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. cit.* p.39 e ss. Como visto acima, no momento da criação da ouvidoria régia, a capitania, ainda chamada de São Vicente, consistia numa donataria, apenas passando para a Coroa, por meio de compra, no ano de 1709. Tanto a criação da ouvidoria régia, conforme viemos argumentando, quanto a posterior compra da capitania, estão relacionadas à necessidade sentida pela Coroa de assumir o controle mais direto das novas dinâmicas desencadeadas pela descoberta das minas.

A partir deste momento pode-se verificar uma ingerência constante desses magistrados nos assuntos camarários. Uma carta de serviço enviada pelo doutor Manuel dos Santos Lobato à câmara de São Paulo em 1743 é elucidativa nesse sentido.

Senhor juiz e mais officiaes da Camara // Hontem se me fez presente que na eleição de almotaceis elegeram um que ha de entrar a servir o mez proximo futuro o qual pela dita occupação fica gosando de muitas excepções e privilegios, e de cidadão como Sua Magestade foi servido conceder á Camara desta cidade, e assim devia digo e assim havia de ser a dita eleição em pessoa capaz para gozar os ditos privilégios e foros de cidadão e ser daquelas pessoas em que se votaram, e não como tenho noticias que vossas mercês fizeram, como tambem estar servindo um juiz criminoso admittindo justificações menos verdadeiras como a vossas mercês é notorio em prejuízo das leis de Sua Magestade que se devem observar, como tambem admittirem nas vereanças a pessoas que em grau de sanguinidade são parentes o que as mesmas leis não permitem pelo que vossas mercês de parte do serviço do dito senhor mandarão que o dito juiz criminoso vá para a sua fazenda e sitio, e que o juiz companheiro sirva entanto que se não mostrar livre e façam eleição de outro almotacé em forma que ficar referido, e não vá declinando o aumento que as pessoas nobres e homens de bem devem adquirir, e assim vossas mercês mandem registrar esta minha carta do serviço de que o escrivão da Camara me passará certidão porque hei de dar conta ao dito senhor, e quando seja necessário tambem o farei ao Illustrissimo e Excellentissimo General desta capitania. Deus guarde a vossas mercês.¹⁰³

Neste caso, o ouvidor ordena a dispensa de um funcionário escolhido pelos oficiais, bem como a de um dos juízes, que havia sido eleito pelos meios ordinários, mas que, de acordo com o ouvidor, era um ‘criminoso’ que causava prejuízo ao bom funcionamento dos assuntos da justiça. O magistrado ainda faz questão de lembrar aos oficiais a proibição de se elegerem indivíduos com laços de sangue para servirem juntos nos cargos municipais, e afirma que o caso será levado ao conhecimento do governador da capitania e do próprio rei. Patente nesta carta, como em várias correspondências entre ouvidores e câmara, é a declarada intenção de ajustar o funcionamento da instância municipal ao que determinavam as leis do Reino.

É preciso enfatizar que a intensidade e alcance desse processo de centralização variaram bastante de região para região. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, a relevância adquirida pela cidade do ponto de vista geopolítico e econômico, fez com que se sentisse de maneira mais firme a ingerência da Coroa. Na região das minas, a necessidade de evitar o contrabando de ouro e diamantes e estabelecer o fisco também levou a Coroa a constituir uma forte política de controle na região.¹⁰⁴ Já em São Paulo, os ecos dessa centralização foram sentidos de maneira

¹⁰³ *Registro geral da câmara municipal de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.6, pp.146-7.

¹⁰⁴ Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

mais gradativa, se acentuando de maneira mais consistente apenas a partir da segunda metade do século XVIII, com o restabelecimento da capitania paulista como unidade administrativa autônoma.

Para além dessa questão da inserção das câmaras na estrutura administrativa portuguesa, outros aspectos têm sido recentemente privilegiados pela historiografia, como a dimensão política dessas instituições. Ou, em outras palavras, a importância das câmaras como um *locus* de representação dos interesses das elites residentes no município.

Os estudos de Maria de Fátima Gouvêa, João Fragoso e Maria Fernanda Bicalho, indicaram que mesmo com o progressivo esvaziamento das jurisdições camarárias até o final do período colonial, esta instituição continuou conferindo prestígio e respeitabilidade aos grupos que tinham acesso a ela, como uma forma de distinção da elite governativa.

Segundo essa perspectiva, o acesso aos cargos camarários

permitem que estes mesmos grupos encetem um conjunto de práticas econômicas, de base monopolistas e discricionárias, que reverte seus fins para si próprios, reforçando ainda mais seu caráter de privilegiados. Os indivíduos relacionam-se entre si no interior destes grupos a partir de redes de clientela, assentadas em hierarquias e distinções, cujo vértice se origina no próprio rei.¹⁰⁵

De maneira geral, os autores mostram como no ultramar, as câmaras municipais se configuraram como o principal meio de acesso a honras, privilégios e signos de distinção. O conceito de nobreza da terra, que passou a ser utilizado para remeter àqueles indivíduos que exerciam os cargos da governança municipal é um indício da importância distintiva desses cargos. Mas além de ser um veículo de nobilitação, a participação concelhia propiciava o acesso a um espaço de governo político do Império e de negociação com o centro de poder. O serviço prestado para a Coroa através do exercício de cargos administrativos, associado à reafirmação da sujeição e da fidelidade por parte do súdito, levava ao reconhecimento e retribuição por parte do monarca, através da concessão de benefícios simbólicos e políticos, processo que implicava na legitimação da Coroa como instituição estruturadora da hierarquia social. De acordo com esta

¹⁰⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. As Câmaras Municipais e o Poder Local: Vila Rica - Um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa. *Tempo*, Niterói, v.14, n.27, 2009. p.12.

perspectiva, esta via de mão dupla de troca de serviços e privilégios, esse pacto político, foi o que garantiu a própria governabilidade e coesão do Império.¹⁰⁶

Apesar de muito profícuos em discutir o papel político e econômico das câmaras no interior da estrutura administrativa do império português de Antigo Regime, bem como na estruturação da sociedade por meio da legitimação simbólica das elites, esses estudos não nos ajudam muito a entender o papel dos concelhos no que se refere à organização do espaço físico da cidade.¹⁰⁷ Embora para nosso estudo seja importante entender como a câmara municipal se articulava aos demais órgãos do governo e à sociedade em geral, nosso foco aqui é outro: remete mais à competência administrativa dos concelhos, sua autonomia relativa – e cada vez mais relativa conforme o avanço do século XVIII – para gerir os assuntos locais, urbanos, da organização da vida cotidiana, notadamente na organização do espaço físico da cidade.

Talvez ninguém tenha explorado essa dimensão da atuação municipal de maneira tão aprofundada quanto o historiador Magnus de Mello Pereira. Em sua tese de doutoramento, o autor identificou as origens do direito conquistado pelas cidades portuguesas, desde a Baixa Idade Média, de se auto administrar, de gerir os assuntos relativos ao viver urbano. A princípio esse direito estava centrado na figura do almotacé, um cargo eminentemente urbano e herdado da estrutura administrativa islâmica após o processo de Reconquista da península ibérica pelos cristãos.

Pereira aponta para o fato de que a almotacaria, este direito adquirido ao qual nos referimos, não obstante ser uma instituição específica da cidade ibérica, não foi estudada de maneira mais aprofundada pela historiografia. “Isto porque confundiu-se a pálida figura do

¹⁰⁶ Cf. BICALHO, Maria Fernanda B.; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império; GOUVEA, Maria de Fátima Silva. Poder, Autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ca. 1780-1820. *Tempo*, Niterói, nº 13 Vol. 7 - Jul. 2002; BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v.18, n.36, 1998, pp.251-280. As premissas que nortearam estes estudos baseiam-se nas reflexões desenvolvidas em: XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. "As Redes Clientelares". In HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Editorial Estampa, 1993, v.4.

¹⁰⁷ Não obstante ter tratado da atuação da câmara do Rio de Janeiro na gestão do espaço urbano da cidade em um capítulo de sua tese de doutoramento, em seus trabalhos posteriores a historiadora Maria Fernanda Bicalho não deu continuidade a esse aspecto, mas sim àquilo que, aliás, era a preocupação principal de sua tese, desvendar “a política portuguesa no Antigo Regime, demonstrando que a cidade e seus cidadãos eram interlocutores privilegiados da Coroa na tessitura das redes de hierarquia e de poder que engendravam e garantiam a manutenção do Império”. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.19.

almotacé da idade moderna com o instituto da almotaçaria, algo bastante mais amplo e complexo”.¹⁰⁸

De acordo com Pereira, na cidade muçulmana, o *Muthasib* era o responsável pela *Hisba*, uma instituição que dizia respeito a toda uma série de atividades relativas ao ordenamento físico da cidade e à organização dos aspectos mais imediatos da vida em comunidade.

Tal instituição tinha como missão a vigilância e aferição dos pesos e medidas, a equidade das transações comerciais, o controle dos diversos ofícios da cidade, a verificação do estado dos artigos de consumo alimentício, e a sanidade urbana. Era também responsável pela cidade enquanto entidade física. Cabia à hisba a reparação das muralhas, a manutenção das vias públicas e o controle das construções, de forma a evitar que estas ultrapassassem os limites dos lotes, apropriando-se terras públicas ou de seus vizinhos, ou que infringissem as normas construtivas vigentes, provocando um excessivo estreitamento ou ensombrecimento das ruas.¹⁰⁹

Após a expulsão dos muçulmanos, os novos senhores da península optaram por manter e reformular as instituições ali existentes, aproveitando-se da experiência decorrente de uma tradição urbana mais arraigada. Assim, o *Muthasib* da cidade islâmica subsistiu como o almotacé da cidade cristã. Bem como na tradição islâmica, logo após a Reconquista o cargo era provido pelo alcaide, um representante do poder do rei, mas em pouco tempo veio a se tornar um cargo de indicação concelhia. A obtenção pelas câmaras deste privilégio de eleger os almotacés representou a conquista do direito de exercer o controle administrativo e econômico das comunidades por elas representadas.

Entretanto, como um funcionário indicado pelo concelho, o almotacé acabou se tornando um cargo menor, sendo as suas competências absorvidas pelos demais cargos camarários. Assim, aquilo que Pereira define como *direito de almotaçaria* persiste como uma competência da câmara municipal, mas não mais centrada apenas na figura do almotacé.¹¹⁰

Desde então suas atribuições passaram a ser fixadas por meio de regimentos, através dos quais se pode observar que aquelas recaíam, a princípio, sobre a resolução de conflitos em torno dos aspectos construtivos e sanitários da comunidade e na verificação do cumprimento pelos moradores das posturas elaboradas pelo concelho no tocante a esses aspectos. Em pouco tempo

¹⁰⁸ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná. p.109.

¹⁰⁹ *Ibid.* p.110-1.

¹¹⁰ *Ibid.* p.112.

passam também a ser responsáveis pela aferição dos pesos e medidas e por fiscalizar as demais relações de mercado, funções pelas quais se tornariam mais conhecidos.

As atribuições básicas dos almotacés foram mantidas em todas as colônias portuguesas, bem como o termo pelo qual eram designados. O regimento dos almotacés foi incorporado, modernizada a sua redação, às Ordenações Manuelinas. Assim, o seu alcance atingiu o conjunto do universo urbano português da Europa e das colônias. Mantiveram-se, também, as atribuições originais dos almotacés: o controle do mercado, do sanitário e do construtivo [...] As Ordenações Filipinas apenas repetem o anteriormente disposto.¹¹¹

Note-se que a compreensão dessas prerrogativas, ou desse direito adquirido, depende de sua inserção naquela concepção de estado corporativo que discutimos acima, na qual cada corpo da sociedade tem sua função, suas prerrogativas e atribuições específicas. Naturalmente, conforme o avanço do poder régio pôde, aos poucos, ir absorvendo as prerrogativas das demais instituições e se constituir na única fonte de autoridade, o próprio exercício do direito de almotaçaria pelas câmaras foi sendo progressivamente enfraquecido. É esse o processo que podemos acompanhar ao longo do século XVIII, com uma cada vez maior interferência de funcionários representantes do poder régio na organização municipal.¹¹²

Magnus de Mello Pereira entende que estas funções inerentes ao direito de almotaçaria – as atribuições relativas ao abastecimento, ao sanitário e ao construtivo – seriam representativas das necessidades básicas do viver em cidade, permitindo assim o estabelecimento da própria definição de ‘urbano’.

Como a cidade toma consciência de si? Há, obviamente, uma consciência física, fornecida pela aglomeração de edifícios. O urbano é uma interioridade, um sentido de separação com o exterior não citadino. Isto não é tudo, no entanto. Vive-se neste espaço e para que isso seja possível alguém (todos juntos, muitos ou poucos) precisa toma-lo aos seus cuidados. Alguém precisa ser o responsável por veer a cidade. Administrá-la, no sentido mais lato. Se atentarmos para aquilo que é administrado, saberemos muito sobre o que é entendido como urbano num dado momento, sem a necessidade de recorrer a definições prévias.¹¹³

¹¹¹ PEREIRA, Magnus R. de M. O direito de almotaçaria. In: _____; NICOLAZZI JR, N. F. (Orgs). *Audiências e correições dos almotacés* (Curitiba, 1737 a 1828). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. (Série Monumenta). p.7-8.

¹¹² PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. cit.* p.112 e ss.

¹¹³ *Ibid.* p.108-9.

Assim sendo, entendemos que a abordagem desenvolvida por Magnus Pereira proporciona uma melhor compreensão do papel desempenhado pela câmara municipal no que se refere à gestão do espaço urbano, e nos permite encontrar outras formas possíveis de ordenamento, que dizem respeito à realidade direta do viver em cidade. Entende-se, portanto, a câmara municipal como uma instância ordenadora da cidade, por meio do exercício do direito de almotaxaria, ao passo que sua função é organizar um crescimento marcado pelas iniciativas individuais dos moradores, que devem ser reguladas, e ao mesmo tempo, implantar determinações externas, emanadas de ouvidores e governadores. Conforme indicado na Introdução, enquanto a maioria dos estudos tem como alvo as ações urbanísticas encetadas pela Coroa, percebe-se que mesmo na ausência de grandes projetos aventados pelas autoridades metropolitanas, havia uma constante ação ordenadora desempenhada pelas municipalidades.

Nos capítulos seguintes, nosso intuito será entender exatamente quais eram as preocupações de cunho urbanístico que permeavam o cotidiano de uma destas municipalidades, a cidade de São Paulo, e avaliar como as prioridades que se apresentaram para moradores, representantes municipais e agentes da Coroa em relação à produção do espaço citadino, mudaram ao longo do século XVIII e início do século XIX.

Tomando como referência as três grandes agendas delineadas por Pereira em sua tese, pudemos identificar algumas linhas de ação da câmara municipal de São Paulo, delas derivadas. Preocupações que sem dúvida se relacionam com o construtivo, o sanitário e com o mercado, mas que optamos por dividir, entre os capítulos subsequentes, conforme essas preocupações se manifestam na documentação camarária. A primeira delas diz respeito ao controle da apropriação e dos usos da terra na cidade e em seus arredores, e é sobre esse assunto que se dedica o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – Terras havidas por título deste Senado

Uma das principais atribuições das câmaras municipais era a gestão do patrimônio territorial da vila ou cidade de que eram representantes. Conforme esclareceu Murillo Marx, em comparação com a colonização espanhola, na qual havia a codificação de normas que regulamentavam tanto a ocupação rural quanto citadina, a Coroa portuguesa ocupou-se apenas de legislar a respeito da partilha das terras rurais, delegando a responsabilidade sobre o território urbano às câmaras municipais.¹¹⁴ Uma vez que a lógica de apropriação do solo é um elemento basilar do condicionamento do tecido urbano, optamos por abordar esse aspecto da ação municipal em primeiro lugar.

Portanto, neste capítulo nos dedicaremos a analisar a maneira como a câmara paulistana lidou com a tarefa de demarcar e distribuir as terras sob sua responsabilidade, determinando certas áreas para o uso comunitário, concedendo outras a proprietários individuais e estabelecendo as normas e condições a serem seguidas para que se efetivasse o devido parcelamento do território. Para o desenvolvimento da análise é necessário que se tenha compreensão de algumas delimitações espaciais e jurisdicionais no interior de um município colonial, tais como as noções de termo e rossio.

2.1. A demarcação do termo municipal de São Paulo

Na tradição portuguesa, a vila, sede do poder municipal, era instituída oficialmente por meio de um foral ou uma ata de fundação. Nestes documentos costumavam constar os direitos, imunidades e privilégios da municipalidade, bem como seus deveres para com o soberano ou o senhor das terras e os tributos a eles devidos. As atas ou o foral costumavam determinar ainda a área destinada ao município, o território sobre o qual a câmara exerceria sua autoridade, denominado termo. A documentação mostra que a extensão do termo de um município podia variar, mas havia algumas indicações a serem seguidas. Em relação à cidade a ser fundada como sede do governo geral, o regimento passado a Tomé de Sousa estabelecia que

¹¹⁴ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991. p.80.

Por que minha tenção é que a dita povoação seja tal como atrás fica declarado, hei por bem que ela tenha de termo e limite seis léguas para cada parte, e sendo caso que por alguma parte não haja as ditas seis léguas, por não haver tanta terra, chegará o dito termo até onde chegarem as terras da dita capitania.¹¹⁵

Outro documento que prescreve as medidas a serem observadas quando da delimitação dos termos municipais é o foral outorgado a Martim Afonso de Sousa, donatário da capitania de São Vicente, que lhe concedia a competência de criar vilas conforme o costume do reino, contanto que

por dentro da terra firme pelo sertão as não poderão fazer com menos espaço de seis léguas de uma a outra para que possam ficar ao menos três léguas de terras de termo a cada uma das ditas Vilas, e ao tempo que assim fizerem as ditas vilas, ou cada uma delas, lhe limitarão e assinarão logo termo pera elas, e depois não poderão da terra, que assim tiverem dada por termo fazer outra vila, sem minha licença”.¹¹⁶

A interpretação dessas prescrições parece ter gerado certa confusão por parte da historiografia. Edmundo Zenha, bem como Reis Filho, entende que o termo previsto para Salvador seria maior pelo fato de esta ser criada como cidade, estatuto superior ao de vila na tradição portuguesa, e por ter sido idealizada para ser a sede do governo geral. Portanto, como a cidade mais importante da colônia, seria natural que possuísse uma área maior. Entretanto, algumas observações devem ser feitas. Primeiramente, Salvador é uma cidade litorânea, e como tal, não possui extensão de território considerável na direção Leste, pois se confronta com o mar. Assim sendo, segundo a prescrição feita a Tomé de Sousa, a cidade teria uma extensão de apenas seis léguas no sentido Leste-Oeste, partindo da costa para o interior. Além disso, Salvador foi erigida na entrada de uma baía, em um ponto bastante avançado em relação ao oceano, não dispondo de território significativo na direção Sul, e apresentando, portanto, no sentido Norte-Sul apenas as seis léguas em direção ao Norte.

Já as povoações a serem criadas “por dentro da terra firme pelo Sertão” não encontrariam problemas dessa ordem em razão da imensidão no interior do continente. Ao serem implantadas a não menos que seis léguas de distância umas das outras, cada uma delas poderia dispor de três léguas de extensão para cada lado, totalizando as mesmas seis léguas no sentido Leste-Oeste ou

¹¹⁵ Regimento que levou Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil. In: TAPAJÓS, Vicente. *A política administrativa de D. João III*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983. pp.205-6.

¹¹⁶ Carta de Doação de 20 de janeiro de 1535 a Martim Afonso de Sousa. Apud. SOUSA, Washington Luís de. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p.98.

Norte-Sul. Nota-se, portanto, que não houve a preocupação de dotar a cidade de Salvador de um termo maior do que as povoações que viriam a ser plantadas no sertão apenas em razão de sua condição de maior dignidade, mas sim um cuidado em compensar a ausência das “ditas seis léguas, por não haver tanta terra” em direção ao mar.

Outro ponto importante a ser considerado é que o foral outorgado a Martim Afonso não pretende fixar a extensão máxima dos termos das povoações a serem criadas, mas pelo contrário, estabelecer as dimensões mínimas a serem observadas: “por dentro da terra firme pelo Sertão as não poderão fazer menos espaço de seis léguas de uma a outra para que possam ficar *ao menos três léguas* de terras de termo a cada uma das ditas Vilas”.¹¹⁷ A preocupação é em garantir que os novos núcleos disponham do território mínimo necessário, reiterada na passagem que adverte ao donatário que “depois não poderão da terra, que assim tiverem dado por termo fazer mais outra vila, sem minha licença”, visando evitar futuros desmembramentos que pudessem comprometer o termo delimitado originalmente. Aliás, a ausência de uma definição acerca da extensão máxima do termo de uma vila não é algo a se estranhar. Conforme observa Cláudia Damasceno Fonseca, sendo o termo uma extensão territorial sob a jurisdição da câmara municipal, e por consequência, sob o domínio régio, “A instituição de vilas com vastos termos (territórios municipais) era o meio utilizado pela Coroa para fazer com que o braço da justiça e do fisco chegasse até os arraiais mais longínquos, fundados nos confins das terras conhecidas e colonizadas”¹¹⁸. De fato, a área sob a jurisdição da câmara de São Paulo chegou a atingir largas proporções.

Assim como muitas outras vilas fundadas na América, São Paulo não contou logo de saída com um documento que delimitasse claramente a extensão de seu termo, tendo que recorrer posteriormente a ouvidores e outros agentes régios ou senhoriais para sanar essa lacuna.¹¹⁹ Como vimos, São Paulo adquiriu seu estatuto municipal por transferência da vila de Santo André para junto do colégio fundado pelos padres jesuítas. Vila sem foral, São Paulo não contava, portanto,

¹¹⁷ *Ibid.*

¹¹⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Urbs e civitas: a Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n. Sér. v.20. n.1. p. 77-108 jan.- jun. 2012. p.81.

¹¹⁹ Sobre a demarcação dos termos e rossios de algumas vilas e cidades coloniais, ver: *300 anos câmara municipal de Curitiba 1693-1993*. Edição histórica. 1993; CAVACANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p.55 e ss.; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. *As dinâmicas político-administrativas de uma comunidade periférica no sul da América Portuguesa: A ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750*. 2013. 355f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História Santa Catarina; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida.; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Para o bom regime da república: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. *Revista Monumenta*, vol. 3, nº 10. pp. 1-19.

com tão importante documento que lhe garantisse oficialmente os direitos e a jurisdição sobre seu território e viria a enfrentar uma série de problemas em decorrência dessa situação.

O primeiro deles parece ter ocorrido em 1660, ocasião em que houve uma disputa envolvendo a definição dos limites de jurisdição entre as vilas de São Paulo e Santa Ana de Parnaíba. Os oficiais da câmara paulistana requereram a intervenção do rei D. Afonso VI (1656-1683), alegando que o ouvidor geral da Repartição do Sul, Pedro de Mustre Portugal (1658-1661), em correição pelas vilas do planalto, havia concedido a Parnaíba um termo bastante dilatado, que se sobrepunha àquele considerado pela câmara de São Paulo como sua área de jurisdição, de modo que, para esta, restaria uma extensão de apenas duas léguas na direção noroeste.¹²⁰

O despacho real foi de que o ouvidor revogasse o capítulo de correição por meio do qual havia concedido o disparatado termo à vila de Santa Ana e procedesse à demarcação dos territórios dos dois núcleos em questão, reservando a São Paulo um torrão de seis léguas para cada lado, por ser esta a mais antiga vila do planalto. Sua precedência lhe garantia então um termo bastante extenso, duas vezes maior do que o mínimo prescrito a Martim Afonso para as vilas do sertão, na centúria anterior. O rei enfatizou ainda que os oficiais da câmara de Parnaíba não deveriam tentar exercer jurisdição alguma sobre o termo recém outorgado à edilidade paulistana sob pena de ficarem “suspensos e inhabeis”, ou seja, serem destituídos de seus cargos e impedidos de exercer novas funções públicas. Note-se que reservada a medida de seis léguas de termo a São Paulo, seu limite se situa praticamente à altura da vila de Parnaíba. Assim sendo, “a dita villa de Pernahiba, e não podia ter jurisdição para a banda desta [vila de São Paulo] senão para a parte do sertão”.¹²¹

No século seguinte, os oficiais tiveram de fazer uso deste documento em outro litígio, dessa vez com a câmara da vila de Mogi (das Cruzes). Em 1748 a câmara mogiana procedia à demarcação de seu termo de modo a defraudar parte do território paulistano. Segundo a medição que se fazia, as aldeias de Caguassú e São Miguel passariam à jurisdição de Mogi, apesar do fato

¹²⁰ A Repartição do Sul (1608-1663) foi uma divisão política e administrativa efetuada pelo rei Filipe II de Portugal (Filipe III de Espanha), acatando sugestões de D. Francisco de Sousa, que veio a se tornar o primeiro governador geral da Repartição do Sul. Englobando as três capitanias meridionais – Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Vicente –, a Repartição do Sul consistia em uma divisão equivalente e independente do Governo Geral do Estado do Brasil, sediado na Bahia. Cf. RIBEIRO, Mônica da Silva. Divisão governativa do Estado do Brasil e a Repartição do Sul. In: *XII Encontro Regional de História*. ANPUH-Rio, 2006. Usos do passado. Niterói, 2006.

¹²¹ *Registro geral da câmara municipal de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.9, p.142. (Doravante citado como *RGCMS*).

de que desde sempre estiveram sujeitas às justiças e correições de São Paulo. Alegavam os piratininganos ser injusto que a cidade “cabeça de sua comarca” tivesse a sua área reduzida a quatro léguas na divisa com a vila de Mogi, enquanto esta intentava dominar sete ou oito léguas.¹²²

A fim de impedir a usurpação, os paulistanos localizaram e remeteram à câmara mogiana o “foral sobre as nossas jurisdições”, passado por D. Afonso VI, “pelo qual viemos ao verdadeiro conhecimento de que intrusamente se querem vossas mercês chamar á posse pela medição novamente feita, na qual não consentimos por nos acharmos com o prejuízo de seis léguas em quadra que nos dá o foral”.¹²³ Note-se que o documento, que consistia em uma carta de diligência, passa a ser referido pelos oficiais como sendo um foral, por ser a garantia firmada pela mão do monarca da extensão de suas jurisdições. Ao apresentarem o registro aos seus concorrentes e ao ouvidor geral Domingos da Rocha, os paulistanos colocaram logo um fim ao litígio.

Porém, é possível observar que, na prática, a jurisdição da câmara de São Paulo se estendia para muito além dessas seis léguas, uma vez que exercia um domínio administrativo e econômico sobre diversos bairros e freguesias, e era igualmente procurada para resolver demandas por moradores de regiões bastante afastadas. Ao folhearmos as atas das reuniões da câmara, nos deparamos o tempo todo com bandos expedidos pela edilidade aos moradores dos bairros afastados, alguns situados muito além das referidas seis léguas, para que estes concorressem ao conserto de pontes, caminhos e aterrados, sob pena de multa e até prisão, o que demonstra que a câmara da sede do governo da capitania exercia um controle efetivo sobre os moradores dessas localidades, não obstante as longas distâncias em relação ao núcleo principal¹²⁴.

A cobrança de impostos e contribuições também atingiam essas localidades e eram centralizados pela câmara paulistana, que escolhia dentre os principais povoadores de cada região os responsáveis por fazer a cobrança e remeter os valores à sede piratiningana. Como observado anteriormente, este grande alcance jurisdicional das instituições municipais era uma maneira

¹²² *Ibid.* pp.121-3.

¹²³ *Ibid.* p.140.

¹²⁴ Nas atas referentes à década de 1760 verifica-se a existência de vários bairros e freguesias sob as ordens da câmara de São Paulo, tais como: São João de Athibaya, Conceição, Nossa Senhora de Nazareth, Nossa Senhora do Desterro de Juquiri, Santo Amaro, Caaguassú, Penha, São Miguel, Jagoary, Jacarehy e Embuaçava.

bastante eficiente de a Coroa manter até mesmo as populações mais afastadas sob seu domínio. Enquanto não se criavam novas vilas, as povoações ficavam sob a jurisdição da mais próxima, ou da qual haviam se originado.

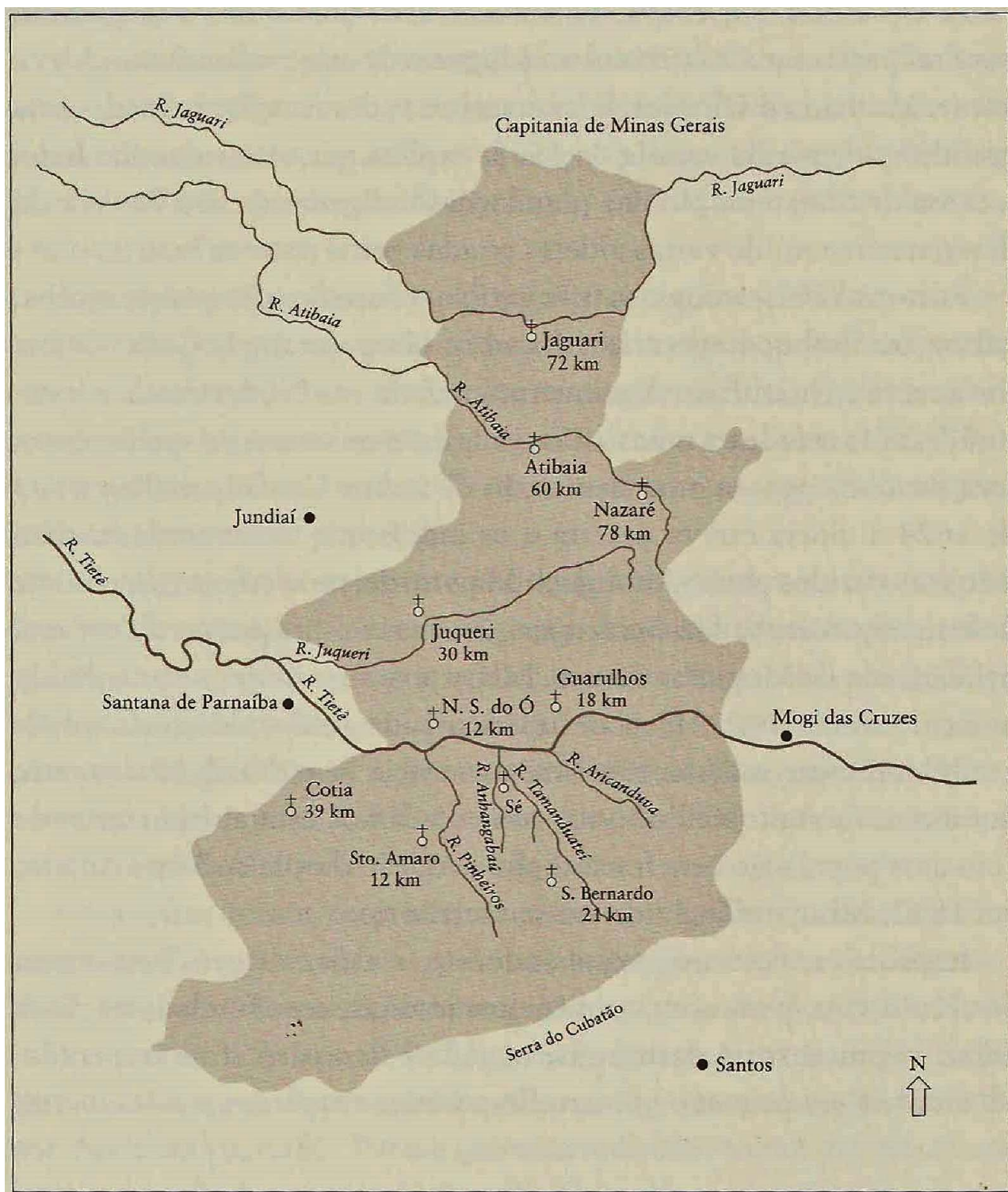


Figura 5: Território da cidade de São Paulo em 1750. Fonte: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. São Paulo: EDUSP, 2014. p.78. Nota: As distâncias assinaladas são aquelas que iam da Sé, pelos caminhos, às outras paróquias. (Segundo a conversão utilizada pela autora, 1 légua equivale a 6 quilômetros).

Os bairros de Nazaré e Jaguari, por exemplo, localizados a cerca de doze léguas da capital, estiveram em sua órbita até 1769, quando passaram a constituir parte do termo de Atibaia, recém elevada a vila. Portanto, a área coberta pelo domínio da cidade cabeça da capitania foi se definindo ao longo dos anos por meio de repetidos desmembramentos. Conforme as freguesias sob seu domínio foram sendo elevadas à categoria de vila, e consequentemente desmembradas da área de jurisdição paulistana, seu extenso termo – que na prática chegou, como mencionado, a alcançar mais de doze léguas na direção norte (Ver Figura 5) – foi sendo progressivamente reduzido, mas sempre preservando o mínimo de seis léguas em raio, concedido por foral régio, e defendido mais de uma vez conforme pudemos constatar a partir dos litígios com as vilas de Mogi e Parnaíba.¹²⁵

2.2. A demarcação do rossio

Além da prescrição da extensão do termo municipal, o foral de criação de uma vila costumava conceder à municipalidade uma porção de terra denominada rossio. Concedido no ato da fundação, ou requerido *a posteriori*, o território do rossio consistia numa sesmaria doada pelo monarca ou pelo donatário, compreendendo uma parte periférica da vila, às vezes todo o seu entorno, para ser conservada e administrada como patrimônio da câmara municipal. Esta era uma área de uso comum, o logradouro público por excelência, destinada a uma série de atividades, como coleta de lenha, pasto para animais, extração de materiais para construção e até o plantio de pequenas roças¹²⁶. Além disso, em decorrência da expansão da área edificada ao longo dos anos, frequentemente a área do rossio passou a comportar a abertura de novas ruas, largos e, uma vez que também era passível de ser gradualmente dividida em lotes e concedida a indivíduos mediante o pagamento de um foro anual, pôde garantir às câmaras municipais um considerável controle sobre o crescimento futuro da aglomeração, além de uma importante fonte de recursos.

No entanto, como São Paulo não possuía um foral ou ata de fundação, desde cedo os oficiais da municipalidade tiveram que requer algumas vezes ao longo dos anos, primeiro ao

¹²⁵ Sobre os desmembramentos do termo da cidade de São Paulo, ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. São Paulo: EDUSP, 2014. pp.68-90.

¹²⁶ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991. p.68.

donatário, depois ao monarca, documentos comprobatórios de sua jurisdição e patrimônio. Já nos primeiros anos da década de 1570, atendendo a uma petição dos edis paulistanos, Pedro Colaço, lugar-tenente do donatário da capitania, fez a doação de uma porção de terra à câmara para servir de rossio. Sua extensão seria de “cinco tiros de besta ao derredor da dita vila” e poderia ser repartida entre os moradores “para casas e para gado e para tudo aquilo que o povo tiver necessidade”. Na carta de doação ainda constava a ressalva de que as terras que já tivessem sido doadas anteriormente pela câmara ou pelo donatário, deveriam ter sua posse respeitada, não obstante estarem situadas no interior da área estipulada para constituir o rossio da vila. A demarcação efetuada tomava como referências “a terra de Jorge Moreira”, a “roça de Diogo Vaz”, a terra “aonde Simão Jorge tem um pouco de milho”.¹²⁷ Apenas em 1598, ocasião em que a carta de doação foi novamente registrada nos livros da câmara, procedeu-se à instalação de marcos de pedra, a fim de melhor estipular os limites do rossio, o qual compreendia, *grosso modo*, a área entre os rios Tamanduateí, Tietê e Pinheiros¹²⁸.

É válido destacar que a carta de concessão, ou o registro da demarcação do rossio de certas vilas, poderia estabelecer algumas diferenciações entre as áreas no entorno da cidade. De acordo com Vitor Hugo Cardoso, a vila de Nossa Senhora do Desterro, atual cidade de Florianópolis, contava com a demarcação de duas áreas reservadas a usos distintos. Uma delas era denominada como patrimônio da câmara, era passível de ser dividida em lotes e aforado, consistindo em todo o entorno da vila. Outra divisão eram as áreas de uso comum, que foram estabelecidas pelo ouvidor Rafael Pires Pardini (1717 – 1721) em correição pelas vilas do sul, as quais se situavam fora do perímetro demarcado como sendo o patrimônio da câmara. Nesse caso, havia uma clara separação entre a área reservada para a expansão futura da vila e rendimento do concelho – patrimônio da câmara –, e as áreas que deveriam se manter públicas.¹²⁹

Já a carta de doação do rossio de Olinda, concedida por Duarte Coelho em 1537, estabelece não duas, mas três categorias diferentes de terras: as reservadas “para casaria e vivendas dos ditos moradores e povoadores, os quais [a câmara] lhes dá livres de foros o isentas

¹²⁷ *RGCMSP*. v.2, p.106.

¹²⁸ TAUNAY, A. d'E. São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.106-7.

¹²⁹ CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. *As dinâmicas político-administrativas de uma comunidade periférica no sul da América Portuguesa: A ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750*. 2013. 355f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História Santa Catarina. p.250 e ss.

de todo o direito para sempre”; as áreas “para serventia da Vila e povo, reservando que se não pode dar a pessoa alguma”; e aquelas que seriam de “serventia do Concelho”.¹³⁰ No caso de São Paulo, não há nenhum tipo de diferenciação entre as áreas no ato de concessão. O que se observa é uma única divisão espacial no interior do termo, referida indistintamente como ‘rossio’, ‘logradouro público’ e ‘patrimônio da câmara’. Caberia, portanto, à câmara municipal identificar quais eram as paragens utilizadas livremente pela população e que deveriam ser preservadas para esse fim, bem como regular a expansão da área edificada.

A questão da carência de uma porção de terra a ser reconhecidamente de posse da câmara estaria definitivamente resolvida, se não fosse um caso bastante obscuro passado na época do primeiro ouvidor geral da comarca de São Paulo, o desembargador Antônio Luís Peleja (1699 – 1706). Acerca desse acontecimento só nos é possível fazer conjecturas, uma vez que a documentação camarária pertinente ao período é bastante escassa e fragmentária, e apenas foram encontradas referências a ele em documentação um tanto posterior.¹³¹

Baseando-se em documentos conservados no Arquivo Histórico Ultramarino, Raquel Glezer nos conta que durante o tempo de serviço de Peleja, no alvorecer do século XVIII, a câmara teria perdido o seu rossio.

No ponto de vista do ouvidor, as alegações dos oficiais da câmara de que tinham posse imemorial e direito de aforar terras em meia légua em torno da vila, terras do Concelho ou rossio da vila, eram falsas, pois a vila fora erigida sem provisão régia, e portanto a apropriação era indevida, havendo terras com donos na área antes de existir a vila.¹³²

Ao que parece, o ouvidor proibiu a câmara de fazer aforamentos, suspendendo o direito ao rossio alegado pelos edis. Entretanto, como dito há pouco, apesar de não contar com foral de

¹³⁰ CARTA DE DOAÇÃO DE 12 DE MARÇO DE 1537. Disponível em: <<http://www.olinda.pe.gov.br/cidade/historia/foral-de-olinda#.Vfw4st9Viko>>. Acesso em: 18 de set. de 2015. Em estudo sobre a fundação de vilas na capitania do Rio Grande do Norte, já no contexto bastante diverso do povoamento promovido pelo marquês de Pombal no século XVIII, Rubenilson Brasão Teixeira identificou três tipos muito bem definidos de patrimônios fundiários concedidos à vila de Portalegre: o “patrimônio da câmara”, a ser explorado para angariar recursos à municipalidade; o “logradouro comum”, para pastos e coleta de material construtivo; e o “rossio” propriamente dito, destinado à expansão futura da vila. TEIXEIRA, Rubenilson Brasão. O espaço urbano regular como discurso: as vilas do Rio Grande do Norte na ‘Era de Pombal’. *Vivência*, Natal, v. 9, pp. 189-206, 2005. Ver também: CARVALHO, J. L. Distrito, Rossio, Patrimônio, Logradouros e Datas: Ordenação e Civilização do Território nas Vilas Pombalinas do Bispado de Pernambuco. *XIII Encontro Nacional da ANPUR*, 2009.

¹³¹ A série do Registro geral da Câmara apresenta um completo vazio entre os anos de 1688 e 1708, e na série das Atas da Câmara pertinente ao período em questão não se encontra nenhuma menção ao caso.

¹³² GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007. p.99.

criação, a câmara dispunha de carta de doação do rossio, e esta foi registrada no livro pertinente em 1598 e posteriormente em 1631, inclusive resguardando os direitos das áreas anteriormente empossadas. Só nos resta inferir que os oficiais em serviço setenta anos após o último registro da carta desconheciam sua existência, ou ao menos não foram capazes de localizá-la, não podendo assim confirmar sua legítima posse perante o ouvidor.

Uma contenda envolvendo uma das mais ilustres figuras piratiniganas, apenas alguns anos depois, demonstra a fraqueza da câmara em garantir a posse sobre o território que considerava seu por direito e corrobora a hipótese do desconhecimento da carta de doação por parte dos oficiais. Em 1706 a edilidade em exercício escreveu ao monarca queixando-se do capitão-mor Pedro Taques de Almeida, o qual teria se apropriado de um “capão” pertencente ao rossio da cidade. Segundo os edis este ato era contrário à “utilidade pública”, uma vez que, até então, o capão vinha sendo utilizado livremente “para o bem commum de todo esse povo, para tirarem madeiras, lenha, cannas, e cipós como mais destinado para o bem commum sem contradição de pessoa alguma”.¹³³ Desse modo, a câmara pedia para que o rei lhe confirmasse a posse e concedesse licença para aforar as terras, sendo os valores a serem arrecadados revertidos para as rendas do concelho. Pedro Taques se defendeu alegando ter efetuado a compra da área em questão, situada entre a Igreja de São Francisco e um sítio denominado Pinheiros, e apresentando o histórico da propriedade ao longo de sucessivas gerações, desde seu proprietário original, Fernão Dias Paes, até sua última herdeira, Francisca de Lira, de quem o capitão-mor teria adquirido as terras. Pedia, portanto, para que o rei confirmasse sua posse em detrimento dos argumentos apresentados pela câmara.¹³⁴ Atentemos agora para parte da argumentação mobilizada pelo letrado responsável pela defesa de Pedro Taques:

Da certidão quatro inserta na certidão do apenso 13 passada pelo escrivão da Câmara Antônio Corrêa de Sá se mostra que a dita Vila foi ereta sem provisão de Sua Majestade, ou do Governo Geral, e que *sem título algum se introduziu naquela posse*, (que alegam na dita carta) da terra a que chamam rossio, e ainda, que tivessem provisão para ter a dita meia légua de rossio nunca podia prejudicar ao dito Capitão-mor, porque [...] [desde antes da transferência da vila de Santo André para São Paulo] a terra do Capão, e mais a ela pertencente era de Fernão Dias e mudada Vila só podia ser o dito rossio na terra junto a ela que não tivesse dono, o que tanto reconheceram os primeiros fundadores, que com a terra do dito Fernão Dias nunca se intrometeram em aforar como consta do dito apenso

¹³³ *RGCMSP*. v.3, p.570-1.

¹³⁴ ENNES, Ernesto. Estudos sobre história do Brasil. *Brasiliانا*. Série 5, v.252, 1947. pp.130 e ss.

13 da certidão cinco do escrivão da Câmara e somente aforaram a devoluta, e, sem dono pela posse em que se introduziram sem título algum.¹³⁵

Duas vezes o letrado se refere à ausência de títulos que legitimassem a posse da câmara sobre o rossio e esta em nenhum momento ao longo do processo faz menção à carta de doação, alegando apenas sua “posse imemorial”. Porém, antes que o *imbróglio* pudesse ser resolvido pelos meios ordinários – e como os edis não tinham em mãos o documento que poderia esclarecer o domínio da região em disputa, muito provavelmente por ignorarem a sua existência – a edilidade seguinte, eleita no ano de 1709, pôs um fim à questão atestando a posse legítima de Pedro Taques sobre as terras, confirmando sua versão da compra e alegando que a contestação feita pela gestão anterior era decorrente de intrigas de cunho pessoal envolvendo os membros do conselho pretérito e o capitão-mor.

Uma vez mais, alguns anos depois, a câmara tentou tirar algum proveito da quinta pertencente ao capitão-mor e obter algum rendimento para seus cofres. Ao ser chamado à casa do concelho, na companhia de seu cunhado João de Toledo Castelhanos e de seu genro Bartolomeu Paes de Abreu, a fim de prestar contas acerca do não pagamento dos foros referentes às terras do capão, Taques respondeu prontamente que ele e seus parentes não pagavam foros porque “esta cidade não tinha rocio”, e logo apresentou a papelada referente ao processo anterior no qual constava o seu ganho de causa. Desconcertado, o procurador do concelho solicitou ao escrivão que verificasse nos livros da câmara “tudo o q’ pertence se a cidade tem rocio ou algũa clareza disso”.¹³⁶ Pouco profícua deve ter sido a busca do escrivão, já que nenhuma nova referência ao caso foi feita nas sessões seguintes.

Essa parece ter sido a gota d’água para a edilidade paulistana. Não poderia tolerar por mais tempo a situação na qual se encontrava: sem recursos, sem garantia de suas posses e privilégios, e por isso mesmo sem condições legais de impor a cobrança de foros que pudessem reverter sua situação econômica. Tanto que no ano de 1719 a câmara enviou para Lisboa o procurador José Ramos da Silva, com a missão de buscar a solução para uma série de questões

¹³⁵ Petição porque os oficiais da câmara de S.Paulo pediram aos conventos daquela vila certidão sobre o capão do capitão mór Pedro Taques de Almeida. In. ENNES, Ernesto. Pedro Taques de Almeida e as terras do Concelho ou rossio da vila de São Paulo (1709). *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 84, p.68.

¹³⁶ *Actas da câmara municipal de São Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga. v.8, pp.404-5. (Doravante citado como *ACMSP*).

que afligiam a municipalidade. Entre elas, surgia de maneira bastante dramática a consternação pela ausência de garantias acerca de seu patrimônio.

Esta cidade se acha sem fôros nem privilégios firmados pela mão do nosso monarcha o que nos é muito necessário entendemos que não tem todo o rei na terra mais desfavorecida do que esta onde vivemos porque nem rocio tem e parece que deve cessar tudo e preferir o dito rocio que se tem impedido por particulares interesses que não devem prevalecer.¹³⁷

Nova carta do rossio foi finalmente concedida cinco anos depois, pelo governador Rodrigo Cesar de Menezes em resposta à petição da câmara “na forma pedida por ser utilidade da Camara, e bem do povo, attendendo a tão antiga posse em que estavam”.¹³⁸

No documento, onde constam os pareceres favoráveis do procurador da Coroa João Dias da Silva e do ouvidor Manoel de Mello Godinho Manso, é feita referência à perda do rossio durante o período de Peleja, segundo a opinião do procurador por razões particulares do mesmo, e segundo o ponto de vista de Godinho Manso, por descuido e pouco zelo dos oficiais camarários pretéritos.

Segundo a nova concessão, o rossio deveria medir meia légua em raio a ser contada a partir do Largo da Sé, sem prejuízo daqueles que já possuísem terras cercadas no perímetro, desde que apresentassem seus títulos de posse. Assim, poderiam conservar suas propriedades sem a necessidade do pagamento de tributos. Aqueles que estivessem ocupando terras dentro da dita meia légua, mas não apresentassem seus títulos, estavam autorizados a continuar com suas propriedades alegadas, mas mediante o pagamento de um foro anual à câmara.

A concessão foi feita sob o caráter de sesmaria, e como tal, deveria ser medida e demarcada sob pena de anulação, de modo que, assim que registrada a carta do rossio, a câmara passa a notificar os moradores dos arredores da cidade para que estivessem cientes das medições que seriam feitas em suas propriedades. Entretanto, meses depois, em razão de falta de recursos, decidia-se que “devia goardar a dita deligencia p.^a tempo mais conveniente”.¹³⁹

¹³⁷ *RGCMSP*. v.4, p.367.

¹³⁸ *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*.v.29, p.235-6. (Doravante citado como *DIHCSP*)

¹³⁹ *ACMSP*. v.9, p.341; 355-6; 363.

Apenas em 1769, no governo do morgado de Mateus e segundo ordem expressa deste, o rossio concedido em 1724 viria a ser definitivamente medido e demarcado. A área então definida como patrimônio do concelho foi descrita da seguinte maneira:

(...) para a parte da Capella e Bairro de Nossa Senhora da Penha se medio mea Legoa ... athe o alto da Chacra do defunto Manoel Luiz Costa em huma chapadinha ao pe do mato escuro em que Se fez hum Sinal para Se asentar padrão e para a parte da Capella de Nossa Senhora da Lus e Bairro de Santa Ana Se médio outra mea Legoa... adiante da ponte grande do Ryo thiete no aterro que vay para Santa Anna adonde Se poz Sinal para tambem Se aSentar padram e para a parte do aniceto e Aldea dos pinheiros Se medio outra mea Legua... no alto da emcruzilhada desendo para o Citio de Margaride de Oliveira adonde ficou e Se aSentou Sinal para Se aSentar o padram e para a parte do Caminho da villa de Santos Se medio outra mea Legoe... athe o Citio de Joze da Silva Brito Junto ao Corrigo chamado o pi ranga adonde da mesma forma ficou hum Sinal para Se aSentar padram; e todo o Roçio aSim declarado foy medido...¹⁴⁰

A partir desse balizamento, que ficou sob a responsabilidade do alcaide e do porteiro e arruador do concelho, a câmara passou a requerer aos moradores a apresentação de seus títulos de posse de maneira sistemática e a controlar e regular mais efetivamente o uso e a apropriação das terras.

2.3. Concessão de terras pela câmara municipal

Enquanto aos capitães donatários ou seus lugares-tenentes, e mais tarde aos capitães gerais governadores das capitanias régias cabia a concessão de sesmarias, era de responsabilidade da câmara municipal conceder datas de chãos no interior do rossio. As sesmarias eram grandes porções de terra, medidas em léguas, e eram concedidas a requerentes que visavam estabelecer plantações, engenhos, fazendas de criação de gado e demais atividades agropecuárias. O documento que oficializava a doação era a carta de sesmaria, a qual deveria ser solicitada ao capitão general – ou ao lugar-tenente do donatário nas capitanias que não pertenciam à Coroa –, e uma vez concedida por este, com a aprovação do Procurador da Coroa e Fazenda, deveria ser remetida ao Conselho Ultramarino para a confirmação régia num prazo estipulado, normalmente de três anos. A carta de sesmaria concedida pelo governador, bem como a carta de confirmação expedida pelo rei deveria ser devidamente registrada na secretaria do

¹⁴⁰ *Apud. GLEZER, Raquel. Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo. São Paulo: Alameda, 2007. p.97-8.*

governo e no livro de registros da câmara. Os chãos, ou datas concedidas pelas câmaras, consistiam em pequenos lotes no interior da vila ou cidade destinados à construção de casas e quintais, ou terrenos maiores nos arredores da mesma para a construção de chácaras, pequenos sítios e sedes de instituições de cunho religioso, como mosteiros e conventos.¹⁴¹

Entretanto, essas concessões de terras, tanto das sesmarias quanto dos chãos no interior das vilas, não se tornavam *propriedade* dos agraciados nos termos em que se entende a propriedade atualmente.

O concessionário das terras, o sesmeiro (numa corruptela para a palavra que inicialmente se referia ao agente concedente, ao funcionário público que formalizava as concessões), recebia as sesmarias – como haviam recebido os primeiros donatários suas parcelas –, com algumas condições, entre elas a de explorar num prazo determinado as glebas, sob o risco de perde-las ou de voltarem às mãos do Estado para nova distribuição. [...] O concessionário não constituía, assim, exatamente um proprietário, como entendemos hoje – e, na verdade, de muito pouco tempo para cá –, porém um beneficiário das terras da Coroa, sob condições.¹⁴²

O proprietário último das terras continuava sendo o rei português¹⁴³, e àqueles agraciados com a mercê régia, que era o direito de explorar economicamente ou construir moradas em seus domínios, se impunham uma série de cláusulas, condições e restrições, conforme se pode observar na fórmula pela qual se elaboravam as cartas de sesmaria. As terras pedidas eram concedidas ao requerente em nome de Sua Majestade

para q.' as haja logre e pessua como cousa propria, tanto, elle, como todos os seus herdeiros ascendentes, e descendentes, sem penção, nem tributo algum mais q.' o dizimo a Deos nosso Sr. dos fructos q.' nella tiver, a qual conceção lhe faço não prejudicando a terceiro, e reservando os páos reaes q.' nelas houver p.^a embarcações e cultivará as ditas terras de maneira, q.' dem fructos, e dará caminhos, publicos, e particulares aonde forem necess.os p.^a pontes, fontes, portos, e pedreiras, e se demarcará ao tempo da posse por rumo de corda e braças craveiras, como he estillo, e S. Magd.e o manda; e será obrigado a confirmar esta carta pello d.º Senhor dentro de dous annos primeiros seguintes, e não

¹⁴¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira EDUSP, 1968. p.114.

¹⁴² MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991. pp.34-5.

¹⁴³ Essa assertiva se estende mesmo às capitânias sob o poder de donatários. Conforme aponta Costa Porto, apesar dos amplos poderes concedidos nas cartas de doação das capitânias, não se tratava de uma doação de terras, mas do usufruto, do direito de obter benefícios dessas terras. “De relação ao solo esse continuará constituindo patrimônio do Estado, pertencente à Nação, encarnada no Soberano, que, empenhado em promover o povoamento e a colonização da conquista, determina aos capitães o repartam e distribuam de sesmaria entre os moradores, gratuitamente, ‘sem foro nem direito algum’, apenas com a obrigação de pagar à Ordem de Cristo o dízimo”. PORTO, José Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1965. p.24-5.

poderá vender estas terras sem q.' primeiro cultive, demarque, e confirme, e outrosim não poderão nelas suceder relligiões, por nenhum tit.º em tempo algum e acontecendo possuillas será com o encargo de pagarem dellas dízimos como se fossem possuidas por seculares, e faltandose a qualquer destas causulas se haverão por devolutas, e se darão a q.m as pedir ou denunciar como o d.º Sr. Ordena.¹⁴⁴

Algumas cartas mais completas advertiam ainda que o agraciado “não ficar[á] sendo senhor de minas de qualquer gênero de metal que nelas se descobrirem; e mandando Sua Magestade criar villa naquele districto darão terras para rocio e bens do concelho como o dito senhor tem determinado”¹⁴⁵ e o obrigavam a manter limpos e transitáveis os caminhos públicos que passassem por sua propriedade.

Em razão dessa vasta gama de critérios e condições impostas ao sesmeiro, sob pena de ter suas terras confiscadas pelo Estado, alguns autores preferem usar o termo concessionário em lugar de proprietário, já que a relação do sesmeiro com suas terras era mais próxima à nossa noção atual de concessão.¹⁴⁶ Entretanto, uma vez que os sesmeiros se entendiam efetivamente como proprietários e mesmo o documento de concessão de terras autorizava que estes as “haja logre e pessua como cousa propria”, não vemos problemas em se utilizar os termos ‘posse’ e ‘propriedade’, desde que feita a ressalva de que a propriedade de que se trata não é absoluta e inalienável, e tem uma natureza bastante particular, conforme pudemos verificar na fórmula utilizada nas cartas de concessão.¹⁴⁷

Da mesma maneira, o rossio do qual era dotada a câmara se constituía em sua propriedade, ou seu patrimônio, nesses termos – inclusive a carta de doação do rossio datada de 1724 reproduz termo a termo a fórmula supracitada –, sendo que os moradores, ao adquirem seus chãos, adquiriam o direito de usufruir de uma terra que era gerida pela câmara, e cujo senhorio era o rei português.

O documento que oficializava a ocupação dos chãos na área edificada da cidade e no seu entorno imediato era a carta de data de chão. Muito mais simples que a carta de sesmaria, a carta expedida pela edilidade apenas reproduzia as razões apresentadas pelo requerente e lhe

¹⁴⁴ *DIHCSP*.v.38, p.123.

¹⁴⁵ *RGCMS*. v.6, p.48.

¹⁴⁶ Cf. MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991.

¹⁴⁷ Para um estudo mais aprofundado acerca da instituição das sesmarias, ver: PORTO, José Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1965; ver também NOZOE, N. H.. *Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia*. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2005, Natal. Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia. Belos Horizonte: ANPEC, 2005. v. CD-Rom.

confirmava a posse, livre de quaisquer tributos ou mediante o pagamento de um foro anual, alegando que a mercê era concedida pois o edificarem-se novas casas contribuíam para o “asseio, aumento e luzimento da cidade e república”.

As razões apresentadas nas petições por terras na cidade eram basicamente a necessidade de se construírem casas para morar ou acomodar familiares, e a de constituir pequenas hortas para a subsistência. Já as justificativas apresentadas a fim de convencer os edis da legitimidade dos pedidos eram as mais variadas. Nos primeiros anos era comum os requerentes se declararem filhos dos primeiros povoadores, ou casados com suas filhas, ou ainda terem arriscado a vida defendendo a vila dos ataques de índios, frequentes no século XVI.¹⁴⁸

Nos séculos seguintes, outras justificativas foram surgindo, como numa petição de 1714, em que o morador Luiz Soares Ferreira almejava se apossar de uns chãos contíguos à sua casa, e para tal, mobilizou a argumentação de que estes

estão actualmente sujos, e com uma matta aonde se podem fazer emboscadas para fazer mal ao supplicante ou a outra qualquer pessoa, alem da indecencia de que dentro na cidade se criem mattas devendo esta estar com asseio, e limpeza com que os moradores a devem ter, e porque vossas mercês querem obrigar ao suplicante e fazer-lhe obrigação de ter sempre limpos os ditos chãos parece de boa razão que para esse effeito se lhe devem dar os ditos chãos.¹⁴⁹

Durante muito tempo não foi difícil obter um pedaço de terra no núcleo urbano. A única condição imposta pela câmara era a de que o novo proprietário edificasse sua casa, ou ao menos cercasse suas terras com um muro num período que podia variar entre dois e três anos desde a data da concessão. Mesmo assim, isso não parecia ser um problema, já que até então raro é encontrar um caso em que chãos concedidos foram de fato expropriados, apesar de ocasionais advertências por parte dos edis.

No entanto, conforme o núcleo populacional foi se adensando, as terras disponíveis para concessão na parte central da cidade começaram a escassear. Nos dois primeiros séculos, a função do rossio como terra de uso comum foi predominante, enquanto a concessão de lotes e a ocupação por particulares ainda era esparsa e ocasional. Mas a partir de meados do século XVIII, aumentariam os conflitos entre particulares e o poder municipal em torno da ocupação do solo, a qual avançava cada vez mais em direção às áreas de uso comum. Com o aumento da

¹⁴⁸ TAUNAY, A. d'E. São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.108.

¹⁴⁹ *RGCMS*. v.4, p.141.

concorrência pelos terrenos melhor localizados a câmara municipal se viu obrigada a buscar maneiras de regularizar a situação, além de garantir os meios de receber os foros a ela devidos. Editais ordenando que os moradores que tivessem chãos aforados construíssem logo suas casas, ou que ao menos murassem seus terrenos, e que apresentassem à câmara seus títulos de posse não são algo raro de se encontrar nos registros camarários desde os primeiros tempos, mas sem dúvida esse tipo de medida se torna muito mais frequente a partir de meados do século XVIII.

Em 1744 é baixado um edital mandando que

todas as pessoas desta cidade e seu termo que por obviar as grandes confusões que ha e de se não saberem as pessoas que tem terras aforadas por este Senado talvez occultando-as tudo em grande prejuízo dos bens patrimoniaes do dito Senado para o que ordenamos a todas as sobreditas pessoas nos apresentem neste Senado as suas cartas de aforamento dentro do termo de um mez e os que as não tiverem as tirem logo para assim se vir no conhecimento de todos os foreiros com pena de que o não fazendo procedermos contra elles como a desobedientes á república e perdição das terras e outrosim todas as pessoas que tiverem chãos nesta cidade devolutos os farão murar logo dentro do dito termo acima declarado para desta sorte se evitar os grandes monturos e mattos que causam grandes prejuízos no aspecto desta cidade e bem commum da republica e os que ao contrario fizerem incorrerão na mesma pena acima declarada.¹⁵⁰

Quatro anos depois a câmara manda o alcaide notificar a Escholastica de Toledo, dona de uns chãos na “rua que vae do Collegio para a quitanda velha” para murar sua propriedade dentro de três meses, sob pena de ser tomada como devoluta.¹⁵¹ Vários outros mandatos de teor semelhante são expedidos, até que em um edital de 1766 fica patente a necessidade assumida pela câmara de regular o “‘incipiente mercado imobiliário’ que se formava então”:¹⁵²

Fazemos saber a todos os moradores desta cidade e seus arrabaldes a que neste Senado têm ocorrido muitos requerimentos pedindo terras para se fazerem casas e porque se não sabe as que estão devolutas para se poder deferir por isso por este nosso edital mandamos e havemos por notificada a toda e qualquer pessoa que nesta cidade tiver terras havidas por titulo deste Senado e ainda no arrabalde della que dentro de seis mezes se amurem para se saber seus senhorios pena de que dentro do dito tempo o não fizer se darem a quem as pedir por devolutas.¹⁵³

¹⁵⁰ *Id.* v.6, p.334.

¹⁵¹ *Id.* v.9, pp.181-2.

¹⁵² TORRÃO FILHO, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão? A cidade colonial na América Portuguesa e o caso da São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. pp.164-5.

¹⁵³ *RGCMSP.* v.11, p.278.

Em São Paulo, o aumento no volume de pedidos por chãos na área central da cidade fez com que a câmara obrigasse os moradores a cumprir as cláusulas de suas cartas de datas e, ao mesmo tempo, passasse a ter um cuidado maior com o registro dos aforamentos, a fim de diminuir os litígios em torno da posse dos terrenos. A preocupação em conseguir nova carta de doação do rossio para resguardar seu patrimônio, e sua efetiva demarcação em 1769, pode ser compreendida no interior desse processo, atendendo à necessidade de maior formalização das concessões e das posses, bem como o estabelecimento mais claro dos limites entre as terras públicas e particulares.

Já no mês de janeiro do ano seguinte à demarcação do rossio, a câmara notificava o oficial de carpinteiro Antonio de Sousa, que havia se apossado de parte do patrimônio da câmara situado “para cá da ponte grande”, a interromper o sítio e os valos que estava fazendo “por não ser bem commum do povo”. Acontece que estes campos, próximos à capela de Nossa Senhora da Luz, eram utilizados livremente pelos moradores dos bairros afastados que vinham à cidade vender mantimentos como pastagem para seus animais, bem como pelos proprietários das chácaras vizinhas, que também soltavam seu gado para pastar nas terras do concelho. Mas o carpinteiro estava a cercar o pasto público “sem licença deste Senado, em prejuízo de todo o povo” e a intimar os donos de gados e tropas “para que lhe paguem pasto o que não pode ser”. Os edis advertiram o sujeito de que caso ele quisesse terras para pasto, cultivo ou para construir casas, deveria regularizar sua situação, pedindo chãos à câmara, que os aforariam em local mais adequado, sem prejuízo do povo – e provavelmente mediante o pagamento de um foro anual às rendas do concelho.¹⁵⁴ Apenas dois meses depois, foi proposto pelo procurador da câmara e estabelecido pelos demais oficiais que a partir daquele momento

qualquer requerimento que se fizer a este Senado para tomarem terras, que estas se não concedam sem vistoria, e elle dito procurador ser ouvido para ver se é conveniente ao povo, ou não; e que dentro no rocio desta cidade se não dê mais terras a pessoa alguma senão tanto, e quanto lhe seja precisa para fazerem casas.¹⁵⁵

Complementar a essa medida, e ainda um novo indício da alta procura por terras na cidade e do processo de comercialização dos chãos urbanos que começava a se esboçar, é o edital

¹⁵⁴ *ACMSP*. v.15, pp.528-9.

¹⁵⁵ *Ibid.* p.554.

baixado no ano seguinte, estabelecendo que “pessoa alguma não possa de hoje em diante tomar terras por este Senado terras [sic] para as tornarem a vender”, o qual ainda reitera a ordem para que se construam logo as casas em terras concedidas pelo Senado sob pena de serem dadas a outrem como devolutas.¹⁵⁶ Que se cumprissem, portanto, as cláusulas estabelecidas no ato de concessão e que não se valessem da beneficência camarária para auferir lucros, vendendo terras que foram adquiridas gratuitamente.

Os vários editais baixados não se tornaram letra morta. Aos dezoito dias do mês de março do ano de 1772 foi feita vistoria em um lance de casas que Luiz Rodrigues acrescentou à sua residência “no caminho de Anhabaú que vae para Nossa Senhora da Luz ao pé da ponte” e que estariam impedindo a serventia pública de acesso ao córrego. O responsável pelas casas deveria apresentar seu título de posse das terras e caso fosse encontrada alguma irregularidade ou constatado o “impedimento ao bem commum” este seria obrigado a derrubar seu acrescentamento.¹⁵⁷

No ano seguinte os edis suspenderam a construção de um muro por parte de Maria de Azevedo Silva, a qual havia sido agraciada por carta de data com um terreno de cinco braças de frente por catorze de fundo, mas “abusou da mercê que se lhe fez” e intentou cercar as tais catorze braças não só nos fundos, mas também na frente de seu terreno, se apropriando assim de uma área muito maior do que lhe havia sido concedida. Ao que parece, ela não ficou nada contente com o embargo de sua obra, e insistiu para que os oficiais revissem sua decisão, já que conforme a ata que trata do litígio, “vendo-se esta Camara perseguida com novos requerimentos por parte da mulher fomos novamente fazer vistoria no dito logar”. Acontece que na nova vistoria os oficiais – já provavelmente irritados com a insistência da requerente – entenderam que seus antecessores obraram mal em conceder as terras naquela paragem, entre a ladeira da Tabatinguera e o rio Tamanduateí,

por ser no logradouro público desta cidade e o unico recreio e divertimento do povo desta cidade, além de ser logar aonde se costumam tirar saibro para todas as obras desta cidade, e juntamente ter a dita mulher feito devasso todo aquelle rio onde várias pessoas particulares vão lavar-se e tomar seus banhos.¹⁵⁸

¹⁵⁶ *Id.* v.16, p.37.

¹⁵⁷ *Ibid.* pp.126-7.

¹⁵⁸ *Ibid.* pp.205-7.

Portanto, decidiram recolher a carta de data concedida à dona Maria da Silva e despojá-la de sua posse.

Por meio do acompanhamento das ações camarárias acerca da concessão de terras, nota-se que os oficiais estabeleceram áreas específicas dentro do rossio de maneira gradativa, em resposta ao processo de expansão da área edificada. Uma vez que não havia uma setorização *a priori* do espaço, este foi sendo organizado pela ação camarária, por meio da eleição de áreas destinadas a determinados fins, como a indicação de locais apropriados para a construção de casas ou chácaras, resguardando assim outras áreas que deveriam ser mantidas para o uso comum – pasto para tropeiros e moradores dos bairros vizinhos que traziam mantimentos, na paragem da Luz; a paragem da Tabatinguera, para retirada de material construtivo; as várzeas dos rios para aguada, lavagem de roupas e banhos. Além disso, a maior fiscalização das obras possibilitou o embargo daquelas que não cumpriam com as exigências estipuladas, seja invadindo ruas e terras alheias, ou estorvando caminhos e o acesso aos córregos. Destarte, a municipalidade paulistana passou a exercer de maneira mais ativa o controle do aspecto construtivo da cidade, uma das três agendas indicadas pelo historiador Magnus de Mello Pereira como sendo atribuições inerentes às câmaras municipais no período em tela.¹⁵⁹

Pressionando os moradores para regularizarem suas propriedades através dos meios legais, exercendo com mais assiduidade a fiscalização das obras de particulares, preservando as já bastante limitadas áreas destinadas ao uso comum e munida do documento que lhe autorizava a cobrar os foros devidos – ainda que seus valores fossem modestos –, a edilidade paulistana procurava desafogar as sempre comprometidas rendas municipais, e controlar mais efetivamente a questão da posse e dos usos da terra no interior da cidade.

¹⁵⁹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese(doutorado) - Universidade Federal do Paraná.

CAPÍTULO 3 - Que os caminhos se conservem sempre francos, e desembaraçados para o giro do negocio, e viagem dos viandantes

O tipo de atividade que consumia a maior parte dos esforços municipais, assunto predominante na documentação camarária, era a abertura e manutenção dos caminhos e pontes que estabeleciam a comunicação entre a sede da capitania e as demais localidades da colônia. O zelo por essas vias dizia respeito diretamente ao exercício pela câmara municipal de uma das agendas destacadas por Magnus de Mello Pereira¹⁶⁰, a relativa ao aspecto construtivo, não só no interior da área edificada, mas também nos seus arredores. Relacionava-se também à agenda do mercado, uma vez que era indispensável que se garantisse o contato entre as fazendas, a cidade e circuitos maiores de mercado, viabilizando tanto a subsistência da urbe, quanto a prosperidade de seus habitantes por meio do comércio.

Ao longo dos anos as ordens e deliberações expedidas nesse sentido são extremamente repetitivas. Havia sempre uma estrada tomada pelo mato, um aterro em ruínas, uma ponte prestes a desabar, todos necessitando de constante reparo. Ainda assim é possível constatar algumas nuances na maneira como a câmara municipal procurou manter transitáveis os caminhos do termo municipal, recrutando trabalhadores, nomeando responsáveis, contratando profissionais e contando, cada vez mais ao longo do século XVIII e início do XIX, com recursos e o auxílio de funcionários a serviço do governo da capitania.

3.1. Pontes e caminhos custeados pelos moradores

A tarefa de manter transitáveis os caminhos que cortavam o termo da cidade de São Paulo foi compartilhada, ao longo dos anos, entre a municipalidade, o governo da capitania, os sesmeiros e demais moradores dos arredores rurais do núcleo urbano, e também com as câmaras das vilas vizinhas, uma vez que o estabelecimento de boas rotas de comunicação e comércio beneficiava a economia da capitania como um todo.

Durante os primeiros anos do século XVIII, eram os próprios moradores das paróquias compelidos a garantir o bom estado de conservação de caminhos, pontes e aterros de sua

¹⁶⁰ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese(doutorado) - Universidade Federal do Paraná.

serventia. A câmara municipal se limitava a organizar os trabalhos, indicando em cada um dos bairros uma ou duas pessoas responsáveis por reunir os moradores ou seus escravos e dirigi-los aos pontos mais danificados dos caminhos. Esses responsáveis eram chamados de cabos e tinham a incumbência de reportar à câmara caso algum dos indivíduos por eles convocados se recusasse a colaborar. Vejamos um exemplo de mandato expedido pela municipalidade para o conserto de um caminho e sua ponte:

Os officieaes do Senado da Camara que este presente anno servimos por bem das ordenações de Sua Magestade que Deus guarde. Mandamos a José de Moraes da Cunha a quem nomeamos por cabo para a factura da ponte do Rio Maquerivy e seu caminho do districto de Nossa Senhora da Conceição que apene todos os moradores do dito bairro para a factura da dita ponte caminho e seus aterrados que serão obrigados a fazer dentro em o termo de oito dias façam a dita ponte e caminho que começarão a correr de quatro deste presente mez em diante e todo o morador que lhe não obedecer concorrendo com seus escravos pessoas instrumentos nos fará a saber por um rol para serem castigados pela sua rebeldia com a pena de seis mil reis de condenação cada um e trinta dias de cadeia e na mesma pena incorrerá o mesmo cabo quando não dê logo cumprimento a este nosso mandato que cumprirá inviolavelmente dado e passado nesta cidade.¹⁶¹

Por esse mandato, nota-se que não apenas os moradores arregimentados estavam sujeitos às punições da câmara, como também os cabos que se mostrassem negligentes em cumprir sua tarefa. Com efeito, constam na documentação camarária diversas multas e até mandatos de prisão para moradores e cabos que expressamente se recusaram a participar dos mutirões promovidos pela municipalidade, ou que simplesmente não compareceram. Outros mandatos são mais específicos em relação àqueles indivíduos que deveriam efetivamente tomar parte nos trabalhos, exigindo que os moradores concorressem “com todo o necessário e cada um conforme as suas posses e os que não tiverem escravos assistirão com suas pessoas”.¹⁶² Ou seja, a contribuição exigida dos sesmeiros que podiam contar com a mão de obra escrava era a cessão de algumas peças para serem empregadas no serviço público. Já os lavradores desprovidos de posses eram obrigados a comparecer pessoalmente com seus instrumentos de trabalho nos mutirões organizados pela câmara.

Para se verem livres dos frequentes mandatos do concelho para participarem dos trabalhos, alguns moradores se comprometiam a manter bem conservados determinados trechos

¹⁶¹ *Registro geral da câmara municipal de São Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.6, p.3-4. (Doravante citado como RGCMSP).

¹⁶² *RGCMSP*. v.6, p.72.

de caminhos próximos às suas terras, com a condição de serem dispensados de concorrerem a outras obras. Em 1729, o senhor João Godoy de Moreira, morador no bairro de Nossa Senhora da Conceição, assinou um termo de obrigação no qual se comprometia a “fazer todos os desconcertos q’ ouvesse no aterrado e pontes no Ryo Maquiroby q’ esta naquela dita freguezia quanto dis a estrada geral, e tambem fazer as pontes se disso se carecer [...] emq.to fosse morador daquelle bayro”. Em troca, os oficiais o escusaram de “fazer todos e quaisquer caminhos a que fosse obrigado em rezão de ser morador daquelle bayro”.¹⁶³

Acordo semelhante foi proposto anos depois por dois moradores na paragem do Pacaembú. Os senhores Antonio Alvres de Syqueira e Inacio de Barros Rego assinaram um termo se comprometendo a manter bem conservadas as pontes do caminho que levava de seu bairro à sede do município, “a saber do Rio Pacaimbú: e outra Ponte no Rio chamado agua verde com seo aterrado, ficando escuzos de concorrerem p.a o caminho do mar”.¹⁶⁴

Uma vez que, a princípio, os caminhos, as pontes menores e seus aterros eram feitos de mão comum pela própria população residente no local e sua escravatura, havia a necessidade de se aguardar a época do ano mais propícia para a consecução das obras, evitando-se o período em que as chuvas eram mais frequentes e respeitando o ciclo das lavouras. Assim, além de aguardarem os meses mais secos do ano, em que o nível dos rios era mais baixo, facilitando a construção dos aterros e prevenindo os danos causados pela chuva durante as obras, foram feitas algumas petições por parte dos moradores convocados a concorrerem com seus serviços, para que as obras fossem feitas de modo a respeitar o tempo de suas lavouras, que exigiam maior volume de trabalho em determinadas épocas do ano.¹⁶⁵

Mas se a cheia dos rios, as fortes chuvas e a propagação natural da vegetação exigiam periodicamente a manutenção das pontes, aterros e caminhos, o crescente trânsito de tropas e carros de boi pelas estradas do termo da cidade de São Paulo era o principal responsável pela danificação das vias de comunicação. Conscientes disso, os edis passaram a tomar providências para garantir que os tropeiros e proprietários de carros arcassem com os danos causados por sua atividade.

¹⁶³ *Actas da câmara municipal de São Paulo*: Typographia Piratininga. v.9, p.618-9. (Doravante citado como ACMSP).

¹⁶⁴ ACMSP. v.11, p.407-8.

¹⁶⁵ ACMSP. v.9, p.36-7.

Desde pelo menos 1713 os condutores de gado se viram obrigados por um bando expedido pelo governador D. Braz Balthazar da Silveira (1713 - 1717) a levarem consigo enxadas e machados para repararem os estragos que por ventura fossem causados pela passagem de seus animais nas pontes e caminhos da capitania.¹⁶⁶ Nos anos seguintes, a câmara municipal procurou estabelecer a cobrança de uma taxa sobre a passagem das tropas. Como visto, o comércio de gêneros nas Minas Gerais se mostrava um negócio bastante promissor, causando um intenso movimento tropeiro entre os campos do sul e a região aurífera, sendo a cidade de São Paulo um importante ponto de articulação dessa rota. Assim, em 1719 o procurador do concelho requereu que

visto os gados que passam p.^a as Minas, vindos de Curityba, estarem Já hoje passando em cantidade; de q' resulta, Danificarem os caminho e q' nestes termos requeria a elles vereadores; se lhe lancace, em cada cabeça de gado, a porção q' lhe paresse Justo; em cujos termos, se puzesse esse dr.^o p.^a concerto dos cam.^{os}¹⁶⁷

Além do pagamento da taxa, os tropeiros deveriam ainda apresentar fiadores que se responsabilizassem por eventuais danos maiores causados em pontes e aterros¹⁶⁸, afinal, não era raro as frágeis pontes setecentistas cederem completamente com o peso das tropas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a ponte sobre o Tamanduateí em 1753, ocasião em que os edis foram informados pelo procurador de que “cahiu a dita ponte com o gado em cima que por ella passava, estando esta ainda em termos de durar alguns annos com qualquer concerto [...] infeccionando a entrada e sahida desta cidade”.¹⁶⁹

Se, nos primeiros anos do período em estudo, as pontes e caminhos eram reparados pelos moradores e seus escravos, muito cedo se mostrou necessário o emprego de profissionais mais qualificados, ao menos no que se refere à construção de pontes. A partir da década de 1730, é possível encontrar na documentação uma série de contratos de serviço assinados pela câmara e por oficiais carpinteiros, acertando os detalhes a serem seguidos nos trabalhos de conserto e

¹⁶⁶ *RGCMS*. v.4, p.70-1.

¹⁶⁷ *ACMS*. v.8, p.493.

¹⁶⁸ Em 1764 a exigência para que os condutores de boiadas apresentassem fiador teve de ser reiterada, após sucessivas omissões. “Registo de um edital que os officiaes da Camara mandaram registrar a respeito de todas as pessoas que passarem pelos caminhos com tropas darem fiança aos desmanchos dos aterrados e pontes”. *RGCMS*. v.11. p.40-1.

¹⁶⁹ *ACMS*. v.13, p.406.

construção de novas pontes no termo do município. A situação ideal para a contratação destes profissionais, prevista, inclusive, nas Ordenações do Reino, era a arrematação de contratos de serviço em hasta pública pelo sistema de empreitada.¹⁷⁰ O porteiro da câmara era encarregado pelos oficiais de anunciar pelas ruas da cidade a disponibilidade do contrato, pelo que era procurado pelos interessados em arrematá-lo. Passados os “dias da lei” – o prazo pelo qual o contrato de serviço estava disponível para arrematação – o porteiro informava aos oficiais o nome daquele que havia oferecido o menor valor pela execução do trabalho. Uma vez assinados os termos, o contratante passava a ser responsável por todos os aspectos da obra, como a contratação de mão de obra e a obtenção de material. Depois de concluídos os trabalhos e avaliados formalmente pelos edis, o pagamento do valor combinado era efetuado e o contratante “desobrigado” do encargo.

Entretanto, não raro passavam-se os dias da lei sem que nenhum indivíduo empreendedor se oferecesse para a realização do trabalho. Nesses casos, procedia-se a realização da obra em questão pelo sistema de “jornais”, no qual a própria câmara assumia a direção dos trabalhos, encarregando o almotacel, o procurador, ou algum homem bom residente nas proximidades, de contratar trabalhadores – normalmente escravos de ganho –, orientar e fiscalizar o seu trabalho visando a perfeita conclusão da obra. Por ser esse sistema mais demorado e dispendioso aos cofres públicos, preferia-se a arrematação dos contratos de serviço por empreitada, devendo a consecução de obras “a jornal” ser autorizada previamente pelo ouvidor.

Vejamos um exemplo concreto de arrematação de contrato de serviço em hasta pública:

pelo procurador do conselho foi requerido mandassem vir perante si o porteiro p^a se saber os lancos que tinham a ponte que vai p^a nosa sra da lus e o concerto da que vai p^a os pinheiros ambas no bairo chamado anhamgabau e com efeito foram vistos os ditos lancos que andaram os dias da lei em praça e neles o menor lanco foi o de Manoel luis feras em sincoenta mil reis por fazer huma e concerto de outra e sendo heste chamado o dito Manoel luis feras a mesmo senado p^a lhe ser Rematadas visto nam aver pesoa que a fizesse por menos [...] hele dito aRematante se obriga a fazer a ponte que vai p^a nosa sra da lus de novamente com toda a seguranca com tres vigas e coicueiras atravesadas com os tranchons nacecarios em que ande segurar as mesmas vigas e pregar as goardas das ilhargas e bem pregadas de pregos caibrais e madeiras de lei // e o concerto da ponte que vai p^a os pinheiros se obrigou hele aRematante a comcertar metendolhe de mais huma viga por-lhe as coiceiras que lhe faltam as goardas que lhe faltarem e pregada toda e feitas as cabeças dos aterados Ao pe da ponte p^a que fique com toda a seguranca.¹⁷¹

¹⁷⁰ “E não se fará obra alguma, sem primeiro andar em pregão, para se dar de empreitada a quem a houver de fazer melhor e por menos preço”. *Codigo Philipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Typographia do instituto philomathico, 1870. Livro 1º, Título 66, §39.

¹⁷¹ *ACMSP*. v.10, p.460-1.

Neste caso específico, o senhor Manoel Luis Feras recebeu o valor combinado em contrato assim que a obra foi concluída e aprovada pelos avaliadores nomeados pelo concelho.¹⁷² Contudo, nem sempre os oficiais pagavam em dia os arrematantes das obras, frequentemente alegando falta de recursos e dificuldades na arrecadação dos valores pelos cabos. Receoso da disposição da câmara em quitar suas dívidas no período estipulado, o arrematante da reconstrução da ponte sobre o rio Tietê em 1734, o padre jesuíta Joze de Moura, procurou se munir de certas garantias de que iria receber pontualmente o pagamento pela empreitada. De acordo com o termo firmado, o padre se comprometia a fazer a ponte “toda de madeiras de ley com os tanchois de canella preta, com, a largura nessesaria e taboois da melhor madeyra que puder ser com boa pregaria e tudo de sorte que fique segura e muito capás de se poder andar por ela com segurança”. Contudo, por força de contrato, os trabalhos só teriam início após os edis depositarem os trezentos mil reis, valor pelo qual a obra foi arrematada, no cofre da real casa da fundição, sob os cuidados de seu provedor, o capitão Manoel Mendes de Almeyda. Uma vez concluída a obra, seriam indicados dois avaliadores, um pelos padres da companhia e outro pelo Senado, a fim de verificarem a adequação da ponte em relação ao que se estabeleceu no contrato e em caso de discordância entre os avaliadores, o Reitor do colégio dos jesuítas teria a última palavra.

Assim, em menos de três meses, a ponte do Tietê havia sido reconstruída e o cauteloso arrematante recebera o valor combinado sem maiores delongas. Os avaliadores consideraram que a ponte “inda estava mais bem beneficiada do que prometeo o R.^{do} P.^e Joze de Moura gavião” e que valeria até mais do que os trezentos mil reis do contrato, sendo possível apenas aos jesuítas fazerem uma obra tão bem acabada e por tão baixo preço, pois empregaram a mão de obra dos índios aldeados sem a obrigação de pagar-lhes pelas jornadas de trabalho.¹⁷³

Não obstante as obras mais complexas, como a construção e manutenção das pontes, terem passado a ser arrematadas em praça por oficiais, em tese, mais qualificados, as obras mais simples, como a manutenção dos caminhos, continuariam a ser feitas de mão comum pelos moradores dos bairros rurais e seus escravos, sob a responsabilidade de cabos para facilitar a punição por parte da câmara.

¹⁷² *ACMSP*. v.10, p.468-9.

¹⁷³ *ACMSP*. v.10, p.361-3; p.385-7.

No caso de pontes situadas em locais mais distantes do núcleo urbanizado, os moradores continuavam a ser os responsáveis pelos consertos, só que cada vez mais estes deveriam contribuir não com seu próprio trabalho, mas com o dinheiro necessário para pagar o arrematante da obra. Nesses casos, o trabalho dos cabos indicados pela municipalidade não era mais o de convocar os moradores ao trabalho, e sim garantir a arrecadação da quantia estipulada:

Nós juiz vereadores procurador cidadãos desta cidade de São Paulo [...] mandamos a Jeronymo de Camargo e à Diogo Bueno a quem nomeamos por cabos do districto da freguezia de São João de Athibaya para a cobrança do lançamento do que cada pessoa da dita freguezia deve pagar para a factura da ponte grande e pequena do caminho de Santa Anna para que sábado que se contam vinte tres do presente mez venham a este Senado pelas duas horas da tarde com um rol de todos os moradores da dita freguezia e seus districtos com os seus nomes e possibilidades para se fazerem o lançamento de que cada um dos ditos moradores devem pagar para a factura da ponte grande e pequena de Santa Anna para com o rol que se lhe entregar nesta Camara fazerem as cobranças no termo de trinta dias para se fazerem com a brevidade possível as ditas pontes.¹⁷⁴

¹⁷⁴ *RGCMSP*. v.10, p.492-3.

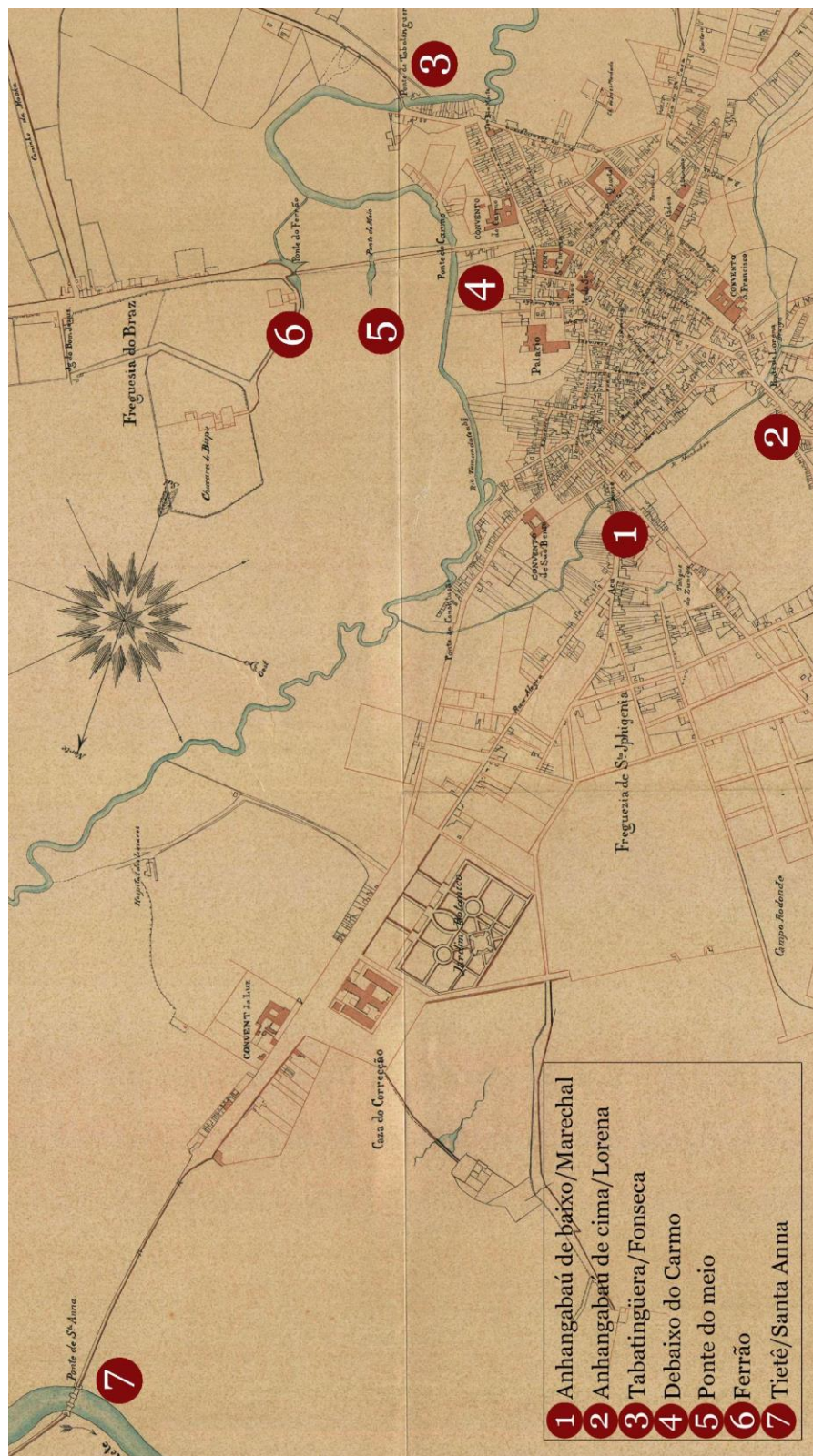


Figura 6. As pontes no rossio da cidade de São Paulo. Ilustração do autor sobre o Mappa da cidade de São Paulo e seus subúrbios. Feito por Ordem do Ex.^{mo} Sr Prez.^{te} o Marechal de Campo Manoel da Fonseca Lima e Silva pelo Engenheiro Civil C. A. Bresser. (1844-1847).

3.2. Pontes e caminhos financiados pela câmara municipal e a noção dos limites da cidade

Enquanto os cuidados para com as pontes mais distantes continuaram a ser custeados pelos lavradores e sesmeiros dos bairros rurais, a manutenção das pontes no entorno imediato do núcleo urbanizado (Figura 6) foi gradualmente assumida pelo poder municipal.

Em correspondência com a câmara de Sorocaba, datada do ano de 1741, os edis paulistanos declaravam que havia cinco pontes cuja manutenção era custeada pelas rendas municipais, todas inclusas no rossio da cidade, enquanto que “as que ficam distantes como de Sant’Anna e de Nossa Senhora do Ó: a dos Pinheiros fazem os moradores e pessoas que versam a passal-a como deve ser”.¹⁷⁵ Na carta, os camaristas não chegaram a nomear as pontes que estavam diretamente sob seus cuidados, e em outros documentos posteriores o número de pontes consideradas como sendo de “obrigação” da câmara varia, o que torna um tanto difícil identificá-las com certeza absoluta.

Nos livros relativos às décadas de 1740 a 1760, constam os registros de várias iniciativas municipais para o conserto e reconstrução de pontes. Em um deles, o procurador do concelho requereu que se passasse mandato para “se reedificarem as tres pontes, a saber de Inhangavahy¹⁷⁶, e outra abaixo do carmo, e da outra parte, indo para a chácara do capitão Thomé Alves Castro”.¹⁷⁷ Como seu pedido não foi imediatamente atendido, no mês seguinte o procurador requereu novamente que se providenciasse “a factura das tres pontes, contiguas a esta cidade”.¹⁷⁸ Alguns anos depois, outro procurador fazia requerimento semelhante, para que “se puzesse em praça o concerto das pontes do rocio que são as de Anhabaú de cima e debaixo do Carmo e a ponte de a Tabatinguera”.¹⁷⁹

Por esses documentos, têm-se a impressão de que não seriam cinco as pontes sob a responsabilidade direta da câmara, mas apenas três: uma ponte sobre o córrego do Anhangabaú, outra sobre o rio Tamanduateí, nas proximidades do Mosteiro dos carmelitas, e uma terceira chamada de Tabatinguera, também sobre o Tamanduateí e ao fim da rua de mesmo nome.

¹⁷⁵ *RGCMSP*. v.5, p.135-6.

¹⁷⁶ Outra grafia da palavra Anhangabaú, que aparece grafada de maneiras bastante diversas na documentação.

¹⁷⁷ *ACMSP*. v.12, p.72-3.

¹⁷⁸ *ACMSP*. v.12, p.82.

¹⁷⁹ *ACMSP*. v.14, p.492.

No entanto, a partir de 1766, todos os registros passam a confirmar a existência de não três, mas quatro pontes cuja manutenção era feita a expensas do cofre municipal: “e na mesma vereança mandaram passar bilhete de praça para se mandar fazer de novo a ponte chamada a do Fonseca caminho de Tabatinguera e reparar as mais tres pontes da obrigação desta Camara por se acharem muito arruinadas para se mandarem fazer e concertar a quem mais barato o fizesse”.¹⁸⁰ Noutro requerimento do procurador da câmara, as quatro pontes são discriminadas. Em abril de 1774 o alferes Antonio Rodrigues Picanço recomendava que “á custa dos bens deste concelho mande concertar, e reparar as pontes do districto desta cidade de obrigação desta Camara que são as que ficam debaixo do Carmo, e da ponte do Fonseca e do Anhabaú e caminho da Luz, e que fiquem capazes de se andar por ellas”.¹⁸¹ Até o ano de 1784 – quando foi aberta uma rua ligando o pátio de São Bento aos campos da Luz – o único “caminho da Luz” era atravessando o córrego Anhangabaú na paragem denominada Acú, ou “Anhangabaú de baixo”. Assim, das quatro pontes enumeradas nesse documento, duas são as já identificadas do Carmo e do Fonseca – ou Tabatinguera – sobre o Tamanduateí, e as outras duas se lançavam sobre o Anhangabaú.

Um documento do ano seguinte confirma essa constatação, no qual está registrado que “se mandou pôr em praça a factura do novo pelourinho e concerto das pontes de *Anhabaú de cima e debaixo* e do Fonseca a quem por menos o fizesse”.¹⁸² A ponte do “Anhabaú de cima”, na região do Aniceto, seria completamente reconstruída durante o governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797), motivo pelo qual passaria a ser chamada de ponte do Lorena. Cerca de meio quilômetro rio abaixo se situava outra ponte, na região do Acú. Por muito tempo passagem obrigatória para aqueles que se dirigiam da cidade para o convento da Luz, viria a ser chamada de ponte do Marechal após ser reconstruída durante o governo interino do Marechal de Campo Frei José Raymundo Chichorro (1786-1788), e se notabilizado por se achar “feita de pedra e cal a primeira nesta cidade”.¹⁸³

¹⁸⁰ *ACMSP*. v.15, p.134-5.

¹⁸¹ *ACMSP*. v.16, p.315.

¹⁸² *ACMSP*. v.16, p.413-4.

¹⁸³ *ACMSP*. v.18, p.451-2.



Figura 7. Jean-Baptiste Debret. Ponte de Santa Ifigênia, São Paulo, 1827. Aquarela sobre papel. (Ponte do Acú). FONTE: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX: Memórias, Depoimentos, Evocações. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p.95.



Figura 8. Jean-Baptiste Debret. Entrada de São Paulo pelo caminho do Rio de Janeiro. Convento das Carmelitas. Aquarela e nanquim sobre papel. Ao fundo, a várzea inundada do Rio Tamanduateí e o aterro que viabilizava a sua transposição. FONTE: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX: Memórias, Depoimentos, Evocações. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p.155.

O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, em passagem por São Paulo no ano de 1819, elaborou uma sucinta descrição de três das pontes que davam acesso à cidade. À época, a ponte do Lorena contava com “12 passos de largura por 25 de extensão; é quase plana, com parapeitos sem ornamento. É essa ponte que estabelece comunicação entre a cidade e os caminhos que demandam Sorocaba e Jundiaí”. Já a ponte do Acú (Figura 7), que à essa época já estabelecia a conexão entre a cidade velha e a freguesia de Santa Ifigênia, seria bem mais extensa, medindo cerca de 150 passos, por 16 de largura, sendo que “A extremidade que dá para a cidade é em aclive, a outra parte quase plana, e não falta a seus parapeitos uma certa elegância arquitetônica”. A terceira ponte descrita pelo viajante era a do Ferrão, sobre o Tamanduateí (Figura 8), a qual estava “localizada à saída da estrada para o Rio de Janeiro, mede cerca de 37 passos de comprimento por 7 de largura, e ao longo de seus parapeitos vêem-se bancos de pedra”.¹⁸⁴

Poder-se-ia dizer de maneira mais objetiva que as pontes custeadas pela câmara eram aquelas situadas no interior do rossio, como denotam alguns mandatos para consertos, se não fosse por pelo menos duas exceções.

Sabe-se que antes de sofrer uma série de alterações em seu curso ao longo do século XIX, até ser finalmente retificado e canalizado, o rio Tamanduateí ocupava uma vasta planície inundável, que para ser transposta demandou a construção de aterros e mais duas pontes além da do Carmo, situada logo abaixo da ladeira do Convento dos carmelitas. Eram denominadas ponte do Ferrão e ponte do meio, e apesar de localizarem-se muito perto da área edificada da cidade e indubitavelmente no interior de seu rossio, tinham sua manutenção custeada por moradores das freguesias vizinhas.

Em junho de 1765, “se passou um mandato para que todos os moradores do bairro de Nossa Senhora da Penha concorram para a factura da ponte do Ferrão e nomearam por cabos a Ignacio Pedroso de Aveiros e a José Vaz de Aguiar e Antonio Leme Simões por estes concorrerem para a dita ponte”.¹⁸⁵

A partir da década de 1770 os fregueses de Nossa Senhora da Penha não foram mais convocados, enquanto os moradores do bairro de São Miguel é que passaram a ser encarregados

¹⁸⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de São Paulo. Trad. de Regina Regis Junqueira. Apresent. de Mário Guimarães Ferri. São Paulo-Belo Horizonte: Edusp/Livr. Itatiaia, 1976, p.131. Apud. DICK, Maria Vicentina do Amaral. A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo - 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1997. p.88.

¹⁸⁵ *ACMSP*. v.15, p.53.

do conserto das pontes do meio e do Ferrão, seja concorrendo diretamente com sua força de trabalho e de seus escravos, ou cedendo dinheiro para a contratação de uma equipe de trabalhadores. Em 1773 era expedido um mandato “para os moradores de São Miguel fazerem o caminho até á ponte do Ferrão e fazerem a mesma ponte, chamada do Ferrão por serem obrigados a fazel-a”.¹⁸⁶ Dois anos depois, os edis entenderam por bem oferecer o contrato do conserto da ponte em hasta pública, sendo os moradores de São Miguel encarregados de colaborar com o dinheiro necessário para o pagamento do arrematante. Entretanto, na reunião do dia primeiro de julho daquele ano, o procurador informava aos demais oficiais que “a ponte chamada o defunto Ferrão se achava arrematada para se fazer de novo e por causa dos moradores de São Miguel não terem contribuído com o produto de vinte e cinco mil reis em que foi arrematada a dita ponte esteve todo o referido tempo por fazer”. Uma vez que era iminente a chegada à cidade da ilustre personalidade de Martim Lopes Lobo de Saldanha para assumir o cargo de governador da capitania, os edis decidiram efetuar as despesas necessárias para pôr em boa ordem a entrada da cidade pela várzea do Carmo, só que sem deixarem, é claro, de “cuidar na cobrança [...] e de tudo o que cobrar dos moradores daquelle bairro de São Miguel”.¹⁸⁷

Uma das pontes mais importantes do termo de São Paulo era a de Santa Ana, construída sobre o rio Tietê nos primeiros anos do século XVIII. Importante, pois se tornou passagem obrigatória das tropas de gado e mercadorias vindas do sul rumo às minas, e pelo porte da chamada ‘Ponte grande do Guaré’, considerada por Taunay a “primeira grande obra de engenharia levada a efeito na capitania vicentina”.¹⁸⁸ Desde sua construção inicial, demandou inúmeras reformas e por mais de uma vez teve de ser completamente reconstruída, sempre a expensas dos moradores dos bairros rurais, especialmente os de Juqueri, Atibaia, Santa Ana e Nazareth.

Pelo fato de que a ponte se situava exatamente no limite norte do rossio paulistano, o custeio de sua manutenção viria a gerar alguns conflitos. Em 1770, os edis enviaram uma carta à câmara da nova vila de Atibaia pedindo que esta concorresse com a metade das despesas necessárias para se pagar ao arrematante do conserto da ponte sobre o Tietê, sendo a outra metade

¹⁸⁶ *ACMSP*. v.16, p.225-6.

¹⁸⁷ *ACMSP*. v.16, p.413-4.

¹⁸⁸ Apud. BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953-54. p.225.

custeada pelos moradores dos bairros de Juqueri e Santa Ana, conforme o costume, “por não ter obrigação os bens deste concelho de concorrer para semelhante obra e despesa”.

Como que pressentindo uma resposta negativa por parte dos oficiais da câmara de Atibaia, recém-elevada à categoria de vila, os edis paulistanos consideraram que caso não fosse possível arrecadar o valor necessário para a consecução da obra, eles providenciariam a colocação de um portão na ponte para cobrarem uma espécie de pedágio dos transeuntes até que se obtivesse o necessário para quitar as despesas. Mas cordialmente declaravam que “não esperamos de vossas mercês deixem de concorrer para uma obra tão necessária”.¹⁸⁹

E de fato veio a recusa. Os oficiais da câmara de Atibaia alegaram não terem verbas suficientes em razão das grandes despesas feitas com a criação da vila, não poderem onerar ainda mais o seu povo e além do mais, porque parecia-lhes “que o rio Thieté fica dentro do padrão [rossio] dessa cidade ficando assim segundo a obrigação da dita ponte a esse Senado”.¹⁹⁰

Os paulistanos ainda insistiram ameaçando a colocação do portão e a cobrança de uma taxa de passagem daqueles que viessem de Atibaia, e demonstraram certa hesitação sobre a inclusão ou não da ponte em seu rossio:

*porque supposto esteja a mesma no padrão desta Camara, esta a não póde fazer por não ter reditos e os poucos que tem não chegam para as mais despesas e estarem penhorados pela Real Fazenda, pois mais no padrão fica uma ponte na varzea de Nossa Senhora do Monte do Carmo chamada a ponte do Ferrão e mais os moradores da freguezia digo do bairro de São Miguel a vêm fazer, e com mais razão deve esse povo concorrer”.*¹⁹¹

Estivesse ou não a ponte inclusa em seu rossio, pouco importava, uma vez que a ponte do Ferrão indubitavelmente o estava, e ainda assim era custeada pelos moradores de São Miguel. Os de Atibaia deveriam seguir o exemplo.

Apesar das ameaças, nenhum portão foi colocado e os moradores de Atibaia – outrora submetidos às determinações da câmara paulistana, mas agora com força suficiente para terem seus interesses representados por seu próprio concelho – se viram livres da obrigação de tomar parte na manutenção da ponte sobre o Tietê. Assim, conformado, o procurador paulistano passou a requerer que

¹⁸⁹ *ACMSP*. v.15, p.564-5.

¹⁹⁰ *ACMSP*. v.15, p.577-8

¹⁹¹ *ACMSP*. v.15, p.592-3.

visto os moradores da freguezia digo da nova villa de São João de Athibaya não quererem concorrer para a factura da ponte grande no caminho de Santa Anna, se faça lançamento pelos moradores da freguezia de Juquiry e Santa Anna e Tremembé a alguns de Nossa Senhora do O' que se costumam servir pela dita ponte para se fazer logo a dita ponte na forma que se acha arrematada.¹⁹²

Havia ainda outra ponte inclusa no termo municipal cujo custeio gerou alguns atritos. Trata-se da ponte sobre o rio Pinheiros, bastante afastada do núcleo urbanizado, na direção sudoeste e claramente fora do rossio da câmara.

No ano de 1715 a ponte teve que ser reconstruída, ocasião na qual o rei D.João V expediu uma ordem para que as câmaras da cidade de São Paulo e das vilas de Itú, Parnaíba e Sorocaba dividissem as despesas.¹⁹³ Uma vez pronta, as quatro câmaras continuaram durante anos a financiar sua manutenção, aparentemente mais por força de um costume arraigado do que por uma determinação explícita nesse sentido, já que a ordem régia tratava exclusivamente da reconstrução da ponte naquela ocasião.¹⁹⁴

Acontece que em 1741, a ponte dos Pinheiros estava novamente sem condições de uso, devendo ser reconstruída. No entanto, desta vez a câmara de Itu se absteve de concorrer com a reedificação. Em carta de abril daquele ano, os oficiais paulistanos rogavam a intervenção do ouvidor:

Senhor doutor ouvidor geral e corregedor da comarca; é obrigação antiga fazerem a ponte dos Pinheiros os moradores das villas de Parnaiba Itú e Surucaba *na forma costumada e na forma de uma provisão de Sua Magestade* que Deus guarde e agora fazendo-se de novo a dita ponte concorreram os mais com o que lhes tocava e não concorreu a villa de Itú ainda que varias vezes lhe pedimos cincoenta mil reis que lhe coube [...] e como vossa mercê para lá vae de correição queremos pedir-lhe da parte do mesmo senhor obrigue aquella Camara a contribuir com o que lhe coube para assim se satisfazer o que fez a dita ponte”.¹⁹⁵

¹⁹² *ACMSP*. v.15, p.602-3.

¹⁹³ Registo da copia da ordem de Sua Magestade que acompanhou a carta supra. *RGCMSP*. v.9, p.62-3.

¹⁹⁴ Não obstante os edis paulistanos terem citado mais de uma vez essa ordem buscando pressionar as demais câmaras a colaborarem.

¹⁹⁵ *RGCMSP*. v.5, p.200-1.

Não se sabe ao certo as medidas tomadas pelo ouvidor, mas dois anos depois os paulistanos continuavam a cobrar a câmara de Itu.¹⁹⁶ Como não obtiveram resposta, pediram repetidamente ao longo dos anos pela intercessão do governador D. Luís de Mascarenhas, do ouvidor da comarca e do provedor da Fazenda Real, aparentemente sem lograr êxito.¹⁹⁷ Apenas em 1749 os ituanos voltariam a contribuir com a manutenção da ponte¹⁹⁸, sem maiores omissões até o final do período coberto pela pesquisa.

Além das pontes mais próximas da área urbanizada, a câmara municipal era responsável por custear a manutenção dos trechos de caminhos nos arredores imediatos da cidade, conforme esclarece uma ata de reunião do ano de 1756:

e logo pelo procurador actual foi requerido que como o tempo das aguas vae passando e estas arruinaram os caminhos das entradas e sahidas da cidade das pontes para dentro que por esta Camara se costumam reparar e era preciso concertarem-se á custa dos bens do concelho como sempre se praticou e assim requeria que se mandassem concertar os ditos caminhos e descortinar os mattos para dentro das ditas pontes e para esse effeito se deferiu ao requerimento do dito [...] e assim mais requeria que se mandassem passar mandatos para os concertos dos caminhos fóra da cidade para o que mandassem passar mandados nomeando cabos na forma que se pratica nos annos antecedentes.¹⁹⁹

Os caminhos “fóra da cidade” continuariam a ser consertados diretamente pelos sesmeiros e lavradores, ou por um profissional pago por eles, enquanto os trechos dos caminhos que penetravam na área mais urbanizada foram assumidos pelo poder municipal. Mas o que era considerado pelos contemporâneos como estando dentro e fora da cidade? Como visto no capítulo anterior, as vilas e cidades coloniais de matriz portuguesa contavam com duas delimitações territoriais oficiais: o termo municipal – de grandes proporções e que designava a área de jurisdição da câmara municipal – e o rossio, área muito menor nos arredores imediatos da povoação. Entretanto, é possível notar na documentação o emergir de uma outra separação, não institucional, pois estava mais relacionada com a percepção imediata dos moradores, uma consciência física daquilo que estabelecia a separação entre a cidade – entendida aqui como a sede do município ou núcleo urbano – e seus arredores imediatos.

¹⁹⁶ *RGCMS*. v.6. p.74-5.

¹⁹⁷ *RGCMS*. v.6, p.300-1; p.328-9; v.9. p.61-7.

¹⁹⁸ *ACMS*. v.13. p.104-5.

¹⁹⁹ *ACMS*. v.14, p.32-3.

Por meio do acompanhamento dos vários mandatos expedidos pela câmara para o conserto de caminhos, alguns dirigidos aos moradores, e outros a serem financiados pelos cofres públicos, podemos delinear com certa clareza aquilo que era considerado pelos contemporâneos – ou ao menos a classe com voz ativa na documentação camarária, a dos homens bons – como dentro e fora da cidade.

A partir da década de 1760, os mandatos para consertos de caminhos passaram a especificar melhor quais os trechos nos quais os lavradores deveriam trabalhar ou financiar, estabelecendo alguns pontos de referência. Normalmente um desses pontos de referência era o limite a partir de onde a câmara se encarregaria dos consertos. Vejamos alguns mandatos expedidos entre 1764 e 1781.

“...e se passaram três mandados um para se fazer o caminho e aterrados *desde a ponte do Ferrão* até São Miguel e cabos Bartholomeu Fernandes e Ignacio Lopes e Antonio Leme – e outro mandado para o caminho *desde Nossa Senhora da Luz* até o alto de Santa Anna cabos Manuel da Silva e Ignacio Neves e outro mandado para se fazer o caminho *desde o Aniceto* até a ponte dos Pinheiros cabos Ignacio Alves e José dos Santos Rosa”.²⁰⁰

“...e assim se passou outro mandado para fazer o caminho *desde a ponte do Fonseca e João Domingues* até Caguassú e se nomearam por cabos a José Nunes de Siqueira e Salvador Cardoso”.²⁰¹

“...e se passaram dois mandatos [...] para fazer o aterrado da varzea *até á ponte do Ferrão* / outro mandado para o caminho de Santo Amaro *até á ponte de Anhangabaú* e se nomearam para cabos a Francisco de Oliveira, e a José Antonio Vieira”.²⁰²

“e se passou um mandado para se fazer o caminho de Nossa Senhora do O’ e aterrado *até o Aniceto*, e se nomearam para cabos a Paulo da Silva, e a Francisco Leme e outro mandado para o caminho da Penha *até a ponte do Ferrão* e se nomearam por cabos a Aleixo Ferreira, e Antonio Gonçalves”.²⁰³

“e tambem passaram outra ordem para o capitão João da Cunha Pinto [...] nomear cabos para fazerem o caminho, e pontes e aterrados que ficam desde a paragem das Lavras Velhas até a mesma freguezia da Conceição, e della *até á ponte grande do rio Thieté* caminho para esta cidade mandando-lhe fazer todas as pontes e aterrados que forem necessarios que tudo fique bem feito forte e seguro, e nesta mesma vereança se passou um mandado para os moradores do bairro de São Miguel fazerem o seu caminho desde o dito bairro até á capella de Nossa Senhora da Penha, e dahi passarem a fazerem o aterrado da vargem desta cidade *pegando na ponte chamada a do Ferrão* e acabando na

²⁰⁰ ACMSP. v.14. p.578-9.

²⁰¹ ACMSP. v.14, p.596.

²⁰² ACMSP. v.15, p.261-2.

²⁰³ ACMSP. v.16, p.318.

paragem chamada o Nicolau e fazendo o dito caminho pontes e aterrados com toda a segurança e perfeição”.²⁰⁴

“e se passaram dois mandados para se fazerem os caminhos a saber um para os moradores de São Miguel de uma e outra parte fazerem o caminho e aterrado da varzea do Carmo *pegando na ponte do Ferrão* e acabando no Nicolau, e dahi fazerem o caminho da Penha até São Miguel [...] e outro mandado para os moradores da freguezia de Juquiry fazerem o seu quartel do dito aterrado de Santa Anna *pegando na ponte pequena e acabando no padrão da Camara* na forma do costume.”²⁰⁵

Constata-se então que os moradores das freguesias periféricas deveriam consertar os caminhos a leste da cidade a partir das pontes do Ferrão e do Fonseca, ambas sobre o rio Tamanduateí. Os caminhos que se iniciavam nessas pontes partiam em direção aos bairros do Brás, Mooca, São Miguel, Penha, Guarulhos, à vila de Mogi das Cruzes e daí à cidade do Rio de Janeiro. Na direção sudoeste, o limite era a ponte sobre o córrego Anhangabaú na paragem do Aniceto (Anhangabaú de cima), onde se iniciava o caminho para Pinheiros e Sorocaba, no eixo da atual Rua da Consolação. Apenas a norte houve certa hesitação, ora os moradores devendo consertar o caminho – que levava a Juqueri, Atibaia e à capitania de Minas Gerais – a partir da ponte grande sobre o rio Tietê, ora a partir de um ponto um pouco mais próximo da cidade, à altura da capela da Luz. De qualquer maneira, já estava bem definida a área de responsabilidade da câmara em relação aos caminhos e pontes: o espaço entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, e a partir de sua confluência, na direção norte, até o rio Tietê. Essa era a área considerada como “a cidade”, em oposição aos seus entornos.

Mesmo quando a malha viária de São Paulo viesse a atravessar o vale do Anhangabaú, se espraiando pela região do morro do Chá, essa noção cristalizada durante todo o século XVIII sobre quais eram os limites da cidade ainda persistiria por algum tempo, conforme atesta a oposição inscrita na documentação camarária em relação à “cidade nova”. Era como se a cidade que os contemporâneos conheciam acabasse às margens do Anhangabaú e o arruamento para além delas constituísse uma outra cidade.

Essa noção de separação entre a cidade e seus entornos pode ser flagrada ainda em um documento de teor um pouco diferente, que não se refere à questão da manutenção dos caminhos e entradas da urbe, mas que torna explícito o papel das pontes e dos rios no desenvolvimento desta noção para o paulistano do século XVIII.

²⁰⁴ *ACMSP*. v.17, p.197-200.

²⁰⁵ *ACMSP*. v.17, p.338-9.

No ano de 1748, os edis elaboraram um edital com o intuito de regular o comportamento dos escravos negros, proibindo que estes se reunissem nos arredores da cidade a fazer “jogos e batuques”. Além de considerarem tais práticas como uma afronta à lei divina, os oficiais estavam preocupados com possíveis trocas de informações entre os escravos e os negros fugidos que se agrupavam em quilombos nas cercanias. Assim, o edital estabelecia uma espécie de toque de recolher, após o qual os negros estavam proibidos de saírem da cidade. Vejamos como os oficiais da câmara se referiram aos limites do dentro e fora da cidade:

foi requerido pelo dito procurador, aos officiaes da Camara que era contra o bem commum, os negros que se ajuntam em maloca a jogar pelos arredores da cidade, e com batuques, e juntamente as negras dos taboleiros o *sahirem fora dos rios da cidade* porque costumam avisar aos calhambolas, e fazer outros melifícios mais, contra a lei de Deus, e que era necessário dar-se providencia a *que não sahisses dos muros da cidade para fora*, e os negros não usassem dos taes jogos nem batuques.²⁰⁶

Na cidade medieval, bem como nas cidades coloniais dos primeiros anos da conquista, a linha que separava o interior e o exterior da cidade era muito clara: seus muros e portões. No caso da São Paulo do século XVIII, as muralhas e portas foram substituídas pelos rios que a circundavam e pelas pontes que permitiam galgar os campos, os “arrebaldes” da cidade, subsistindo as muralhas apenas como uma figura de linguagem para se referir a essa separação.

3.3. O governo da capitania e a manutenção das vias de comunicação

Vimos até aqui como a câmara da cidade de São Paulo, juntamente com as demais câmaras da capitania, procurou conservar a rede de caminhos que permitia a circulação de pessoas e a troca de bens e informações entre as sedes de município e também com seus entornos rurais. Contratando profissionais, mobilizando mão de obra e auferindo recursos para as obras, as câmaras foram, até meados do século XVIII, as principais responsáveis pela manutenção da malha viária da capitania. Contudo, esse quadro viria a mudar.

Durante o período de 1748 a 1765, a capitania de São Paulo deixou de contar com um governador residente, tendo sido submetida ao governador da Praça de Santos, que por sua vez, era subordinado ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada. É válido enfatizar

²⁰⁶ ACMSP. v.12, p.522-3.

que mesmo antes dessa perda de autonomia, os paulistas não contaram com uma participação muito ativa dos governadores desde a criação da capitania, uma vez que as atenções da Coroa estiveram por algum tempo voltadas às regiões mineradoras de Minas Gerais, Cuiabá e Goiás. A restauração da capitania em 1765 representou o reconhecimento da importância estratégica da região, tanto do ponto de vista geopolítico, como econômico, tendo sido nomeado para exercer o cargo de governador D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o quarto morgado de Mateus.

Segundo Heloísa L. Bellotto, as principais diretrizes do governo de D. Luís foram a “exploração territorial, povoamento e urbanização, fomento econômico, fortalecimento militar e organização burocrático-administrativa”.²⁰⁷ Estas frentes foram encaradas de maneira integrada. Por meio da realização do levantamento populacional da capitania, seguido pela solicitação de uma série de informações sobre fatores geográficos, disponibilidade de munições e artilharia, e condições da lavoura na capitania, morgado de Mateus procurava conhecer melhor o território e a população que tinha a seu dispor, quantos homens estariam aptos a pegar em armas e quais gêneros eram produzidos em cada vila e freguesia.²⁰⁸

Em seu governo, coube um destacado papel à fundação de novas vilas, instrumento utilizado para atingir diversos fins de sua administração. A congregação dos colonos, até então dispersos, em povoações, permitiria um maior controle da população, facilitaria o recrutamento militar e a organização de milícias, bem como a cobrança dos dízimos. As terras ao redor dessas povoações deveriam ser permanentemente cultivadas, promovendo a fixação dos agricultores à terra, e o abandono dos sítios volantes. A intenção era “fazer produzir os fructos em abundância que sobejem do sustento dos habitantes para se poderem navegar para fora”.²⁰⁹ Com o aumento dos excedentes agrícolas e o comércio decorrente, esperava o governador aumentar as rendas da capitania.²¹⁰

²⁰⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. Secretaria de Estado da cultura: São Paulo, 1979. p.88.

²⁰⁸ De acordo com Beatriz Nizza da Silva, os maços de população e listas nominativas, que tiveram início nesse período e se estenderam, apesar das dificuldades logísticas, até 1836, consistiam em “poderoso instrumento administrativo e estratégico para a tomada de decisões no âmbito da economia e da população local”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Ed.UNESP, 2009. p.158.

²⁰⁹ *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. v.67, p.148. (Doravante citado como DIHCSP)

²¹⁰ É preciso destacar que a atuação do morgado de Mateus se inseria em uma política de povoação mais ampla levada a cabo pela Coroa portuguesa no período, visando a ocupação de regiões estratégicas e a conversão de uma população esparsa e vista como improdutiva, em súditos úteis à monarquia. Cf. FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos planejados do século XVIII. *RUA*, Salvador, ano 1, n.1, 1998. p.89-114; SANTOS, Antonio Cesar

Entretanto, para que os excedentes agrícolas gerados em razão dessa política de fomento pudessem ser devidamente comercializados mediante trocas intra-regionais e a exportação de gêneros para outras capitanias, havia a urgente necessidade de se aprimorar a malha viária de toda a capitania. Foi por essa razão que, desde a restauração da autonomia de São Paulo em 1765, todos os governadores passaram a exigir constantemente das câmaras um maior zelo com os caminhos. O governador Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782) repetidamente pressionou os oficiais paulistanos a manterem sempre desimpedidos os caminhos e bem cuidadas as pontes e aterrados, “porque se faz indispensável que os caminhos se conservem sempre francos, e desembaraçados para o giro do negocio, e viagem dos viandantes sem perigo”.²¹¹ De maneira semelhante o fez António José da Franca e Horta (1803-1811), o qual insistia em declarar que a “conservação dos caminhos públicos, [é] um dos objetos que continuamente me ocupa, pelo muito que elle deve influir para o aumento do commercio geral da capitania”.²¹²

Além de fiscalizar mais de perto o trabalho das câmaras, os governadores passariam também a aventar novos projetos de abertura e manutenção das estradas. Assim, a responsabilidade pela expansão e conservação da malha viária foi migrando gradativamente da esfera das câmaras para a do governo da capitania, o que viabilizou o investimento de maiores recursos – provenientes de contribuições voluntárias e diretamente das rendas da Fazenda Real – e de profissionais mais qualificados, como os engenheiros militares a serviço dos governadores.

A principal via de comunicação da capitania de São Paulo era o caminho do mar, que ligava toda a região do planalto ao litoral, através da serra de Paranapiacaba. Justamente por ser o único caminho a propiciar o escoamento da produção de gêneros pelo porto de Santos, e daí para as demais capitanias e para Portugal, essa verdadeira “jugular do planalto” – segundo a expressão de Richard Morse²¹³ – foi alvo dos esforços de todos os governadores que passaram por São Paulo.

Até 1765, alternavam-se as ocasiões em que os moradores das diversas freguesias de São Paulo eram convocados a desbastar o caminho até certo ponto na serra, a partir do qual os

de Almeida. *Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanística pombalina*. 1999. 259f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências, Letras e Artes.

²¹¹ *RGCMSP*. v.11. p.380.

²¹² *RGCMSP*. v.13. p.112.

²¹³ MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: Da comunidade à metrópole*. São Paulo, DEL, 1970. Edição revista e ampliada da obra *De Comunidade à Metrópole*. Biografia de São Paulo. São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954. p.39.

moradores de Santos e de São Vicente deveriam assumir os trabalhos, e ocasiões em que a câmara da sede da capitania colocava em praça o contrato para o aterro e limpeza do caminho, sendo o arrematante do contrato pago pelo dinheiro obtido através de contribuições de todas as vilas da capitania.

Mas assim que assumiu o governo da recém-restaurada capitania de São Paulo, uma das primeiras medidas de D. Luís Antonio de Sousa foi a criação de condições para garantir a manutenção periódica do caminho. Em carta circular a todas as câmaras sob sua jurisdição, o governador enfatizava as asperezas da serra, cuja difícil transposição causava todos os anos a morte de muitos transeuntes e prejudicava o florescimento do comércio na capitania

porq não podendo facilme viajar os viandantes os tem obrigado a buscar outra vereda mais comôda p.^a negociarem p.^a as Minas: este o motivo porq tambem nam tem boa sahida os ...tos [frutos?] da terra desta Capitania, porq sendo m.to dificultoso o transporte p.^a o porto de Santos, nem os Navios acham q carregar, nem os Lavradores tem a conveniencia de venderem o q lhes sobeja.

Como a Fazenda Real não dispunha dos recursos necessários para transformar o caminho em uma estrada com boas condições de uso, D. Luís rogava às câmaras para que convocassem “todas as pessoas da Nobreza, e Povo do Seu Destrito” para contribuírem de maneira voluntária, conforme suas possibilidades, para a criação de um fundo destinado ao melhoramento do caminho.²¹⁴

Enquanto isso, o governador havia encarregado o Sargento mor Manoel Caetano Zuniga do conserto do caminho, concedendo-lhe autoridade para

obrigar todas as pessoas de qualquer estado, gráo, ou condição, que tiverem terras na estrada que vay desta Cid.e para o Porto do Cubatão, p.^a q’ logo mandem Compor as Suas testadas na referida estrada, e afação por tal modo franca, que não haja o menor embaraço, para passarem por ella Carros.

Autorizou ainda o Sargento mor a utilizar todas as ferramentas pertencentes à Fazenda Real e convocar ao trabalho os soldados da Praça de Santos, bem como os carpinteiros e os índios das estalagens e fazendas régias, “o q’ tudo se unirá á mais gente, e escravatura que os donos das terras da testada trouxerem em sua Comp.^a; e p.^a o referido ordeno a todos os Officiaes militares,

²¹⁴ *DIHCSP*. v.92, p.92-3.

Justiças, off.es de Aux.es, e Ordenanças lhe dem todo o auxilio, que p.^a o referido lhes for pedido”.²¹⁵

As contribuições periódicas para o fundo destinado à manutenção da via de ligação entre o planalto e o litoral continuaram durante os mandatos dos demais governadores, bem como os esforços para a implementação de melhorias. No entanto uma melhora significativa nas condições do caminho apenas ocorreria durante o governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797).

Assim como seus antecessores, Lorena incentivou as câmaras a contribuírem com o fundo destinado à manutenção do principal caminho da capitania, de modo que em 1791 foi lavrada uma escritura entre as câmaras da cidade de São Paulo e das vilas de Itú, Jundiaí, Atibaia, Parnaíba, Mogi das Cruzes, Sorocaba e Jacareí, na qual cada uma delas se comprometia a efetuar uma contribuição anual no valor de cem mil reis, tudo em decorrência de uma “ordem vocal do illustrissimo e excellentissimo senhor general Bernardo José de Lorena que pelo muito que se interessa no beneficio publico de sua capitania”.²¹⁶

Utilizando-se desses recursos, e recorrendo à experiência dos engenheiros militares a seu serviço, o governador procedeu ao levantamento topográfico da serra a fim de identificar e traçar o melhor trajeto possível para percorrê-la, à elaboração de um projeto para a estrada, além de uma série de intervenções de terraplanagem e levantamento de muros de arrimo para conter as encostas da estrada, dar o devido escoamento às águas da chuva e evitar ao máximo a erosão causada pelas enxurradas.²¹⁷

Além da contribuição das câmaras, foram utilizados recursos provenientes de uma taxa cobrada aos tropeiros, no valor de “quarenta reis por Besta, ecento e vinte reis p.r cada cabeça de Gado”, e de um empréstimo realizado a partir dos fundos do cofre da Provedoria das Fazendas

²¹⁵ *DIHCSP*. v.65, p.279-81.

²¹⁶ *ACMSP*. v.19, p.206; p.234-6.

²¹⁷ De acordo com Benedito Lima de Toledo, que estudou minuciosamente os pormenores técnicos da estrada construída no governo de Lorena, o governador encarregou da consecução da obra o Capitão Engenheiro João da Costa Ferreira, profissional experiente e versátil, que havia desempenhado uma série de trabalhos de aterro, demarcação, abertura de ruas durante a reconstrução de Lisboa e seus arredores após o grande terremoto, além de ter sido responsável pelo projeto e construção de um novo leito para um rio em Leria e do cais do porto de São Martinho. Sob suas ordens estava o Engenheiro Antonio Rodrigues Montezinhos. TOLEDO, Benedito Lima de. *O real corpo de engenheiros na capitania de São Paulo*. Destacando-se a obra do brigadeiro João da Costa Ferreira. São Paulo, João Fortes engenharia, 1981.p.99-105.

dos Defuntos e Ausentes de Santos, no valor de “dois contos oito centos mil setenta e hum reis”.²¹⁸

Em 15 de fevereiro de 1792, Bernardo de Lorena escrevia ao secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Mello e Castro, informando-lhe estarem finalizadas as obras na serra, e “finalm.^{te} concluido o Caminho desta Cid.^e até o Cubatão da V.^a de S.^{tos}”, de sorte q’ até denoite sesegue viagem por elle”. Calçada com pedra em toda a sua extensão, a nova estrada contava com largura suficiente para que se passassem tropas de bestas nos dois sentidos ao mesmo tempo. Considerava o governador ter conseguido vencer o principal entrave à economia da capitania de São Paulo, já que “o Pessimo Cam.^o antigo, eos principios da Serra bem conhecidos, erão omais forte obstaculo contra o comercio, como agora sevenceo, tudo fica facil”.²¹⁹

Um relato de Frei Gaspar da Madre de Deus acerca das condições do antigo caminho do mar, o qual percorrera várias vezes no decorrer de sua vida, nos dá uma clara noção do êxito obtido por Lorena e seus auxiliares:

um caminho, ou para melhor dizer, uma caverna tortuosa, profunda, e tão apertada que nos barrancos colateraes se viam sempre reguinhos abertos pelos cavaleiros, os quaes não podiam transitar, sem irem tocando com os estribos naqueles formidáveis paredões; caverna na qual permaneciam em todo o tempo degraus de terra escorregadiça, e alguns tão altos que era necessário vencê-los de salto, quando subiam e arrastando-se quando desciam; uma viela lodosa, quase toda cheia de atoleiros, que sucediam uns aos outros com breves interpolações de terreno povoado de pedrinhas facilmente deslocáveis, que mortificavam os viajantes de pé, e constituíam, aos animais um perigo evidente de escorregarem e caindo arrojarem os cavaleiros, e cargas, como sucedia muitas vezes; uma passagem rodeada de despenhadeiros, que obrigavam aos caminhantes a irem com muito teno, para senão precipitarem; enfim, um passo laborosíssimo, uma série contínua de perigos, foi a Serra noutro tempo.²²⁰

Já a nova estrada foi descrita por Frei Gaspar como

uma ladeira espaçosa, calçada de pedras, por onde se sobe com pouca fadiga, e se desce com segurança [...] Evitou-se a aspereza do caminho com engenhosos rodeios, e com muros fabricados junto aos despenhadeiros se desvanecem a contingência de algum

²¹⁸ *DIHCSP*. v.45. p.71; *Ibid*. p.81.

²¹⁹ *DIHCSP*. v.45. p.45; *Ibid*. p.70.

²²⁰ TAUNAY, Affonso de E. – Um inédito Frei Gaspar da Madre de Deus. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 36: 20-2, 1939. p.21-3. Apud. TOLEDO, Benedito Lima de. *O real corpo de engenheiros na capitania de São Paulo*. Destacando-se a obra do brigadeiro João da Costa Ferreira. São Paulo, João Fortes engenharia, 1981. p.102-3.

precipício [...] Eu desejara, não para abonar a minha veracidade, mas para se formar a justa ideia desta grande obra, que junto ao caminho reformado se conservasse sempre o antigo.²²¹

No ano seguinte à conclusão da obra da nova estrada, que ficaria vulgarmente conhecida como a ‘calçada do Lorena’, a Fazenda Real assumiu definitivamente o ônus de sua manutenção, livrando as câmaras da capitania da contribuição anual estabelecida em 1791.

A seis de julho de 1793, a câmara da cidade de São Paulo escrevia uma carta para as câmaras das demais vilas assinantes do acordo, informando-lhes de que havia sido “abolido o estabelecimento dos cem mil reis convencionados entre esta e as referidas camaras para a conservação do caminho da serra do mar”. Isso porque o governador Bernardo José de Lorena encontrara nos livros da secretaria de governo um documento que, aparentemente, havia sido esquecido pelos governadores anteriores e não era do conhecimento dos edis. Tratava-se de uma carta régia expedida ainda na época do governador morgado de Mateus, autorizando que as sobras de um imposto destinado ao pagamento dos ordenados dos sargentos mores e ajudantes de auxiliares de toda a capitania fossem destinadas à manutenção do caminho da serra do mar. Como ao longo dos anos os excedentes desse imposto haviam se acumulado, e tendo em mãos a devida autorização régia, Lorena considerou que o cofre da Fazenda Real estava em condições de arcar com os custos futuros para a manutenção da principal estrada da capitania.²²²

Não só a responsabilidade pela estrada para Santos, como também a responsabilidade pelos demais caminhos e estradas foram gradualmente migrando para a esfera do governo. Com o intento de dar continuidade às melhorias na infraestrutura de São Paulo para garantir a produção agrícola e seu devido transporte e escoamento, o governador António José da Franca e Horta (1803-1811) expediu uma série de instruções sobre a maneira mais adequada, a seu ver, de garantir as melhores condições do sistema viário da capitania.

Em carta à câmara paulistana datada de 30 de janeiro de 1804, o governador propalava ser “a factura, e conservação dos caminhos públicos, um dos objetos que continuamente me ocupa, pelo muito que elle deve influir para o aumento do commercio geral da capitania” e elogiava o zelo demonstrado pelos edis com as estradas de seu termo municipal. Todavia, como a situação geral das estradas da capitania deixava muito a desejar, “e como seja indispensavelmente

²²¹ *Ibid.*

²²² *ACMSP*. v.19, p.390-1.

necessário, que um semelhante objeto digo semelhante cuidado se estenda a todos os caminhos, que se dirigem a esta capital, e della seguem para o porto de Santos”,²²³ Franca e Horta expediu uma carta circular a todas as câmaras e respectivos capitães mores sob sua jurisdição, com as seguintes determinações:

Os capitães mores de cada vila ou cidade ficavam responsáveis por obrigar a todos os proprietários de sesmarias a manterem impecáveis os trechos dos caminhos que limitassem com suas propriedades, de acordo, aliás, com o que era estabelecido como sua obrigação nas cartas de concessão de sesmaria e “na conformidade das ordens régias”. Os capitães de ordenanças, sob as ordens do capitão mor, efetuariam a devida fiscalização do cumprimento ou não por parte dos sesmeiros.

Às câmaras municipais caberia se preocuparem apenas com “certas passagens que se encontram em logares alagadiços, e pantanosos, cuja factura e concertos, excedendo as forças de um homem particular, é portanto preciso, que ou se faça á custa dos rendimentos do concelho ou de mão commum de todos os moradores”. Nesses casos a câmara deveria decidir em conjunto com o capitão mor a melhor maneira de superar o obstáculo, por meio de aterros, sangradouros ou pontes, e “regulando com toda a justiça aquillo, com que cada um dos habitantes deve contribuir em proporção das suas possibilidades”. Franca e Horta ordenava ainda às câmaras “que logo que receberem esta, de commum acordo com o seu respectivo capitão-mor hajam de cuidar tão seria e constantemente neste ponto; que durante o tempo do meu governo me dispensem de falar mais nelle”.²²⁴

Algumas semanas depois, os oficiais paulistanos responderam a carta do governador informando terem entrado em acordo com o capitão mor, tendo sido decidido com o mesmo “ficar á inspecção desta Camara tudo, o que se inclue dentro do marco da meia légua, e á inspecção do sobredito capitão-mor tudo o que fica fora do dito marco”.²²⁵ Apesar do acordo claramente dizer respeito apenas à “inspecção” dos caminhos, e não à responsabilidade sobre os

²²³ Registo de um officio e mais ordens do excellentissimo senhor general dirigido á Camara, tendente a concertos e facturas de caminhos, como abaixo se declara. *RGCMS*. v.13. p.112.

²²⁴ Registo da ordem ás camaras que é tendente á factura dos caminhos. *RGCMS*. v.13. p.113-4.

²²⁵ Registo de um officio que a Camara mandou ao excellentissimo senhor general, dando parte de ter consultado com o capitão-mor o modo, como se há de dar cumprimento á ordem do mesmo excellentissimo senhor, a respeito da factura e concertos de caminhos, pontes, e aterrados. *RGCMS*. v.13. p.135-6.

consertos, os oficiais passariam a recorrer a ele para se eximir de consertos a serem feitos em todas as pontes e aterrados fora do marco da meia légua, ou seja, fora do rossio.

Mas foi apenas com a criação do cargo de Inspetor Geral das Estradas Públicas, durante a gestão de João Carlos Augusto de Oeynhausen (1819-1821) que o governo da capitania e depois Província de São Paulo assumiu de vez o controle sobre o sistema viário, conforme atesta um ofício expedido pelo mesmo governador em julho de 1819:

Sendo necessário atalhar as continuadas disputas sobre mudanças de estradas, declaro a Vossas Mercês que eu reputo estrada publica as que actualmente estão em uso geral para todo o povo, e que prohibido a qualquer pessoa por mais graduada que seja, o poder mudal-as, ou abrir outras de novo sem expressa ordem minha depois de ser ouvido o coronel inspector geral das estradas Daniel Pedro Muller, o qual pessoalmente as examinará ou mandará examinar por aquelles delegados que por mim lhe forem nomeados [...] ficando Vossas Mercês na intelligência, que *em todas as questões relativas a estradas se devem dirigir ao mencionado coronel inspector, cujas ordens dirigidas em meu nome se deverão executar prontamente.*²²⁶

Alguns meses depois, os edis receberiam um quadro discriminando todas as principais estradas da capitania e os nomes dos respectivos inspetores menores, subordinados ao coronel Daniel Pedro Müller, o qual foi registrado nos livros da câmara e reproduzimos abaixo (Figura 9).

²²⁶ Registro de um offício do Exmo. Senhor General cujo teor é o seguinte. *RGCMSP*. v.15.p.468-9. Daniel Pedro Müller era natural de Oeiras, com formação na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho e foi enviado à capitania de São Paulo juntamente com o governador Antônio José da Franca e Horta, para ser seu ajudante de ordens. Prestou uma série de serviços na capitania ao longo de todo o primeiro quarto do século XIX, tendo sido promovido à patente de tenente-coronel de infantaria em 1811 e a brigadeiro em 1825. BEIER, José Rogério. A contribuição de Daniel Pedro Müller para a transição do ensino da engenharia militar para a civil na província de São Paulo (1802-1841). *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 1, p. 377-400, mar. 2015.

**Estradas de communicação interior da provincia de S. Paulo, das quaes
é inspector geral o coronel Daniel Pedro Muller**

Nos. e Rumos das estradas	Nomes dos inspectores particulares	Districtos cujas estradas pertencem a cada inspector particular
1. ^a Estrada O. N. O.	Ao ajudante reformado Luiz Antonio Pinto	Desta cidade até Porto Feliz passando por Itú -
2. ^a Estrada N. O.	Ao sargento-mor reformado Antonio Moreira de Sam Paio digo de Sampaio	Desta cidade até a villa de Mogimerim
	Ao capitão Anselmo de Oiveira Leite	De Mogimerim até o Rio Pardo
	Ao official encarregado do com. ^{do} da Franca	Do Rio Pardo até o fim da Capitania
3. ^a Estrada N.	Ao Ajudante Francisco Manuel de Paula	Desta cidade até a villa de Bragança
4. ^a Estrada N. E.	Ao sargento Francisco de Mello	Desta cidade até onde acaba o districto de Mogi das Cruzes
	Ao sargento-mor. Do- mingos Marcondes	Desde o principio do districto de Jacarahy até o Pirahy
5. ^a Estrada Marinha N.	Ao governador de São Sebastião	Da villa de Santos para o Norte até o fim da Ca- pitania

Nos. e Rumos das estradas	Nomes dos inspectores particulares	Districtos cujas estradas pertencem a cada inspector particular
Estrada S.	Ao capitão Antonio da Cunha Caldeira	Desta cidade até a villa de Itapeteninga
	Ao capitão Manuel de Mello Rego	Desde a villa de Itape- teninga até o districto de Castro comprehendendo Apiahy
	Ao capitão-mor da villa de Curitiba	Todo o districto de Castro Curitiba e Villa do Principe, competindo- lhe mais propor o que parecer mais conveniente à Estrada de Lager

N. B.

Todos estes officiaes darão conta ao coronel inspector geral Daniel Pedro Muller dos negocios de suas respectivas commissões e se governarão nellas pelas instrucções que lhes der o mesmo coronel.

As estradas particulares ou ramificações das grandes ficam a cargo dos commandos dos districtos por onde ellas passam, os quaes se entenderão com o mesmo coronel, cumprindo suas ordens a respeito desta commissão.

Figura 9 Estradas de comunicação interior da província de S. Paulo, das quaes é inspector geral o coronel Daniel Pedro Muller. *Registro geral da câmara municipal de São Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.15. p.496-7.

Assim, todos os caminhos e pontes fora da área do rossio das câmaras passam a ser responsabilidade dos inspetores nomeados pelo governador, que atuavam sob as ordens do Inspetor Geral das Estradas Públicas, Daniel Pedro Muller. A partir de então a câmara de São Paulo se limitaria a fiscalizar e organizar – mediante a contratação de empreiteiros e a cobrança do dinheiro dos moradores dos bairros rurais – os consertos de caminhos e pontes necessários no interior do raio de meia légua, que definia a área de seu rossio. As pontes adjacentes à área urbanizada, bem como os pequenos trechos de caminhos no intra-rios continuaram custeados diretamente pelas rendas municipais.

CAPÍTULO 4 - Pelo asseio e ornato desta capital

Além da organização fundiária da cidade e da abertura e manutenção das pontes e vias de acesso à mesma, a câmara municipal também era responsável por outros aspectos do ordenamento do espaço físico. De início, a câmara não tinha condições para oferecer serviços públicos ou fazer grandes intervenções no espaço construído. O crescimento lento da população, aliás, não gerava uma demanda significativa para tanto. As intervenções que demandavam um maior volume de recursos financeiros, de maior porte e portanto de maior visibilidade, teriam que ser realizadas às expensas da fazenda real ou das rendas da capitania, motivo que levou muitos pesquisadores a considerar dignos de nota apenas os projetos levados a cabo por governadores e altos funcionários régios, relegando a ação camarária a um segundo plano, como algo menos importante. Entretanto, como vimos argumentando, para além dessas intervenções pontuais, havia todo um conjunto de práticas e normas que garantiram a sobrevivência das cidades coloniais, bem como o arranjo mais apropriado das relações entre as pessoas e o espaço que ocupavam e ajudavam a produzir. Essas práticas diziam respeito às três agendas relativas ao construtivo, ao mercado e à salubridade, indispensáveis à sobrevivência de qualquer núcleo urbano e que eram atribuição da municipalidade. É a respeito dessa organização mais direta e diária exercida pela câmara sobre o espaço edificado da cidade que trata o presente capítulo.

4.1. Males a serem extirpados do quadro urbano

A maneira pela qual a edilidade procurava controlar a produção do espaço físico era através da expedição de ‘mandos’ e editais, destinados a indivíduos específicos, ou ao conjunto dos moradores da cidade. Esses mandos e editais formavam um conjunto de normas estabelecidas de maneira mais ou menos casuística, visando regular a relação dos moradores com o espaço, prevendo a aplicação de multas e até mesmo a prisão daqueles que desrespeitassem as normas vigentes.

A atenção maior estava voltada para a manutenção das ruas em plenas condições de uso, livres de quaisquer embaraços aos transeuntes. Sendo a rua o espaço público por excelência, de

uso de todos, não é de se estranhar que atraísse constantemente os esforços da câmara municipal. Em 1713, os

offeciais do senado [...] propondo-se que era mto necesr.^o p.^a o aseyo e limpeza desta cidade limpase a herva que houver pella [sic] Ruas, e os alvoredos que houverem ao redor das cazas que estão p.^a o arebalde, acordarão que os moradores todos limpem suas testadas, e os que tivessem cazas p.^a o arebalde, que limpem ao redor os alvoredos, logo em termo de quinze dias, com pena de pagar cada hu~ novecentos e sessenta reis; e que outrosim se concerte~ as covas que houvere~ nas Ruas, fazendoas plainas.²²⁷

Até meados do século XVIII, todas as ruas da cidade de São Paulo eram de terra batida, vulneráveis portanto à propagação do mato, à ação erosiva da chuva e depredação por parte de indivíduos, que não hesitavam em danificar o arruamento para atender às suas próprias conveniências.

Em 1721, a câmara notificava a Luis Rodrigues Villares “p.^a q’ logo mandase tapar o buraco q’ abrio na rua do capitão João dias, de donde tirou a terra p.^a as suas cazas; e q’ dentro em oito dias fique tapado por ser de grande risco o estar aberto”.²²⁸ Já no ano de 1748, era o cônego Lourenço Leite Penteado quem estava promovendo a abertura de buracos nas vias públicas, a fim de usar a terra para a construção de suas casas. Desta vez os oficiais foram mais condescendentes, pois lhe concederam um prazo para a utilização da terra, mas o presbítero teve que assinar um termo se comprometendo a reparar “toda e qualquer damnificação que houvesse por causa do dito buraco como também a entulhal-o dentro dos ditos seis mezes e pôl-o como de antes estava a rua”.²²⁹

O funcionamento da câmara municipal era acompanhado de perto por funcionários a serviço da Coroa, notadamente os ouvidores, que frequentemente determinavam os ajustes que deveriam ser feitos na administração da coisa pública, para adequá-la ao que era estabelecido nas Ordenações do Reino, ou para resolver demandas surgidas localmente. No ano de 1715, o ouvidor da comarca de São Paulo, D. Simão de Toledo Piza, mandou que se registrasse nos livros da câmara uma série de capítulos de correição, contando com dezessete provimentos sobre os mais diversos assuntos da administração, “para saberem os officiaes as suas obrigações”. Dois deles nos interessam mais de perto; pelo provimento de número treze, sabemos que Toledo Piza

²²⁷ *Actas da câmara municipal de São Paulo*: Typographia Piratininga. v.8, p.273. (Doravante citado como ACMSP).

²²⁸ ACMSP. v.9, p.108.

²²⁹ ACMSP. v.12, p.546-7.

Proveu que a respeito da disformidade que causam os mattos que ha nesta cidade, e junto ás casas da mesma, do que tambem resulta muitas vezes fazerem-se emboscadas e ciladas dentro dos mattos, elles ditos juizes e officiaes da Camara teriam cuidado de mandar de quatro em quatro mezes apregoar, e pôr quarteis para se alimparem os ditos mattos, e juntamente mandarão tapar todas as covas que se achassem feitas dentro desta cidade com pena de que faltando qualquer pessoa ao que lhe tocar pela sua parte pagar seis mil reis para o concelho.²³⁰

Essas determinações do ouvidor não eram nenhuma novidade – uma vez que, como visto, mandados semelhantes já vinham sendo expedidos pelos oficiais – mas apenas reiteravam a necessidade da câmara municipal zelar com mais afinco pelos aspectos formais da cidade, estabelecendo uma periodicidade para os mandados, e elevando o valor da multa a ser cobrada dos indivíduos que infringissem as normas da edilidade e o provimento da ouvidoria. Por este provimento, explicam-se também os motivos pelos quais a existência de matos pelas ruas e terrenos da cidade era tão malquista. Ao passo que os matagais poderiam ser usados como abrigo de malfeitores, extirpá-los da cidade seria uma questão de ordem prática, de segurança de seus habitantes. No entanto, havia também uma preocupação de ordem simbólica ou estética, uma vez que, para o ouvidor, a existência de matos no quadro urbano era algo que causava a sua “disformidade”.

Vale lembrar que em um requerimento de data de terra citado no capítulo 2 nos deparamos com uma avaliação bastante semelhante por parte de um morador. Na ocasião, Luiz Soares Ferreira pedia que a câmara lhe cedesse uns chãos contíguos à propriedade que já possuía, os quais “estão actualmente sujos, e com uma matta aonde se podem fazer emboscadas para fazer mal ao supplicante ou a outra qualquer pessoa, alem da indecencia de que dentro na cidade se criem mattas devendo esta estar com asseio, e limpeza com que os moradores a devem ter”.²³¹

Mais uma vez estes dois elementos são invocados: a segurança dos moradores, e a incompatibilidade entre a vegetação e o ambiente urbano. Não apenas causadora de “disformidade”, a sua existência na cidade era vista como algo indecente, uma impropriedade, e a cobertura vegetal de testadas e terrenos era entendida como uma sujeira que deveria ser eliminada para que se garantisse um ambiente limpo e asseado.

²³⁰ *Registro geral da câmara municipal de São Paulo*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v.4, p.169. (Doravante citado como RGCMSP).

²³¹ *RGCMSP*. v.4, p.141.

Não só a rua, mas também as partes das edificações que estabeleciam o limite entre as esferas pública e particular – as fachadas das casas e os muros dos quintais – também eram alvo da normatização camarária e das autoridades régias. A esse respeito discorre o provimento de número catorze, elaborado pelo ouvidor Toledo Piza: “Proveu outrosim que debaixo da mesma pena fizessem reedificar os muros dos quintaes cahidos ou arrazal-os, e que quando fossem em correição corressem esta cidade a ver se cumpriram este provimento, e o acima escripto”.²³²

E de fato, ao longo dos anos os edis se esforçaram por cumprir o que era prescrito pelo seu regimento nas Ordenações e pelas determinações deixadas pelo ouvidor, no sentido de zelar pela conservação das ruas e do aspecto geral da cidade. Ao longo de todo o século XVIII e início do XIX foram frequentes as medidas que tinham em vista evitar muros e mesmo edificações inteiras em ruínas.

Em 1758 foi registrado um requerimento do procurador João Dias de Cerqueira para que se chamasse “o juiz e escrivão do officio de carpinteiro para irem ver umas casas de sobrado nos quatro cantos”²³³, que ameaçavam ruína, e por instantes estavam vindo abaixo, e conforme a certidão se havia dar a providencia necessaria para assim se obviar semelhante perigo”.²³⁴

Se alguns aspectos das construções poderiam apresentar perigo aos vizinhos, outros eram encarados como indevidos por outros motivos. Após uma vistoria nas casas de João Soares de Figueiredo Cardoso na Rua da Boa Vista, em 1792, os oficiais deram um prazo de vinte e quatro horas para que o mesmo demolisse um parapeito que havia construído, “em razão de prejuízo público, e defeito que causa á rua”.²³⁵ Alguns anos depois, seria expedido um edital “para que todos os proprietários que têm muros nas ruas desta cidade os cubram de telha, reboquem, e branquejem para evitar a deformidade que causam com a pena de seis mil reis de condenação para as despesas do Concelho, e trinta dias de cadeia”.²³⁶

Ao longo de todo o período estudado, a câmara municipal buscava legislar a respeito do aspecto geral a ser mantido nos espaços públicos, bem como nas partes das casas particulares que poderiam ser alcançadas pelas vistas a partir da rua. Assim, as vias deveriam ser mantidas limpas,

²³² *RGCMS*. v.4, p.169.

²³³ Aqui refere-se ao cruzamento entre as ruas Direita e São Bento, notável por ser o único ponto da cidade, à época, onde duas ruas cruzavam-se em ângulo reto.

²³⁴ *ACMS*. v.14, p.197.

²³⁵ *ACMS*. v.19, p.271.

²³⁶ *ACMS*. v.21, p.385.

carpidas e planas; os muros rebocados, caiados e cobertos de telhas, e as fachadas das casas livres de quaisquer elementos considerados prejudiciais à sua feição ou à livre passagem dos vizinhos pela rua.

Uma outra característica tida como desejável e constantemente incentivada pela edilidade era o aumento quantitativo, e se possível, qualitativo da ocupação predial. Um documento de 1823 é esclarecedor nesse sentido. Em abril daquele ano, o procurador Antonio José Vieira Barbosa informava aos demais oficiais a existência de um terreno pertencente à câmara que demandava recorrentes despesas para a manutenção de seu muro. Ao seu entender, “parecia justo que este Senado mandasse edificar alli uma propriedade”, mas como a municipalidade não contava com recursos suficientes no momento, o procurador sugeriu que o terreno fosse vendido em hasta pública. O mais interessante é a condição a ser imposta e a sua justificativa: de que o arrematante “passe imediatamente a mandar edificar uma propriedade no mesmo terreno, ficando por esta forma desonerado este Concelho daquela despesa, e juntamente conservado aquelle logar livre de imundícies, e monturos, que actualmente alli se conservam, e aformoseada uma entrada tão principal”.²³⁷ A proposta do procurador foi prontamente aceita pelos demais oficiais.

Ora, a venda de um terreno no qual a câmara não teria condições de construir uma edificação que pudesse lhe auferir alguns dividendos – e que, pelo contrário, só lhe drenava pouco a pouco as receitas – com a condição de que o arrematante logo construísse no local, viria a atender a várias demandas relativas ao aspecto que se desejava para a cidade como um todo, e àquela região em específico. Evitar-se-iam os monturos de lixo, os matos, e ao mesmo tempo se acrescentaria mais um elemento construído na paisagem, algo tido como desejável.

De acordo com Magnus de Mello Pereira, além da localização, do sistema de defesa e da grandeza do comércio, a qualidade das edificações era um dos critérios de valoração das vilas e cidades no período colonial.²³⁸ Entendimento semelhante é o de Cláudia Damasceno Fonseca, para quem “o número e a qualidade arquitetônica das casas” tinha muito a dizer, não só acerca da prosperidade econômica do município, mas também “sobre a cultura e a ‘urbanidade’ dos

²³⁷ ACMSP. v.23, p.45.

²³⁸ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese(doutorado) - Universidade Federal do Paraná. p.266.

habitantes”.²³⁹ Quanto mais casas fossem construídas na cidade, melhor. Essa máxima era atestada também nas demais concessões de datas de chão feitas ao longo de todo o século XVIII, onde comumente vinha registrado que a concessão camarária era feita “para nelles fazer casa para aumento [...] e luzimento desta dita cidade”²⁴⁰, ou por ser “conveniente ao augmento da cidade e da republica della”.²⁴¹

Além dos matos, buracos e pardieiros, outro mal que deveria ser extirpado do quadro urbano eram os formigueiros. De acordo com Gilberto de Barros, “sobre o problema da saúva, Arouche Rendon comentava que ‘comem mais pastagens nesta capitania do que os gados’”.²⁴² Se os formigueiros infestavam as pastagens, a situação não deveria ser muito diferente no ambiente urbano. A partir da década de 1760, a documentação camarária revela uma verdadeira cruzada contra as formigas.

A declaração de guerra veio com um edital publicado em 1764, que segundo os oficiais, atendia aos requerimentos de vários moradores. A partir da publicação do edital, todos que tivessem formigueiros em seus quintais deveriam tê-los destruídos em um prazo de trinta dias, e aquele que não tivesse condições para o fazer no tempo estipulado, “convidará aos quatro vizinhos mais chegados para estes o ajudarem que ficarão e serão obrigados a ajudar ao dito vizinho”. Aqueles que se recusassem a prestar o auxílio seriam multados no valor de 6 mil reis, corriam o risco de passar trinta dias na cadeia e o formigueiro em questão ainda seria retirado às suas expensas. O motivo de tal aversão aos insetos é revelado no mesmo documento: eles eram considerados “prejudiciais ao bem commum e aumento e socego” da cidade, pois comprometiam a estrutura das casas e templos, todos construídos de barro socado, bem como seus ornamentos, além de destruírem as plantas cultivadas nos quintais e transportarem “de uma para outras partes os mantimentos que cada um tem de suas casas e dispensas”.²⁴³

O plano de ataque elaborado pelos oficiais parece não ter surtido muito efeito, já que ao longo de todo o período estudado repetem-se as queixas sobre prejuízos causados pelas formigas,

²³⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.365.

²⁴⁰ *RGCMS*. v.4, p.53.

²⁴¹ *RGCMS*. v.4, p.141.

²⁴² BARROS, Gilberto Leite de. *A cidade e o planalto*. Processo de dominância da cidade de São Paulo. São Paulo: Martins, 1967. 2v. p.225.

²⁴³ *RGCMS*. v.11, p.68-9.

contendas entre vizinhos acerca da retirada de formigueiros e novas tentativas da câmara para dar cabo ao problema.

Com a expansão do arruamento para além do vale do Anhangabaú, no final da primeira década do século XIX, a questão das formigas novamente se colocou, e ao que parece, de maneira ainda mais intensa. Já em 1811, após uma vistoria efetuada pelos oficiais na chamada cidade nova, o almotacé foi encarregado da tarefa de notificar ao coronel Luiz Antonio de Sousa para providenciar a retirada dos formigueiros “que ha nos dois quarteirões que o mesmo tem na dita cidade nova, assim como outro que se acha visinho ao quarteirão debaixo na Praça da Legião”.²⁴⁴ Mandados semelhantes continuaram se repetindo e alguns anos depois até o governador João Augusto de Oeynhausen se pronunciaria sobre o assunto por meio de um ofício, “porque é este um grande mal que impede nesta capitania a agricultura em grande parte e até causa a demolição de edifícios” e encarregava a câmara da execução dos serviços de retirada dos formigueiros. Como no ano seguinte o almotacé se queixava ao governador da falta de trabalhadores necessários à execução da tarefa, este sugeriu a utilização de presos para o trabalho, os quais deveriam ser vigiados por um soldado de sua indicação e orientados pelo almotacel e por um “mestre de tirar formigas”. O governador ainda determinou que os presos deveriam ser pagos por seu trabalho, pela câmara quando o serviço era realizado nos terrenos pertencentes ao Concelho, e por particulares quando a extração dos formigueiros se desse em suas propriedades.²⁴⁵

Outro tipo de relação que precisava ser ajustada era a da cidade com os animais utilizados para transporte e criação. Sabe-se que desde os primeiros anos da ocupação do planalto piratiningano a municipalidade visava impedir a livre circulação de animais pelas ruas da cidade.²⁴⁶ E ao longo do século XVIII e início do XIX a situação não parece ter mudado muito.

²⁴⁴ O futuro brigadeiro Luiz Antônio, título pelo qual ficaria mais conhecido, era então um dos homens mais ricos da cidade de São Paulo. De acordo com o estudo de Beatriz Bueno a partir da Décima Urbana de 1811, Luiz Antonio de Souza era detentor de um dos maiores patrimônios imobiliários urbanos à época. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O velho tecido urbano de São Paulo. Proprietários e ‘mercado imobiliário’ rentista em 1809. *Varia História*, nº32. Julho, 2004. pp.123-143.

²⁴⁵ *RGCMS*. v.16, p.87-9. O conteúdo do ofício é discutido pelos oficiais em *ACMS*. v.22, p.399-400.

²⁴⁶ Cf. BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953-54. “Em 1590 sabe-se, pelas atas da Câmara, que a parede da Casa do Concelho, fronteira à Igreja, se achava muito danificada por causa das vacas que viviam soltas, pastando pela vila. Nesta vila andavam muitas cavalgaduras e vacas – dizia-se em uma ata de 1598 – e de noite faziam muitas perdas às casas e benfeitorias, e se caíam muitas paredes e se danificavam...”. p.153-4; Ver também: TAUNAY, A. d’E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1953. p.17.

Um edital de 1720 procurava organizar minimamente o trânsito em São Paulo, estabelecendo que “nas ruas desta cidade se não corra com paso despedido em cavalo algum”. A medida visava remediar os recorrentes atropelamentos que estavam a ocorrer na cidade, “fazendo muitas descomposturas tanto a molheres como homeiães e risco de criansas como se havia experimentado”.²⁴⁷ Com o passar dos anos, o trânsito de tropas e carros de boi pelas ruas, cada vez maior no decorrer dos séculos XVIII e XIX, também teve de ser organizado. Vários mandados foram expedidos a partir da segunda metade do setecentos dando conta dos “continuados desastres que acontecem por andarem os carros por essa cidade sem trazerem guia diante dos bois”. Tropas de gado e carros de boi estavam proibidos de entrarem na cidade sem que fossem cuidadosamente conduzidas, pois do contrário poderiam danificar o calçamento, bem como os cantos e paredes dos edifícios.²⁴⁸

Por questões de segurança da população, os cães também foram alvo da regulamentação municipal, tendo sido expedidos alguns mandados para que os moradores os mantivessem presos em suas casas ou quintais, e que no caso de terem que sair para a rua, tivessem os focinhos amordaçados para que não pudessem atacar. Os cães que fossem encontrados pelas ruas “sem as precisas cautelas” seriam mortos.²⁴⁹

Mas os animais que demandaram o maior número de ações camarárias foram os porcos. Ao longo de toda a documentação do período em estudo se verifica a preocupação com a presença dos suínos no ambiente urbano. O primeiro edital encontrado nesse sentido, desde a elevação de São Paulo à categoria de cidade, data de 1713, e proibia terminantemente que se continuasse a criar porcos dentro da cidade, por ser a dita criação “perjudicial a saude e causava ruina aos edificios, e ruas”. O prazo estabelecido para que os criadores retirassem os suínos da cidade era de um mês, a partir do qual qualquer animal que fosse encontrado chafurdando pelas ruas seria morto e sua carne destinada à alimentação dos presos. A pena para os infratores era de seis mil reis para as obras do concelho.²⁵⁰ Após a expedição de vários mandados semelhantes ao longo dos anos, a partir de 1756 os edis passaram a ser mais brandos em suas determinações. Reconhecendo que os editais anteriores sobre essa matéria não estavam sendo devidamente

²⁴⁷ *ACMSP*. v.9, p.31-2.

²⁴⁸ *RGCMSP*. v.12, p.309-10. Ver também: *Idem*. v.14.p.384-5.

²⁴⁹ *RGCMSP*. v.14, p.192-3. Ver também: *Idem*. v.11.p.511-2.

²⁵⁰ *ACMSP*. v.8, p.274-5.

observados pelos moradores, o procurador requeria que se consentisse que os animais fossem criados na cidade, desde que os criadores os mantivessem presos em seus quintais ou sítios e evitassem que os mesmos circulassem pelas ruas da cidade “por não ser conveniente á limpeza das ruas, e causarem peste”.²⁵¹ Assim, na impossibilidade de extirpar uma prática arraigada entre os moradores, ao menos buscava-se que a atividade criatória se restringisse à esfera particular, em prol da limpeza e integridade das ruas e edificações.

É possível interpretar ainda essas ações contra a presença de animais no ambiente urbano como uma tentativa oficial de se estabelecer uma diferenciação maior em relação ao meio rural, uma afirmação simbólica da especificidade da cidade e do urbano, em um momento em que a linha demarcatória para com o campo era ainda bastante tênue. Ao estudar a documentação camarária da vila de Curitiba no século XVIII, os historiadores Magnus de Mello Pereira e Antonio de Almeida Santos também se depararam com uma série de medidas tomadas contra a presença de animais soltos nas ruas. Segundo os autores, a precariedade do urbano na América portuguesa, especialmente em uma vila situada nos limites da área de ocupação lusitana, fazia com que a presença de qualquer animal em seu interior fosse vista como daninha. “Em primeiro lugar, essa ameaça era sentida no nível do simbólico. Cheia de animais, a cidade poderia deixar de parecer cidade”. Assim, as várias medidas dos camaristas para se evitar a indecência da presença de vacas e porcos na vila visavam a concretização de uma imagem urbana tida como desejável.²⁵²

Entretanto, muitas vezes os edis paulistanos se viram forçados a regulamentar a questão dos animais soltos não apenas no contexto urbano. Na documentação camarária encontram-se vários termos de denúncia endereçados à municipalidade por moradores dos arredores rurais da cidade. Em uma correição geral pelo bairro rural de Santo Amaro, os edis receberam várias denúncias de “gados, cavalgaduras e Egoas daninhas”, que por não serem mantidos presos por seus donos, usavam as plantações alheias como pasto, causando “grande destruição”.²⁵³ Nos anos seguintes, muitos termos de denúncia semelhantes foram encaminhados à câmara. No mais completo deles, Maria Paes de Almeida, moradora no bairro de São Miguel, dizia ser proprietária

²⁵¹ *ACMSP*. v.14, p.26-7.

²⁵² PEREIRA, Magnus R.M. de; SANTOS, Antonio C.de A. *O poder local e a cidade: a Câmara municipal de Curitiba, séculos XVII a XX*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p.38.

²⁵³ *ACMSP*. v.11, p.313.

de uma roça de milho e feijão em terras lavradas na paragem chamada Caguassú, e que há anos via suas plantações serem arruinadas pelos cavalos de Bartholomeu e José Pereira. Como suas tentativas de se acertar com os dois foram frustradas, requeria aos oficiais que obrigassem os donos das cavalgaduras daninhas a ressarcir os prejuízos causados. Após o registro dos relatos de várias testemunhas que corroboravam o termo de denúncia, os edis entenderam por bem atender à petição da suplicante.²⁵⁴

Depois de repetidas reclamações de moradores e resoluções tomadas casuisticamente, apenas em 1812 a câmara expediu um ofício destinado a todas as freguesias do termo municipal, tratando do “vexame” causado aos lavradores pelo gado de criadores que “pouco zelosos do bem publico trazem os seus gados soltos na proximidade das povoações, e dos logares onde os mesmos lavradores fazem as suas roças, de que resulta destroço das mesmas [...] que abrem a fonte á falta de mantimentos, e a que cada lavrador tire o bom resultado do seu suor, e fadigas”. O ofício buscava regulamentar a situação em todo o termo do município, estabelecendo que o gado fosse recolhido à noite, e durante o dia os criadores cuidassem para que não invadissem as lavouras alheias, prevendo a aplicação de uma multa e o ressarcimento dos prejuízos causados ao lavrador denunciante.²⁵⁵ Nota-se, então, que a preocupação em regular a presença e circulação de animais não dizia respeito apenas ao ambiente urbano, mas se estendia às terras lavradas de todo o seu entorno.

Portanto, se por um lado pode-se entender que as várias medidas tomadas pelos edis acerca da presença de gado, cães e porcos no ambiente urbano denotam certa preocupação em estabelecer uma diferenciação entre os espaços urbano e rural, uma afirmação da diferença pela expulsão do elemento natural do quadro construído, por outro lado há que se considerar que o sentido mais prático do controle da circulação desses animais - em função dos prejuízos que pudessem causar às ruas, edificações, lavouras e risco aos moradores - também falava bem alto, não só no interior da cidade, mas também nos sítios e fazendas do termo da cidade.

²⁵⁴ *ACMSP*. v.12, p.262-4.

²⁵⁵ *RGCMS*. v.14, p.416-7.

4.2. A ação dos almotacés e as posturas municipais

De um modo geral, pela frequência com que os mandados desse tipo eram expedidos, bem como aqueles tratados acima – para que os moradores zelassem pela limpeza e asseio das ruas e edificações – transparece a relutância de parte da população em cumprir as determinações municipais. Daí a necessidade de a câmara, além de estabelecer as normas a serem seguidas, promover a fiscalização de seu cumprimento. Papel indispensável nesse sentido era desempenhado pelo almotacé. Como visto anteriormente, o almotacé era um funcionário com responsabilidade direta por uma série de questões ligadas ao urbano. Não obstante a atuação dos almotacés da cidade de São Paulo ter variado bastante ao longo do período em tela, suas atribuições e forma de eleição eram muito bem definidas nas Ordenações do Reino.

As Ordenações previam que o tempo de ocupação do cargo deveria ser de apenas um mês, a ser exercido sempre por uma dupla de almotacés. Nos primeiros meses do ano, a função seria desempenhada pelos juízes, vereadores e procurador do ano anterior, ao passo que nos meses seguintes, os oficiais em vigência deveriam eleger dentre os homens bons da localidade os indivíduos que iriam preencher o cargo nos meses seguintes.²⁵⁶

Apesar de o tempo de serviço prescrito ser de apenas um mês para cada dupla de almotacés, não era raro passarem-se períodos em que estes tinham que servir por mais tempo, seja por negligência dos oficiais em indicar-lhes os sucessores, ou por estarem a exercer suas funções com maestria. Como em 1821, quando o governador João Augusto de Oeynhausen recomendou à câmara manter os dois almotacés cujo tempo de serviço estava no fim, “attendendo eu ao muito bem, que tem executado as varas de almotacés os dois actuaes, o sargento-mor Manuel Lopes Guimarães, Francisco de Paula Xavier de Toledo, como a mim a essa Camara, e ao publico todo é notorio”.²⁵⁷ Uma vez que esse procedimento era contrário à prática comum e ao que era estabelecido nas Ordenações, o governador se comprometeu a assumir a responsabilidade pela medida e, se necessário, responder por ela.

O Regimento dos Almotacés que integrava as Ordenações do Reino delegava a esses oficiais uma vasta gama de responsabilidades que iam desde o tabelamento de preços ao cuidado

²⁵⁶ *Codigo Philipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Typographia do instituto philomathico, 1870. Livro 1, Título 67, §13 ao §15.

²⁵⁷ *RGCMSP*. v.16, p.130.

com a limpeza da cidade, visando a manutenção das condições de salubridade em um nível aceitável.²⁵⁸ As suas funções mais lembradas pela historiografia dizem respeito ao regulamento das relações de mercado no interior do núcleo urbano. Com efeito, os almotacés deviam zelar por uma série de questões relacionadas ao abastecimento da cidade, através da fiscalização dos estabelecimentos comerciais e oficinas. Deveriam averiguar se os comerciantes forneciam gêneros em abundância e em boas condições de consumo, suficientes para atender a todos os moradores; conferiam se os vendeiros e artesãos possuíam licença do Senado para exercer seus ofícios; verificavam a correta aferição dos pesos e medidas utilizadas nas lojas e garantiam que o tabelamento dos preços impostos ao comércio fosse respeitado. Era o almotacé o responsável por multar todos aqueles que desobedecessem as normas municipais referentes ao mercado.

Entretanto, das atribuições dos almotacés, as que mais nos interessam são as que dizem respeito à sanidade urbana e aos edifícios e servidões: eram eles os responsáveis pela verificação do estado de limpeza das ruas, evitando o acúmulo de todo tipo de lixo e material pútrido, e zelando pela desobstrução dos valos de escoamento de água. Além disso, eram os almotacés encarregados por seu regimento de tomar conhecimento de todos os aspectos edificatórios que pudessem gerar conflitos entre particulares - como a construção de portas e janelas que devassassem a intimidade dos vizinhos, ou a elevação de paredes e colocação de escoras que por ventura obstruíssem a passagem, o escoamento das águas ou o acesso à luz - ou possíveis prejuízos e usurpações do espaço público. Para tanto, estavam autorizados a embargar o prosseguimento de qualquer obra considerada indevida ou que contrariasse as normas municipais.²⁵⁹

A partir desse papel de mediador das demandas surgidas entre vizinhos, previsto em seu regimento nas Ordenações, a atuação dos almotacés tendeu a evoluir para o policiamento das normas municipais. Conforme as municipalidades passaram a legislar sobre os aspectos construtivos a serem observados no interior da cidade, deslocava-se a necessidade da resolução

²⁵⁸ Para um estudo mais aprofundado sobre as atribuições dos almotacés e da prática da almotaçaria em uma vila colonial, ver: NICOLAZZI JR, N. F. O almotacé na Curitiba colonial (1718-1828). In: _____; PEREIRA, Magnus R. de M. (Orgs). *Audiências e correições dos almotacés* (Curitiba, 1737 a 1828). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. (Série Monumenta).

²⁵⁹ *Código Philipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Typographia do instituto philomathico, 1870. Livro 1º, Título 68, §1 ao §42. Ver também PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 365-395, 2001.

de demandas caso a caso, para a fiscalização do cumprimento ou descumprimento das normas expedidas pela municipalidade. De acordo com Magnus de Mello Pereira, “tal mudança corresponde à passagem do direito consuetudinário, no qual prevalecia a força do costume, para o direito positivo, determinado pelas normas legais escritas, no caso, as posturas municipais”.²⁶⁰

Assim, o almotacé se converte nos olhos e ouvidos da municipalidade, sendo incumbido de realizar correições periódicas pela cidade a fim de verificar a observância das normas municipais no que tocava à limpeza, às edificações e às relações de mercado.

Na documentação relativa à cidade de São Paulo consultada no decorrer desta pesquisa, foi possível encontrar vários registros referentes à atuação dos almotacés. Apesar da exigência, algumas vezes reiterada por ouvidores, de que toda a documentação produzida no âmbito da almotaçaria fosse registrada pelo escrivão em um livro destinado especificamente para este fim, o que se observa é uma precariedade no registro desse tipo documental. Em julho de 1722, o escrivão Caetano Soares Vianna requereu aos demais oficiais a compra de um livro para que se registrassem os editais de almotaçaria e multas aplicadas, já que “athe o presente nella se não fazem termos das correisoins dos Almotaceis e tudo o que a elles pertencem que se deva Escrever por causa de não haver livro decretado pera iso e que he mto conveniente que o haja pera toda a clareza nesesaria a todo o tempo”.²⁶¹ Dois anos depois era o ouvidor quem ordenava que os oficiais adquirissem um livro próprio.²⁶² Não se sabe ao certo quando o livro foi de fato adquirido, mas tudo indica que não imediatamente, uma vez que a documentação relativa à almotaçaria passou a ser grafada, a princípio, nos livros destinados ao registro das atas das reuniões camarárias, e posteriormente passou a aparecer esporadicamente nos livros do Registro Geral.

Essa documentação consiste basicamente em editais expedidos pelos almotacés, que eram afixados nos locais de maior visibilidade, anunciando que sairiam em correição pelas ruas da cidade para verificar o cumprimento das normas municipais e multar os infratores. Os editais respeitavam uma fórmula básica, listando todos os aspectos que seriam observados durante a correição e exigindo a adequação dos moradores, comerciantes e artesãos. Vejamos um exemplo destes editais de correição:

²⁶⁰ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese(doutorado) - Universidade Federal do Paraná. p.123.

²⁶¹ *ACMSP*. v.9, p.186.

O tenente Joaquim José de Almeida cidadão desta cidade de São Paulo nella e seu termo almotacé que de presente sirvo por eleição e bem das ordenações de Sua Magestade fidelissima que Deus guarde etc. Faço saber a todos os moradores desta cidade e seu termo, vendeiros e mais pessoas sujeitas ás posturas do Senado da Camara que quinta feira que se contam onze do corrente mez terei de fazer correição pelas ruas desta cidade, revendo tudo quanto está a bem do meu cargo para o que mando que todos os moradores concertem e conservem sempre limpas direitas e asseiadadas, e livres de buracos na forma determinada pelo Senado da Camara desta cidade debaixo das penas de que todo o que eu achar em culpa em acto da correição de proceder contra elles na forma da mesma determinação; outrosim os carros que entrarem nesta cidade de dia ou de noite não poderão andar sem guias tudo debaixo das penas acima declaradas, como também o alcaide, e porteiro examinando todas as ruas desta cidade me virão dar contas digo dar parte dos logares aonde acharem buracos, ou desmanchos para eu logo proceder contra elles [...] outrosim mando que se cumpram e observem os editaes dos meus antecessores e para que chegue á noticia de todos e não possam alegar ignorancia mandei lavrar o presente edital que se publicará nesta cidade depois de registrado nos livros do Senado da Camara se fixará no lugar costumado.²⁶³

No trecho aqui suprimido do edital o almotacé elencava ainda várias outras medidas a serem observadas – como o estabelecimento do peso mínimo do pão e o tabelamento dos preços dos produtos comercializados nas vendas – , sempre reiterando os mandos e editais expedidos pela câmara referentes a outras esferas da administração pública.

Em geral, as correições do almotacé se limitavam ao núcleo principal, à cidade de São Paulo propriamente dita, mas em algumas ocasiões os oficiais publicavam editais anunciando que sairiam todos juntos em correição pelas freguesias da cidade, ocasiões nas quais verificavam o cumprimento das normas municipais também nos bairros mais afastados e cobravam dos infratores as multas devidas.

Um aspecto que era especialmente observado pelos almotacés em suas rondas pelas ruas da cidade dizia respeito à limpeza da urbe e ao destino a ser dado ao lixo produzido nas residências. Frequentemente os moradores eram notificados pelos almotacés em correição a desentupirem os canos que de suas casas saíam à rua. Uma vez entupidos os canos destinados ao escoamento das águas servidas e da chuva, estes causavam a estagnação da água e toda a sorte de dejetos, tornando as ruas intransitáveis.

Em função da recorrência com que os moradores deixavam de observar as notificações sobre a higiene das ruas, o almotacé mandou publicar em 1813 um edital tratando exclusivamente

²⁶² *ACMSP*. v.9, p.331.

²⁶³ *RGCMSP*. v.11, p.446-7.

desse assunto, obrigando todos os moradores que tivessem valas que “dão sahida ás aguas sujas e immundicies particulares” a tapá-las, ou ao menos revesti-las com pedra para dar melhor escoamento ao material pútrido, e estipulando uma multa para todos aqueles que costumavam atirar lixo nas ruas da cidade, “formando monturos de inumeráveis immundicies”.²⁶⁴ Ora, desde 1790 a edilidade já havia determinado, a pedido dos almotacés, os lugares onde os moradores deveriam depositar seus dejetos. Aqueles que residissem nas ruas do Colégio, do Largo da Sé, na Rua das Flores e do Convento do Carmo foram obrigados a “fazer botar todos os ciscos de suas casas e das ditas ruas, no buracão que se acha fronteiro ao Convento dos religiosos Carmelitas, junto à estrada que vae para a ponte debaixo do mesmo convento”. Os moradores da Rua do Rosário dos Pretos, Boa Vista e São Bento, “no buraco que se acha junto ao caminho que vae para o Tamanduatihy fronteiro ao quintal amurado do reverendo padre Ignácio de Azevedo Silva”. Os da Rua Direita, da Quitanda, dos Camargos, de São Francisco e Nova de São José “serão obrigados na mesma forma a botarem de frente ao curral do concelho”. Os do “bairro [Largo?] de São Gonçalo e ruas circumvizinhas, botarão adiante do córrego, que vae para Santo Amaro”.²⁶⁵

Mais uma vez, em 1821, os almotacés demonstravam preocupação com o estado de limpeza da cidade, e novamente fizeram um requerimento para que se “destine logares, baldios para o povo lançar lixos, afim de evitar-se a que lancem nas ruas publicas desta cidade”. Desta vez, o edital lançado pela câmara em resposta ao requerimento dos almotacés foi uma verdadeira postura sanitaria. Nele os oficiais reiteravam a obrigação dos moradores manterem a limpeza dos canos destinados à expedição das águas servidas, estabeleciam multa aos infratores, encarregavam os capitães do mato de ajudarem os almotacés na fiscalização do cumprimento do edital e ordenavam que “todos os sobreditos moradores tenham suas testadas sempre limpas, isentas de todo e qualquer lixo, que será lançado em logares, que este Senado passa a destinar, afim de cessar este procedimento contra a dita limpeza”. Os locais estabelecidos foram um terreno próximo ao Anhangabaú, outro também próximo ao mesmo rio e da ponte do Marechal, um terreno além da última casa pertencente ao do Mosteiro de São Bento (possivelmente à margem do Tamanduateí, próximo à sua confluência com o Anhangabaú), além de mais outros terrenos às margens do Tamanduateí - inclusive um terreno vizinho das casinhas da câmara -, e do caminho para Santo Amaro (que por sua vez, era contíguo a afluentes do Anhangabaú).

²⁶⁴ *RGCMS*. v.14, p.511.

²⁶⁵ *ACMS*. v.19, p.148-9.

Enfim, todos os lugares destinados ao despejo do lixo ficavam dentro da cidade, adjacentes às casas, alguns próximos ao curral e às casinhas onde se vendiam mantimentos, e à beira dos rios!²⁶⁶

Seis anos depois, outro almotacé reportava à câmara a situação em que se encontrava um desses depósitos de lixo, próximo à estrada de Santo Amaro:

É uma desgraça senhores que tem escapado uma vistoria das Camaras passadas aquelle hediondo logar e que sendo um dos mais brilhantes serviços de uma Camara o bem ser do publico se acha aquelle logar condenado a ser um ponto de onde se soltem os mais agravantes miasmas e além de ser paludoso [?] inda sirva de despejos.

Na ocasião, pedia o almotacé para que a câmara cedesse barris e enxadas, bem como alguns presos para cavarem uma cova e enterrarem o lixo.²⁶⁷

Se o registro de editais de correição são abundantes nos livros das Atas e no Registro Geral da Câmara, o assentamento das multas aplicadas, por outro lado, se deu de maneira um tanto precária na documentação consultada, na maioria das vezes constando apenas a informação de que “alguns moradores foram multados em ato de correição”, mas sem maiores detalhes. Entretanto, alguns registros nos trazem certas informações, como os nomes dos condenados, a causa da condenação e o valor das multas.

Em um termo de correição de dezembro de 1720, o escrivão anota que “nella se fizeram sincoenta condenaçoens de quinhentos reis e hu~a de pataca”²⁶⁸, mas não nomeia os condenados ou esclarece quais as infrações que ocasionaram as multas. Em dezembro de 1732, foram vários os condenados em correição: Andre Mz~ de Castro foi condenado em dez tostões “por botar lixo na sua testada e nos chaons do snr. Bom Jezus, dos quais pagou logo sinco tostoins q’ recebeo o procurador e ficou devendo outros sinco”; Francisco Pinheiro, Jozeph Roiz e Lourenço da Costa foram condenados em cinco tostões, também por terem lançado lixo em terrenos alheios; a dona Maria Varejoa “pello mesmo e por não limpar a sua testada, condenada em dez tostoins que inda deve”. Também foi condenado o sapateiro Lucas Francisco da Guerra em seis patacas por exercer seu ofício sem ter previamente requerido licença à câmara.²⁶⁹

²⁶⁶ *RGCMS*P. v.16, p.130-5.

²⁶⁷ *RGCMS*P. v.19, p.244-6.

²⁶⁸ *ACMS*P. v.9, p.43.

²⁶⁹ *ACMS*P. v.10, p.212-3.

Um termo de vereação de 1751 também apresenta algumas informações sobre as multas impostas a partir das correições. Foram multados Alexandre Monteiro de São Payo, dona Escholastica de Toledo e Anna da Fonseca no valor de dois mil reis cada um por não terem calçado as testadas de suas casas, não obstante terem para isso sido notificados na correição anterior.²⁷⁰ Nos anos seguintes, vemos que Anna Buena foi condenada a pagar uma multa de seis mil reis e cumprir trinta dias de cadeia por ter sido notificada em correição para manter a testada de suas casas limpa e o não ter feito;²⁷¹ Antonio da Costa Ferreira teve seus bens penhorados para pagar os seis mil reis de multa imposta em correição geral;²⁷² Manuel Francisco foi multado no mesmo valor e Mathias Xavier Balieiro no valor de mil reis.²⁷³

Percebe-se, portanto, que os editais de almotacaria sintetizavam os demais mandos expedidos esporadicamente pela municipalidade, sendo apregoados “nos locais mais públicos desta cidade” para que todos os moradores soubessem das normas a serem observadas e “não possam alegar ignorância”, estabelecendo os dias em que ocorreria a fiscalização. Assim, a câmara municipal como um todo – por meio de seus mandos e editais –, e mais especificamente o almotacé, através dos editais de correição e pela averiguação *in loco* de todos os estabelecimentos comerciais, ruas e edificações, garantiam as condições de ordenamento da cidade no que se refere ao estabelecimento de melhores condições de vida para a população, bem como à manutenção de determinados aspectos formais da cidade, de acordo com o que era estabelecido pela legislação portuguesa e reiterado pelos seus representantes na colônia.

Além das correições dos almotacés, havia outras ocasiões em que os moradores eram incentivados a manter o asseio das ruas e construções, sua limpeza, transitabilidade e boa aparência. Os grandes acontecimentos da monarquia eram noticiados aos súditos e estes estimulados a expressarem seu júbilo pelos sucessos da dinastia de Bragança, ou, igualmente, o seu luto e pesar pelo falecimento de algum membro da família real. De acordo com Beatriz Cruz Santos, durante o antigo regime português, a manifestação mais recorrente de regozijo, fosse este motivado por datas religiosas ou acontecimentos laicos, era a procissão.²⁷⁴ Com efeito, na

²⁷⁰ ACMSP. v.13, p.281-2.

²⁷¹ ACMSP. v.15, p.613-4.

²⁷² ACMSP. v.17, p.465.

²⁷³ ACMSP. v.18, p.412.

²⁷⁴ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa - século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005.

documentação paulistana são encontrados vários preparativos para festejos envolvendo esta modalidade de cerimônia, organizada pela câmara municipal.

Em 1712 o procurador lembrava a obrigação do Senado em festejar o nascimento de uma princesa²⁷⁵ “com a solegnidade que pocivel fosse conforme o tempo e a pocibilidade do mesmo Senado”. A comemoração consistiria na realização de uma missa cantada e de procissão. Além disso, os moradores deveriam contribuir com a preparação do ambiente da cidade para as festividades, sendo obrigados por um edital da câmara a colocarem em suas portas ao menos quatro luminárias por um período de três noites. O mesmo edital estipulava que “todos mandassem limpar as ruas e becos de suas testadas, e rebotar de branco as suas cazas com pena de seis mil reis e trinta dias de cadea”.²⁷⁶

No ano seguinte, o procurador João Henriques de Alvarenga apresentou em câmara uma carta de Sua Majestade informando a declaração de paz entre os reinos de Portugal e França, a qual determinava que a publicação da notícia fosse feita “com a solenid.^e necessaria, com luminarias a noite do dia da publicação”. Imediatamente os oficiais prepararam um edital mandando que “todos os moradores desta cid.^e mandassem limpar as ruas e becos de suas Testadas, e q’ puzecem luminarias na noite do dia da publicação com pena de que o que o contr.^o fizece seria condenado em seis mil reis p.^a as obras publicas, e despezas do conselho”.²⁷⁷ O mesmo se deu dois anos depois, quando do anúncio da declaração de paz com a Coroa de Castela, também no contexto do fim da Guerra de Sucessão Espanhola.²⁷⁸

A chegada à cidade de personalidades importantes do governo civil e religioso também mobilizava oficiais e demais moradores. Em 1746, dentre as providências tomadas para a recepção do primeiro Bispo da cidade de São Paulo, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, além da expedição de mandados para “os cidadãos e republicanos irem buscar o excellentissimo e reverendissimo senhor bispo” estava a necessidade de se notificar aos moradores para taparem uma cova existente em pleno largo da matriz.²⁷⁹ Para festejar a entrada do primeiro governador da capitania restaurada, D. Luiz Antonio de Botelho Mourão, em 1766, um dos requisitos da

²⁷⁵ O documento não refere o nome da princesa, mas deve se tratar da infanta Maria Bárbara, única filha de D. João V, nascida a 4 de dezembro do ano anterior.

²⁷⁶ *ACMSP*. v.8, p.261.

²⁷⁷ *ACMSP*. v.8, p.295-6.

²⁷⁸ *ACMSP*. v.8, p.342-3.

²⁷⁹ *ACMSP*. v.12, p.305.

câmara era que todos os moradores mandassem “alimpar as suas casas e endireitar as ruas de suas testadas, e botarem todos luminarias por tres dias sucessivos”.²⁸⁰

Mais detalhados na documentação são os preparativos para a recepção do Bispo D. Matheus de Abreu Pereira em 1797. O edital publicado pelos edis relembra o costume de, nas cerimônias de entradas dos bispos, “praticar-se com elles todas as demonstrações de applauso”. Para tanto, os oficiais descreviam o trajeto a ser seguido pela procissão solene em homenagem ao novo pontífice, estipulando os cuidados a serem tomados pelos moradores das ruas por onde o cortejo passaria:

sahindo em procissão da igreja de São Francisco [...] para a Santa Sé cathedral da mesma mandarão todos os sobreditos moradores, que têm casas pelas ruas que seguem daquelle convento para a Santa Sé, e desce aos quatro cantos, e segue dahi a rua Direita á Santa Sé, se concertem de tudo que necessitarem, tapando os buracos que houverem, endireitando-as e aplanando-as no possivel modo de sorte que não impeçam o transito dos que por ella hão de passar: igualmente mandarã cada um dos moradores das ditas ruas por onde ha de passar o mesmo excellentissimo senhor bispo caiar, e rebocar as suas casas, e muros de seus quintaes, tudo com o maior asseio que fôr possivel [...]e no dia da mencionada procissão mandarão os mesmos moradores ornar as janelas de suas casas com o maior asseio que poderem segundo suas posses, pondo colchas pendentes das suas janelas, e armando-as com o maior asseio lançando nas ruas flores, e folhas cheirosas: Outrosim no sobredito dia desta entrada á noite, e nas duas seguintes pôrão luminarias todos os moradores assim os de dentro de toda esta cidade como dos seus arrebaldes.²⁸¹

As exigências para a limpeza e asseio das ruas, o conserto de buracos, reboco e caiação das casas, e toda a ornamentação proporcionada à cidade, como a colocação de luminárias, tecidos decorativos, flores, e folhas vinha de encontro à necessidade de se criar um cenário digno, seja para a recepção de personagens de relevo na sociedade, seja para a manifestação de contentamento e sujeição ao Rei e à soberania portuguesa.

Mas as manifestações que demandavam a maior mobilização popular eram as festas previstas pelo calendário religioso, notadamente a de Corpus Christi. Segundo Beatriz Santos, a festa de Corpus Christi em Portugal e suas colônias era um acontecimento religioso apropriado pela monarquia, e se caracterizava por ser, ao mesmo tempo uma festa de devoção a Deus e ao Rei, na qual a religião contribuía para conferir sentido à comunidade política.²⁸²

²⁸⁰ *ACMSP*. v.15, p.145-6.

²⁸¹ *RGCMS*. v.12, p.126-8.

²⁸² SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa - século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005.

A organização dessas festividades era de responsabilidade das câmaras municipais, e pela documentação referente à de São Paulo, transparece a sua importância social. Os editais para as festas de Corpus Christi, em geral reiteravam as ordens para que os moradores mantivessem as ruas que receberiam a procissão “limpas e varridas [...] tapando as covas e buracos que tiverem a rua junto às suas testadas”, e à semelhança das entradas de bispos e governadores, ordenavam a caiação das paredes e ornamento de portas e janelas com flores, tecidos e luminárias. Ademais, todos os moradores dos arredores eram obrigados a comparecer à cidade para acompanhar a procissão, e as classes profissionais deveriam contribuir para a grandiosidade do espetáculo: era exigido que os juízes de todos os ofícios mecânicos acompanhassem a procissão com as varas e bandeiras de seus respectivos ofícios e que organizassem as danças; aos ferradores, ferreiros, seleiros e cabelereiros cabia a encomenda da imagem de São Jorge e às padeiras e quitandeiras a sua ornamentação; os vendeiros eram responsáveis por aprimorar o enfeite das ruas.²⁸³

Especialmente na festa de Corpus Christi, casas e ruas eram ornamentadas, pois se convertiam no cenário da festa de devoção a Deus e à monarquia portuguesa. A montagem de toda essa arquitetura efêmera visava criar a atmosfera do espetáculo mesclado à devoção. Simultaneamente, observa-se a obrigatoriedade da participação de todos os membros do corpo social, cuja ausência estava sujeita à multa e prisão. Esse caráter compulsório da exteriorização do sentimento devocional era afirmado nas leis do reino e reforçado pela instituição municipal.

Toda essa miscelânea de normas de caráter fragmentado, expedidas de maneira esporádica, que eram reunidas momentaneamente nos editais de correição, reiteradas às vésperas de eventos festivos e fortalecidas nas correições de ouvidores, viriam a ter uma maior sistematização apenas quando foram reunidas e registradas na forma de posturas da câmara, passíveis de serem consultadas de maneira mais organizada e aplicadas com maior eficiência à população.

É bem verdade que, pelo menos desde a década de 1780, havia se instalado a praxe de sempre que os novos oficiais assumissem seus cargos, no início de cada ano, fosse publicado um longo edital que listava e reiterava as várias normas municipais em vigência para o conhecimento da população. Esses editais estabeleciam que os vendeiros e padeiras deveriam requisitar uma licença do Senado e manterem seus pesos e medidas devidamente aferidos; os oficiais mecânicos deveriam obter suas cartas de exame para poderem exercer sua profissão; que todos os

²⁸³ *RGCMSP*. v.5, p.236-8. Ver também: *Idem*. v.6. p.105-6; v.11. p.364-5.

comerciantes e demais moradores denunciasses os atravessadores de gêneros, com especial atenção aos de açúcar; que os escravos que chegassem à cidade fossem submetidos à inspeção do cirurgião para prevenir doenças infecciosas. Além disso, os editais contemplavam algumas normas já mencionadas acima, como a exigência de os criadores manterem seus porcos presos e “os moradores desta cidade mandarão concertar suas testadas endireitando e plainando as ruas endireitando-as livres de quaisquer monturos, ou buracos que tiverem”.²⁸⁴

No entanto, foi apenas em 1820 que os edis convocaram uma reunião formal com os demais homens bons da cidade para, em conjunto, e conforme estabelecido nas Ordenações do Reino²⁸⁵, se dedicarem à elaboração de um documento que reunisse as posturas municipais. Estas seriam anunciadas em voz alta pelas ruas da cidade, afixadas “no lugar do costume” e registradas em um livro específico para que pudessem ser posteriormente consultadas e servirem de referência para a administração municipal.

O documento resultante da reunião contava com quinze posturas, onze das quais diziam respeito diretamente ao ordenamento físico da cidade. A nosso ver, este foi o primeiro documento em São Paulo a reunir e organizar todas as diretrizes de cunho edificatório, e pode-se dizer, urbanístico, que vinham sendo traçadas de maneira um tanto oscilante e dispersa no decorrer dos anos anteriores e por essa razão será analisado de maneira mais detalhada.

A postura de número um proibia o se “fazer casa alguma dentro da cidade velha, e nova, sem licença da Camara [...] nem reedificar de novo, sob pena de seis mil réis para as despesas do Concelho, e de se demolir”. Vale lembrar que este dispositivo não era nenhuma grande inovação, já estando generalizado na legislação municipal portuguesa desde o início da era moderna.²⁸⁶ Ademais, como temos visto, a câmara de São Paulo já havia feito uso várias vezes de seu direito de embargo de obras que contrariassem aquilo que era entendido como sendo o bem comum. Contudo, ao consolidar este princípio em um documento assinado pelos principais da terra, o Senado se munia de maiores condições de controle de diversos aspectos formais da cidade, uma vez que cada nova edificação deveria passar pelo crivo e aprovação dos oficiais.

²⁸⁴ *RGCMSP*. v.11, p.346-9. Ver também: *Idem*. v.11. p.470-3; p.537-40.

²⁸⁵ Cf. *Código Philipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Typographia do instituto philomathico, 1870. Livro 1º, Título 66, §28 ao §31.

²⁸⁶ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna*. 1998. 2v.(572f.). Tese(doutorado) - Universidade Federal do Paraná. p.337.

Um dos critérios a ser observado para a aprovação dos camaristas era discriminado na postura de número dez, a qual estabelecia que todos os novos sobrados deveriam ter alicerces de pedra, e que estes continuassem até uma altura de dois palmos acima da superfície da terra. Provavelmente essa medida visava conferir maior durabilidade e segurança às edificações. Mas havia também exigências de caráter predominantemente estético. A segunda postura determinava que não seriam autorizadas novas instalações de gelsias nas sacadas e janelas, pois as treliças de madeira, além de escurecerem o interior das casas e impedirem a circulação do ar, eram responsáveis por “desformosear as mesmas casas, e o prospecto”.

As posturas de número três, seis, oito, nove, doze e quinze reiteravam algumas determinações que têm sido exploradas neste capítulo: deliberavam que todos os moradores mantivessem as testadas de suas casas limpas e calçadas; as ruas desobstruídas, livres de “pedras, madeiras, ou qualquer outra coisa que faça estorvo à passagem”; os formigueiros de casas, quintais e chácaras na cidade e seus arredores fossem destruídos às custas do dono da propriedade; não seriam consentidos porcos e cães pelas ruas da cidade, exceção a estes últimos caso fossem conduzidos com focinheiras; e que todos os muros confinantes com as ruas fossem por seus proprietários rebocados, caiados e cobertos de telhas.

Outras posturas que tratavam do aspecto físico da cidade eram a de número quatro, que dizia respeito à limpeza da cidade, dispondo que “nenhum dos moradores faça canos de despejos de imundícies para as ruas e os que os tiverem se mandem tapar”; e a de número treze, que tratava da presença do elemento vegetal no interior da urbe: que os moradores garantissem que as árvores cultivadas nas chácaras e quintais das casas não tivessem “os ramos pendentes sobre as ruas; mas apumadas com o nível dos respectivos muros”. Ou seja, os matos, árvores, e galhos eram tolerados no âmbito privado das residências, mas não deveriam extravasar o limite dos muros, sendo vedada a sua existência no espaço público.²⁸⁷

Mais do que nos oferecer um retrato de como efetivamente se configurava a cidade de São Paulo à época – uma vez que é evidente que essas posturas não seriam prontamente observadas pela população – este documento fornece uma série de elementos para a compreensão de como os oficiais e demais homens bons entendiam que a cidade deveria ser. Os vários mandados e editais que foram expedidos pela municipalidade ao longo dos anos e consubstanciados no livro de posturas, bem como a ação de fiscalização do almotacé, nos permitem identificar quais eram os

²⁸⁷ As posturas foram assentadas originalmente no livro das Atas da Câmara Municipal, v.22. p.354-60.

elementos constituintes do urbano naquele momento, ou, se preferirmos, qual era o modelo de cidade que se buscava implantar.

Os historiadores Magnus Pereira e Antonio Santos puderam identificar alguns elementos constituintes da concepção de cidade adotada pelas autoridades coloniais portuguesas no início século XVIII, a partir dos provimentos deixados pelo ouvidor Rafael Pires Pardinho, em 1721, para a vila de Curitiba. Em correição pelas vilas do extremo sul da América portuguesa, o ouvidor da comarca de São Paulo elaborou uma série de instruções para orientar o trabalho dos camaristas e organizar o funcionamento e a expansão daquela vila. Essas instruções, no que diz respeito ao ordenamento do espaço físico da cidade, buscavam adequá-la a um modelo pré-estabelecido daquilo que era entendido como desejável aos olhos da metrópole. No século XVIII, como deveria se configurar uma vila ou cidade colonial?

De acordo com Pereira e Santos, o módulo constitutivo da cidade era a quadra retangular adensada, formando um conjunto compacto, sem espaços vazios, delimitadas por ruas em grade, contínuas e retilíneas. Para tanto, não se admitia a existência de edificações em ruínas ou terrenos vazios que pudessem comprometer a continuidade entre as fachadas das edificações. A interpenetração entre a cidade e o campo também deveria ser evitada, uma vez que não era tolerada a presença de animais e vegetação no ambiente urbano, e buscava-se estabelecer uma rígida separação dos espaços público e privado.²⁸⁸

Ora, em comparação com as conclusões de Pereira e Santos para a vila de Curitiba em 1722, podemos identificar elementos bastante semelhantes nos ofícios, editais e posturas da câmara de São Paulo ao longo de todo o século XVIII e início do XIX: a cidade deveria estar livre de vegetação, considerada um fator de disformidade quando existente no ambiente urbano, ou ao menos no espaço público, devendo as hortaliças, árvores e folhagem serem mantidas nos limites da esfera privativa das chácaras e quintais; as vias conservadas em boas condições de uso, desimpedidas de monturos e entulho, especialmente as ruas por onde passavam as procissões, que deviam apresentar o devido asseio e decência; os prédios deveriam ser bem conservados, assim como os muros que separavam as propriedades do espaço público. Não há na documentação paulistana uma ênfase explícita na constituição de quadras compactas, compostas por edificações de fachadas contínuas e contíguas umas às outras. Talvez porque não houvesse a necessidade de

²⁸⁸ PEREIRA, Magnus R.M. de; SANTOS, Antonio C.de A. *O poder local e a cidade: a Câmara municipal de Curitiba, séculos XVII a XX*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

se legislar sobre algo que já era uma prática corrente.²⁸⁹ Os únicos espaços vazios das quadras eram os terrenos baldios e os quintais, e esses sim foram alvos de uma série de mandados para que fossem devidamente murados e apartados do espaço público e das vistas dos que por ele transitavam.

Com o modelo de cidade que se buscava implantar, também não era compatível a presença de animais. Todavia, a resistência passiva da população urbana em abrir mão de uma conveniente forma de subsistência ligada à criação doméstica e a dependência em relação às tropas e carros de boi para o transporte e comércio, fez com que a municipalidade se limitasse a regulamentar a presença dos animais na urbe. Na impossibilidade de bani-los do espaço urbano, que fossem ao menos circunscritos aos quintais ou acompanhados de perto por seus donos e condutores.

O alinhamento das ruas era outro elemento constituinte desta noção ideal de cidade que se consolidava em São Paulo, à semelhança das demais vilas e cidades coloniais. Mas como a alteração do traçado já consolidado das ruas e travessas exigiria uma intervenção mais ativa das autoridades, optamos por tratar dessa questão no próximo item deste capítulo.

É preciso destacar que os editais e posturas municipais eram normas de natureza diferente dos provimentos, pois não eram impostas de fora, mas nascidas das próprias necessidades sentidas na localidade. Verifica-se, portanto, que a concepção de cidade defendida pelas autoridades coloniais em inícios do século XVIII, cem anos depois já estava consolidada e passava a ser compartilhada também entre autoridades municipais e moradores, ao menos aqueles que compunham o seleto grupo dos homens bons.

Até aqui, buscamos evidenciar a importância da legislação elaborada pela municipalidade, que fazia valer, com maior ou menor eficiência a sua função específica de ordenadora do espaço da cidade. Esse é um tipo de ordenamento menos facilmente perceptível pelo historiador, mais sutil, mas que garantiu a sobrevivência da urbe e sua adequação ao modelo de cidade proposto pelas autoridades portuguesas. Além dessa modalidade de controle do funcionamento da urbe, com o passar dos anos, o crescimento físico da cidade e de sua importância política e comercial passou a exigir da esfera municipal o alargar esse papel de estabelecimento de normas e

²⁸⁹ Cf. TOLEDO, Benedito Lima de. O triângulo e a configuração de suas ruas e largos. In: TOLEDO, Benedito Lima de. Cadernos de fotografia brasileira - São Paulo, 450 anos, 2ª ed., Rio de Janeiro. Instituto Moreira Salles, 2004. p.361.

fiscalização, passando também a prover a cidade de uma gama de serviços. É sobre essa posição de órgão responsável pela implantação de melhorias urbanas que trataremos a seguir.

4.3. Câmara municipal como provedora de serviços

Se em um primeiro momento a atividade camarária se restringiu à expedição de mandados e editais convocando os moradores a manterem um nível razoável de asseio e limpeza e garantindo a adequação do aspecto das ruas, casas e largos a um determinado modelo de cidade entendido como desejável, aos poucos o governo municipal se viu compelido a, além de exercer essa função deliberativa e de fiscalização, prover a urbe de determinados serviços. À semelhança do que aconteceu em relação às estradas e caminhos, a câmara assume para si a responsabilidade de levar a cabo algumas obras públicas de maior duração.

Ao passo que essa mudança de orientação da ação camarária se deu apenas a partir de meados do século XVIII, desde o início do período estudado, a municipalidade se dedicava à construção e manutenção dos prédios públicos, tais como a casa da câmara e cadeia, o açougue e as casinhas construídas para rendimento do Senado, que demandavam consideráveis investimentos de rendas municipais e a contratação de profissionais como carpinteiros, pedreiros, mestres de obras e peões.

A seguir, trataremos da construção dos prédios públicos sob a alçada do poder municipal, num segundo momento, da mudança de orientação camarária no sentido da execução de melhorias na cidade, como o calçamento das ruas, implantação de fontes e chafarizes, obras visando o melhor escoamento das águas servidas e pluviais, e a abertura de novos arruamentos.

4.3.1. Prédios públicos financiados pela câmara municipal

A primeira casa da câmara e cadeia de São Paulo data dos primitivos anos de 1575. Conforme nos conta Taunay, com base nas atas da câmara referentes ao século XVI, demasiado frágil era a construção de taipa coberta de sapé, uma vez que apenas oito anos depois de

concluída a obra, já se encontrava em ruínas.²⁹⁰ Esse era apenas o início de uma longa série de desventuras envolvendo o paço municipal.

Século e meio depois, já elevada à categoria de cidade, a sede da capitania de São Paulo e Minas de Ouro ainda não contava com um edifício digno de receber as reuniões do concelho e seguro o suficiente para abrigar os criminosos detidos. Em janeiro de 1717 a câmara assinava um contrato com o capitão mor Jozeph de Gois e Moraes, segundo o qual este se comprometia a construir nova casa da câmara e cadeia “pella emcapacidade de hua e outra morada”. Como o Senado não dispunha dos recursos necessários para o pagamento do contratante – seus rendimentos não passavam de 300 mil reis anuais, já aplicados em outras despesas – o capitão mor propôs que se lhe concedessem por três anos, e pelo valor que vinha sendo arrematado nos anos anteriores, o estanco dos gêneros que eram de monopólio da câmara, a saber o vinho, aguardentes do reino e da terra, azeite e vinagre, bem como um prazo também de três anos para a conclusão da obra.

Os estancos, ou contratos de monopólio, configuravam um procedimento atraente tanto à municipalidade quanto ao arrematante. Para poderem ter venda aberta e comercializarem gêneros de secos e molhados, os comerciantes precisavam requerer uma licença à câmara e pagar os subsídios, espécie de imposto sobre os produtos comercializados, cobrados pelo almotacé. Visando se desonerar deste trabalho e ao mesmo tempo ter maior segurança no recebimento do que lhe era devido, as câmaras ofereciam em leilão contratos que transferiam o direito de cobrança desses subsídios a terceiros, bem como o monopólio do fornecimento dos produtos que seriam revendidos na cidade. Uma vez arrematado o contrato, a câmara recebia seus rendimentos adiantados e terceirizava o serviço da cobrança. É claro que os valores propostos pelos contratantes eram sempre bastante inferiores aos lucros que estes esperavam auferir, constituindo-se a arrematação dos contratos camarários em uma atividade, em geral, bastante rentável.²⁹¹

No contrato da obra da casa da câmara e cadeia, os edis descreveram a planta a ser observada na construção do novo edifício. Este deveria medir sete varas de fundo por cinco e

²⁹⁰ TAUNAY, A. d'E. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.42-6.

²⁹¹ Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial. (1711-1765)*. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Pulo. p.62-127.

meia de largura,²⁹² com fundações de pelo menos doze palmos de profundidade e quatro janelas. Em anexo ao edifício principal, o projeto previa a construção de uma sala livre com seis varas de fundo e a mesma largura da casa da câmara, contando com uma porta e duas janelas, e de outra sala medindo vinte e oito palmos “em quadra”,²⁹³ com apenas uma janela. Os três corpos da construção seriam assobradados, sendo o andar térreo das salas secundárias utilizadas como enxovias masculina e feminina. A parte térrea do corpo principal, abaixo do local destinado às reuniões do concelho, teria uma porta para a rua e uma janela, servindo de moradia ao carcereiro. O projeto descrito no contrato ainda estipulava a espessura das paredes, de quatro palmos, os tipos de portas, janelas e grades a serem colocadas em cada cômodo e até a mobília para a sala de reuniões. O terreno destinado a abrigar a importante edificação ficava ao lado da igreja de São Francisco e, como era de praxe nos acordos de serviço da câmara, o contratante apresentou dois fiadores, para o caso dos termos do contrato não serem cumpridos à risca e a câmara ser indenizada. Eram eles o capitão Manoel Luis Ferras e Manoel Caminha.²⁹⁴

De fato, foram vários os contratempos enfrentados até que a obra fosse finalmente entregue. Um ano depois de assinado o contrato, parece que nada havia sido feito, pois a câmara notificava o capitão mor para “que pegue na obra da cadeia, e caza do conss.º”. Seguiram-se várias notificações semelhantes, nas quais os oficiais pressionavam o contratante a adiantar a obra, já prevendo o iminente atraso na entrega. Como se não bastasse a omissão do capitão mor para dar início aos trabalhos, também estava atrasado o pagamento que este deveria fazer à câmara do valor dos subsídios, conforme combinado em seu contrato.

Quando finalmente a obra foi iniciada, os edis requisitaram algumas alterações no projeto inicial: que o telhado fosse feito em quatro águas – ao que parece, o que se havia acertado inicialmente com o contratante era o telhado em duas águas – , que fossem forradas as duas salas

²⁹² Uma vara era equivalente a cinco palmos, ou 1,1 metros.

²⁹³ De acordo com Cláudia Fonseca, no período colonial a expressão “em quadra”, ao contrário do que se possa imaginar, não corresponde ao que hoje entendemos por “metros quadrados”, por exemplo. O que se queria dizer era que a medida de cada um dos quatro lados da superfície em questão possuía o mesmo valor. Neste caso, a superfície total da sala projetada pelos edis paulistanos não seria de vinte e oito palmos “quadrados” mas sim de setecentos e oitenta e quatro, uma vez que cada um de seus lados mediria os tais vinte e oito palmos, não a sua superfície total. Convertendo para o sistema métrico, cada um dos lados da sala mediria algo em torno de 6,1 metros, e sua área total seria de 37,2 metros quadrados. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.464-75.

²⁹⁴ *ACMSP*. v.8, p.381-4.

laterais, que se fizesse uma sacada e se abrissem mais janelas. Todas as alterações seriam custeadas pelas rendas do concelho.

Enquanto o novo paço municipal não ficava pronto, as reuniões camarárias eram feitas em um local alugado. Mas como o proprietário das casas de que se serviam provisoriamente os edis decidiu vendê-las, as reuniões a partir de outubro de 1720 tiveram que ser realizadas nas próprias residências dos juízes ordinários.

Com quase um ano de atraso, finalmente a obra foi entregue. Imediatamente os presos foram transferidos para as enxovias, mas antes de aceitar a obra, os edis providenciaram uma série de vistorias para averiguar se o edifício estava de acordo com os termos do contrato. Visando certa neutralidade na decisão, foram convocados cinco homens bons da cidade. Entretanto, a primeira vistoria foi inconclusiva, já que três dos avaliadores declaram total ignorância acerca de obras e construções. Em vistorias posteriores, foram convocados novos “louvados”, os quais concluíram que, não obstante a obra entregue estar de acordo com o contrato, não apresentava condições de segurança ideais, em razão do material utilizado na construção e pela distância entre as vigas, tendo inclusive já fugido dois presos. Além do mais, a proximidade da cadeia com o templo dos franciscanos propiciava aos fugitivos buscarem abrigo em local sagrado, onde eram imunes às justiças. Novas obras, dessa vez de fortificação das enxovias, foram encomendadas ao contratante, que só foi definitivamente desobrigado do serviço após entregar o prédio acabado e bastante seguro, de acordo com uma vistoria feita a 28 de fevereiro de 1722 por “dous oficiais de carpinteiro e marsineiro mestres de toda a obra a saber Sebastião Pereira e Luís Preto Sena”.²⁹⁵

Concluía-se assim a implantação da nova casa da câmara e cadeia da cidade de São Paulo, situada no largo de São Francisco, local onde permaneceria por cinquenta anos. No entanto, apesar da avaliação positiva dos louvados da câmara acerca da segurança das enxovias, a experiência demonstrou que seus pareceres foram precipitados. Poucos meses depois de concluída a obra, os edis enviavam uma carta ao rei D. João V informando que não obstante ter sido feita a cadeia “pela planta, e forma que se deu, ainda assim não ficou capaz, por serem as enxovias muito limitadas e obscuras, e as paredes de taipa guarnecidas de vigame de madeiras, que varias vezes se tem arrombado pelos presos”. Por essa razão, os presos acusados de crimes

²⁹⁵ *ACMSP*. v.8. p.437-8; 447-9; 453-4; 458; 474-6; 498-9; *Idem*.v.9. p.23-4; p29-30; 36-7; 41-2; 74-84; 109-10; 154-5.

mais graves eram enviados à fortaleza de Santos, trajeto no qual passavam por uma série de provações e que demandava grande despesa dos cofres municipais. Para obviar semelhante inconveniente, os oficiais rogavam ao monarca liberar recursos da Fazenda Real para ampliação e reforço das enxovias.²⁹⁶

A impressão que Rodrigo Cesar de Menezes teve da cadeia também não foi das melhores. Em carta datada de 29 de setembro de 1722 ao rei, o governador da capitania tratava de sua “imprestabilidade”:

Sr: - A Cadêa q.' achei nesta Cid.^e só tem o nome de Cadea, porq' a incapacid.^e della hé tal q.' não tem segurança algũa os prezos, pois fogem della todas as vezes q.' querem, porq.' as paredes são de sorte q.' sem mais instrumentos q.' as mãos as rompem, e o certo hé que os moradores não queirão de nenhum modo q.' houvesse prezos, pois assim se deixa ver pela forma da d.^a Cadea.

Representava o governador ao rei a necessidade de se construir nova cadeia, forte e segura e sugeria que, caso não houvesse rendimentos suficientes da Fazenda Real, ordenasse o rei a utilização dos valores auferidos pelas condenações dos réus para a criação de um fundo capaz de custear a construção de novo cárcere. Julgava o governador ser esta a solução “mais suave sem avexar os povos”.²⁹⁷

Enquanto não se providenciava a construção de uma nova cadeia, ou ao menos melhorias substanciais naquela construída pelo capitão mor Gois e Moraes, quem mais sofria com a situação eram os responsáveis pela guarda dos detentos. Daí a dificuldade dos edis em prover o cargo de carcereiro. O ano de 1733 foi exemplar nesse sentido: em abril foi nomeado novo carcereiro, por ter fugido o anterior depois de apenas uma semana de serviço, deixando a cadeia desamparada. O recém-nomeado, Antonio de Souza, só aceitou servir o cargo após ser ameaçado de prisão por desobediência, e ainda com a condição de não ser responsabilizado por uma eventual fuga “no cazo que os prezos arombem a cadeya pella fragelid.^e della”. Os edis aceitaram as condições do nomeado, pois admitiam a “pouca segurança desta cadeya e o não aver pessoas que queirão voluntariamente servir esta occupação”.²⁹⁸ Apenas dois meses depois, consta em um termo de vereança a nomeação de um novo carcereiro – “por falta de Antonio de Souza” –, que ocuparia o

²⁹⁶ *RGCMSP*. v.4, p.499.

²⁹⁷ *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. v.32, p.38. Outras cartas do governador ao rei discutindo a situação da cadeia nas p.86 e p.148-9. (Doravante citado como DIHCSP).

²⁹⁸ *ACMSP*. v.10. p.247-8.

cargo por ainda menos tempo. Pelo termo seguinte somos informados que “avia fugido o [novo] carsereyro que se havia feito por lhe haverem fugido da cadeia os prezos”.²⁹⁹ Para substituí-lo foi nomeado Domingos Martins de Souza, que também invocou condições semelhantes às de Antonio de Souza para servir o cargo.

Ainda menos afortunado foi o carcereiro que servia no ano de 1737. Verdadeiro alvoroço foi armado na cidade em razão de uma tentativa de fuga de presos. Segundo a ata do dia 21 de março daquele ano, os criminosos estavam em posse de armas e instrumentos com os quais se libertaram dos grilhões e, pelas nove horas da noite, forçaram sua saída da cadeia, ferindo o carcereiro e mais alguns indivíduos a tiros. Os fugitivos só foram detidos por ter o capitão de ordenanças prontamente mandado “tocar caixa de gera [guerra] pelas Ruas desta cidade p^a que o povo acudisse a dita cadeia o que fizeram prontamente por cujo Respeito nam poderam fogir como pretendiam”. Foi montada uma guarda permanente na cadeia até que se preparassem trinta soldados para conduzir os criminosos até a vila de Santos.³⁰⁰

Bem ou mal, o edifício continuaria a servir para a guarda dos presos e como sede das reuniões da municipalidade até a década de 1760. Nesses anos, as reuniões alternavam-se entre a casa da câmara e as residências dos juízes ordinários, tendo para isso obtido autorização do ouvidor, por “a casa do Senado da Camara estar arruinada e para cahir”.³⁰¹

Pode-se ter uma ideia do estado em que se encontrava o edifício por um auto de vistoria realizado em 1769 pelos “mestres de carpinteiro, e pedreiros desta cidade mais idoneos a saber o juiz do officio de carpinteiro Manuel da Silva Rocha, e os mais mestres Manuel Antonio da Cruz, e Manuel Francisco Domingues, e Antonio da Silva Lopes, e o mestre pedreiro Estevão da Silva Conde”. Os avaliadores chegaram à conclusão de que a construção corria risco iminente de

vir toda abaixo repentinamente pelos danos que mostravam e estes irreparaveis de concerto algum cuja ruina não havia de avisar, nem dar mostra de fugirem tanto elles officiaes da Camara, como os mais presos desta cadeia [...] disseram que os presos bom era fossem tirados desta cadeia que do contrario haviam de ficar sepultados pela razão de não haver modo algum que em forças humanas podesse obstar o perigo em que se acha a cadeia toda, e casa da Camara cuja averiguação faziam elles ditos officiaes pelas experiencias que tinham de seus officios pois em outras obras de menos perigo tinham visto ruinas grandes de ir tudo abaixo sem ficar parte alguma de pé e muito mais a

²⁹⁹ *ACMSP*. v.10. p.261-2.

³⁰⁰ *ACMSP*. v.11. p.39-40.

³⁰¹ *ACMSP*. v.14. p.466-7.

presente cadeia que se acha toda arruinada pelos alicerces e pendendo já para a parte da rua.

A única solução, segundo os avaliadores, seria demolir a edificação e aproveitar o material para construir uma nova.³⁰²

Definitivamente comprometido o edifício, as reuniões camarárias ao longo da década de 1770 passaram a ser realizadas em casas alugadas pelo valor de 25.600 reis anuais, situadas na rua do Carmo. Os presos foram transferidos também para uma casa alugada, nas proximidades da igreja da Misericórdia.³⁰³

Apenas em 1783 se iniciou a construção de uma nova cadeia e casa da câmara, no Largo de São Gonçalo. Para o financiamento do prédio, que deveria comportar também o açougue público, os oficiais escreveram cartas aos homens bons da cidade rogando contribuições voluntárias, e contaram com verbas provenientes das câmaras de Atibaia, Sorocaba, Taubaté, Guaratinguetá e Mogi das Cruzes, uma vez que era do interesse de toda a capitania haver na capital uma cadeia espaçosa e segura. Foram utilizados ainda recursos provenientes da venda do terreno e do antigo edifício que servira como casa da câmara e cadeia, e de um empréstimo feito do cofre dos órfãos. A documentação não oferece muitas informações acerca do projeto e consecução desta obra, possivelmente por não ter sido realizada pelo sistema de empreitada, como a anterior, mas sim a “jornais”, por não haver quem arrematasse o contrato de serviço da obra. Sabe-se apenas que foi utilizada mão de obra dos escravos de ganho de particulares, cuja força de trabalho foi alugada pela câmara, e que a construção foi feita “na forma do risco, e planta”, ou seja, seguindo um projeto pré-estabelecido.³⁰⁴

Apesar de a finalização da obra ter se arrastado até 1791, em 1787 o edifício já tinha capacidade para sediar as reuniões do concelho. A nove de dezembro daquele ano, os edis realizaram um solene ato de entrada na nova casa da câmara e cadeia, iniciado nas casas alugadas que abrigavam as reuniões. “e sendo todos juntos nas ditas casas sahiram della em corpo de Camara com o estandarte real acompanhados dos republicanos desta cidade para a nova casa da Camara que se acha erecta em o pateo de São Gonçalo Garcia”.³⁰⁵ O edifício, que passaria por

³⁰² *ACMSP*. v.15. p.448-50.

³⁰³ *ACMSP*. v.15. p.523-4; p.574-8; p.582.

³⁰⁴ *ACMSP*. v.18. p.54-6; *Idem*. v.19. p.84-5; p.210; p.229-34; *RGCMSP*. v.11, p.509-10.

³⁰⁵ *ACMSP*. v.18. p.457-60.

uma série de reformas e obras de embelezamento, abrigaria a câmara municipal e a cadeia pelos próximos 100 anos, o que por si só denota a solidez com que foi construído. Ao que parece, a nova cadeia resolveu de vez os problemas da edilidade com o cativo de criminosos, pois as referências à fuga de presos passaram a ser muito mais raras e, pelo que se depreende de um ofício do ouvidor em 1809, quando estas ocorriam era menos por problemas nas enxovias e sim por ineficiência daqueles que exerciam o cargo de carcereiro.³⁰⁶ Por meio do ofício, o ouvidor encarregava os edis de requererem ao príncipe regente autorização para o aumento dos ordenados dos carcereiros, a fim de incentivar a concorrência de pessoas mais capazes, por ser um cargo “muito pensionado, de muita sujeição, muito risco, e de nenhuma conveniência”, o que levava a só servirem ao cargo homens “totalmente ineptos, e de nenhum crédito”, que ou por descuido, ou por suborno, deixavam fugir os presos.³⁰⁷ Após consultas ao governador da capitania, o ouvidor da comarca, o procurador da Real Fazenda e o Desembargo do Paço, o príncipe D. João V autorizou o aumento dos vencimentos do carcereiro pela cobrança de uma taxa dos próprios presos, a chamada meia carceragem, “para que com inteireza, e limpeza de mãos cuide melhor na vigia e segurança dos presos”.³⁰⁸

Outro prédio sob a responsabilidade da câmara municipal era o açougue público. Em São Paulo, o açougue funcionou de maneira precária em uma das salas da casa da câmara e cadeia construída em 1722, ao que tudo indica, no cômodo que havia sido construído para servir de residência aos carcereiros, abaixo da sala de reuniões da câmara³⁰⁹, tendo sido posteriormente transferido para uma casa alugada em frente ao Paço municipal.³¹⁰

Apenas em 1741 os edis elaborariam o projeto de um prédio a ser construído especificamente para abrigar o açougue público, em terreno vizinho à Casa da Câmara. A obra foi arrematada em praça pública pelo valor de 460 mil reis, e o mestre carpinteiro Manoel de Oliveira, arrematante da obra, “se obrigou a fazella na forma declarada na planta e risco que se lhe apresentou”, devendo concluir o trabalho em um prazo de seis meses.³¹¹ Nota-se que, assim como no caso da construção da Casa da câmara e cadeia, houve o cuidado de se elaborar uma

³⁰⁶ *RGCMS*. v.14, p.85-8.

³⁰⁷ *RGCMS*. v.14, p.148-50.

³⁰⁸ *RGCMS*. v.14, p.488-90.

³⁰⁹ *ACMS*. v.9. p.555-6.

³¹⁰ *ACMS*. v.11. p.40-1.

planta baixa para guiar o trabalho do arrematante, pelo que se pode inferir que esta já era uma prática corrente. Como o contrato de arrematação era acompanhado pelo desenho, ou “risco”, não consta no próprio contrato uma descrição mais pormenorizada das características do edifício. Sabemos apenas que este deveria contar com uma sala separada a ser utilizada pelo almotacé como uma espécie de escritório, para que este pudesse melhor desempenhar a fiscalização da qualidade da carne comercializada no açougue, a verificação dos pesos utilizados nas balanças, dos preços pelos quais o produto era comercializado, e zelar pela limpeza e higiene das mesas onde as reses eram talhadas.

Após a construção da nova casa da câmara e cadeia na década de 1780, o açougue foi para lá transferido, tendo permanecido no Largo de São Gonçalo até o final do período abordado nesta pesquisa. Uma representação feita pelo almotacé Francisco de Paula Xavier de Toledo à câmara, no ano de 1820 relatando a má conservação do açougue à época, apresenta algumas breves referências ao cotidiano no açougue público, algo raro de se encontrar na documentação consultada.

O arrematante do córte me representa, que a porta da rua não tem segurança alguma, e pode ser arrombada de noite sem custo; além disto observo o mau asseio da casa, as paredes esburacadas, e o logar que compete ao almotacel no peor estado possível, de sorte que me não sirvo delle, permanecendo em pé, e no meio do povo, todo o tempo que alli estou, e sendo o dito logar alto para delle eu ver, e dispôr tudo, afim de que se reparta com igualdade a carne ao povo, nada posso ver, nem dispôr no meio do tumulto dos negros, que vão fazer as suas compras, resultando daqui o dar-se a maior parte ossos, e a alguns a carne bôa. Necessita-se de mais tres cepos, porque os que existem estão destruidos, muito rente ao chão, de sorte que a carne fica cheia de terra, quando deve ser com maior asseio distribuida.³¹²

Por meio desse documento podemos ter uma ideia de como era o cotidiano no açougue público de São Paulo, local frequentado por uma multidão de escravos que eram encarregados de comprar a carne para seus senhores, se acotovelando para conseguirem os melhores pedaços, em um ambiente que, mesmo para os padrões da época, deixava muito a desejar do ponto de vista da higiene requerida para o comércio de tão importante gênero alimentício.

Outro local de comércio de alimentos seria providenciado pela câmara na década de 1760. Dando cumprimento a uma medida aventada pelo governador D. Luís Antônio Botelho Mourão,

³¹¹ *ACMSP*. v.11. p.342-4.

³¹² *RGCMS*. v.16, p.70-1.

os oficiais procuravam uma maneira de financiar a construção de pequenas lojas destinadas a abrigar o comércio de “toucinhos, e os mais mantimentos”. A ideia era, além de promover a centralização da venda dos gêneros, fornecendo melhores condições para os produtores dos entornos rurais da cidade acomodarem seus produtos e incentivando, assim, a produção e o comércio, auferir maiores rendimentos à câmara por meio do aluguel das lojas.³¹³

Todos os custos foram encarados por um morador da cidade, Jeronymo de Castro Guimarães, que se ofereceu para comprar os terrenos almejados pela câmara e construir as casinhas de mantimentos. Alegava ser sua vontade, “como zeloso republicano, e cidadão o livrar esta Camara de tantos embarços”. Depois de concluída a obra, ele receberia o valor dos alugueis até que todas as suas despesas fossem ressarcidas. A proposta era bastante interessante à câmara, segundo o entendimento dos oficiais, “porque deste modo nem faria despesa alguma para que precisasse de provisão, nem perdia o futuro rendimento depois de pago as ditas despesas [...] estando esta Camara na extrema precisão de aumentar o seu tênue rendimento para as suas ordinárias despesas”.³¹⁴

Foram entregues no dia 13 de dezembro de 1774 um total de quinze casas situadas “na rua que vem da Sé para a igreja da Misericórdia para a rua que vem da Sé para a igreja do Rosário dos pretos, e para os palacios dos senhores generaes; e reverendissimos bispos”³¹⁵, todas elas com suas portas, fechaduras, trancas e a mobília e equipamento necessário aos vendedores: bancos de madeira, mesas para serem expostos os produtos, ganchos de ferro, balanças com seus pesos e varas para medir.

Uma vez que Jeronymo Guimarães deveria comprovar todos os gastos que efetuasse para ser posteriormente recompensado, ele providenciou recibos detalhados, que nos permitem identificar quais eram os materiais utilizados e os profissionais empregados na construção civil à época. De acordo com os gastos discriminados nos recibos, pode-se inferir que as casas contavam com alicerces de pedras rejuntadas com saibro, areia e estrume, paredes de taipa de pilão e os telhados cobertos com telhas. Foram empregados um carpinteiro, um pedreiro e um servente,

³¹³ *ACMSP*. v.16. p.210-1.

³¹⁴ *ACMSP*. v.16. p.283-4.

³¹⁵ A rua em questão, onde se localizavam as casinhas do Concelho, foi posteriormente chamada de Rua do Palácio e é a atual Rua do Tesouro. DICK, Maria Vicentina do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo - 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1997. p.236-7.

bem como alguns índios sem especialidade definida, os quais tiveram os dias de trabalho pagos em dinheiro e em alimentos: farinha, feijão, toucinho, sal, e ainda aguardente e fumo.

O custo total da construção das quinze casinhas foi de 347\$135. Dos quais 32\$650 foram gastos com a alimentação dos índios, 11\$920 com o pagamento de seus dias de serviço, 64\$500 foram destinados ao pagamento dos dias de serviço do pedreiro, carpinteiro e servente, 105\$440 com materiais, instrumentos de trabalho e equipagem das casinhas, e 132\$625 foram gastos na compra das casas e dos terrenos para a construção.³¹⁶

A pedra para construção era um material difícil de encontrar nos arredores do local onde se instalou a cidade de São Paulo. Por esse motivo, ao longo de todo o período colonial, a técnica construtiva utilizada praticamente de maneira exclusiva era a taipa, reservando-se a pedra, quando muito, aos alicerces e fundações. Nas paredes externas e elementos estruturais, utilizava-se a taipa de pilão, que consistia em barro fortemente socado no interior de formas de madeira, que após seco, formava uma estrutura bastante compacta e resistente. Nas paredes internas e vedações, utilizava-se a taipa de mão, na qual o barro era atirado sobre uma tela de madeira composta por paus devidamente amarrados na vertical e horizontal.³¹⁷

A documentação nos informa ainda sobre o valor pelo qual foi arrematado o aluguel das casinhas referente aos últimos meses de 1774 e todo o ano de 1775: 152\$400. Ora, se mantido esse valor para os próximos anos, todo o custo da obra seria pago em apenas dois anos e meio. O que mais chama a atenção na documentação referente à construção das casinhas é o baixo custo da mão de obra e dos materiais empregados na construção civil, se comparados aos valores auferidos pelos aluguéis. Esse é um exemplo de como o mercado locatário se consolidava como um negócio bastante promissor na cidade de São Paulo.³¹⁸ Com efeito, uma vez restituído o valor aplicado por Jeronymo de Castro Guimarães, o aluguel das casinhas passou a constituir uma das principais fontes de rendimento para a câmara municipal.

³¹⁶ *ACMSP*. v.16. p.361-71.

³¹⁷ TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Clavero, 1994. p.34-5.

³¹⁸ Sobre a rentabilidade do mercado imobiliário em um período um pouco posterior, ver: BUENO, Beatriz P. S. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.13, n.1. p. 59-97. jan.- jun. 2005. Com base nos dados referentes à cobrança da Décima Urbana de 1809, imposto predial criado no ano anterior, a autora constatou que os indivíduos e instituições mais ricas da cidade investiam parte de seus capitais na construção de casas de aluguel. Dentre as essas, destacava-se a Ordem de São Bento, que já em 1787 – na década seguinte à construção das casinhas da câmara, portanto – promovia a construção de um conjunto de casas para a renda de aluguel, na então recém-aberta Rua nova de São Bento, atual Florêncio de Abreu.

Com o crescimento da cidade, de sua população e comércio, logo as quinze casas construídas sob a coordenação da câmara e os auspícios do morgado de Mateus se tornaram insuficientes para acomodar os produtores rurais e os consumidores urbanos, tendo sido providenciado o aluguel de mais algumas casas adjacentes às primevas,³¹⁹ e, no início do século XIX, a construção de mais um lanço de casas para servirem como mercado público, na entrada da cidade, à margem do caminho que se iniciava no convento dos padres carmelitas. Para diferenciar os dois polos comerciais, a documentação passa a referir de maneira distinta as “casinhas da calçada do Carmo pertencentes a esse concelho”, daquelas situadas na Rua do Palácio, as chamadas “casinhas de mantimentos”, ou “casinhas desta cidade”.³²⁰

4.3.2. Calçamento das vias públicas

Ao longo de todo o período estudado, e de acordo com sua capacidade técnica e financeira, a câmara municipal empreendeu a construção e manutenção dos prédios indispensáveis ao devido funcionamento da urbe: a casa da câmara, sede das reuniões e do arquivo do Senado, indispensável ao correto desempenho da administração pública; a cadeia, necessária à aplicação da justiça e segurança dos moradores; o açougue e as casinhas de mantimentos, essenciais ao abastecimento da população urbana de gêneros alimentícios provenientes dos arredores rurais. Além disso, conforme visto anteriormente, a edilidade buscava organizar os demais aspectos da organização da cidade por meio da expedição de mandos, editais e a fiscalização do cumprimento de suas determinações através das correições da almotaçaria. Até meados do século XVIII, a ação camarária limitou-se a essas ações – manutenção dos prédios públicos e o legislar sobre o espaço construído –, sendo todas as obras públicas encaradas pelos próprios moradores, como principais beneficiários da manutenção de boas condições de vida na cidade. Mas, conforme intervenções de maior envergadura se tornavam necessárias, o poder municipal teve que se organizar para prover a cidade dos serviços públicos mais urgentes.

A origem dessa atuação mais ativa da municipalidade pode ser identificada nas determinações deixadas em correição pelos ouvidores. Aos poucos, esses magistrados passaram a

³¹⁹ *ACMSP*. v.20. p.89-90.

³²⁰ *ACMSP*. v.22. p.49-50.

exigir dos oficiais que, além de fiscalizarem a conduta dos moradores em relação ao espaço construído, passassem a arcar com o ônus da manutenção e implantação de melhorias na cidade, relembrando-os de que, segundo seu regimento nas Ordenações e “repetidos provimentos deixados em correição”, era de sua responsabilidade o conserto de fontes, pontes e calçadas.³²¹ As obras públicas, que de início eram atribuição dos moradores, passam a ser encaradas diretamente pelo município e financiadas por seus rendimentos. Como vimos no capítulo anterior, a situação ideal nesses casos, prevista, inclusive, nas ordenações do reino, era a arrematação de contratos de serviço em hasta pública, mas no caso de não haver arrematante, a obra poderia ser realizada pelo sistema de jornais.

Dentre os melhoramentos necessários à cidade estava o calçamento das ruas. Até meados do século XVIII, todas as ruas da cidade eram de terra batida, motivo pelo qual precisavam ser constantemente reparadas em função da ação erosiva da chuva e depredação por parte de moradores. Para melhorar as condições de trafegabilidade das vias, especialmente aquelas por onde passavam as procissões e as ladeiras – que se tornavam intransitáveis na época das chuvas –, urgia a colocação de lajotas de pedra para proteger o solo e facilitar o escoamento das águas.

A primeira tentativa de se promover o calçamento das ruas de São Paulo se deu em razão de um provimento deixado pelo ouvidor João Rodrigues Campello em 1742. Segundo o provimento, os oficiais deveriam lançar um edital obrigando todos aqueles que tivessem casas na cidade a calçarem suas testadas com pedras ou tijolos dentro de um prazo de dois meses, sob pena de seis mil reis para as despesas da câmara.³²² O provimento gerou certo descontentamento entre a população, que enviou uma petição ao Senado pedindo sua suspensão. Alegavam os moradores, na petição assinada por quarenta indivíduos, que a medida lhes causaria grande prejuízo, uma vez que não havia pedreira alguma nas proximidades, sendo toda a pedra necessária para obras na cidade trazida de muito longe “com grande dispendio e trabalho”. Ainda mais dispendioso seria o uso de tijolos, os quais não eram fabricados em São Paulo e teriam que ser comprados a altos custos. Rogavam à câmara que intercedesse junto ao ouvidor para a suspensão do provimento, “attendendo os vexames despesa grande e estado da terra isentarem aos supplicantes e ao povo de semelhante trabalho e obrigação”.³²³

³²¹ *RGCMSP*. v.8, p.198-9.

³²² *RGCMSP*. v.5, p.416.

³²³ *RGCMSP*. v.5, p.442-5.

Em 1746, os oficiais receberam outro provimento do ouvidor, desta vez determinando o calçamento de uma via específica, um beco que se encontrava intransitável. A câmara procurou transferir a responsabilidade aos moradores do beco, notificando por meio do alcaide o mestre de campo Alexandre Monteiro de São Payo, dona Escholastica de Toledo e Anna de Affonseca para fazerem as suas testadas de pedra. No entanto, documentos datados dos anos posteriores nos informam que os ditos moradores se recusaram a cumprir as determinações do Senado, que se viu obrigado a contratar um pedreiro para executar o calçamento do beco.³²⁴

No decorrer das décadas seguintes é possível encontrar na documentação referências a calçamentos esporádicos efetuados pela câmara, todos arrematados em pregão pelos contratantes que menos pedissem pelos serviços. Em 1758 era colocado em praça o calçamento do “becco de Santa Thereza indo para o Carmo, e outro defronte do palacio do senhor Bispo na rua que vae para o Rosario”, por serem estas duas ruas principais por onde passavam as procissões, e que se encontravam bastante danificadas.³²⁵ Alguns anos depois se arrematava a implantação de mais dois calçamentos, do “beco que vem do campo da forza a sahir na Misericórdia” e da “rua que vae do canto da casa do capitão Francisco Salles e Provedoria correndo para a rua do Rosario dos pretos”,³²⁶ bem como da “rua que vae do defunto Francisco de Salles para as casinhas”, por ser uma rua “muito publica”.³²⁷

No entanto, é apenas a partir da década de 1780 que a câmara passa a promover o calçamento sistemático das ruas da cidade, o que se verifica pela multiplicação de obras desse tipo colocadas em praça e arrematadas. Além dos mandados da câmara para os procuradores e almotacés procederem ao calçamento das ruas, constam nas Atas e no Registro Geral alguns provimentos de ouvidores recomendando tais medidas, bem como menções ao fato de esse tipo de obra pública “ser tão recomendada pelo ilustríssimo [governador], e não admitir demora”.³²⁸ O referido governador era Bernardo José de Lorena, que frequentemente deliberava em conjunto com a câmara sobre melhorias a serem implementadas na cidade, postura que levou os oficiais a reconhecerem o “zelo com q.e se interessa no bem desta Capitania, principiando pelo asseio, e

³²⁴ *ACMSP*. v.12. p.254-7; *Idem*. v.13. p.70-1; p.281-5; *RGCMSP*. v.9, p.305-6.

³²⁵ *ACMSP*. v.14. p.174-5.

³²⁶ *ACMSP*. v.16. p.12-5.

³²⁷ *ACMSP*. v.17. p.208-9.

³²⁸ *ACMSP*. v.19. p.65.

ornato de sua Capital”.³²⁹ De fato, pudemos verificar que a maior incidência de obras de calçamento de ruas ocorre entre os anos de 1787 a 1792, período incluso em seu tempo de governo (com exceção do ano de 1787), sendo priorizadas as ruas por onde passavam as procissões e as de declive mais acentuado.

Como nem os moradores sozinhos e nem a câmara dispunham de recursos para efetuar o pleno calçamento da cidade, o ouvidor da comarca elaborou em 1783 um provimento que estipulava a maneira como se dariam os calçamentos. Os moradores se viam obrigados a construir em suas testadas calçadas com uma braça de largura (2,20 metros). Como essas calçadas serviriam para proteger a base das paredes de taipa que compunham as casas, o ouvidor considerava justo que fossem arcadas pelos próprios moradores. Um funcionário da câmara ficava responsável por verificar as medidas das calçadas para que fossem feitas “sem deformidade [...], com igualdade que uma não fique maior do que a outra”. Após os moradores terem feito a parte que lhes cabia, a câmara passaria a arcar com o calçamento da porção central das ruas, sendo assim as despesas repartidas entre municipalidade e os particulares proprietários de imóveis.³³⁰

De acordo com Cândido Malta Campos, a largura das principais ruas da cidade de São Paulo à época era de 40 palmos, ou seja, 8,8 metros. Esta seria, aliás, uma medida padrão, vigente em Portugal e adotada nas ruas menos importantes da Baixa Pombalina em Lisboa.³³¹ Assim sendo, cabia aos moradores dos dois lados de cada rua a feitura de calçadas que ocupavam, cada uma, um quarto da largura total. A câmara, por sua vez, ficava responsável pela pavimentação do trecho central, medindo a metade da largura total da rua. O ouvidor justificava esse sistema afirmando ter sido adotado também na cidade do Rio de Janeiro, não obstante o fato de que a câmara fluminense dispunha de rendimentos muito mais avultados do que a paulista. Para que a edilidade não fosse sobrecarregada com muitas obras simultâneas e tendo em vista a escassez de pedras disponíveis, o provimento estipulava que se iniciasse o calçamento pela rua de São Bento, e após concluído, a câmara determinaria por meio de editais as próximas ruas a serem calçadas,

³²⁹ *DIHCSP*. v.45, p.329.

³³⁰ *RGCMSP*. v.11, p.504-7.

³³¹ CAMPOS, Cândido Malta. Acrópole introvertida: São Paulo e sua colina histórica. In: IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2006, São Paulo. Anais do IX SHCU - Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo: FAUUSP, 2006. v. 1. p. 1-20.

uma a uma. Apesar de certa resistência inicial por parte dos moradores, esse sistema continuou a ser empregado até o final do período abordado por esta pesquisa.

O problema da obtenção do material a ser utilizado no calçamento só foi resolvido graças a uma postura elaborada três anos antes, que estipulava a cobrança de carregamentos de pedra a todos os moradores da cidade e seu termo que possuíam carroças. Aprovada e reforçada por provimentos de todos os ouvidores que passaram por São Paulo nos anos seguintes, a postura obrigava a que “toda pessoa que tiver carros dêem cada mez uma carrada de pedras para se fazerem as ruas desta cidade”. O almotacé era o responsável por receber os carregamentos e emitir os respectivos recibos aos contribuintes, os quais deveriam ser apresentados na entrada e saída da cidade aos guardas postados nas pontes. Aqueles carreiros que fossem parados nas entradas da cidade e não possuísem o recibo da contribuição estavam sujeitos à pena de 6 mil reis de multa e trinta dias de cadeia.³³²

Entretanto, a frequência com que essa postura foi reformulada e reiterada, demonstra que muitos eram os proprietários de carros que buscavam burlar a contribuição. Nos primeiros anos do século XIX, os camaristas solicitavam quase que anualmente ao governo da capitania a cessão de soldados para guardarem as entradas da cidade e cobrarem dos carreiros os recibos emitidos pelo almotacé.

Com o passar dos anos o número anual de “carradas” cobrado de cada proprietário foi reduzido para oito, e depois para quatro. Ainda assim, a cobrança era considerada bastante onerosa pelos carreiros, que procuravam se eximir da contribuição, inclusive pelos meios legais. É o que se depreende de um requerimento enviado em 1826 à câmara. Por meio deste requerimento, somos informados que no início da imposição, a câmara se utilizava do trabalho dos presos para a extração de pedra nas paragens do Bexiga e Pacaembu, cabendo aos proprietários de carros apenas transportar a pedra para dentro da cidade, o que faziam com o trabalho de menos de um dia. Todavia, com o esgotamento dessas pedreiras, os próprios carreiros passaram a ter que providenciar a retirada de pedra de lugares muito distantes da sede da capitania. Estes argumentavam que eram pobres – “porque a serem abastados lançariam mão de outro negocio” – e que se viam bastante onerados com a cobrança. No entanto, o cerne do requerimento era que, a seu ver, a cobrança estipulada pelos edis era ilegal, uma vez que, segundo o título 26 do livro segundo das Ordenações do Reino, a imposição de tributos sobre

³³² *ACMSP*. v.17. p.243; *Idem*. v.21. p.126-7.

qualquer tipo de comércio ou indústria era uma prerrogativa régia e não do poder municipal.³³³ Não obstante, ouvidores e governadores continuaram a apoiar a câmara nesta matéria, por ser considerada como indispensável ao bem maior da cidade, refletido no apropriado calçamento de suas ruas.

Visando melhorar a arrecadação do tributo, até mesmo uma espécie de emplantamento dos carros que circulavam pela cidade e seu termo foi ensaiado. Após deliberar sobre a melhor forma de se cobrar as carradas de pedra, o concelho do governo ordenou à câmara “numerar todos os carros por uma marca de ferro, e abrir matricula deles em um livro, com declaração de todos os proprietários, que os têm para commercio, ou serviço particular com numero de carradas que deverem”.³³⁴ Mas como a medida se mostrou infrutífera, a cobrança continuou a ser efetuada à moda antiga – pela fiscalização dos recibos emitidos pelo almotacé nas entradas da cidade – até o final do período estudado.³³⁵

Mesmo com as dificuldades enfrentadas na arrecadação, acredita-se que a imposição da cobrança atingiu os fins a que se destinava. Isso porque, aparentemente, com o findar do século XVIII, praticamente todas as ruas da cidade já se encontravam devidamente calçadas com pedras, uma vez que os termos de vereação posteriores falam apenas de reparos a serem feitos, e não de novos calçamentos. Já os primeiros anos do século XIX assistiram ao calçamento nas proximidades das pontes que se lançavam sobre o Anhangabaú, e das ruas na região da igreja de Santa Efigênia, em razão da necessidade de se estabelecer a ligação para com a cidade nova, cujo arruamento começava a ser traçado para além do vale do mesmo córrego. A partir de 1816 surgem referências a vários novos calçamentos: “sobre o rego da agua que se encaminha para o convento da luz na rua da ponte do Lorena”, no “beco que passa junto ao portão do coronel Francisco Xavier dos Santos que finda na mesma ponte de Lorena”, na “rua desde a ponte do Marechal até a porta do Hospital” e nas ruas do Pombal, São João “que vae da ponte do Marechal para a cidade nova”, e do Bexiga.³³⁶

Desde a primeira década de 1820, a edilidade passou a empregar sistematicamente nas obras públicas a mão de obra dos presos, especialmente as referentes ao calçamento das ruas e

³³³ *RGCMSP*. v.19, p.13-9.

³³⁴ *RGCMSP*. v.19, p.91.

³³⁵ Cf. *RGCMSP*. v.19, p.106; p.274-5.

³³⁶ *ACMSP*. v.19. p.215-6; *Idem*. v.22. p.93-4; p.97-8; *RGCMSP*. v.13, p.522-4; *Idem*. v.16. p.74-6; *Idem*. v.19. p.320.

sua limpeza. O Governo Provisório da província suprimiu em 1821 uma revolta iniciada pelo 1º Batalhão do Regimento de Caçadores, estacionado em Santos, que reivindicava o pagamento de soldos atrasados e do aumento que lhes havia sido prometido. Após controlado o motim alguns de seus líderes foram condenados a degredo em África, e outros à pena capital. Os demais envolvidos tiveram a pena de morte comutada em prestação de serviços públicos, como conserto de estradas e extração em minas de ferro. Vinte destes homens foram levados à cidade de São Paulo para cumprirem sua pena a serviço da municipalidade, por terem acompanhado “aos detestáveis cabeças de motim, mortes, e roubos que fizeram na villa de Santos”.³³⁷

A maneira pela qual deveria ser conduzido o trabalho dos “galés” foi estabelecida em detalhes por uma portaria do governo provincial. Os presos trabalhavam do nascer ao pôr do sol, sob a direção de um feitor contratado pela câmara, que deveria ser necessariamente “ágil, trabalhador, robusto, e que tenha luzes do ofício de pedreiro”, e vigiados por um número suficiente de soldados, para que se mantivessem aplicados ao trabalho e apartados do contato social, sob a ameaça de serem açoitados. Tinham direito a vestuário e duas refeições diárias fornecidas pelo governo provincial, sendo sua principal ocupação a implantação e manutenção do calçamento das ruas. Entretanto, poderiam ser aproveitados em todas as demais obras públicas, como a extração de formigueiros e retirada de lixo das ruas.³³⁸ Com efeito, em 1828 a câmara escrevia ao governo provincial prestando informações sobre a utilização que estava a ser feita da mão de obra dos condenados: seis deles se encontravam empregados na limpeza e extração de formigueiros das ruas da cidade nova, cinco consertavam os calçamentos das entradas da cidade e dois trabalhavam no transporte de água para as prisões e quartel, enquanto outros dois se encontravam enfermos e não podiam trabalhar.³³⁹

³³⁷ *ACMSP*. v.22. p.508. PIZA, Antonio de Toledo. Explicação dos acontecimentos que precederam á Bernarda. In: *DIHCSP*. v.1, p.15-27; BEIER, José Rogério. Contribuição de Daniel Pedro Müller para a transição do ensino da engenharia militar para a civil na província de São Paulo (1802-1841). *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 1, p. 377-400, mar. 2015.

³³⁸ *RGCMS*. v.18, p.316-7.

³³⁹ *RGCMS*. v.19, p.466-7.

4.3.3 Escoamento das águas e erosão

O escoamento das águas servidas e da chuva era outro problema que preocupava moradores e oficiais camarários. O local de implantação da cidade - uma plataforma elevada entre dois rios, com declives abruptos em suas extremidades - acentuava o poder erosivo da descida das águas.

Em um primeiro momento, as iniciativas relativas à expedição das águas partiam dos próprios moradores. Um termo de vereança datado de 1738 ilustra bem essa situação. De acordo com o documento, os oficiais foram fazer vistoria em uma rua da cidade, a pedido de Jozé da Sylva Ferrão. O que motivou o requerimento do morador foi um aterro feito na rua por sua vizinha, dona Angela Vieira, que desviava o fluxo das enxurradas nos dias de chuva em direção às casas do requerente. Para evitar o alagamento de sua residência e o comprometimento das paredes de taipa, o senhor Jozé Ferrão também elevou o trecho da rua a frente de sua propriedade. O resultado foi a formação de um verdadeiro açude entre as casas dos dois vizinhos. Após a vistoria, os oficiais determinaram que ambos os moradores desfizessem seus aterros, restabelecendo o escoamento natural das águas.³⁴⁰ Percebe-se por este termo de vereança que a câmara se restringia a exercer o papel de instância mediadora de conflitos vicinais.

Caso semelhante envolveu o recolhimento de Santa Thereza. No ano de 1746, as recolhidas intentavam fazer um pequeno desvio em um riacho que corria próximo à sua propriedade, a fim de fazerem uso de suas águas. Para tanto, assinaram um termo de obrigação com a municipalidade, segundo o qual se comprometiam a “de hoje para todo o sempre a ter cobertos todos os vallados por onde vem a agua para o dito recolhimento, e a reedificar todo o caminho por onde vem a dita agua de sorte que o povo não experimente o mais leve damno”. O termo ainda continha a cláusula de que no caso de faltarem com sua obrigação, as recolhidas seriam privadas da fonte de água e o caminho seria concertado às suas expensas.³⁴¹ Acontece que já no ano seguinte o procurador do concelho relatava aos demais oficiais “que as aguas que descem do rego de Santa Thereza pela estrada geral abaixo têm danificado o dito caminho de sorte que o vae impossibilitando de se poder frequentar com o commodo necessario ao bem

³⁴⁰ *ACMSP*. v.11. p.149-50.

³⁴¹ *ACMSP*. v.12. p.297-8.

commum”.³⁴² Nos anos seguintes as recolhidas seriam notificadas diversas vezes para efetuarem um desvio no curso do riacho, mantendo-o afastado da via pública.

Com o tempo, no entanto, a câmara passou a assumir para si algumas obras de escoamento, como a elevação de terrenos e a abertura de valos para a devida expedição das águas servidas e pluviais. Dos moradores, cobrava-se apenas que não interferissem nos melhoramentos efetuados pela municipalidade e mantivessem desobstruídos os valos públicos. Através de um termo de 1777, é possível perceber que a municipalidade passou a lidar de maneira diferente com o problema: a quinze de novembro daquele ano o almotacé relatava aos demais oficiais

que elle em beneficio da rua que vae de São Francisco e desce pela rua de São Bento abaixo defronte ao açougue tinha mandado dar um desvio ás grandes enchentes de agua que em tempo das chuvas alagam a dita rua de São Bento, e que com este desvio ficava a dita rua mais acomodada por causa das muitas aguas que correm pela dita rua no tempo das chuvas porém que na noite treze do corrente mez de novembro achou o dito desvio tapado sem saber quem foi o transgressor.

Após uma vistoria efetuada no local, os oficiais deliberaram que o almotacé providenciasse novamente as obras necessárias para o desvio das águas em direção ao Anhangabaú, e que se notificassem os moradores da região para que caso o melhoramento implantado pelos edis fosse novamente danificado, os responsáveis seriam multados e encaminhados à prisão.³⁴³

Na década seguinte surge na documentação outra menção a uma intervenção municipal no escoamento das águas, também envolvendo conflitos com um morador. Os oficiais descobriram por meio de testemunhas que o doutor João Moreira da Rocha “foi o aggressor que mandou passar um rego de agua que a Camara passada mandou abrir para a expedição das aguas que arruinam aquelle caminho [...] que se achava o dito caminho feito e capaz de por elle se passar de dia e de noite pelos moradores”. Uma vez obstruída a vala construída pela câmara, que impedia que a água da chuva corresse em direção às vias públicas, o caminho em questão, que consistia em uma das principais entradas da cidade, ao lado do mosteiro do Carmo, voltou a ser danificado pela força da água que corria em direção ao rio Tamanduateí. Os reparos necessários foram feitos pela câmara às custas do dito João Moreira da Rocha.³⁴⁴

³⁴² *ACMSP*. v.12. p.349-50.

³⁴³ *ACMSP*. v.17. p.57-8.

³⁴⁴ *ACMSP*. v.18. p.487-9; p. 494-5; p.507-8.

Com efeito, a região mais problemática era a encosta leste, sobre o rio Tamanduateí, desde os fundos do colégio dos jesuítas – transformado em palácio do governo após a expulsão dos inácianos – e o convento do Carmo. Nessa região o caminho das águas foi responsável pela formação de dois notáveis acidentes na paisagem, que ficaram conhecidos como o buraco do Beco do Colégio e o “buracão do Carmo”.

Em estudo sobre o sítio primitivo da cidade de São Paulo, Reis Filho elaborou uma reconstituição (Figura 10) do percurso das águas da chuva desde o ponto mais alto do “triângulo”, na região da atual Praça João Mendes, até desaguar no rio Tamanduateí, a qual reproduzimos abaixo.



Figura 10. Os caminhos das águas das chuvas e o traçado dos muros. Reproduzido de: REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo. Vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Bank Boston, 2004. p.21.

Nota-se pela figura que um dos pontos por onde as águas encontravam o rio, mais ao norte, situava-se em um local não edificado, e que assim permaneceria por muito tempo, século XIX a fora. Era onde se situava a horta dos jesuítas, que possivelmente escolheram o lugar para aproveitar o curso d’água que ocasionalmente ali se formava. Já os outros dois cursos d’água

chegavam à encosta, e daí ao Tamanduateí, em pontos ocupados por ruas, margeando os quintais de algumas propriedades. Esses pontos situavam-se no Beco do Colégio – ou Beco do Pinto, como ficou conhecido no início do século XIX por ali residir o brigadeiro Joaquim José Pinto –, cuja existência se deve exatamente à necessidade de uma abertura entre as edificações por onde as enxurradas pudessem passar, e no início da Rua de Santa Thereza, em frente ao convento dos Carmelitas.

Pudemos verificar na documentação camarária que esses dois pontos, em especial a voçoroca formada em frente ao convento, demandaram grandes trabalhos e investimentos por parte da municipalidade e do governo da capitania.

No ano de 1765 os “republicanos” foram convocados para, juntamente com os oficiais camarários, discutirem sobre como dar remédio ao buraco causado pelas águas no “beco que vai para o colégio”. De acordo com os homens bons reunidos, a obra de aterramento da encosta deveria ser financiada pelos bens confiscados dos jesuítas após sua expulsão definitiva da colônia em 1760, e que estavam sob a guarda da Fazenda Real. Isso porque antes de serem expulsos, eram os padres que zelavam pela estabilidade do terreno, tendo até construído um paredão de pedra para sua maior sustentação, de modo que a água que vinha das ruas da Sé e da Misericórdia e corria para dentro do quintal do colégio desaguava no Tamanduateí sem causar maiores estragos. Apenas o doutor João de Sampayo Peixoto entendeu que a obra era de responsabilidade da câmara municipal, por envolver uma área maior do que o quintal do colégio, sendo portanto uma obra de utilidade pública.³⁴⁵

A ata da sessão foi enviada ao ouvidor Domingos João Viegas, juntamente com o infausto prenuncio de que caso não se procedesse logo à contenção dos flancos do terreno, o desbarrancamento, que já prejudicava o acesso à igreja do colégio, poderia causar a destruição de várias casas e até da Sé Catedral. O ouvidor instruiu os oficiais a providenciarem o quanto antes o suporte necessário à encosta, sendo a metade dos custos da empreitada arcada pelas rendas municipais, e a outra metade requisitada aos proprietários de edifícios e terrenos contíguos à área cujo deslizamento era iminente “para assim se obviar, e impedir a demolição dos edifícios que podem perigar por falta desta providencia [...] e para assim se não impedirem as servidões públicas”.³⁴⁶

³⁴⁵ *ACMSP*. v.15. p.31-3.

³⁴⁶ *RGCMS*. v.11, p.111-5.

As providências tomadas devem ter contido o efeito erosivo das águas por algum tempo, pois cessam na documentação camarária as referências aos problemas com a encosta até o início da década de 1780.

Apenas em 1782 surgiram novas demandas, desta vez envolvendo o outro ponto de erosão mais acentuada da encosta. Naquele ano foi registrado um requerimento de Antonio José Barbosa de uma porção de terra situada nas proximidades do convento do Carmo, à margem do caminho pelo qual se adentrava na cidade vindo do Rio de Janeiro e dos bairros do Brás e Penha. O requerente se ofereceu para beneficiar esta região tão importante, uma das principais entradas da cidade, comprometendo-se a aterrar o buraco que então se formava, dando a devida expedição às águas da chuva por meio de uma calçada de pedra, para deste modo “evitar a grande ruína que está ameaçando e já em termos de chegar á mesma estrada [...] causado pelas enxurradas que pela dita parada segue”. Sua única condição era a de que os oficiais obrigassem os vizinhos que possuíam portas e janelas voltadas para o terreno em questão as fechassem, garantindo assim a privacidade do requerente.

Os oficiais se mostraram interessados na proposta, pois consideravam bastante necessária uma obra que evitasse a iminente destruição do caminho, bem como de várias casas nas proximidades. Entretanto, os vizinhos cujas propriedades confinavam com o terreno pretendido não se mostraram dispostos a abrir mão de suas portas e janelas, sendo portanto contra a concessão intentada pela câmara. Para resolver o problema, os oficiais expuseram a situação ao governador Francisco da Cunha e Menezes, que ordenou que “sem perda de tempo dêem logo o terreno de que fazem menção ao pretendente Antonio José de Barbosa e que mandem tapar todas as serventias de portão e janellas que acharem sobre a dita terra”.³⁴⁷

No século XIX, novamente o “buracão do Carmo” exigia providências das autoridades. Em 1804 os oficiais receberam uma carta do governador Antonio José da Franca e Horta, a respeito da necessidade de se providenciar o reparo de um profundo boqueirão que se formava na Rua do Carmo, em razão das águas que por ali desciam com grande violência. O governador mencionava o fato de que algumas providências haviam sido tomadas anteriormente, mas que nenhuma delas proporcionou uma solução definitiva ao problema. Propôs então aos oficiais camarários algumas formas de angariar fundos para a execução de uma obra que atalhasse de uma vez por todas os estragos causados pelas enxurradas: a aplicação de um “pequeno e suave

³⁴⁷ *ACMSP*. v.17. p.465-78.

tributo” nas entradas da cidade, bem como a solicitação de contribuições voluntárias aos moradores, sendo a primeira contribuição oferecida pelo próprio governador. É interessante notar o tom consultivo utilizado por Franca e Horta, que ao invés de ordenar a aplicação do imposto, “pondera” com a câmara, e uma vez “Sendo o que proponho ajustado aos sentimentos de VMces. e do público, a quem devem ouvir”, os oficiais deveriam elaborar o plano do tributo e remetê-lo para a sua aprovação.³⁴⁸

O plano elaborado pelos edis previa o estabelecimento de uma cobrança de passagem pelas quatro entradas da cidade, que se davam pelas pontes: a “ponte grande” sobre o Tietê, a sobre o rio Pinheiros, a do Carmo e a do Fonseca, essas últimas sobre Tamanduateí; nas quais foram postados os cobradores acompanhados de soldados para garantir a “paz e socego” da arrecadação. A passagem era cobrada de acordo com o número de animais e carros de boi que transitavam pelas pontes, sendo um imposto sobre a circulação e o comércio: vinte reis por cabeça de animal carregado, dez reis sem carga, quarenta reis por carro com carga e vinte reis pelos que passassem vazios.³⁴⁹

Apesar da autorização concedida pelo governador e pelo ouvidor, os oficiais tiveram ainda o cuidado de escrever uma carta ao rei, através do concelho ultramarino, informando a situação lamentável de tão importante entrada da cidade, as providências tomadas para a arrecadação de fundos para a obra, e pedindo a aprovação régia das medidas adotadas; afinal, reconheciam que a criação de novos tributos não era uma matéria da alçada da câmara municipal, nem mesmo dos ouvidores e governadores, mas uma prerrogativa régia.³⁵⁰

Dois anos depois a obra estaria concluída, mas apesar de finalizados os trabalhos para os quais os impostos originalmente se destinavam, os oficiais decidiram, com autorização do governador e do ouvidor, continuar com a cobrança estabelecida nas pontes, para que também fosse possível promover a reforma das demais entradas da cidade. E ao que tudo indica o aterro e o muro de arrimo implementados segundo o projeto do sargento-mor engenheiro João da Costa Ferreira conferiram grande segurança à região, pois já se planejava a construção de um açougue e um mercado público no local onde outrora havia apenas um enorme barranco.³⁵¹ A 28 de maio de

³⁴⁸ *DIHCSP*. v.55. p.257-8. Uma cópia do mesmo documento consta no volume 13 do Registro Geral da Câmara, às páginas 139-41.

³⁴⁹ *RGCMS*. v.13, p.226; p.232-6; p.266-9).

³⁵⁰ *RGCMS*. v.13, p.266-9.

³⁵¹ *RGCMS*. v.13, p.357-62.

1806 foi arrematada por Manuel da Cunha a obra de construção de dez casinhas e dois açougues para comporem o mercado público na paragem da nova calçada do Carmo, pelo valor de um conto, duzentos e oitenta e sete mil reis, e para financiá-la foi utilizado parte do dinheiro proveniente da cobrança estabelecida nas entradas da cidade. O ouvidor Joaquim Procopio Picão Salgado aprovou a aplicação do dinheiro e não deixou de tecer elogios aos edis pelo “zelo, e actividade com que se empregaram nesta diligencia”.³⁵²

4.3.4. Fontes e chafarizes: o fornecimento de água potável

Além de arcar com os serviços de calçamento das ruas, e com as obras que visavam o melhor escoamento das águas e a redução de seus efeitos erosivos, outro serviço assumido pela municipalidade foi o do fornecimento de água potável à população. Desde a implantação da vila e depois cidade de São Paulo, ao que tudo indica, os moradores coletavam água a partir de fontes naturais nos arredores, ou diretamente dos rios que banhavam a cidade, o Anhangabaú e o Tamanduateí.³⁵³ A construção de fontes que facilitassem a captação de água se daria apenas a partir de meados do século XVIII. Exceção talvez era a fonte do Gaya, que aparece esporadicamente na documentação camarária.

A única referência feita a ela no século XVIII data de 1715, em um provimento no qual o ouvidor D. Simão de Toledo Piza mandava que se providenciasse o conserto da “fonte que chamam do Gaya e alguma mais que se achar que tem serventia para dellas se prover saber em tempo das chuvas e cheias em que a água dos rios são damnosas”.³⁵⁴ De acordo com Maria do Amaral Dick, esta fonte se localizava às margens do Tamanduateí, na paragem da Tabatinguera.³⁵⁵

Nova fonte só seria construída na cidade em meados daquele século. Em 1744 os oficiais camarários, acompanhados do ouvidor e dos demais homens bons, cogitavam estabelecer um

³⁵² *RGCMS*. v.13, p.367-9.

³⁵³ BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953-54. p.279-84.

³⁵⁴ *RGCMS*. v.4, p.168.

³⁵⁵ DICK, Maria Vicentina do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo - 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1997. p.225.

acordo com o guardião do convento de São Francisco para aproveitarem a água que sobrava da fonte que os padres haviam construído em sua propriedade, e construir uma outra fonte fora das terras do convento para o uso da população. O projeto consistia em uma caixa de pedra com dois canos de bronze e suas respectivas pias, e estava orçado em 300 mil reis.³⁵⁶ Entretanto, os oficiais não entraram em um acordo acerca do melhor local para se construir a nova fonte, e o projeto teve que esperar mais alguns anos para sair do papel.³⁵⁷ Apenas catorze anos depois a obra seria iniciada, e a “fonte de São Francisco” frequentemente referida na documentação, em razão da necessidade de constantes reparos.³⁵⁸

Outro local de abastecimento hídrico utilizado pela população e que passa a ser referida na documentação municipal é a fonte do Acu, uma nascente nas proximidades da ponte que recebeu o mesmo nome e que desaguava no Anhangabaú. Não foi possível localizar a ata em que se discute a construção dessa fonte, uma vez que a primeira referência a ela data de seis de setembro de 1770, ocasião em que os edis planejavam a execução de uma vistoria no local, para averiguar se a ruína causada na fonte já existente era culpa de um dos moradores da região, ou se deveria ser consertada às custas do concelho. De acordo com Maria do Amaral Dick, o topônimo Acu poderia significar na língua tupi algo como ‘quentura, calor ardente’, ou ainda ‘água venenosa’.³⁵⁹ Além do que se sugere pela denominação indígena para a localidade, a baixa qualidade da água pode ser inferida por alguns termos de vereança que relatam a formação de charcos e até mesmo o uso pela população como local de descarte de lixo e animais mortos.³⁶⁰

Procurando melhorar a situação do fornecimento de água potável à população, ainda bastante precária, o governador Bernardo José de Lorena ordenou que a câmara municipal providenciasse a construção de um chafariz no Largo da Misericórdia, a ser financiada pelas rendas municipais e doações voluntárias, a primeira delas feita pelo próprio governador. Concluída a obra em 1792, o chafariz da Misericórdia vertia a água que nascia no convento dos Franciscanos, de muito boa qualidade de acordo com a “Analysis” efetuada pelo astrônomo

³⁵⁶ *ACMSP*. v.12. p.17-8.

³⁵⁷ *ACMSP*. v.12. p.78-9.

³⁵⁸ *ACMSP*. v.14. p.166-7.

³⁵⁹ DICK, Maria Vicentina do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo - 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1997. p.41-2.

³⁶⁰ *ACMSP*. v.16. p.206-7. Ver também *ACMSP* v.18. p.378-81.

Bento Sanches Dorta.³⁶¹ De acordo com Lima de Toledo, o projeto desta, que foi a principal fonte de água da cidade até o final do período colonial, foi elaborado pelo brigadeiro João da Costa Ferreira e a execução da obra levada a cabo pelo talentoso pedreiro Tebas, em granito, razão pela qual o chafariz se tornou motivo de admiração em uma cidade composta quase exclusivamente de construções em taipa.³⁶²

Outras fontes são referidas de maneira esporádica na documentação municipal, como o chafariz do Quartel da Legião de Voluntários Reais, que aproveitava as sobras do chafariz da Misericórdia; o Tanque do Zuniga, localizado nas terras do sargento mor Manuel Caetano Zuniga, na cidade nova; e o Chafariz da Ladeira dos Piques, implantado em 1814 em uma das entradas da cidade, cujo projeto se deve ao coronel engenheiro Daniel Pedro Müller. Além do fornecimento de água para os moradores da região, servia para a aguada dos animais e tropeiros que vinham do interior da capitania para a cidade de São Paulo. O chafariz também é referido na documentação como “bacia da pyramide” e “tanque da Praça do Obelisco”, por causa do monumento mandado construir na ocasião de sua inauguração, sendo o Obelisco do Piques o monumento mais antigo da cidade de São Paulo.

Não obstante, ao longo de todo o período contemplado por esta pesquisa, o abastecimento da cidade era considerado um tanto precário, em razão do pequeno volume de água dos córregos que a banhavam, especialmente nos períodos de estiagem. Por esse motivo, desde 1773 a edilidade planejava expandir o ainda embrionário sistema de captação de água da cidade. Naquele ano, os oficiais tomaram formalmente posse das águas do ribeirão Ipiranga, na presença de algumas testemunhas. De acordo com o termo registrado no livro das Atas da câmara, os oficiais

tomaram posse da agua do dito Ribeirão chamado o Piranga para effeito de a conduzirem para a cidade para della se fazerem fontes em utilidade do bem commum, precedendo os prégões do estylo pelo porteiro da mesma Camara João Pedro Ribeiro da Veiga que executou em voz alta e inteligível dizendo posse – posse – posse – que toma a Camara da cidade de São Paulo [...] e notificando-se juntamente os seus vizinhos a ver

³⁶¹ Em 1791 o governador Bernardo José de Lorena ordenou a análise da qualidade da água que se planejava canalizar, uma vez que “O chafariz q.^e está principiado a construir-se nesta cid.^e seria prejudicial se a agua q.^e se intenta fazer vir a elle, não fosse izenta das péssimas qualidades de q.^e m.^{tas} se achão impregnadas”. *DIHCSP*. v.46. p.125.

³⁶² TOLEDO, Benedito Lima de. O triângulo e a configuração de suas ruas e largos. In: TOLEDO, Benedito Lima de. *Cadernos de fotografia brasileira - São Paulo, 450 anos, 2ª ed.*, Rio de Janeiro. Instituto Moreira Salles, 2004. p.367.

se tinham cousa que encontrasse a dita posse, que são Bento Monteiro e José de Camargo, e responderem que nenhuma duvida tinham, á vista do que tendo-se procedido todos os requisitos da lei tomaram a dita posse mencionada.³⁶³

Nos períodos de seca os edis se lembravam da necessidade de explorar novas fontes hídricas, como transparece em uma carta enviada ao ouvidor Joaquim Picão Salgado em 1806, na qual os oficiais declaravam estar cientes de que a água até então aproveitada pela municipalidade, “não basta para a povoação presente, e muito menos bastará para a futura” e que concentravam seus esforços em “descobrir o meio de fertilizar a cidade do elemento mais necessario e indispensavel ao homem, qual é a agua”. Na opinião dos edis, a solução mais satisfatória seria a captação da água do Ipiranga, apesar de demandar grandes despesas. Pediram então autorização ao ouvidor para financiarem com as rendas municipais alguns estudos acerca da melhor maneira de se efetuar a captação e elaborarem um orçamento da obra.³⁶⁴ Mas em razão dos grandes investimentos financeiros e técnicos necessários à empreitada, a adução das águas do Ipiranga foi repetidamente postergada para “logo que se proporcionarem meios”, de modo que em todo o período estudado nada de muito concreto foi realizado nesse sentido.³⁶⁵

Como opção à condução das águas do Ipiranga, surgiu a ideia da captação a ser feita no córrego Cambuci, mais próximo do núcleo urbanizado. A vinte e oito de novembro de 1812, os oficiais enviaram ao governador Luís Teles Caminha e Menezes, o Marquês de Alegrete, uma carta na qual informavam ter tomado a decisão de captar a água do córrego para o abastecimento da cidade e rogavam a liberação de verbas provenientes do cofre da contribuição dos caminhos. Tendo em vista a necessidade da obra, o governador não só ordenou ao tesoureiro do cofre a liberação de oitocentos mil reis para serem aplicados na condução da água, como indicou o sargento mor Frederico Luiz Guilherme Wernhagem como engenheiro diretor da obra, e mais sessenta soldados da Legião para trabalharem sob a supervisão do capitão Felisberto Joaquim de Oliveira Cesar. Isso sem falar na doação no valor de cinquenta mil reis feita pela própria marquesa de Alegrete, esposa do governador.³⁶⁶ Sabe-se que dois anos depois os trabalhos

³⁶³ *ACMSP*. v.16. p.235-6.

³⁶⁴ *RGCMSP*. v.13, p.381-4.

³⁶⁵ *ACMSP*. v.21. p.204.

³⁶⁶ *RGCMSP*. v.14, p.464-7.

estavam em andamento³⁶⁷, mas como a documentação camarária não faz mais nenhuma menção ao assunto é possível inferir que a obra não chegou a ser concluída.

4.4. Abertura de novas ruas e as preocupações concernentes ao alinhamento

Até aqui, pudemos observar a maneira pela qual a câmara municipal de São Paulo lidou com a questão da limpeza e calçamento das ruas, visando o estabelecimento de condições mínimas de salubridade e transitabilidade no interior da cidade, bem como com os problemas advindos da necessidade de providenciar o devido escoamento às águas da chuva e o fornecimento de água potável à população. Vimos também como, por meio de editais, posturas e a fiscalização exercida principalmente pelos almotacés, a edilidade procurou ajustar a configuração da urbe a um determinado modelo de cidade tido como desejável: as ruas deveriam ser mantidas livres de matos, lixo e águas estagnadas; as construções mantidas em bom estado de conservação, evitando-se os prédios em ruínas; a construção de novas casas e edificações era sempre bem vista, pois contribuía com o “augmento e luzimento da cidade e república”. Entretanto, além desses aspectos contemplados, um outro começa a ganhar cada vez mais força conforme nos aproximamos da passagem para o século XIX. Aos poucos, nota-se na documentação o emergir das preocupações relativas ao alinhamento das ruas.

Sabe-se que no século XVII a câmara municipal contou com pelo menos um funcionário “arrumador de terras”. Tratava-se de Pêro Roiz Guerreiro, homem do mar, experiente no uso da bússola e, portanto, o mais qualificado na vila à época para o trabalho de estabelecer rumos e efetuar a demarcação de terrenos e do arruamento. As atas seiscentistas registram também a primeira decisão municipal no sentido de promover a desapropriação de um terreno particular, visando a remodelação de um espaço público, no caso, o alargamento da praça da Sé.

Resolveu a câmara se avaliassem os chãos de Francisco João e se lhos desapropriassem e pagassem ‘pera ai ficar a vila mais enobrecida e a praça della e que ficasse por assento que qualquer daquelas casas da mesma carreira que cahisse e se derrubasse se não levantasse mais’.³⁶⁸

³⁶⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p.246.

³⁶⁸ TAUNAY, A. d’E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1953. p.89.

Não obstante, até meados do século XVIII a intenção de estabelecer ou manter o alinhamento das ruas e demais logradouros era ainda bastante precária e esporádica. A primeira recomendação nesse sentido encontrada na documentação camarária referente àquela centúria data do ano de 1747, ocasião em que o padre Francisco Alveres Calheiros, que estava a construir algumas casas, assinou um termo se comprometendo a “endireitar a rua que vem de Santa Thereza ao collegio sem arredar para fora das outras cousa alguma”.³⁶⁹ Mas na maioria dos casos, bastava que os moradores mantivessem as ruas transitáveis, garantindo assim as servidões de passagem. A título de exemplo, em 1753 o morador Domingos da Costa enviou uma petição à câmara pedindo autorização para manter fechado um caminho que passava junto de seu quintal. O despacho dos oficiais foi de que dentro de 24 horas ele mandasse abrir de novo o caminho, sob pena de 6 mil reis de multa. Alguns dias depois a câmara o mandava prender por não ter reaberto “um caminho que havia tapado por ser publico de passagem e servidão do povo”.³⁷⁰

Entretanto, nesse mesmo ano a necessidade de zelar pelo alinhamento das ruas se faria sentir de maneira mais significativa: o procurador Lopo dos Santos Serra requereu que “por evitar os inconvenientes das ruas, becos, que deviam ser direitas nesta cidade estão todas sem ordem por falta de haver um official arruador, e porque se continuam a fazer casas na mesma forma” se nomeasse “um official capaz para arruador, ao qual encarregassem a occupação de ir assistir a todas as obras novas edificadas dentro desta cidade, assim casas como quintaes, fazendo tudo por corda assim das faces da rua como de quintaes e bens”. O nomeado para exercer o cargo foi Francisco Gomes Tavares, official de carpinteiro, e na sequência os edis publicaram um edital estabelecendo que “nenhuma pessoa dos moradores poderá fazer obras novas nem levantar muros cahidos sem assistencia medição e aprovação do arruador com pena de seis mil réis de condemnação e vinte dias de cadeia”.³⁷¹ A partir daquele ano passaram a ser frequentes as nomeações para “medidor piloto e arruador” do concelho, e surgem alguns registros de vistorias efetuadas por esse profissional em obras de particulares, bem como notificações para embargo daquelas que desrespeitavam os alinhamentos estabelecidos. Assim, a câmara começava a

³⁶⁹ *ACMSP*. v.12. p.352-3.

³⁷⁰ *ACMSP*. v.13. p.416-7; p.424-5.

³⁷¹ *ACMSP*. v.13. p.429-31.

organizar de maneira bastante sistemática o arruamento já existente na cidade, sempre que um morador buscava construir uma nova edificação ou reformar as já existentes.

Esse tipo de vistoria e embargo se torna muito mais comum na passagem para o século XIX e começa a surgir na documentação uma argumentação um tanto elucidativa das características que se visava incorporar à cidade: em 1811 a câmara fez uma vistoria na cidade nova por ter sido informada que algumas taipas estavam “tomando as ruas que foram demarcadas, e isto com damno da *formozura*, e *prospecto* da mesma cidade, da *comodidade publica*”.³⁷² No ano seguinte foram embargadas duas obras na rua do Pombal, também na cidade nova, por não “guardar alinhamento nem a *boa ordem do prospecto*, em cujas obras vem a *deformidar* a mesma rua, e a trazer para o futuro quando a Camara quiser fazer um arruamento regular, grave prejuízo à mesma Camara”. Seria feita uma vistoria para se determinar “o que for mais a *bem da formosura* da cidade e *causa publica*”.³⁷³ Nota-se, portanto, a partir do início do século XIX o surgimento na cidade de São Paulo de uma associação quase que direta entre o perfeito alinhamento das ruas e as noções de “formosura” e boa aparência das ruas, indispensável ao que se considerava como o bem comum, ou a causa pública.

No ano de 1810, essa concepção que se desenhava acerca do melhor delineamento das ruas foi estendida para além da sede do município, por meio de um edital destinado a todas as freguesias do termo:

Outrosim fazemos saber aos moradores das mesmas, que sendo constante a deformidade em que ficam as povoações logo em seus princípios por falta de uma polícia que o regule. Mandamos que ninguém possa levantar edificio algum da qualidade que seja sem licença nossa, e quando algum obre o contrário, o vintenário embargará e nos fará participantes; não sendo o fim deste Senado o embaraçar o aumento da povoação, nem exigir custas desta diligencia; mas sim evitar a deformidade, e disparidade que costumam seguir nos arruamentos das ditas freguezias.³⁷⁴

A preocupação com o alinhamento e o emprego do funcionário municipal responsável fez-se sentir também na abertura de novas ruas. Foi aberta em 1784 uma nova ligação entre a cidade e o convento da Luz, que encurtava consideravelmente o único caminho até então disponível. A nova rua – conhecida à época como rua do Miguel Carlos, atual Florêncio de Abreu – foi uma iniciativa dos

³⁷² *ACMSP*. v.21. p.229-31.

³⁷³ *ACMSP*. v.21. p.332-3.

³⁷⁴ *RGCMS*. v.14, p.230-1.

padres beneditinos e todas as despesas foram arcadas pelo mosteiro. Entretanto, para poderem abrir o arruamento que margeava os muros do cenóbio “em atenção á utilidade publica, e do dito seu mosteiro”, tiveram que requerer uma licença à câmara e respeitar o alinhamento estabelecido pelos oficiais.³⁷⁵ Da mesma forma, quando o padre prior do convento do Carmo desejava abrir uma pequena travessa nos fundos do convento para serventia dos recolhidos e dos moradores das casas vizinhas, reconheceu que “não o pode fazer sem licença do mesmo Senado”, motivo pelo qual escreveu um pedido formal aos edis para que estes autorizassem a empreitada e enviassem o arruador do concelho para fixar as balizas necessárias e determinar o arruamento. Os oficiais concederam a licença requerida e encarregaram o arruador, em companhia do almotacé e do escrivão, de estabelecer o alinhamento a ser seguido.³⁷⁶

Além de regular de maneira mais estrita o alinhamento das ruas em ocasião de novas construções e na abertura de novos arruamentos, a câmara passou a promover a desapropriação de porções de terrenos e até de prédios inteiros, visando estabelecer, mesmo nas áreas de ocupação mais antiga, as noções estéticas que ganhavam importância.

Em 1810, o responsável pela reforma da ponte do Marechal reportava à câmara a necessidade de se derrubar umas “taipas” e se tomar uns “chãos rústicos” para alargar o beco entre a ponte e a rua de São Bento, “visto ser em benefício público, e formoseação da cidade e uma precisa e necessária serventia”. Os oficiais procederam à desapropriação do terreno necessário ao alargamento do beco e lembraram ser a via “uma das principaes por onde diariamente transitam coches, carros e tropas, e pela sua estreiteza está sempre fazendo damno á mesma ponte”.³⁷⁷ Três anos depois, a câmara fez vistoria em uma casinha de palha contígua a uma praça na cidade nova “a qual por estar fora do alinhamento e causar grande deformidade a mesma praça tinha sido mandada demolir”.³⁷⁸ Após uma vistoria semelhante, já no ano de 1821, os oficiais fizeram “notificar por um mandado desta Camara a Fernando Antonio da Silva para despejar as casas em que mora, que esta Camara precisa para o novo arruamento na rua do Pombal, cuja casa esta Camara manda avaliar, e satisfazer o seu justo preço pelo que fôr avaliada, tudo para beneficio publico”.³⁷⁹ No ano seguinte os edis negociaram com D. Caetana de Toledo

³⁷⁵ *ACMSP*. v.18. p.140-4.

³⁷⁶ *RGCMS*P. v.13, p.103-4.

³⁷⁷ *RGCMS*P. v.14, p.224-7.

³⁷⁸ *ACMSP*. v.21. p.401-2.

³⁷⁹ *ACMSP*. v.22. p.504.

Lara a compra de suas casas “na esquina da travessa do Collegio para a rua do Rosario, e que se pretendem comprar para melhor se arruar esta ultima rua”³⁸⁰ e em 1823 indeferiram um pedido da irmandade do Santíssimo Sacramento sobre o fechamento de um beco “pois que antes parece ser justo, e util que se abra o arruamento da rua da Esperança té o pateo da Sé o que este Senado no presente caso não póde fazer por ser preciso demolir-se duas propriedades, e os seus reditos acharem-se applicados para outras obras de maior urgência”. Dois anos depois a câmara cumpriria com seu intento, pois consta na documentação o pagamento de 50 mil reis à mesma irmandade “pela abertura da rua da Esperança ate se sahir ao pateo da Sé”. Logo em seguida foram convocados dois carpinteiros, dois pedreiros, o almotacé e um engenheiro para tirar o alinhamento do trecho de rua recém aberto.³⁸¹ Muitos outros exemplos de desapropriações promovidas pelo Senado poderiam ser citados, e em todos eles transparece a intenção de promover o alargamento e alinhamento das ruas, bem como a eliminação gradativa dos becos, cada vez mais mal vistos pela municipalidade.

Ao mesmo tempo em que a preocupação em exercer um maior controle sobre a configuração do arruamento ganhava força, passou-se sentir a necessidade de estabelecer um planejamento para a abertura de novas ruas, uma vez que a alteração do traçado das já existentes se mostrava deveras trabalhoso. Bastante expressiva nesse sentido é uma carta enviada pela câmara ao governador Bernardo José de Lorena em 1789 na qual os oficiais lamentavam a inexistência de um “plano regular” para a cidade e informavam que haviam interrompido a abertura de uma rua nova em função de uma série de reclamações de moradores sobre seu alinhamento. Na mesma carta os oficiais pediram ao governador “mandar pelos Officiaes Ingenheiros alinhar aquela rua, e ainda as mais q.^e tiverem remedio, com rectidão, e largura competente a comodidade dos seus habitantes”.³⁸²

Três anos depois o mesmo governador remeteria à câmara uma carta em que fazia considerações sobre a situação do arruamento da cidade:

Hé tão grande a irregularidade, que se encontra, em quazi todas as ruas desta Cidade, que não pode ter emenda sem a destruir, ainda p.^a se formar hum Projecto p.^a a continuação de novas ruas, com Arte hé bastantemente difficultozo, por ser a mesma Cidade huma Peninsula formada pelo Rio, e por hum Ribeyrão, que corre em hum

³⁸⁰ *RGCMSP*. v.14, p.360-5; p.368-9; 372-4; 377-8.

³⁸¹ *ACMSP*. v.23. p.87-8; p.308-9.

³⁸² *DIHCSP*. v.45, p.338

Pantanal, certamente muito nocivo á Saude do Povo, sendo o outro lado, hum Terreno montuoso, e dezigual.³⁸³

Na carta, o governador dizia ter enviado um “Plano Topographico” destinado a guiar a expansão da cidade. Esse plano não foi localizado, e a bibliografia por nós consultada o dá como perdido, mas o importante é que a partir de então a expansão da cidade passaria a obedecer a um plano pré-estabelecido, conforme se pode observar na abertura das ruas da cidade nova na década seguinte.

A Planta da Cidade de São Paulo, levantada pelo engenheiro José Rufino Felizardo e Costa em 1810 (Ver Figura 4), apresenta várias ruas já delineadas entre o vale do Anhangabaú e o atual Largo do Arouche. Essa demarcação, efetuada em 1808 pelo próprio coronel José Arouche de Toledo Rendon em suas terras caídas em comisso, viria a guiar a ocupação da porção oeste da cidade até a metade do século XIX. A concessão de chãos de terra na cidade passou a ser condicionada pela existência prévia do arruamento, como sugere um ofício de 1826 ao mesmo José Arouche:

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor – Tendo requerido vários cidadãos cartas de data de alguns terrenos existentes na Cidade Nova [...] encarregamos a Vossa Excellencia a direcção dessas aberturas, e alinhamentos na fôrma determinada em audiência geral de 1807 e 1808; e determinando ao arruador do Conselho, por onde deve tirar as ditas ruas e linhas [...] devendo outrosim ficarem demarcados com marcos grandes na fôrma estabelecida.³⁸⁴

Percebe-se então, como a preocupação com o alinhamento das ruas surgiu com mais força na cidade de São Paulo apenas no final do século XVIII e início do XIX. A partir de então, essa preocupação passou a ser encarada pelo poder municipal, em conjunto com o governo da capitania, por meio de uma serie de medidas e dispositivos: a constante fiscalização e o embargo de obras que não respeitassem as demarcações estabelecidas pelos funcionários municipais; a desapropriação de edifícios e terrenos visando o alargamento e melhor conformação de ruas e largos; e a elaboração de uma espécie de plano diretor, que guiou a abertura dos novos arruamentos da cidade nova, tornando-se a demarcação e alinhamento prévio das ruas uma condicionante para a construção de novos edifícios. Assim, com a assistência do governo

³⁸³ *DIHCSP*. v.46, p.165.

³⁸⁴ *RGCMSP*. v.18, p.420.

provincial e dos engenheiros radicados em São Paulo e a serviço do governo, o poder municipal tornou-se apto a organizar e controlar o crescimento da cidade nos primeiros anos do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa surgiu da impressão de que as obras clássicas sobre a cidade colonial deixavam de contemplar alguns elementos importantes para a compreensão do desenvolvimento de nossas urbes. A partir da leitura de trabalhos mais recentes e específicos, pudemos intuir o importante papel desempenhado pelas câmaras municipais nesse processo, o que nos motivou a empreender uma pesquisa sobre o tema tendo como foco a cidade de São Paulo e sua câmara municipal.

A tese de doutoramento do historiador Magnus de Mello Pereira forneceu a base teórica que nos permitiu entender a cidade como um lugar dotado de um corpo político – a câmara municipal – e de direitos e atribuições específicas no interior de uma sociedade marcada justamente pela coexistência de diversos polos de poder. Tomando como base o direito historicamente adquirido pelas municipalidades de gerir os aspectos mais importantes da vida no ambiente citadino – relativos ao construtivo, ao sanitário e ao mercado, conforme identificado por Pereira – pudemos efetuar a leitura e análise de vasto material documental e verificar quais foram as principais linhas de ação da câmara de São Paulo sobre o espaço da cidade.

A análise da documentação concelhia nos permitiu identificar os esforços da municipalidade no sentido de delimitar a sua área de jurisdição em relação às vilas vizinhas, requerendo em 1660 um documento assinado pelo rei D. Afonso VI, o qual garantia ao município um termo de 6 léguas para cada lado a partir do centro da vila. Esse documento foi cuidadosamente preservado pelos edis, tendo sido necessária a sua utilização pelo menos uma vez no século seguinte, a fim de preservar a integridade do termo de São Paulo de uma possível usurpação por parte dos oficiais da câmara municipal de Mogi das Cruzes. De maneira semelhante, os oficiais paulistanos buscaram junto ao donatário da capitania, e depois à Coroa portuguesa, a concessão de uma sesmaria para servir de rossio e patrimônio da câmara. A primeira concessão foi efetuada na década de 1570 por Pedro Colaço, lugar tenente de Martim Afonso de Sousa, donatário da capitania de São Vicente, medindo “cinco tiros de besta ao derredor da vila”.

Ao comparar a situação do rossio paulistano, contemplada em nossas fontes, com o que foi identificado por outros historiadores acerca do rossio de outras vilas e cidades coloniais, percebemos que enquanto algumas cartas de concessão estabeleciam uma diferenciação entre as

áreas que deveriam ser reservadas para o uso comum – destinadas a pequenas hortas de subsistência e pasto para animais –, as áreas que consistiriam em um patrimônio a ser desfrutado pela câmara municipal para a obtenção de receita, e uma área destinada à expansão do arruamento a ser distribuída pela municipalidade de maneira gratuita, no caso de São Paulo, a concessão não estabelecia divisão alguma, de modo que a definição das áreas mais apropriadas a determinados fins, foi sendo efetuada pela própria municipalidade conforme esta se mostrou necessária.

Uma vez que, conforme sugere a documentação por nós analisada, o documento que oficializava a concessão se perdeu nos arquivos municipais, nos primeiros anos do século XVIII o ouvidor Luís Peleja suspendeu o direito de aforamento de terras pela câmara, alegando ser ilegal a sua posse sobre o rossio. Nova concessão foi feita em 1724 e a demarcação definitiva ocorreu apenas em 1765. A partir desse momento, pudemos verificar uma ação cada vez mais cuidadosa no sentido de controlar a ocupação predial da cidade, através da fiscalização e embargo das obras de particulares que não cumpriam com as exigências estipuladas pela câmara. Ao definir quais áreas mais adequadas para a construção de casas ou chácaras, resguardando assim outras áreas que deveriam ser mantidas para o uso comum – pasto para tropeiros e moradores dos bairros vizinhos que traziam mantimentos, na paragem da Luz; a paragem da Tabatinguera, para retirada de material construtivo; as várzeas dos rios para aguada, lavagem de roupas e banhos – bem como fiscalizando as obras a fim de evitar que os moradores invadissem as terras alheias ou os espaços reservados para as ruas, caminhos e o acesso aos córregos, a câmara municipal exercia uma de suas três principais atribuições, relativa à agenda do construtivo.

Analizamos também outras atividades da câmara municipal que dizem respeito à agenda do construtivo, e ao mesmo tempo, à do mercado: a construção e manutenção das pontes e caminhos, os quais possibilitavam o contato da cidade com seus arredores imediatos e com outros pontos do continente e do litoral, permitiam o abastecimento da cidade com os alimentos produzidos nas freguesias vizinhas e viabilizavam o comércio com outras regiões.

Nos primeiros anos do século XVIII, as obras eram efetuadas pelos próprios moradores e proprietários de sesmarias nos entornos rurais, sob as ordens da câmara e a supervisão de cabos indicados para arregimentar os trabalhadores. Conforme surgiu a necessidade de obras mais duradouras, que dessem conta do fluxo cada vez maior de tropeiros pela região, a municipalidade passou a contratar profissionais especializados para a construção de pontes, passando a ser

responsabilidade dos cabos não mais organizar o trabalho dos moradores, mas sim arrecadar o dinheiro necessário para o pagamento dos contratados.

Constatamos que algumas das pontes mais próximas da cidade eram custeadas pelas rendas da própria câmara municipal. Eram elas a Ponte do Carmo, Ponte da Tabatinguera, Ponte do Marechal (também referida como Anhangabaú de baixo ou Acú) e Ponte do Lorena (também referida como Anhangabaú de cima ou Aniceto). Essas pontes serviram também por muitos anos como os marcos que estabeleciam, na consciência dos paulistanos, os limites entre o dentro e o fora da cidade.

Conforme o avanço do século XVIII e início do XIX, as atribuições da câmara municipal relativas às pontes e estradas foram sendo cada vez mais absorvidas pela instância do governo da capitania, e depois de 1821, da província. A necessidade de aprimoramento do sistema de comunicações, tendo em vista principalmente a melhoria das condições de exportação de açúcar e o transporte de material bélico, fez com que os governadores se engajassem cada vez mais nessas atividades, tendo assumido a responsabilidade de maneira quase definitiva com a criação do cargo de Inspetor Geral das Estradas, na pessoa do coronel Daniel Pedro Müller.

Analizamos também a ação camarária relativa aos aspectos construtivos, sanitários e de mercado no interior da área mais densamente ocupada. Através da expedição de mandos e elaboração de posturas, a câmara organizou o espaço da cidade visando a manutenção das ruas em plenas condições de uso, e buscando extirpar os elementos que eram considerados como indesejáveis no quadro urbano, tais como mato, animais, lixo e prédios em ruínas. A fiscalização do cumprimento das normas municipais era efetuada pelo almotacel, funcionário responsável por fazer correições pela cidade verificando as condições de salubridade e asseio de ruas e construções, bem como regulamentar as relações de mercado por meio do tabelamento de preços dos produtos e aferimento de pesos e medidas. As multas impostas por esse funcionário àqueles que desrespeitavam as normas municipais era uma forma de pressionar os moradores a manter uma determinada ordem urbana tida como desejável.

Constatamos ainda que, a partir de meados do século XVIII, a câmara municipal além de exercer um papel legislador e fiscalizador da ordem urbana a ser implantada, passou a assumir a função de prestadora de serviços à cidade. Analizamos então de maneira mais aprofundada como se deu a implantação dos principais prédios públicos, o calçamento das ruas, obras visando o melhor escoamento das águas servidas e da chuva, e a implantação de fontes e chafarizes.

Por fim, identificamos o surgimento das preocupações concernentes ao alinhamento das ruas, de maneira ainda tímida desde que passou a ser frequente a nomeação de funcionários especificamente responsáveis por observar todas as novas obras de particulares e garantir que estas respeitassem o alinhamento estabelecido para as ruas. Medidas mais agudas nesse sentido foram tomadas a partir dos primeiros anos do século XIX, mediante a expropriação de terrenos e imóveis visando o alargamento e maior alinhamento das ruas, bem como a eliminação dos becos. A culminância desse processo no período estudado, a nosso ver, foi a expansão do arruamento da cidade para além do vale do Anhangabaú, a qual seguiu um projeto prévio que estabelecia os alinhamentos a serem seguidos durante a abertura das novas ruas.

Com o trabalho realizado nesta pesquisa, esperamos ter evidenciado como a ação diária da câmara municipal de São Paulo, expedindo mandados e posturas, efetuando a fiscalização das normas por ela estabelecidas, multando os infratores, provendo a cidade e seus entornos imediatos de uma série de serviços e dialogando com as demais instâncias administrativas, desempenhou um papel de veras importante na produção e organização do espaço urbano paulistano no período colonial.

FONTES

Actas da câmara municipal de São Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga. Volumes 8 ao 24.

“Carta de Doação de 20 de janeiro de 1535 a Martim Afonso de Sousa”. In: SOUSA, Washington Luís de. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

“Carta de doação de 12 de março de 1537”. (Foral de Olinda) Disponível em: <<http://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/historia/foral-de-olinda#.Vfw4st9Viko>>. Acesso em: 18 de set. de 2015.

Codigo Philipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal. Rio de Janeiro: Typographia do instituto philomathico, 1870. Livro 1º.

Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Digitalização realizada pela Biblioteca Digital Unesp. Volumes 1 ao 95. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>>

“Petição porque os oficiais da câmara de S.Paulo pediram aos conventos daquela vila certidão sobre o capão do capitão mór Pedro Taques de Almeida”. In: ENNES, Ernesto. Pedro Taques de Almeida e as terras do Concelho ou rossio da vila de São Paulo (1709). *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 84.

“Regimento que levou Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil”. In: TAPAJÓS, Vicente. A política administrativa de D. João III. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

Registro geral da câmara municipal de S. Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. Volumes 4 ao 19.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, Dauril. **Royal government in colonial Brazil**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1968.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e Cidades do Brasil colonial**: Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. Boletim da FFCL n. 208, Geografia n. 11. São Paulo, 1956.
- BARROS, Gilberto Leite de. **A cidade e o planalto**. Processo de dominância da cidade de São Paulo. São Paulo: Martins, 1967. 2v.
- BEIER, José Rogério. A contribuição de Daniel Pedro Müller para a transição do ensino da engenharia militar para a civil na província de São Paulo (1802-1841). **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 1, p. 377-400, mar. 2015.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). Secretaria de Estado da cultura: São Paulo, 1979.
- BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v.18, n.36, 1998, pp.251-280.
- BICALHO, Maria Fernanda B. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BICALHO, Maria Fernanda. História e memória da colonização portuguesa: o acervo do Centro de Referência Luso-Brasileira e novas perspectivas historiográficas sobre a História Colonial. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.40, p.283-302, 2008.
- BICALHO, Maria Fernanda B.; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**, nº23, 2000. pp.67-88.
- BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial. (1711-1765)**. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BOSCHI, Caio C. Colonialismo, poder e urbanização no Brasil setecentista. In: **Anais do I Colóquio de estudos históricos Brasil-Portugal**. Belo Horizonte: PUC/MG, 1994. v.1. pp.101-106.

BOXER, C. R. **O Império Colonial Português** (1415-1825). Lisboa, Edições 70, 1969.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953-54.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Caminhos da história da urbanização no Brasil colônia. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.20, n.1, p. 11-40, jan.- jun. 2012.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.17, n.2, Dec. 2009.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O velho tecido urbano de São Paulo. Proprietários e 'mercado imobiliário' rentista em 1809. **Varia História**, nº32. Julho, 2004. pp.123-143.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1.p. 59-97. jan. - jun. 2005.

CAMARINHAS, Nuno. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). **Almanack braziliense**, nº09. pp.84-102. maio de 2009.

CAMPOS, Cândido Malta. Acrópole introvertida: São Paulo e sua colina histórica. In: **Anais do IX SHCU - Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo: FAUUSP, 2006. v. 1. p. 1-20.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **As dinâmicas político-administrativas de uma comunidade periférica no sul da América Portuguesa**: A ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750. 2013. 355f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História Santa Catarina.

CARVALHO, J. L. Distrito, Rossio, Patrimônio, Logradouros e Datas: Ordenação e Civilização do Território nas Vilas Pombalinas do Bispado de Pernambuco. **XIII Encontro Nacional da ANPUR**, 2009.

CAVACANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista**. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo - 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1997.

ENNES, Ernesto. Estudos sobre história do Brasil. **Brasiliana**. Série 5, v.252, 1947.

ENNES, Ernesto. Pedro Taques de Almeida e as terras do Concelho ou rossio da vila de São Paulo (1709). **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v. 84.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato brasileiro. 3.ed. São Paulo, SP: Globo, 2001

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos planejados do século XVIII. **RUA**, Salvador, ano 1, n.1, 1998. p.89-114.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei**. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Urbs e civitas: a Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. n. Sér. v.20. n.1. p. 77-108 jan.- jun. 2012.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei**. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. As Câmaras Municipais e o Poder Local: Vila Rica - Um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa. **Tempo**, Niterói, v.14, n.27, 2009. p.12.

GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007.

GOUVEA, Maria de Fátima Silva. Poder, Autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ca. 1780-1820. **Tempo**, Niterói, nº 13 Vol. 7 - Jul. 2002.

HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. São Paulo, UNESP, 2001. pp.131 e ss.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan** – Instituições e poder político em Portugal – séc.XVII. Lisboa, Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. **Almanack braziliense**, nº5, pp.55-66. maio de 2007.

HESPANHA, António Manuel. O debate acerca do “Estado Moderno”. In: TENGARRINHA, José (coord.). **A historiografia portuguesa, hoje**. São Paulo: Hucitec, 1999. p.140 e ss.

HESPANHA, António Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

DELSON, Roberta Marx. **New Towns for Colonial Brazil**: Spatial and social planning of the eighteenth century. Department of Geography, Syracuse University, 1979.

LOBO, Manuel Leal da Costa; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo (Org). **Urbanismo de colina:** uma tradição luso-brasileira. São Paulo: Editora Mackenzie, 2012.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo:** povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. São Paulo: EDUSP, 2014.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira.** São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1990.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil:** terra de quem? São Paulo: Nobel, 1991.

MARX, Murillo. **Nosso chão.** Do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 2003.

MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822).** 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORSE, Richard. Formação histórica de São Paulo: **Da comunidade à metrópole.** São Paulo, DEL, 1970. Edição revista e ampliada da obra De Comunidade à Metrópole. Biografia de São Paulo. São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). **Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX:** Memórias, Depoimentos, Evocações. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MOURA, Denise A. Soares de. Região, Relações de Poder e Circuitos Mercantis em São Paulo (1765-1822). **Sæculum** n° 14 - jan./ jun. 2006. p.39-56.

NICOLAZZI JR, N. F. O almotacé na Curitiba colonial (1718-1828). In: _____; PEREIRA, Magnus R. de M. (Orgs). **Audiências e correições dos almotacés (Curitiba, 1737 a 1828).** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. (Série Monumenta).

NOZOE, N. H.. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2005, Natal. **Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia. Belos Horizonte:** ANPEC, 2005. v. CD-Rom.

PEGORARO, Jonas Wilson. **Zelo pelo serviço real:** ações de Ouvidores Régios nas Comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII). 2015. 247f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o podre:** duas agendas da cidade de origem portuguesa nas cidades medieval e moderna. 1998. 2v.(572f.). Tese(doutorado) - Universidade Federal do Paraná.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Almuthasib: considerações sobre o direito de almotacaria nas cidades de Portugal e suas colônias. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 365-395, 2001.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O direito de almotacaria. In:_____; NICOLAZZI JR, N. F. (Orgs). **Audiências e correições dos almotacés** (Curitiba, 1737 a 1828). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. (Série Monumenta).

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **O poder local e a cidade: a Câmara municipal de Curitiba, séculos XVII a XX**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrihadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2000.

PIZA, Antonio de Toledo. **Explicação dos acontecimentos que precederam á Bernarda**. In: *DIHCSP*. v.1, p.15-27;

PORTO, José Costa. **O sistema sesmarial no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1965.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Cidade de São Paulo: geografia e história**. In:_____. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1953. p.316.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500/1720)**. São Paulo: Pioneira EDUSP, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo. Vila, cidade, metrópole**. São Paulo: Bank Boston, 2004.

RIBEIRO, Mônica da Silva. Divisão governativa do Estado do Brasil e a Repartição do Sul. In: **XII Encontro Regional de História**. ANPUH-Rio, 2006. Usos do passado. Niterói, 2006.

ROSSA, Walter. **A urbe e o traço**. Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina, 2002.

ROSSA, Walter; CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata. (Org). **Colóquio internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822**. Lisboa: CNCDP, 2001.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. **Revista de História**, São Paulo, v. LV, n. 109, ano XXVIII, p. 25-79, 1977.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Trad. de Regina Regis Junqueira. Apresent. de Mário Guimarães Ferri. São Paulo-Belo Horizonte: Edusp/Livr. Itatiaia, 1976.

SALGADO, Graça (coord). **Fiscais e meirinhos** - a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro, 1985.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas**: um estudo sobre a política urbanística pombalina. 1999. 259f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências, Letras e Artes.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Para o bom regime da república: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. **Revista Monumenta**, vol. 3, n° 10. Curitiba, inverno/ 2000. pp. 01-19.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América**: a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa - século XVIII. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SANTOS, António Cesar de Almeida; SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. Eleitores e eleições no Brasil Colonial (Curitiba, 1749-1827). In: _____; _____(orgs). **Eleições da Câmara Municipal de Curitiba** (1748 a 1827). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **História de São Paulo colonial**. São Paulo: Ed.UNESP, 2009.

SMITH, R.C. A Cidade. In: **As Artes na Bahia, I**. Arquitetura Colonial. Salvador: Progresso, 1955.

SOUSA, Washington Luís de. **Na capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. Política e administração colonial: problemas e perspectivas. In: _____. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. Governo e administração. In: HESPANHA, António Manuel. (Coord.). **História de Portugal**. Volume 4: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998. p.163.

TAPAJÓS, Vicente. **A política administrativa de D. João III**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

TAUNAY, A. d'E. **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

TAUNAY, A. d'E. **São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TAUNAY, A. d'E. **São Paulo nos primeiros anos**: ensaio de reconstituição social. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TAUNAY, A. d'E. – Um inédito Frei Gaspar da Madre de Deus. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, 36: 20-2, 1939. p.21-3.

TEIXEIRA, Manoel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

TEIXEIRA, Rubenilson Brasão. Os nomes da cidade no Brasil colonial. Considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte. **Mercator**, Revista de Geografia da UFC. Fortaleza. Ano 02, número 03, 2003.

TEIXEIRA, Rubenilson Brasão. O espaço urbano regular como discurso: as vilas do Rio Grande do Norte na 'Era de Pombal'. **Vivência**, Natal, v. 9, pp. 189-206, 2005.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

TOLEDO, Benedito Lima de. **O real corpo de engenheiros na capitania de São Paulo**. Destacando-se a obra do brigadeiro João da Costa Ferreira. São Paulo, João Fortes engenharia, 1981.

TOLEDO, Benedito Lima de. O triângulo e a configuração de suas ruas e largos. In: _____. **Cadernos de fotografia brasileira** - São Paulo, 450 anos, 2ª ed., Rio de Janeiro. Instituto Moreira Salles, 2004.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** A cidade colonial na América Portuguesa e o caso da São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. "As Redes Clientelares". In HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal**. O Antigo Regime (1620-1807). Editorial Estampa, 1993, v.4.

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1948.